

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Valorização do turismo na natureza na gestão de áreas  
naturais periurbanas.**

**Tiago Arruda Ferreira Marques Lopes**

Orientadores: Prof. Doutor Francisco António dos Santos da Silva  
Prof. Doutor Carlos Silva Neto

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor no ramo de  
Turismo.

2018





**Valorização do turismo na natureza na gestão de áreas naturais  
periurbanas.**

**Tiago Arruda Ferreira Marques Lopes**

Orientadores: Prof. Doutor Francisco António dos Santos da Silva

Prof. Doutor Carlos Silva Neto

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor no ramo de Turismo.

Júri:

Presidente: Doutor José Luís Gonçalves Moreira da Silva Zêzere, Professor Catedrático e membro do Conselho Científico do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor Ronaldo Eugénio Calçada Dias Gabriel, Professor Associado com Agregação Escola de Ciências da Vida e do Ambiente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Doutor Paulo Jorge Santos Almeida, Professor Coordenador Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria;
- Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino, Professor Coordenador Principal Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril;
- Doutor Francisco António dos Santos da Silva, Professor Adjunto Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, orientador;
- Doutor José Manuel Henriques Simões, Professor Catedrático Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
- Doutor Carlos Manuel Baptista Cardoso Ferreira, Professor Auxiliar Convidado Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.



## **AGRADECIMENTOS**

Embora a realização deste ciclo de estudos se tenha mostrado um processo árduo e complexo, pelas dimensões pessoais e sociais que acarretou, veio igualmente revelar-se um desafio potenciador do meu crescimento e desenvolvimento pessoal. Por este motivo, impele-me a razão de começar com as mais sinceras palavras de agradecimento a todos os que, nos últimos anos, acreditaram e se preocuparam com o meu bem-estar, cada um do seu modo, contribuindo para o acréscimo de esperança no desfecho deste processo.

Um agradecimento muito especial e destacado ao Professor Doutor Francisco Silva, pela orientação, inspiração, amizade, competência e, sem qualquer sombra de dúvida, paciência demonstradas. O meu apreço ultrapassa, em muito, a consecução desta tese, ocupando na minha vida uma posição de enorme respeito.

Um sincero agradecimento ao Professor Doutor Carlos Neto, pela aceitação de revisão da tese e pelos valiosos contributos que tão gentilmente me passou.

Aos amigos e colegas Maria do Céu Almeida, Mário Silva, Jorge Umbelino, Cláudia Viegas, Paulo Figueiredo, Susana Gonçalves e Cátia Costa, pelas constantes palavras de incentivo e pela incansável disponibilidade na revisão do instrumento questionário, elaboração dos guiões de entrevista e estruturação da análise de dados da investigação empírica.

A uma imensa lista de pessoas que se disponibilizou para responder quer aos questionários de visitação, quebrando o seu próprio contexto de lazer; quer ao conjunto de entrevistas aplicadas, que exigiram uma parcela ainda superior do seu tempo e atenção.

A todos os colegas da Cascais Ambiente que tornaram possível a realização desta tese, começando por agradecer à Elizabeth Veiga Lopes e ao Nuno Piteira Lopes o seu voto de confiança. Ao Bruno Ribeiro, ao João Cardoso de Melo e ao Luís Capão, que permitiram o cruzamento do meu percurso profissional e académico. Pela proximidade profissional destes últimos anos, aos colegas Sara Saraiva, Irene Correia, José Romana, Margarida Ferreira e restante equipa da DGEE, e a todo o apoio que me foi sempre concedido pelos colegas da equipa operacional. Um agradecimento especial à minha equipa do GTN por todo o incentivo: Bruno Ribeiro, Rui Serra, Ramon Moura, Vânia Fialho, Ana Santos, Iago Sousa, Bárbara Coelho, Joana Alves, Bruno Sardo, João Couto, Bernardo Brito, Bernardo Costa, Inês Silva, Joana Santos e todos os restantes monitores e voluntários que me apoiaram na aplicação dos questionários.

Aos meus colegas de doutoramento, com quem iniciei esta aventura, fazendo votos para que todos concluam este ciclo.

Aos melhores amigos que poderia ter, por me acompanharem sempre ao longo destes anos, notando a minha ausência e nunca desistindo de mim. Em primeiro lugar, um abraço destacado e justo aos meus amigos Rui Serra e Cátia Costa, inalcançáveis em todo o processo. Pelo incentivo constante, um enorme obrigado ao João Amaro, à Sofia Salgado, à Teresa Silva, ao João Bento, ao Ramon Moura, ao Carlos Poeiras, à Joana Fernandes, à Alexandra Andrade, ao Ricardo Nunes, ao Paulo Pires, ao Rúben Marçal, ao Bernardo Monteiro, à Joana Melo, ao Manuel Bilro, à Ana Ferreira e a todos os outros, que com o cansaço acumulado me poderei eventualmente ter esquecido de elencar.

Ao Sr. Rodrigues, que em momento algum deixou de acreditar no meu potencial e esteve sempre disponível para tudo. À Dona Josefa, cuja disponibilidade é inalcançável. À Sofia e ao Bruno, pela amizade e exemplo que me dão todos os dias. A toda esta [também minha] família, pelo imenso voto de confiança, por estarem sempre disponíveis e por nunca deixarem de acreditar em mim.

Ao meu pai, António Lopes, pela garra que me incutiu, pela estrutura que me deu e pelas valiosas lições de vida que carrego sempre comigo. À minha mãe, Anabela Lopes, com quem posso sempre contar, pelo exemplo das suas conquistas que só me orgulham. Às minhas irmãs, Ana Marta Lopes e Ana Maria Lopes, por estarem sempre disponíveis mesmo para o feitiço que carrego. Ao Gonçalo Esperança, pela amizade e sua disponibilidade. Ao Tomás, pelos passeios que ainda vamos dar. Aos padrinhos, por continuarem sempre, genuinamente, a perguntar como estou. E claro, à Kénia e ao Wolf, por serem tão bons companheiros. Às memórias que se plantam, na esperança de nunca caírem no esquecimento. A toda esta minha família, de quem só me orgulho.

Por fim, um enorme agradecimento à minha Sara, companheira de passeios e de vida, a minha luz quando tudo o resto parece escurecer. Por acreditar em mim em todas as fases e nunca desistir de sonhar comigo. Por me completar. Por, sem qualquer sombra de dúvida, ser a razão do foco, da determinação, do acreditar. Obrigado por tudo, Ma Sa. Esta tese é, em grande parte, igualmente tua.

***“Até que os leões inventem as suas próprias histórias,  
os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.”***

Mia Couto, citando provérbio africano na obra “A Confissão da Leoa”

## RESUMO

O turismo e a fruição da natureza vêm assumindo papéis cada vez mais preponderantes na sociedade pós-moderna, propiciando o surgimento de novos perfis de utilização e consumo dos territórios de elevado valor natural. Num cenário que expõe uma procura tendencialmente mais informada e responsável, revêem-se novos formatos de investimento nos espaços naturais enquanto áreas de recreação e lazer que contribuem ativamente para as comunidades com benefícios ambientais, sociais e económicos decorrentes da exploração sustentável do seu património.

Esta investigação pressupõe uma abordagem aos modelos de desenvolvimento da visitação em territórios periurbanos de elevado valor natural, assumindo que - para além de uma visão estritamente economicista – esta simbiose conduzirá a crescentes níveis de envolvimento, respeito e apropriação do meio pela sociedade, com reflexos em melhores índices de conservação do seu património.

Neste contexto, o estudo trata a multifuncionalidade das áreas naturais periurbanas, conduzindo uma investigação empírica sobre três territórios de gestão de habitat com objetivos de ordenamento particulares. Esta análise justificou a aplicação de um questionário original direcionado para os visitantes das áreas de gestão de habitat e a condução de um painel de entrevistas semiestruturadas a entidades associadas à gestão direta ou indireta dos territórios.

Os resultados da investigação vêm reforçar a diversidade de contextos de visitação associados às áreas naturais periurbanas e registar uma crescente consciencialização ambiental dos visitantes, que reconhecem na missão destes territórios condições para o enquadramento responsável das suas atividades de lazer ou recreação. No que concerne ao planeamento e ordenamento da oferta, sobressai a predisposição dos principais *stakeholders* para a criação de um modelo de ordenamento que inclua os diversos fatores de pressão e valorização do território, ultrapassando as atuais barreiras ao nível do planeamento e ordenamento do turismo na natureza na região.

O modelo concetual proposto nesta investigação visa desta forma dotar a oferta de elementos de turismo e fruição da natureza da devida estrutura e conceção profissional, sugerindo, sob a governança efetiva do órgão responsável pela gestão ambiental do território, uma abordagem à revitalização de unidades territoriais de aplicação segundo políticas de gestão de proximidade e coresponsabilização de agentes, conciliando interesses e expetativas sobre os valores do território.

**Palavras-chave:** Turismo e fruição da natureza, Áreas naturais periurbanas, Gestão da visitação, Turismo responsável, Parque Natural de Sintra-Cascais.

## **ABSTRACT**

Nature tourism and fruition have assumed increasingly dominant roles in the postmodern society, fostering the emergence of new profiles and consumption habits within territories of high natural values. Within a scenario where visitors tend to be more informed and responsible, new forms of investment in natural areas are being revised as a recreation and leisure supply that actively contribute to communities with environmental, social and economic benefits deriving from the sustainable exploitation of their heritage.

This research assumes an approach to visitation development models in peri-urban territories of high natural value, where - in addition to a strictly economic view – an emerging symbiosis will lead to increasing levels of involvement, respect and appropriation of the environment by society, with higher levels of conservation of its assets.

In this context, the study deals with the multifunctionality of peri-urban natural areas, conducting an empirical research on three habitat management territories with specific planning goals. This analysis lead to the application of an original survey, conducted to the visitors of these areas and the development of semi-structured interviews to entities with direct or indirect responsibility on the management of these territories.

The results reinforce the diversity of visitation contexts associated with natural peri-urban areas and record a growing environmental awareness of the visitors, who recognize within the mission of these territories conditions for the responsible framing of their leisure or recreation activities. Regarding planning and management of supply, the main stakeholders state that they are predisposed to create a planning model that includes the various factors of pressure and valorisation of the territory, surpassing the current barriers of nature tourism in the region.

The proposed conceptual model aims to provide nature tourism and fruition of the proper structure and professional design, suggesting, under the effective governance of the responsible entity, an approach to the revitalization of territorial units according to proximity management and responsible policies, reconciling interests and expectations about the territory values.

**Keywords:** Nature tourism and fruition, Peri-urban natural areas, Visitation management, Responsible tourism, Sintra-Cascais Natural Park.

## ÍNDICE GERAL

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>i</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>iii</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>iv</b>
<b>Índice geral</b> .....	<b>v</b>
<b>Índice de figuras</b> .....	<b>viii</b>
<b>Índice de quadros</b> .....	<b>x</b>
<b>Siglas, acrónimos e abreviaturas</b> .....	<b>xii</b>
<b>1 Introdução</b> .....	<b>1</b>
1.1 Enquadramento geral.....	1
1.2 Problemática e contornos da investigação .....	4
1.3 Objetivos da investigação .....	10
1.4 Abordagem metodológica .....	11
1.5 Justificação da escolha do tema e estudo de caso .....	12
1.6 Organização e estrutura da tese .....	13
<b>2 (A)firmação estratégica do turismo na natureza</b> .....	<b>16</b>
2.1 Breve contexto da expressão turística internacional e nacional .....	16
2.2 Potenciais impactes do desenvolvimento turístico .....	22
2.3 A emergência da sustentabilidade em turismo .....	27
2.4 Novas dinâmicas em turismo: o turismo na natureza .....	36
2.5 A oferta de experiências turísticas criativas .....	53
<b>3 A fruição de áreas com elevado valor natural</b> .....	<b>62</b>
3.1 Breve contexto das dinâmicas de visitação em espaços naturais .....	62
3.2 Planeamento e gestão de áreas naturais: enquadramento .....	68
Governança em áreas de elevado valor natural .....	75
Modelos de ordenamento e gestão da visitação .....	78
O papel da interpretação e educação ambiental .....	91
3.3 Políticas de gestão de áreas protegidas em Portugal.....	95
<b>4 Metodologia da investigação</b> .....	<b>105</b>
4.1 Modelo conceptual .....	105
4.2 Inquirição de visitantes em áreas de gestão de habitat .....	109
Seleção do instrumento de inquirição e faseamento metodológico .....	109

População e amostra.....	111
Conceção do questionário.....	112
Aplicação do questionário .....	116
Tratamento dos dados e técnicas estatísticas .....	117
<b>4.3 Inquirição de <i>stakeholders</i> associados aos processos de decisão .....</b>	<b>119</b>
Seleção do instrumento de inquirição .....	119
População e amostra.....	121
Conceção dos guiões de entrevista .....	122
Aplicação das entrevistas.....	123
Tratamento da informação .....	124
<b>5 Contextualização dos territórios do estudo de caso .....</b>	<b>125</b>
5.1 Breve contexto da dinâmica socioterritorial do concelho de Cascais.....	125
5.2 Dos recursos ao posicionamento turístico da região .....	128
5.3 O enquadramento da estrutura ecológica de Cascais no PNSC.....	133
Quinta do Pisão – Parque de Natureza (QDP) .....	138
Pedra Amarela Campo Base (PACB) .....	141
Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina (NIDC).....	143
<b>6 Perceção dos <i>stakeholders</i> nas áreas de gestão de habitat .....</b>	<b>146</b>
6.1 Introdução à análise e discussão de resultados .....	146
6.2 Análise e discussão dos resultados dos questionários .....	148
D1   Caracterização dos inquiridos .....	148
D2   Tomada de decisão de visita e motivação para o turismo na natureza .....	154
D3   Satisfação com o espaço ou atividade realizada .....	159
D4   Perceção dos inquiridos sobre estratégias de gestão de habitat .....	164
6.3 Análise e discussão dos resultados das entrevistas .....	174
D5.1 - Políticas e modelos de gestão da visitação na RNAP .....	174
D5.2 - Desafios associados ao contexto particular das áreas naturais periurbanas .....	178
D5.3 - O enquadramento da visitação nas estratégias de conservação .....	180
D5.4 - A sensibilização e educação ambiental no envolvimento dos visitantes .....	183
D5.5 - Articulação entre entidades, parcerias e formatos de governança .....	186
D5.6 - Posicionamento do produto turismo na natureza na oferta turística de Cascais.....	188
6.4 Síntese e triangulação da análise de resultados da investigação empírica ..	191
<b>7 Modelo concetual – valorização do turismo na natureza nas áreas naturais periurbanas .....</b>	<b>199</b>
7.1 Enquadramento geral.....	199

7.2	Proposta de aplicação do modelo conceptual ao estudo de caso .....	202
7.3	Generalização do modelo conceptual em áreas naturais periurbanas .....	209
<b>8</b>	<b>Considerações finais .....</b>	<b>213</b>
8.1	Síntese e discussão crítica do trabalho desenvolvido .....	213
8.2	Conclusões .....	216
8.3	Limitações e orientações para investigações futuras .....	221
<b>9</b>	<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>223</b>
<b>10</b>	<b>Anexos .....</b>	<b>242</b>
	Anexo 1 – Questionário aplicado aos visitantes das áreas de gestão de habitat (Versão portuguesa) .....	242
	Anexo 2 – Questionário aplicado aos visitantes das áreas de gestão de habitat (Versão inglesa).....	245
	Anexo 3 – Guião de entrevista (CA/ICNF) .....	248
	Anexo 4 – Guião de entrevista (CD/ATC) .....	249
	Anexo 5 – Guião de entrevista (ATMT).....	250
	Anexo 6 – Guião de entrevista (I&E).....	251
	Anexo 7 – Síntese da oferta turística e características da região de Cascais .....	252
	Anexo 8 – Enquadramento estratégico local do Concelho de Cascais.....	253

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1   Trinómio de visitação em espaços naturais.....	5
Figura 2   Áreas conceituais associadas aos constructos da presente investigação .....	14
Figura 3   Estrutura da investigação.....	15
Figura 4   Resultados e previsões das chegadas turísticas internacionais, entre 1950-2030 ..	17
Figura 5   Sistemas do desenvolvimento sustentável.....	30
Figura 6   Características dos “novos turistas”.....	38
Figura 7   Componentes do turismo de nichos e exemplos de segmentos.....	40
Figura 8   Abrangência do turismo na natureza .....	44
Figura 9   Influências associadas à experiência turística.....	56
Figura 10   Emergência do turismo criativo.....	59
Figura 11   Influências da experiência turística e enquadramento da oferta de experiências criativas .....	61
Figura 12   Etapas do planeamento para a gestão de áreas protegidas.....	74
Figura 13   Etapas do modelo LAC .....	84
Figura 14   Metodologia do sistema VIM.....	86
Figura 15   Metodologia do sistema TOMM.....	87
Figura 16   Modelo esquemático representativo de abordagens LAC, VIM, VERP .....	89
Figura 17   Relação entre educação, conhecimento e sensibilização na interpretação .....	93
Figura 18   Cooperação e políticas entre setor público e privado .....	102
Figura 19   Representações estruturantes da presente investigação empírica .....	105
Figura 20   Métodos de inquirição e triangulação com questões de partida .....	107
Figura 21   Reorganização administrativa das freguesias do concelho de Cascais .....	126
Figura 22   Localização geográfica do Parque Natural de Sintra-Cascais .....	135
Figura 23   Áreas de estudo de caso da presente investigação empírica.....	138
Figura 24   Localização geográfica da Quinta do Pisão – Parque de Natureza.....	139
Figura 25   Localização geográfica do Pedra Amarela Campo Base .....	141
Figura 26   Localização geográfica do Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina .....	144
Figura 27   Atividades realizadas durante a visita ao espaço (Q2.6) .....	155
Figura 28   Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1) .....	156
Figura 29   Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1) - RO.....	158
Figura 30   Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1) - VA .....	158
Figura 31   Avaliação das condições atuais do espaço (Q3.2).....	161
Figura 32   Satisfação geral com o espaço (Q3.3), por área de visitação.....	161
Figura 33   Avaliação das atividades organizadas pela CA (Q5.1) .....	163
Figura 34   Recomendação das experiências realizadas (Q5.3). por área de visitação e contexto de visitação .....	164
Figura 35   Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1), por tipo de visita.....	167
Figura 36   Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1), por contexto de visitação .....	167
Figura 37   Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1) - RO .....	168
Figura 38   Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1) - VA .....	168

Figura 39   Percepção sobre intervenções de gestão de habitat (Q4.2A).....	169
Figura 40   Importância de intervenções de gestão de habitat (Q4.2B) .....	171
Figura 41   Contexto atual, importância e viabilidade do pressuposto de desenvolvimento das dinâmicas de visitação .....	198
Figura 42   Modelo de valorização do TN na gestão de ANP (aplicado ao estudo de caso) ..	206
Figura 43   Modelo de valorização do TN na gestão de ANP .....	210

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1   A procura e receita turística em Portugal, 2009-2016 .....	19
Quadro 2   Assimetrias da procura turística em Portugal (2015), por NUTS II .....	20
Quadro 3   Características dos extremos conceituais - turismo de massas e alternativo.....	39
Quadro 4   Definições associadas ao constructo de turismo na natureza .....	43
Quadro 5   Tipologias de oferta de turismo na natureza.....	47
Quadro 6   Exemplos de atividades de animação turística.....	49
Quadro 7   Modalidades enquadradas no PNTN .....	51
Quadro 8   Modelos e paradigmas de conservação .....	69
Quadro 9   Novos paradigmas no planeamento e gestão de áreas protegidas .....	74
Quadro 10   Características dos novos modelos de governança .....	76
Quadro 11   Tópicos chave do ECST.....	77
Quadro 12   Técnicas de gestão direta e indireta da visita.....	81
Quadro 13   Classes do modelo ROS .....	83
Quadro 14   Metodologia do sistema VAMP .....	85
Quadro 15   Comparação dos diversos modelos de gestão da recreação .....	88
Quadro 16   Exemplos de técnicas de interpretação .....	94
Quadro 17   Eixos estratégicos da ENCNB .....	96
Quadro 18   SNAC em território nacional continental .....	97
Quadro 19   Excerto de pontos fortes e fracos considerados na análise SWOT da marca “Natural.PT” .....	101
Quadro 20   Objetivos específicos da investigação e dimensões de análise aplicadas ao estudo de caso.....	108
Quadro 21   Hipóteses de estudo da investigação empírica .....	109
Quadro 22   Síntese da população conhecida e número de visitantes inquiridos.....	112
Quadro 23   Enquadramento de estudos considerados na presente investigação empírica..	113
Quadro 24   Estrutura do questionário: dimensões de análise e questões apresentadas.....	116
Quadro 25   Principais resultados da análise fatorial (Q4.1, alíneas a) a i)) .....	118
Quadro 26   Principais resultados da análise fatorial (Q4.2B, alíneas a) a j)).....	119
Quadro 27   Entidades auscultadas e número de entrevistas por entidade.....	122
Quadro 28   Evolução da população residente por freguesia.....	125
Quadro 29   Contexto socioterritorial por freguesia do município de Cascais.....	127
Quadro 30   Matriz de desenvolvimento de produtos – Região de Lisboa .....	129
Quadro 31   Principais ativos turísticos de Cascais .....	130
Quadro 32   Atividades das EAT e OM-T registadas em janeiro de 2018.....	132
Quadro 33   Abreviaturas e indicadores utilizados na apresentação de resultados .....	147
Quadro 34   Caracterização geral dos inquiridos (Q1.1; Q1.2; Q1.4).....	148
Quadro 35   Caracterização geral dos inquiridos (Q1.3) .....	149
Quadro 36   Caracterização geral dos inquiridos – contexto de visita.....	149
Quadro 37   Principais motivações de visita e produtos turísticos determinantes na escolha do destino (Q1.7; Q1.7.1), por área de visita.....	151
Quadro 38   Organização da visita ao espaço (Q2.1).....	151

Quadro 39   Regularidade da visita nos últimos seis meses (Q2.2), por área de visitação ....	152
Quadro 40   Grupo de visita e meio de transporte utilizado (Q2.3; Q2.4), por área de visitação .....	153
Quadro 41   Tomada de conhecimento do espaço (Q2.5), por área de visitação.....	153
Quadro 42   Tipo de praticante de atividades de natureza e aventura (Q1.8), por área de visitação .....	154
Quadro 43   Atividades realizadas durante a visita ao espaço (Q2.6), por área de visitação.	155
Quadro 44   Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1), por área de visitação .....	156
Quadro 45   Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1), por tipo de visita	157
Quadro 46   Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1), por contexto de visitação .....	159
Quadro 47   Avaliação das condições atuais do espaço (Q3.2), por área de visitação .....	160
Quadro 48   Satisfação geral com o espaço (Q3.3), por área de visitação .....	161
Quadro 49   Avaliação das atividades organizadas pela CA (Q5.1), por área de visitação (QDP e PACB) .....	162
Quadro 50   Avaliação das atividades organizadas pela CA (Q5.1), por contexto de visitação	163
Quadro 51   Satisfação com a experiência vivenciada (Q5.2), por área de visitação (QDP e PACB) .....	164
Quadro 52   Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1), por área de visitação.	166
Quadro 53   Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1), por tipo de visita.....	168
Quadro 54   Perceção sobre intervenções de gestão de habitat (Q4.2A), por área de visitação .....	170
Quadro 55   Importância de intervenções de gestão de habitat (Q4.2B), por área de visitação .....	171
Quadro 56   Importância de intervenções de gestão de habitat (Q4.2B), por tipo de visita....	172
Quadro 57   Importância de intervenções de gestão de habitat (Q4.2B), por contexto de visitação .....	173
Quadro 58   Síntese da oferta turística na região de Cascais .....	252
Quadro 59   Resumo de características da oferta turística do concelho de Cascais .....	252
Quadro 60   Análise SWOT - Enquadramento estratégico local do concelho de Cascais.....	253

## SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

<b>ADTR</b>	Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio
<b>AEP</b>	Associação dos Escoteiros de Portugal
<b>AFN</b>	Autoridade Florestal Nacional
<b>AGP</b>	Associação das Guias de Portugal
<b>AML</b>	Área Metropolitana de Lisboa
<b>ANP</b>	Áreas Naturais Periurbanas
<b>AP</b>	Áreas Protegidas
<b>APECATE</b>	Associação Portuguesa de Empresas de congressos, Animação Turística e Eventos
<b>ATC</b>	Associação de Turismo de Cascais
<b>ATMT</b>	Animação Turística e Marítimo-turística
<b>CA</b>	Cascais Ambiente
<b>CBD</b>	<i>Convention on Biological Diversity</i>
<b>CDN</b>	Carta de Desporto de Natureza
<b>CMC</b>	Câmara Municipal de Cascais
<b>CMS</b>	Câmara Municipal de Sintra
<b>CNADS</b>	Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
<b>CNE</b>	Corpo Nacional de Escutas
<b>CNUMAD</b>	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
<b>CTN</b>	<i>Creative Tourism Network</i>
<b>D</b>	Dimensões de análise
<b>DEAT</b>	<i>Department for Environmental Affairs and Tourism</i>
<b>DGEE</b>	Direção de Gestão da Estrutura Ecológica
<b>DOP</b>	Denominação de Origem Protegida
<b>EAT</b>	Empresas de Animação Turística
<b>ECST</b>	<i>European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas</i>
<b>EMAC</b>	Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M. S.A.
<b>EN</b>	Estrada Nacional
<b>ENCNB</b>	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
<b>ERTRL</b>	Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>GTA</b>	<i>Gauteng Tourism Authority</i>
<b>HE</b>	Hipóteses de estudo
<b>ICN</b>	Instituto de Conservação da Natureza
<b>ICNB</b>	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.
<b>ICNF</b>	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
<b>ICRT</b>	International Centre for Responsible Tourism
<b>IGP</b>	Indicação Geográfica Protegida
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
<b>IpC</b>	Índice de Poder de Compra <i>per capita</i>

<b>IQF</b>	Instituto para a Qualidade na Formação, I. P.
<b>ISO</b>	<i>International Organization for Standardization</i>
<b>ITM</b>	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
<b>IUCN</b>	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
<b>KMO</b>	Critério de Kaiser-Meyer-Olkin
<b>LAC</b>	<i>Limits of Acceptable Change</i>
<b>MEE</b>	Ministério da Economia e do Emprego
<b>MEI</b>	Ministério da Economia e Inovação
<b>MGV</b>	Modelos de Gestão da Visitação
<b>NA</b>	Não aplicável
<b>NIDC</b>	Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>OE</b>	Objetivos Específicos
<b>OM-T</b>	Operadores Marítimo Turísticos
<b>OMT</b>	Organização Mundial de Turismo
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>OTC</b>	Observatório de Turismo de Cascais
<b>PACB</b>	Pedra Amarela Campo Base
<b>PAR</b>	Entidades Particulares
<b>PC</b>	Proteção Civil
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PENT</b>	Plano Estratégico Nacional de Turismo
<b>PET</b>	Planos Estratégicos de Turismo
<b>PGCB</b>	Planos de Gestão da Conservação e Biodiversidade
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNSC</b>	Parque Natural de Sintra-Cascais
<b>PNTN</b>	Plano Nacional de Turismo de Natureza
<b>POAP</b>	Plano de Ordenamento de Área Protegida
<b>POPNSC</b>	Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais
<b>PSML</b>	Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A.
<b>QA</b>	Questão aberta
<b>QDP</b>	Quinta do Pisão – Parque de Natureza
<b>QF</b>	Questão fechada
<b>QR</b>	Código QR ( <i>Quick Response</i> )
<b>RAMSAR</b>	Convenção de Ramsar
<b>RBST</b>	<i>Roland Berger Strategy Consultants</i>
<b>RFCN</b>	Rede Fundamental de Conservação da Natureza
<b>RL</b>	Residente local
<b>RNAAT</b>	Registo Nacional de Agentes de Animação Turística
<b>RNAP</b>	Rede Nacional de Áreas Protegidas
<b>RO</b>	Reserva organizada

<b>ROS</b>	<i>Recreation Opportunity Spectrum</i>
<b>SCBD</b>	<i>Secretariat of the Convention on Biological Diversity</i>
<b>SIC</b>	Sítios de Importância Comunitária
<b>SNAC</b>	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
<b>SWOT</b>	Análise SWOT (“ <i>Strengths</i> ”, “ <i>Weaknesses</i> ”, “ <i>Opportunities</i> ” e “ <i>Threats</i> ”)
<b>TDP</b>	Turismo de Portugal, I.P.
<b>THR</b>	<i>Asesores en Turismo, Hotelería y Recreación, S.A.</i>
<b>TIES</b>	<i>The International Ecotourism Society</i>
<b>TKI</b>	<i>Tourism Kangaroo Island</i>
<b>TN</b>	Turismo na Natureza
<b>TOMM</b>	<i>Tourism Optimisation Management Model</i>
<b>TRTP</b>	<i>The Responsible Tourism Partnership</i>
<b>TUR</b>	Turistas
<b>UN</b>	<i>United Nations</i>
<b>UNEP</b>	<i>United Nations Environment Programme</i>
<b>UNESCO</b>	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
<b>UNWTO</b>	<i>United Nations World Tourism Organization</i>
<b>UTA</b>	Unidades Territoriais de Aplicação
<b>VA</b>	Visita autónoma
<b>VAMP</b>	<i>Visitor Activity Management Process</i>
<b>VD</b>	Visitante-de-dia
<b>VERP</b>	<i>Visitor Experience and Resource Protection</i>
<b>VIM</b>	<i>Visitor Impact Management</i>
<b>VISTAS</b>	<i>Vision Innovation for Sustainable Tourism Awards</i>
<b>WCED</b>	<i>World Commission on Environment and Development</i>
<b>WCPA</b>	<i>World Commission on Protected Areas</i>
<b>WEF</b>	<i>World Economic Forum</i>
<b>WTO</b>	<i>World Tourism Organization</i>
<b>WTTC</b>	<i>World Travel &amp; Tourism Council</i>
<b>WWF</b>	<i>World Wide Fund for Nature</i>
<b>ZEC</b>	Zonas Especiais de Conservação
<b>ZPE</b>	Zonas de Proteção Especial
$\bar{x}$	Média
<b>Mo</b>	Moda
$\sigma$	Desvio padrão
<b>n</b>	Número de observações
<b>p</b>	<i>P-value</i>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 ENQUADRAMENTO GERAL

As últimas décadas revelaram mudanças profundas nos paradigmas de lazer das populações, associadas a novos constructos políticos, económicos, ambientais, socioculturais e tecnológicos. Perante estas tendências, o desenvolvimento turístico tem vindo a transformar-se, assumindo um papel cada vez mais preponderante na vida social pós-moderna, enquanto reconhecida fonte hedónica de satisfação e bem-estar (Mowforth e Munt, 1998; Sharpley e Stone, 2012).

O turismo sobressai atualmente como um dos mais dinâmicos, resilientes e globalizados setores da economia mundial, prosperando nos países desenvolvidos e assumindo destaque crescente nos países em desenvolvimento (Umbelino, 2017; UNWTO, 2016). Inúmeras comunidades reveem a aposta neste setor com otimismo, identificando-o como potencial agente de mudança socioeconómica ao estimular reestruturações significativas nos destinos (Holloway, 2009; UNWTO, 2016; Wall e Mathieson, 2006).

Trata-se, contudo, de um setor multifacetado, que envolve na sua atividade características tangíveis e intangíveis que vêm complexificar a análise dos seus impactes (Berno e Bricker, 2011; Buhalis, 2000). De facto, ao longo da sua história identificam-se inúmeros desequilíbrios com repercussões gravosas nos destinos turísticos, associados a processos de desenvolvimento turístico incipientes, com massificação não ordenada e sem os devidos cuidados nos processos de organização da oferta turística (Brandão e Costa, 2008).

A consciencialização ambiental verificada nas últimas décadas expandiu-se de pequenos focos de análise para uma expressão cada vez mais global e urgente. Este “novo paradigma ambiental” fez sobressair a importância dos recursos e espaços naturais na oferta turística, efetivando um cruzamento inevitável de ambas as áreas (Page, 2009) e dando origem a dois posicionamentos opostos – o setor turístico pode criar impactes negativos nos espaços naturais, justificando conflitos e incompatibilidades; ou funcionar em simbiose com as principais estratégias de conservação (Newsome *et al.*, 2013). Paralelamente, sobressai desta consciencialização ambiental uma abordagem holística, com forte ligação entre o ambiente e o bem-estar humano, destacando-se de forma cada vez mais premente uma perspetiva de sustentabilidade que se interliga com muitos outros constructos do desenvolvimento humano, como *e.g.* a governança, inovação, resiliência, educação ou novas tecnologias de informação e comunicação (Vargas-Sánchez, 2017).

Acompanhando a evolução dos constructos de desenvolvimento a nível global, as expectativas de um universo crescente de turistas - cada vez mais informados, conscientes

e exigentes quanto à sustentabilidade dos destinos que visitam, parecem hoje assumir maior destaque e influenciar a responsabilidade crescente das estratégias de planeamento turístico (Mason, 2008).

Às políticas e doutrinas de ordenamento exigem-se assim práticas de planeamento, gestão económica, ambiental e social cada vez mais responsáveis (Vanhove, 2006). Seja conduzidos pelos seus valores intrínsecos ou influenciados por tendências externas de promoção, os destinos adaptam-se no sentido de atrair estes “novos” visitantes, que procuram férias “mais ativas”, ofertas “genuínas” e um turismo mais adequado às necessidades individuais ou de pequenos grupos (Kastenholz, 2009). Nesta análise, importa integrar-se igualmente a oferta do turismo de grande escala e de massas, responsável por grande parte da absorção da procura a nível global, que atualmente parece assumir novas práticas menos impactantes, reforçando a customização e diferenciação das suas experiências turísticas (Silva, 2013).

Sobressaem desta forma novos formatos de turismo que advogam a minimização das consequências negativas para o meio e comunidades locais, otimizando os benefícios do setor turístico (Sharpley, 2009). Embora tenha inicialmente surgido como um produto alternativo e aparentemente potenciador de práticas mais responsáveis e sustentáveis nos espaços naturais, o turismo na natureza detém atualmente uma expressão global e crescente (Balmford *et al.*, 2009; Buckley *et al.*, 2003; Mehmetoglu, 2007; Nyaupane *et al.*, 2004; Pickering e Weaver, 2003).

A expansão do turismo na natureza veio dar origem a inúmeros subsectores que na sua operação revelam níveis de impacte bastante distintos, refletindo um largo espectro de motivações, perfis de praticantes, características de consumo e produtos de oferta, podendo contribuir para uma maior pressão em áreas sensíveis (Buckley, 2000; Holden, 2000).

Na falta de um adequado ordenamento, a visitação a áreas naturais pode mesmo conduzir à deterioração do património local, afetar a biodiversidade e serviços de ecossistemas locais, degradar recursos existentes no território e criar reflexos negativos nas comunidades; contrapondo paradigmaticamente o estado dos recursos que originalmente justificaram essas mesmas visitas (Bushell *et al.*, 2007).

Importa, neste âmbito, considerar a posição de Bennet *et al.* (2017), onde se sugere que as dimensões humanas da conservação e gestão ambiental são cada vez mais reconhecidas e necessárias ao desenvolvimento de políticas e operações no sentido de se estimular a criação de resultados robustos e efetivos nas estratégias de conservação.

Aos gestores de áreas protegidas compete a responsabilidade de se fazer cumprir um mandato de gestão ecológica e patrimonial de territórios com identidades e recursos muito

dísparos e uma pressão humana crescente associada a diferentes formatos de visitação (Weaver e Lawton, 2017), verificando-se diversos exemplos de aposta no setor turístico como instrumento gerador de receitas. Em diversos casos, os órgãos responsáveis chegam mesmo a encontrar no setor turístico uma solução de suporte aos seus projetos de gestão de habitat, através de tributações ou taxações da oferta e procura turística como doações, taxas de entrada e utilização de espaços, implementação de concessões, taxas de arrendamento e licenç as, vendas de *merchandising*, impostos ou outras receitas decorrentes da atividade turística (Bushell e McCool, 2007).

Reconhece-se, porém, que para além de resultados estritamente económicos, o envolvimento dos visitantes nas estratégias de gestão de habitats, com experiências satisfatórias e envolventes, pode estimular o seu interesse na proteção e conservação dos valores patrimoniais do espaço, especialmente se incorporar uma importante componente interpretativa e educacional. Importa, contudo, garantir que os interesses comerciais não prevalecem sobre as prioridades do foro ambiental (Bushell e McCool, 2007; Bushell *et al.*, 2007).

De acordo com Bushell e Bricker (2017), embora em muitas áreas protegidas a visitação seja assumida como vetor integrante da sua estratégia, dependendo dos seus visitantes e suporte financeiro, são cada vez mais as parcerias conduzidas pela mudanç a de atitudes em torno da conservação da biodiversidade e práticas de negócio ambientalmente e socialmente responsáveis. A oferta turística em espaços de conservação pode traduzir novos benefícios económicos e sociais, estimulando a apreciação de património natural e cultural nestes territórios. De facto, a dinamização de experiências aos visitantes cativa a sua atenção e interesse para matérias como a proteção e conservação dos valores associados às áreas de conservação.

Não basta, porém, ser detentor de um património natural vasto para se poder desenvolver o turismo na natureza nestes destinos, mostrando-se essencial “a criação de condições necessárias para que, nesses recursos naturais, o visitante possa viver experiências inesquecíveis” (THR, 2006: 17). Laranjo (2011), acrescenta que a sustentabilidade dos territórios classificados como áreas protegidas e com condições para o turismo na natureza parte do equilíbrio entre interesses da visitação e conservação patrimonial.

Luo e Deng (2008), por sua vez, classificam as práticas nos espaços naturais como altamente dependentes do mercado que as visita, responsabilizando os visitantes que, na sua opinião, poderão ser conduzidos para um momento de aprendizagem, educação ou experiência, com resultados na sua satisfação e apreciação do espaço. Através de experiências na natureza, os visitantes são consciencializados para um comportamento mais responsável.

A gestão do setor turístico encontra-se desta forma num momento crucial do seu desenvolvimento, respondendo a mudanças profundas de diversos âmbitos, num contexto de crescente preocupação pela competitividade, impactes sociais, económicos e ambientais do turismo e estímulo à flexibilidade, segmentação e personalização da oferta.

Em plena era de globalização, estes modelos destacam-se e sobressaem nos panoramas nacionais e internacionais pelas suas estratégias de diferenciação e capacidade de refletir a identidade do local, fomentando a sua atratividade (Halkier *et al.*, 2014).

Nas estratégias de captação de visitantes está inerente o capital não só responsável como criativo, fundamentado por bases da experiência turística que visem conduzir a autenticidade e identidade de determinado destino como veículo promotor de momentos verdadeiramente gratificantes (Gonçalves, 2008). As atividades tradicionais são completadas por programas de visita mais criativos e participados, baseados no usufruto ativo do destino (CTN, 2015).

## **1.2 PROBLEMÁTICA E CONTORNOS DA INVESTIGAÇÃO**

Os espaços naturais vêm-se assumindo como importantes áreas de recreação e lazer, contribuindo para o bem-estar dos seus visitantes, ao oferecerem oportunidades de interação social, gerarem benefícios económicos, promoverem a interpretação do património natural e cultural e fomentarem a atenção sobre as componentes de conservação dos recursos neles existentes (Buckley *et al.*, 2003; Hughes, 2011; Powell *et al.*, 2009).

Embora se reconheça a existência de abordagens díspares ao conceito de área natural, consoante o nível de influência antrópica sobre o meio, formalização do estatuto de proteção ou posicionamento das estratégias de marketing, reconhece-se, para efeitos de homogeneização do discurso na presente investigação, a assunção de territórios que englobem ecossistemas predominantemente naturais ou seminaturais e que combinem elevado interesse de conservação e visitação no âmbito das dinâmicas associadas ao turismo na natureza, independentemente do seu estatuto de proteção (ICNF, 2017b; Newsome *et al.*, 2013; Silva, 2013).

As dinâmicas de visitação, desenvolvem-se, geralmente, em territórios geralmente periféricos e desertificados, apresentando no contexto nacional fortes problemáticas de sustentabilidade económica e social, como a expressão crescente do envelhecimento da população, o abandono de estruturas fundiárias, ou expansão do regime florestal associado a monoculturas não monitorizadas ou mantidas. A aposta no setor turístico revela-se, desta forma, uma oportunidade para estes territórios e suas populações (Silva, 2013).

No entanto, e especialmente no contexto de territórios periurbanos, sem a devida acuidade ao nível do seu planeamento e estruturação, a visitação nestes territórios pode resultar em efeitos adversos decorrentes da elevada pressão humana, levando à destruição de ecossistemas, à degradação e poluição de territórios sensíveis, ao aumento de custos operacionais e ao desperdício de diversas oportunidades de desenvolvimento (Băltărețu, 2011).

A visitação parece assim vir a constituir-se cada vez mais como um eixo das estratégias de conservação e desenvolvimento destas áreas naturais, exigindo-se modelos de gestão apropriados para que o aumento de pressão antrópica, práticas desadequadas ou a comercialização irresponsável não venham a comprometer o desenvolvimento sustentável destes territórios. Para o efeito, mostra-se crucial estabelecer sinergias e equilíbrios que permitam conciliar estas funções prioritárias afetas aos espaços naturais (conservação, fruição e economia). Embora se reconheça a urgência das dinâmicas de conservação, assume-se como fulcral que, salvo exceções, estes espaços não se isolem como “reféns” da conservação. Sugere-se, neste contexto, a adoção de estratégias que incluam a incorporação das necessidades antrópicas nas motivações ecológicas originais da gestão de habitat (Bushell e McCool, 2007).

A gestão de áreas naturais requer o envolvimento de diversos *stakeholders* com diferentes interesses e expectativas sobre os valores naturais e culturais do território. Entre entidades governamentais, órgãos de gestão, setor público, privado e turístico ou população local, poderão encontrar-se expectativas díspares sobre os benefícios associados ao usufruto de territórios naturais, justificando diferentes pressões sobre a gestão efetiva do espaço (Holden, 2000; Leung *et al.*, 2015).

Assume-se, desta forma, que a referência a “visitação” na presente tese engloba o trinómio composto pela comunidade local, visitantes-de-dia e turistas internos e internacionais (figura 1).



Figura 1 | Trinómio de visitação em espaços naturais

As representações destes *stakeholders* no espaço natural mostram-se, por isso, bastante distintas, variando entre a atividade de rotina, a recreação ou a simples experimentação como atividade de lazer. O conceito de “fruição” foi contemplado neste trabalho de forma a reforçar não apenas os paradigmas da atividade turística nestes territórios mas todo o conjunto de atores com assunções distintas na utilização do espaço.

Deste constructo sobressaem assim realidades de análise de relevância para a consecução de um modelo de desenvolvimento da visitação em territórios de elevado valor natural, entre as quais se identificam a experiência turística, a conservação e gestão territorial, a educação ambiental, a qualidade de vida e o bem-estar das populações e o desenvolvimento económico destas áreas de elevado valor natural.

Assume-se que para a necessária simbiose entre a visitação e a conservação ambiental se mostra imperativa a responsabilização de todos os envolvidos, permitindo-se a otimização das estratégias de ordenamento, planeamento e gestão de habitats, bem como das experiências turísticas nestes territórios, de forma a estimular a sensibilização e/ou educação ambiental e social e, em última análise, se reduzirem ou mitigarem os impactes da visitação no espaço (Newsome *et al.*, 2013).

Embora se reconheça o enorme potencial do produto enquanto motivação principal ou complementar, parece subsistir, no contexto nacional, uma política direcionada para o planeamento e gestão do “turismo de natureza” de uso meramente desportivo, ao invés de uma estratégia de planeamento holístico participado, valorizando questões ambientais, integração do património, reforço da identidade local, diferenciação e criatividade da oferta (Silva e Carvalhinho, 2017). Num cenário de crescente expansão e desburocratização do subsector da animação turística, ampliando e diversificando a oferta de experiências nos territórios naturais, importa investigar sobre a compatibilização e valorização do turismo na natureza, em particular nas atuais estratégias de gestão de habitat (Silva e Carvalhinho, 2017; TdP, 2015).

De facto, assiste-se à inclusão de representações da conservação nas novas dinâmicas da procura e oferta turísticas (Buckley, 2004a) e ao reforço do papel da visitação nas estratégias de gestão de habitat. Importa, desta forma, reunir informação compreensiva sobre o perfil dos diversos *stakeholders* envolvidos, incluindo padrões de visitação e gestão de áreas naturais (Bushell e McCool, 2007), no sentido de se alcançarem modelos de desenvolvimento do produto turismo na natureza que promovam a sustentabilidade e competitividade das áreas naturais.

Esta análise torna-se ainda mais relevante na adequação destes modelos a realidades periurbanas com fronteiras ténues, frágeis ou pouco monitorizadas, dando origem a reflexos da visitação causadores de repercussões negativas no território, sejam estes

decorrentes da atividade turística ou práticas de visitação local. Estas áreas apresentam uma pressão acrescida, tanto por se encontrarem frequentemente próximas ou incluídas em importantes destinos turísticos, como por serem densamente povoadas. Nestes casos a componente de visitação não só ganha uma expressão superior, como os visitantes locais tendem a assumir uma dimensão bastante relevante na análise da sustentabilidade destes territórios. Com base nestas premissas importa (re)considerar a abordagem mais comum que geralmente classifica os visitantes como turistas ou visitantes-de-dia, discriminando uma forte representatividade das ações e motivações de elementos da comunidade local ou regional.

A presente investigação pretende, desta forma, relacionar o desenvolvimento do produto turismo na natureza em espaços de grande valor natural localizados em contexto periurbano, com a fruição desses espaços pela comunidade local e as estratégias de gestão de habitat mais adequadas, visando responder a uma questão central:

- **Que modelos de desenvolvimento devem ser considerados para que o turismo e a fruição da natureza pelas comunidades locais e visitantes se constituam como aliados ou mesmo elementos potenciadores da sustentabilidade dos espaços naturais, e, em particular, de áreas de gestão de habitat enquadradas em contexto periurbano?**

Desta questão de partida surgem duas questões de investigação relevantes para a análise das temáticas em estudo:

- **Quais as perspetivas dos diversos *stakeholders* envolvidos no desenvolvimento de territórios naturais periurbanos sob gestão de habitat, perante a (a)firmação do turismo na natureza e da fruição desses espaços pela comunidade local?**
- **Em que medida podem os vários modelos responsáveis de desenvolvimento do turismo na natureza ser enquadrados nas estratégias de conservação de áreas periurbanas, potenciando a sua resiliência enquanto se promove a qualidade e competitividade da oferta turística nestes espaços?**

A estruturação de modelos de desenvolvimento holístico do turismo na natureza - assentes numa visão partilhada com os organismos responsáveis pela conservação de áreas naturais; assume especial importância numa realidade crescentemente influenciada pelos valores naturais dos destinos turísticos (Buckley, 2004b).

O contributo do presente trabalho sobressai pela necessária consciencialização dos agentes envolvidos no desenvolvimento destas estratégias, como pelo momento de desenvolvimento do setor turístico na região de análise, que revê o turismo na natureza e a fruição desses espaços pela comunidade local como veículos de diversificação da sua oferta turística e promoção da sustentabilidade.

Acresce, ainda, a importância de uma análise aplicada ao contexto específico dos territórios periurbanos, onde a pressão associada à visitação se expande de uma realidade predominantemente turística para um conjunto de influências locais igualmente impactantes nas dinâmicas de conservação. Assume-se, neste sentido, a importância do posicionamento do turismo na natureza enquanto veículo de dinamização ecológica, económica e social, fomentando o conhecimento e revitalização de áreas naturais.

Neste sentido, a presente tese consubstancia-se nas seguintes premissas:

- O turismo na natureza assume-se como um dos principais produtos turísticos a nível global, com taxas de crescimento de elevada expressão, revelando diferentes motivações, perfis de praticantes, características de consumo e produtos de oferta, exigindo a pragmatização dos seus fluxos e impactes em análises associadas à realidade de cada espaço de intervenção (Balmford *et al.*, 2009; Buckley, 2003, 2004a; Buckley *et al.*, 2003; Mehmetoglu, 2007; Naidoo *et al.*, 2011; Nyaupane *et al.*, 2004; Pickering e Weaver, 2003);
- As novas dinâmicas em turismo alertam para alterações no perfil dos consumidores, cada vez mais informados, experientes, autónomos e conscientes, privilegiando o património natural e sociocultural dos destinos, a inovação, criatividade e tecnologia, a flexibilidade e personalização da oferta, a pequena escala e autenticidade das representações turísticas (Brito, 1999; Cooper *et al.*, 2007; Hales, 2006; Lima e Partidário, 2002; Moscardo, 2006; Page e Connell, 2006; Poon, 2003; Arnegger *et al.*, 2010; Holden, 2000; Vargas-Sánchez, 2017);
- Perante novos desafios como a crescente pressão humana em áreas naturais periurbanas (ANP) e o desinvestimento na gestão de habitat, reveem-se novas formas de investimento associadas ao turismo na natureza, assumido nos paradigmas atuais como veículo potenciador da resiliência das medidas de conservação aplicadas, desde que aplicadas medidas de monitorização, gestão e controlo dos visitantes (Buckley, 2003; Bushell e McCool, 2007; Dearden e Rollins, 2009; Laranjo, 2011; Newsome *et al.*, 2013; Pickering e Weaver, 2003; Weaver e Lawton, 2017);
- Na análise das dinâmicas de fruição de espaços de elevado valor natural importa incorporar, para além das questões referentes ao desenvolvimento turístico, um conjunto de representações associadas à comunidade local e visitantes-de-dia, cujos reflexos se configuram em diferentes conceções de acesso ao meio e interpretação dos valores locais. A gestão destes territórios deve, assim, promover uma maior apreciação, respeito e sentido de responsabilidade com programas criativos de envolvimento dos seus visitantes, entre os quais programas de voluntariado e educação ambiental

(Easterling, 2005; Hvenegaard *et al.*, 2009; Marion e Reid, 2007; Morag e Tal, 2012; Newsome *et al.*, 2013);

- No contexto nacional subsistem lacunas associadas à falta de condições para o planeamento, gestão e monitorização do produto turismo na natureza (e.g. formação de recursos humanos, sobreposição de responsabilidades de gestão, reduzida integração dos *stakeholders*, falta de investimento e apoio ao empreendedorismo, capacidade de monitorização e gestão da visitação), com reflexos inibidores da visitação nas políticas desintegradas de órgãos responsáveis pela gestão de habitat e conservação (Laranjo, 2011; Silva, 2013; Silva e Carvalhinho, 2017; Souza, 2006).

Tendo em consideração as premissas mencionadas, identificam-se na presente tese as seguintes hipóteses de estudo:

- A mera assunção do setor turístico enquanto potencial vetor económico nas estratégias de gestão de habitat mostra-se muito redutora, deixando escapar um importante papel ambiental e sociocultural na sensibilização dos valores patrimoniais destas estratégias, no estabelecimento de compromissos de conservação e na revitalização de realidades destas áreas;
- Subsistem diversas dificuldades na aplicação de medidas efetivas de planeamento, ordenamento, monitorização e coordenação de projetos de turismo na natureza nas áreas naturais, dando origem a incompatibilidades entre perspetivas de *stakeholders* e *outputs* nas estratégias de conservação;
- As estruturas e investimentos etiquetados como turísticos nas áreas naturais periurbanas, servem tanto os turistas como a comunidade local e os visitantes-de-dia, facto que induz diferentes hábitos de consumo, motivações e necessidades de gestão estratégica e operacional;
- O planeamento e gestão turística deverão estar interligados a um conjunto de outros eixos de desenvolvimento (e.g. gestão ambiental, planeamento urbano, serviços educativos, estratégias políticas), numa abordagem sistémica que promova a devida articulação entre agentes e explore as sinergias destas colaborações com vista a uma maior sustentabilidade do destino;
- O turismo na natureza e a fruição de espaços de grande valor natural assumem um papel cada vez mais estratégico na aposta da região de Cascais, enquadrando-se principalmente numa oferta multiproduto não especializada, sendo essencial para a sua diferenciação e competitividade o estabelecimento de uma coordenação local que permita a cooperação de *stakeholders* e equilíbrio de interesses turísticos e de conservação.

### 1.3 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O presente trabalho visa, de uma forma global, contribuir para a estruturação de modelos responsáveis de turismo e fruição da natureza nas i) estratégias de gestão de habitat, onde o produto se vem afirmando como um vetor estratégico essencial à sua resiliência; e ii) nas estratégias de desenvolvimento turístico do destino, onde, perante novas dinâmicas da procura e oferta se vem revendo a aproximação ao meio natural como instrumento de diferenciação estratégica e competitividade através da promoção de experiências potenciadoras da qualidade de vida e bem-estar dos visitantes.

A investigação pressupõe, desta forma, uma perspetiva centrada nas ciências sociais, enquadrando-se no campo do planeamento estratégico de destinos turísticos, constituindo objetivo último a concetualização de um modelo de desenvolvimento assente numa abordagem holística de planeamento e gestão turística.

Neste sentido, identificam-se como **objetivos gerais** da presente investigação:

- O desenvolvimento de uma reflexão crítica em torno do planeamento e gestão das dinâmicas de fruição da natureza enquanto instrumentos de gestão de habitat em espaços naturais periurbanos;
- A apresentação de um modelo concetual que venha valorizar o enquadramento do produto turismo na natureza nas estratégias de conservação, aplicado às áreas naturais periurbanas, e, em particular, a três áreas naturais do estudo de caso desta investigação; que possa vir a ser replicado (com as respetivas alterações contextuais) a espaços da mesma índole.

Para o efeito será conduzida uma investigação empírica que inclua a auscultação de diversos *stakeholders* destas áreas de gestão de habitat e principais agentes ao nível do seu desenvolvimento estratégico interno e projeção turística do destino, no sentido de averiguar especificidades destas áreas em particular. No seguimento dos objetivos gerais desta investigação, identificam-se os seguintes objetivos específicos:

- Contribuir para a investigação da relação entre ambiente, turismo e fruição de espaços naturais pela comunidade local, focando principais problemáticas e discussões, modelos e perspetivas de conservação, e metodologias de gestão estratégica da visitação;
- Desenvolver uma análise crítica em torno da abordagem à visitação nas principais estratégias de gestão de habitats, posicionando a oferta de turismo e atividades de fruição da natureza enquanto vetores essenciais para a resiliência destes territórios;

- Percecionar as novas dinâmicas da oferta e da procura turística, refletindo sobre a oferta de turismo na natureza enquanto centralidade turística e de representação estratégica dos destinos;
- Caracterizar o território e a oferta de turismo na natureza na região de Cascais, com enfoque nas áreas de gestão de habitat em análise (Quinta do Pisão, Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina e Pedra Amarela Campo Base), contribuindo para a interpretação dos fluxos de visitação atuais nestas áreas;
- Inquirir os visitantes das áreas de aplicação da investigação empírica, através do instrumento questionário, no sentido de caracterizar o perfil e motivação dos visitantes, analisar o contexto de cada visita, percecionar a satisfação do inquirido com o espaço e a experiência e compreender a relação da visita com as dinâmicas e intervenções de conservação e gestão de habitat;
- Auscultar, com recurso a entrevistas semiestruturadas, diversos *stakeholders* envolvidos na gestão dos territórios de análise (órgãos de coordenação e gestão, poder local, investigadores e especialistas), percecionando o contexto atual de gestão da visitação nas áreas protegidas e concretamente nas áreas periurbanas de elevado valor natural, com foco no Parque Natural de Sintra-Cascais, território que compreende o estudo de caso desta investigação;
- Propor um modelo concetual que enquadre a valorização do produto turismo na natureza nas estratégias de conservação e desenvolvimento turístico de áreas naturais periurbanas.

#### **1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA**

A presente investigação surge com o intuito de contribuir para a associação de modelos responsáveis de turismo na natureza e fruição de espaços naturais a estratégias de gestão de habitat, assumindo estas dinâmicas de visitação como potenciadoras dos seus instrumentos de conservação, preponderantes nas estratégias de competitividade turística do destino, qualidade de vida e bem-estar das comunidades.

O trabalho é inicialmente suportado por uma investigação bibliográfica conduzida no sentido de se averiguar o estado da arte referente às novas dinâmicas da oferta turística e relação entre constructos de gestão ambiental e desenvolvimento da visitação nos territórios naturais. Os territórios de análise (Quinta do Pisão, Pedra Amarela Campo Base e Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina), inseridos no concelho de Cascais e sob gestão da empresa municipal Cascais Ambiente (EMAC, E.M. S.A.), são igualmente

caracterizados, funcionando como estudo de caso ao garantirem realidades e prioridades de conservação distintas, com reflexos nas experiências oferecidas à visitação.

A abordagem metodológica é assim suportada por uma investigação empírica que visa inquirir diversos *stakeholders* associados às realidades de análise, no sentido de se propor um modelo de desenvolvimento do produto turismo na natureza aplicável a diversas áreas sob gestão de habitat.

Desta forma, após revisão da literatura e identificação dos principais agentes relacionados com o estudo de caso, foram desenvolvidos dois instrumentos de inquirição, nomeadamente: i) questionário, a aplicar presencialmente junto dos visitantes das áreas de análise e em estrita colaboração com a entidade gestora responsável; e ii) entrevistas semiestruturadas, direcionadas para um painel de agentes com responsabilidades ao nível da coordenação e gestão destas áreas, promoção e animação turística, entre outros especialistas.

O instrumento questionário original utilizado na presente tese destina-se à inquirição de visitantes do conjunto de áreas naturais periurbanas supramencionadas, que conjugado com o levantamento do número de visitantes através da distribuição de contadores automáticos ajudará a perceber a representatividade, tipologias e motivações da visitação em cada uma dessas áreas.

A conjugação dos resultados obtidos através destes instrumentos foi conduzida com recurso a métodos de triangulação, no sentido de se colmatarem algumas desvantagens de cada um dos métodos utilizados e se sobreponem perspetivas dos diversos *stakeholders* auscultados (Veal, 2006).

Como resultado é apresentado um modelo concetual de desenvolvimento assente numa abordagem holística de planeamento e gestão do produto turismo na natureza, aplicada à realidade de territórios naturais periurbanos sob gestão de habitat.

A abordagem metodológica da presente investigação é apresentada de forma mais pormenorizada no quarto capítulo do trabalho.

## **1.5 JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA E ESTUDO DE CASO**

A escolha do presente tema e estudo de caso prende-se, numa primeira instância, com diversas particularidades do território de análise, que embora não reveja o produto turismo na natureza como principal representação da sua oferta turística, o vem gradualmente valorizando, estruturando e assumindo como um segmento estratégico complementar da sua oferta.

A realidade periurbana deste território, parcialmente enquadrado como Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC), traduz-se em pressões antrópicas variadas nos valores das suas áreas naturais (decorrente de visitação local, regional e externa), mostrando-se insuficiente a a o isolada e desintegrada dos órgãos de gestão deste território classificado, especialmente devido ao modelo adotado e   limita o de recursos afetos ao Parque Natural. Diversas iniciativas de a o parceira e cumulativa, de cariz associativo, empresarial e autárquico, vêm procurando adaptar este território num contexto de mudança dos paradigmas da visita o, sugerindo ruturas no entendimento do turismo e atividades na natureza enquanto principais agentes causadores de impactes no território.

Acredita-se, neste contexto, que a estrutura o de novos constructos de visita o nos territórios naturais classificados pode resultar em vantagens para a sua conserva o, apresentando resultados que vão além dos meramente económicos, ao traduzirem importantes consequências de ordenamento, gerarem conhecimento e sensibiliza o com resultados práticos no entendimento dos valores naturais e sociais destas áreas, potenciarem a qualidade de serviço dos agentes envolvidos e melhorarem a qualidade de vida e bem-estar dos seus visitantes.

Desta forma, a escolha de um conjunto de áreas classificadas sob gestão de habitat mostrou-se estratégica e potenciadora de novos desafios de investiga o aplicada em turismo na natureza, encerrando um conjunto de premissas que se assumiram como desafiantes para a análise em questão.

Paralelamente, salientar a rela o pessoal e profissional do autor com os territórios de estudo, enquanto residente e praticante de diversas atividades de natureza e aventura e por assumir responsabilidades profissionais no planeamento e gestão de produtos de turismo na natureza nos territórios de aplica o. A atividade profissional conduzida pelo autor permitiu ainda a rela o das dinâmicas ambientais com os paradigmas da visita o, sugerindo a sua aplica o no contexto da presente tese.

## **1.6 ORGANIZA O E ESTRUTURA DA TESE**

Para a realiza o desta investiga o, recorrer-se-  a uma análise aprofundada da literatura sobre as principais temáticas de estudo (figura 2) e   caracteriza o do território de aplica o, seguida de uma investiga o empírica aplicada ao território de análise, no sentido de se inquirir e auscultar alguns dos seus *stakeholders*, em particular os visitantes e órgãos de gestão com responsabilidades na defini o estratégica do produto turismo na natureza.

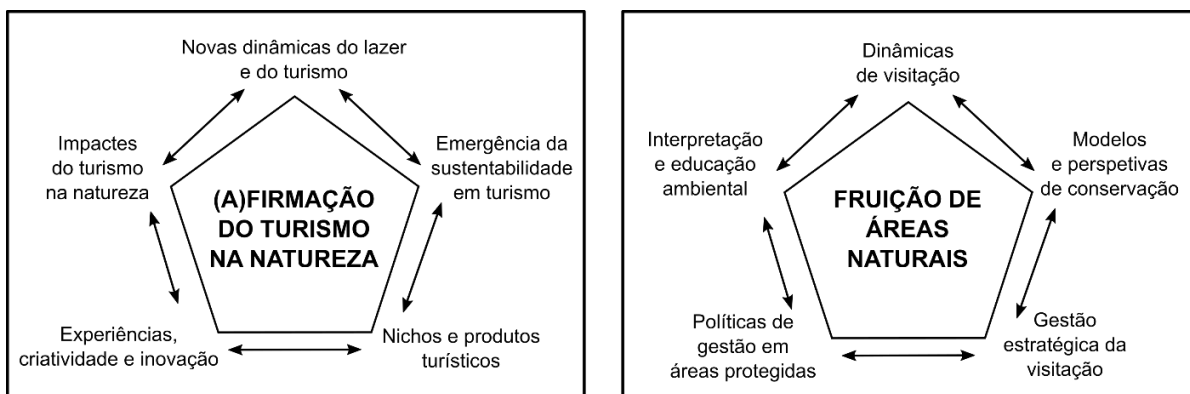


Figura 2 | Áreas conceituais associadas aos constructos da presente investigação

Neste contexto, a presente tese encontra-se estruturada em oito capítulos (figura 3). No primeiro, referente à introdução do trabalho, enquadram-se as temáticas em estudo, a problemática e contornos da investigação, os objetivos e hipóteses contemplados, a justificação do tema, estudo de caso e estrutura do trabalho.

O segundo e terceiro capítulos contemplam a revisão crítica do estado de arte, através da contextualização teórica e conceitual dos constructos basilares da investigação prevista na presente tese: “(A)firmiação estratégica do turismo na natureza”, abordando questões associadas ao contexto da expressão turística a nível internacional e nacional, impactes turísticos, emergência dos paradigmas da sustentabilidade em turismo, novas dinâmicas do turismo, lazer e experiências turísticas; e “A fruição de áreas com elevado valor natural”, expondo um conjunto de problemáticas associadas à relação entre ambiente e turismo, modelos de gestão e perspectivas de conservação, gestão estratégica da visitação e minimização ou mitigação de impactes.

No quarto capítulo é apresentada a metodologia da investigação empírica que suporta o presente trabalho, contextualizando os métodos de aplicação dos questionários e entrevistas semiestruturadas junto dos principais *stakeholders*.

No quinto capítulo é caracterizado o estudo de caso, contextualizando geograficamente o território de análise, recursos, potencialidades e produtos turísticos da região, áreas de gestão de habitat abordadas na investigação empírica e perspectivas de desenvolvimento do produto de turismo na natureza nestes espaços.

No sexto capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados dos instrumentos de aplicação. Estes resultados servirão de base ao modelo de gestão do território e de desenvolvimento do produto turismo na natureza apresentado no sétimo capítulo, onde se aborda uma súpula de ações estruturantes para este efeito.

No oitavo capítulo formula-se uma síntese dos principais resultados da investigação, sendo apresentadas as considerações finais, limitações e propostas de desenvolvimento futuro para as temáticas em estudo.



Figura 3 | Estrutura da investigação

## 2 (A) FIRMAÇÃO ESTRATÉGICA DO TURISMO NA NATUREZA

### 2.1 BREVE CONTEXTO DA EXPRESSÃO TURÍSTICA INTERNACIONAL E NACIONAL

*“Como atividade o turismo não reconhece fronteiras: mostra-se global e afeta o ambiente em que se desenvolve, a comunidade recetora, as economias que visa beneficiar e os turistas que o consomem enquanto experiência, produto e elemento das suas vidas” (Page, 2009: 7).*

O turismo entrou neste século como uma das mais relevantes atividades económicas mundiais, apresentando-se como setor altamente dinâmico, flexível e resiliente e que tem vindo a apresentar taxas de crescimento superiores às da economia mundial (Umbelino, 2017). Esse crescimento e expansão são resultado de muitos fatores, entre os quais se destacam a melhoria das condições de vida de uma parte significativa dos cidadãos, particularmente dos países desenvolvidos e emergentes e os fortes progressos a nível de transportes, acessibilidades e tecnologias de informação e comunicação. É igualmente de realçar a capacidade de adaptação do setor aos paradigmas de desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais global onde as fronteiras se tornam gradualmente mais ténues, num “entendimento do mundo como um todo, um sistema onde as diferenças socioculturais se erodem e uma ordem social homogénea se expande” (Mowforth e Munt, 1998: 12).

De facto, em poucas décadas, assistiu-se a mudanças profundas nos constructos políticos, económicos, ambientais e socioculturais das populações, particularmente no que respeita às nações ocidentais que continuam a dominar os fluxos turísticos internacionais. A resiliência do setor permitiu-lhe enfrentar desafios como guerras e conflitos territoriais, atos de terrorismo, crises e flutuações políticas e económicas, desastres naturais e epidemias, entre outros fenómenos que atingiram escala global com expressão muito acentuada (Beirman, 2003).

Resistindo a provações de inúmeras índoles, o sector tem vindo a crescer a um ritmo significativamente superior ao da economia mundial, diversificando-se, com a afirmação de vários destinos, particularmente fora do grupo de países mais desenvolvidos, que embora continuem a dominar o mercado turístico mundial, vêm progressivamente perdendo peso na distribuição das chegadas turísticas internacionais (figura 4).

Entre estes destinos emergentes, destacam-se vários países da região Ásia e Pacífico com um crescimento global na ordem dos 9% em 2016, figurando como exemplos de maior expressão de crescimento a Coreia do Sul, Japão, China, Tailândia ou Vietname (UNWTO, 2017b).

Estes dados refletem quer um posicionamento central de algumas nações ocidentais na súpula de principais resultados turísticos, bem como a centralidade dos mesmos sete países em ambas as análises, muito embora, reforça a Organização Mundial de Turismo (UNWTO, 2016), nestes destinos se encontrem diferenças significativas em termos de tipologias de mercados turísticos, estada média e gastos por viagem e noite.

Desde a segunda década do século XX que o crescimento da procura turística tem sido uma constante e bastante expressivo, salvo algumas oscilações decorrentes de fatores exógenos como o terrorismo (e.g. atentado de 11 de setembro de 2001), epidemias que atingiram escala global (e.g. pneumonia atípica em 2003), catástrofes naturais (e.g. tsunami no Sudoeste Asiático em 2004) ou crise financeira e recessão económica sentida desde 2009. Mesmo com algumas destas provações locais, regionais ou globais, a induzir, pontualmente, alterações na oferta e procura turísticas internacionais, o turismo mostra-se um setor resiliente com uma enorme capacidade de adaptação a externalidades (Silva, 2013).

Segundo dados da UNWTO (2016), em 2015, foram contabilizadas cerca de 1,2 mil milhões de viagens internacionais e a tendência de crescimento irá manter-se nas próximas décadas, sendo expectável um crescimento robusto na ordem dos 3% ao ano (figura 4). O futuro é, desta forma, promissor, prevendo-se 1,8 mil milhões de viagens internacionais em 2030, continuando certamente a nível internacional a ocupar um lugar predominante na agenda política, económica e social (UNWTO, 2016).

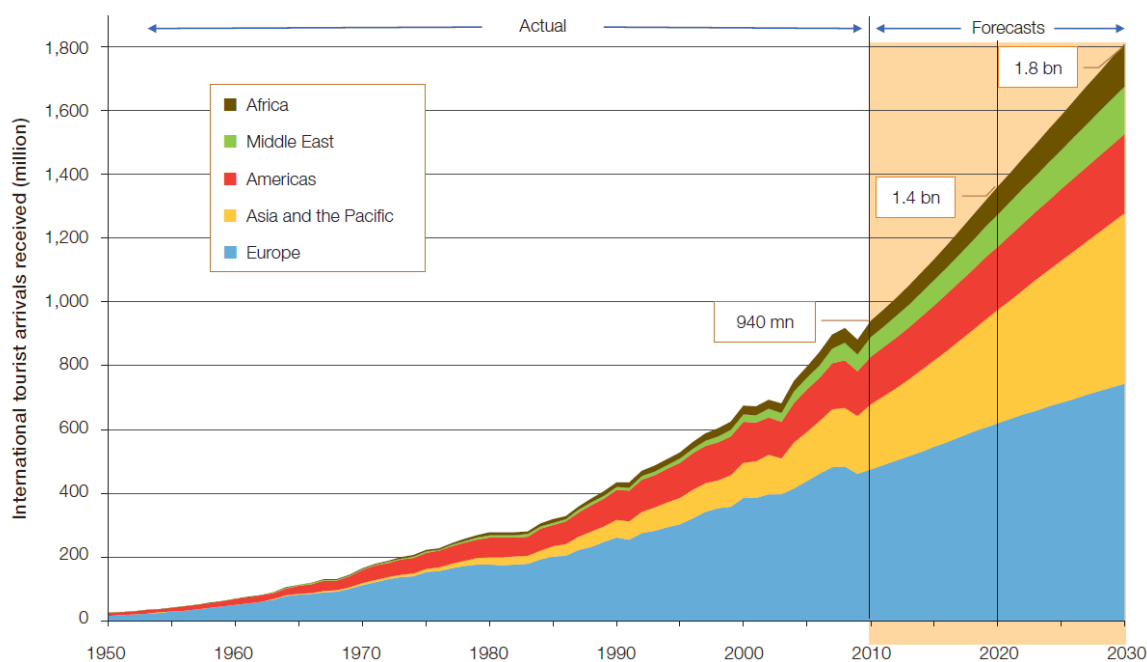


Figura 4 | Resultados e previsões das chegadas turísticas internacionais, entre 1950-2030 (UNWTO, 2016)

As estatísticas denotam ainda a expressão crescente de alguns destinos emergentes no panorama turístico internacional<sup>1</sup> que, entre 1990 e 2015, passaram de assegurar 31% das chegadas internacionais para 45%. Estima-se que em 2015 o setor turístico fosse responsável por 9,8% do produto interno bruto global, que oferecesse um em cada onze empregos existentes (284 milhões de empregos) e representasse 7% das exportações mundiais, correspondendo a 1,260 biliões de dólares americanos e assumindo o papel de principal setor de exportação de muitos países (WTTC, 2016a).

No contexto nacional, o turismo é claramente assumido como um vetor estratégico prioritário para Portugal, reconhecido pelo seu contributo significativo no aumento de receitas externas, cobertura do défice da balança comercial, fonte de emprego, reforço da imagem externa do país, valorização do património cultural e natural e promoção da melhoria de vida da população, coesão territorial e identidade nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril).

O setor está enquadrado desde 2007 no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), primeiramente no horizonte temporal 2006-2015 (MEI, 2006), posteriormente revisto e atualizado para o horizonte temporal 2013-2015 (MEE, 2012) face ao incumprimento dos resultados esperados na sua primeira versão (receitas turísticas 21,5% abaixo do esperado e número de hóspedes a 13% dos objetivos definidos, revelando expectativas pouco realistas). Neste plano, denotam-se os objetivos de promover um turismo “alavancado numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país (...) constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional” (MEE, 2012: 9).

A revisão do PENT revelou maior prudência na previsão de resultados, contextualizando aspetos como instabilidade económica e financeira da Europa, responsável, à data, por 85% das dormidas internacionais em Portugal (valor que em 2015 rondou os 70%), a evolução do PIB, os níveis de emprego e rendimentos disponíveis, bem como alterações crescentes nos consumidores e padrões de consumo (MEE, 2012: 6). Fixaram-se, assim, para o horizonte 2012-2015, os objetivos nacionais num crescimento médio de 3,1% número de dormidas (43,5 milhões) e 6,3% nas receitas turísticas (10,3 mil milhões), resultados cumpridos e ultrapassados face ao crescimento verificado nos últimos anos (quadro 1).

---

<sup>1</sup> Classificação de “mercados emergentes e economias em desenvolvimento” (n=152), baseada no relatório “Perspetivas da Economia Mundial”, do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2016: 148), entendida como todos aqueles que não se encontram classificadas como economias avançadas (n=39).

Quadro 1 | A procura e receita turística em Portugal, 2009-2016 (Dados: INE, 2017)

Ano*	Total		Hóspedes Nacionais				Estrangeiros		Total		Dormidas Nacionais				Estrangeiros		Saldo balança turística	
	10 <sup>3</sup>	Δ (%)	10 <sup>3</sup>	Δ (%)	10 <sup>3</sup>	Δ (%)	10 <sup>3</sup>	Δ (%)	10 <sup>3</sup>	Δ (%)	10 <sup>3</sup>	Δ (%)	10 <sup>3</sup>	Δ (%)	10 <sup>3</sup>	Δ (%)	10 <sup>3</sup> €	Δ (%)
2009	12927,9	-3,9	6449,2	1,6	6478,7	-8,9	36457,1	-7,1	13242,7	1,7	23214,4	-11,4	4206	-6,6				
2010	13537,0	4,7	6705,5	4,0	6831,6	5,4	37391,3	2,6	13783,1	4,1	23608,2	1,7	4648	10,5				
2011	13992,8	3,4	6580,5	-1,9	7412,2	8,5	39440,3	5,5	13436,6	-2,5	26003,7	10,1	5172	11,3				
2012	13845,4	-1,1	6160,7	-6,4	7684,7	3,7	39681,0	0,6	12424,5	-7,5	27256,6	4,8	5660	9,4				
2013	15209,6	9,9	6581,9	6,8	8627,7	12,3	43533,2	9,7	13151,0	5,8	30382,2	11,5	6130	8,3				
2014	17301,6	13,8	7397,2	12,4	9904,4	14,8	48711,4	11,9	14939,2	13,6	33772,1	11,2	7076	15,4				
2015	19161,2	10,7	8092,5	9,4	11068,6	11,8	53074,2	9,0	16158,4	8,2	36915,8	9,3	7839	10,8				
2016	21252,6	10,9	8691,2	7,4	12561,4	13,5	59122,6	11,4	17351,7	7,4	41770,9	13,2	8831	12,7				

Δ - Taxa de variação homóloga, considerando valores do ano anterior; \*Considerando valores referentes ao total de alojamentos turísticos.

De facto, Portugal superou as tendências europeias de crescimento verificadas em 2016 (que se fixaram na ordem dos 2%, correspondendo a 616 milhões de chegadas internacionais), demonstrando entre 2015 e 2016 uma variação positiva de 10,9% (21,3 milhões) no número de hóspedes e de 11,4% (59,1 milhões) no número de dormidas.

Segundo o Banco de Portugal (cit. por INE, 2016), a rubrica Viagens e Turismo da Balança de Pagamentos em 2016 obteve um crescimento significativo, na ordem dos 12,7%, atingindo os 12,7 mil milhões de euros, tendo as despesas totalizado 3,85 mil milhões de euros (um aumento de 6,6% face a 2015), resultando num saldo positivo de 8,8 mil milhões de euros.

A *World Travel & Tourism Council* (WTTC, 2016b) estima que, em 2015, o turismo tenha sido responsável por 6,4% do Produto Interno Bruto nacional, gerando aproximadamente 363 mil empregos<sup>2</sup> (7,9% a nível nacional), apontando uma previsão de crescimento desta rubrica na ordem dos 1,5% nos próximos 10 anos, onde espera que o setor das viagens e turismo seja responsável por 441 mil empregos.

No total de 136 países classificados pelo “*The Travel & Tourism Competitiveness Report*” promovido pelo *World Economic Forum* (WEF), Portugal encontrava-se em 2017 na 14ª posição (subida de uma posição face a 2015), entre os 15 destinos turísticos mais competitivos do mundo (WEF, 2017). Este resultado espelha os excelentes resultados na sua avaliação geral com destaque para as rubricas “infraestruturas de serviços turísticos” (4º classificado) e “saúde e higiene” (11º classificado).

Relativamente à origem destes visitantes, registaram-se, em 2016, no total de alojamentos turísticos cerca de 8691,2 milhões de dormidas de hóspedes nacionais e 12561,4 milhões de dormidas de hóspedes internacionais (INE, 2017), tendo como cinco principais mercados emissores o Reino Unido, França, Espanha, Alemanha e Holanda, que coletivamente asseguraram 45,5% do número de dormidas internacionais, assistindo-se,

<sup>2</sup> Contabilizando empregabilidade direta do setor turístico – hotéis, agentes de viagem, companhias de aviação e outros serviços de transporte de passageiros, atividades de restauração e lazer diretamente suportadas por turistas (WTTC, 2016b).

nos últimos anos, a uma ligeira tendência para a diversificação de mercados (47,3% em 2005) no panorama nacional (TdP, 2016).

Os resultados da procura revelam, porém, algumas assimetrias regionais, concentrando cerca de 70% das dormidas, em 2015, em três regiões nacionais, nomeadamente Algarve, Área Metropolitana de Lisboa e Região Autónoma da Madeira (quadro 2). Denotam igualmente, de acordo com o exposto em TdP (2016), que cerca de 90,3% das dormidas se concentram na região litoral do país, acentuando uma assimetria regional claramente associada à representatividade dos produtos identificados como estratégicos – turismo de sol e mar, circuitos turísticos religiosos e culturais, turismo de negócios, golfe, turismo de natureza, turismo náutico e turismo de saúde (MEE, 2012).

Quadro 2 | Assimetrias da procura turística em Portugal (2015), por NUTS II (adaptado de INE, 2016)

2015*	Total	Norte		Centro		A.M. Lisboa		Alentejo		Algarve		R.A. Madeira		R.A. Açores	
	10 <sup>3</sup>	10 <sup>3</sup>	%	10 <sup>3</sup>	%	10 <sup>3</sup>	%	10 <sup>3</sup>	%	10 <sup>3</sup>	%	10 <sup>3</sup>	%	10 <sup>3</sup>	%
Hóspedes	19 161	3 882,3	20	2 879,2	15	5 759,6	30	1 058,5	6	3 842,3	20	1 295,2	7	444,1	2
Dormidas	53 074	7 001,9	13	5 058,4	10	13 468,7	25	1 924,3	4	17 256,4	33	7 030,0	13	1 334,4	3
Prov. totais (€)	2 627 741	329 973,0	13	222 524,0	8	813 055,0	31	94 730,0	4	780 067,0	30	330 901,0	13	56 491,0	2

\*Considerando valores referentes ao total de alojamentos turísticos

Em 2015 identificou-se um índice de sazonalidade na ordem dos 37,5% (TdP, 2017a). Nos últimos dez anos este indicador acentuou-se, um diferencial que Silva (2017) associa a diversos fatores como o clima do nosso país, a organização laboral dos visitantes e respetiva afetação a férias escolares do agregado familiar, bem como a expressão significativa do produto sol e mar em território nacional (e.g. a região do Algarve apresentou a maior expressão neste indicador - 46% - em contraste com a Região Autónoma da Madeira, com 32,5%, e Área Metropolitana de Lisboa, com 32,9%).

No que respeita ao grau de habilitações da população empregada no setor turístico, notar que, em 2015, entre serviços de alojamento, restauração e agências de viagem, apenas 12% dos recursos detinha formação superior. Traçando uma comparação da realidade do setor turístico entre 2005 e 2015, nota-se ainda uma redução do número de postos de trabalho (cerca de 10.000 postos). Os rendimentos mostram-se igualmente afetados (acompanhando as tendências nacionais decorrentes do conjunto de medidas governativas aplicadas perante uma crise económica), permanecendo em média 33% inferiores aos salários do total da economia (TdP, 2017a).

O Turismo de Portugal parece contudo reconhecer e focar-se na atenuação destas problemáticas, revelando a intenção de crescimento do setor fora da época alta, de alargamento da oferta a outras regiões do país com base nos seus valores identitários e

capacidade de diferenciação e de melhoria das qualificações e condições dos colaboradores do setor (Villalobos, 2017).

No seguimento dos resultados apurados e perspetivas de desenvolvimento do setor turístico nacional, o Turismo de Portugal atualiza a sua visão em 2017, através do plano “Estratégia Turismo 2027 – Liderar o Turismo do Futuro” (TdP, 2016, 2017a), compondo um referencial estratégico para a próxima década, a ser materializado em planos de ação, programas e projetos de aplicação.

Como principais cenários, são previstos o aumento da procura (80 milhões de dormidas refletindo um crescimento médio anual de 4,2%) e receitas turísticas (26 mil milhões refletindo um crescimento médio anual de 7%). Destacam-se ainda como objetivos o aumento da qualificação dos trabalhadores da atividade turística; a redução do índice de sazonalidade de 37,5% para 33,5%; e a integração positiva do setor turístico na população residente e da sustentabilidade. São igualmente apresentados objetivos estratégicos no âmbito da eficiência energética, gestão racional do recurso água e gestão eficiente de resíduos no setor turístico.

Para o efeito, contempla-se um conjunto de representações nos principais ativos estratégicos (com reflexos nos produtos turísticos), divididos entre diferenciadores (atributos âncora, que pressupõem características endógenas do destino, capazes de estimular a procura, e.g. clima e luz, natureza e biodiversidade, água, história e cultura, mar), qualificadores (enriquecem a experiência turística, e.g. gastronomia e vinhos, eventos artísticos), emergentes (elevado potencial de desenvolvimento, e.g. bem-estar e *living*<sup>3</sup>) e transversais (identitários estimulando a disponibilidade para receber, e.g. pessoas).

De entre as linhas de atuação em projetos prioritários sobressai (corroborando algumas das premissas do presente projeto de aplicação), a necessidade de potenciar o património natural em estrita articulação com a garantia de assegurar a sua conservação, sendo contemplados diversos projetos de valorização económica e gestão ativa do património na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), Reservas da Biosfera e Geoparques (TdP, 2017a).

Identificam-se, ainda, como ações prioritárias, i) a necessidade de valorização e preservação da autenticidade do destino; ii) a estruturação e promoção de uma oferta que responda à procura turística; iii) o estímulo à competitividade das empresas em turismo; iv) a qualificação da oferta turística; e v) a criação de infraestruturas e serviços de apoio ao turismo na natureza, incluindo operações de revitalização e dinamização económica de aldeias e centros rurais com vocação turística (TdP, 2017a).

---

<sup>3</sup> Condições e perspetivas para o estabelecimento de residência habitual em território nacional.

Estes eixos prioritários traduzem um conjunto de dinâmicas e necessidades de planeamento e gestão turística explanadas nos capítulos seguintes, sendo porém necessária a sua desconstrução e adaptação ao contexto específico de cada território e produto turístico.

## 2.2 POTENCIAIS IMPACTES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

*“O termo “impacte” é amplamente utilizado com uma conotação pejorativa. Contudo, (...) os destinos procuram o desenvolvimento turístico e promovem-se de forma a atrair mais visitantes. Fazem-no, desejando (...) novos empregos, melhorias económicas, receitas tributárias superiores e oportunidades para as gerações vindouras. Obviamente, tratam-se de benefícios maioritariamente económicos, por vezes ilusórios e que podem justificar consequências adversas (...). As cedências estão por isso normalmente envolvidas” (Wall, 1996: 207).*

Assumindo um papel de destaque nos países desenvolvidos e uma expressão crescente nos países em desenvolvimento, muitas comunidades reveem a aposta no setor turístico com otimismo, assumindo-o como potencial agente de mudança socioeconómica, ao trazer benefícios como a criação de emprego, o empreendedorismo, a criação de novas infraestruturas e investimentos, o planeamento urbano, novas reestruturações económicas e a melhoria da balança económica dos destinos (Holloway, 2009; Wall e Mathieson, 2006).

Se, há algumas décadas, a atividade turística se restringia a um leque reduzido de pessoas com a devida disponibilidade e capacidade económica para se deslocar, um conjunto de premissas na segunda metade do século XX contribuiu significativamente para a rápida expansão e massificação do setor (Mason, 2008).

De facto, a expansão do fenómeno turístico, verificada especialmente a partir da segunda metade do século XX, acompanhou diversas dinâmicas de rutura e transformação a nível global. Estas são naturalmente questões amplamente retratadas por investigadores aquando da contextualização da evolução do fenómeno turístico (e.g. Berno e Bricker, 2011; Holden, 2000; Holloway, 2009; Joaquim, 1993; Mason, 2008; Page, 2009; Poon, 2003; Simões, 2008; Wall e Mathieson, 2006), que relacionam a sua expansão com fenómenos sociais sentidos, entre outros, nos domínios: i) económico e social (e.g. alterações demográficas, no estilo de vida, direitos e padrões de consumo das populações, refletindo-se em consequências nos seus paradigmas de lazer); ii) tecnológico (e.g. melhorias significativas na mobilidade e transportes no que se refere ao seu custo, duração e conforto, desenvolvimento de novos canais de informação e distribuição); e iii) de reestruturação do setor turístico (e.g. como a ampliação, flexibilização e dispersão da oferta face a uma procura em constante evolução, criação de inúmeros canais de distribuição e pacotes cada vez mais apelativos e acessíveis).

Em simultâneo com estas transformações, o turismo, sendo ele próprio muitas vezes o precursor da mudança, foi-se organizando, sofisticando e tornando cada vez mais competitivo. A resiliência do setor turístico está intrinsecamente associada quer aos elementos que o compõem, quer à sua dependência de inúmeras áreas de atividade e recursos (Sancho, 1998). Assente numa diversificada rede de serviços e comodidades, o setor adapta-se para responder às necessidades e preferências da procura, desenvolvendo novos canais de distribuição e uma oferta cada vez mais global, acessível e diversificada.

Page (2009) corrobora esta ideia, ao referir que enquanto atividade de consumo, o setor se vê obrigado a adaptar-se constantemente às características da procura, desenvolvendo novas ideias, produtos, serviços ou – em última análise - destinos. No entanto, o valor económico do turismo, enquanto motor de emprego, setor exportador e dinamizador da economia local, levou a que muitos países centrassem os seus modelos de desenvolvimento nesta atividade, assumindo-a como o seu principal produto doméstico e descurando algumas das suas implicações a nível de impactes negativos (Angelkova *et al.*, 2012; Budeanu, 2003; Page, 2009).

Tanto o turismo internacional como o turismo doméstico movimentam pessoas com historiais sociais e culturais distintos, sendo responsáveis pela redistribuição do seu poder económico em destinos com características próprias e resiliências díspares (Archer *et al.*, 2005). Estas diferenças são por vezes tão acentuadas que a compreensão mútua entre visitantes e comunidade local é substituída por hostilidades, face à diversidade e intensidade dos impactes que acabam por implicar (Archer *et al.*, 2005).

Conforme salienta Theobald (2005: 75), “o turismo tem tido de alguma forma impacte em tudo e todos em que toca”, e mesmo sendo entendido, em diversas realidades, como um importante impulsionador económico, importa depreender que não só o setor assume características muito particulares face a outras atividades económicas comuns, como dependendo do tipo de turismo praticado, características do turista, destino e comunidades, induzirá um conjunto de impactes económicos, sociais e ambientais variável entre destinos com características e capacidades de carga distintas. Wall e Mathieson (2006) reforçam esta opinião realçando a importância dos destinos assumirem uma definição concetual deste constructo e tomarem medidas para planear e gerir a sua capacidade de carga. Os autores entendem o conceito como o “número máximo de pessoas que podem utilizar um local, sem provocarem uma alteração inaceitável quer no seu ambiente físico, quer em qualquer dimensão ambiental, social, cultural ou económica do destino; e sem induzirem o declínio da qualidade da experiência vivida pelos visitantes” (Wall e Mathieson, 2006: 33).

Wall (1996) destaca a necessidade de considerar a ocorrência de abordagens díspares na avaliação de impactes turísticos. Na opinião do autor, cada estudo deve ser claro, classificando, entre outros indicadores, quantidades e tipologias de procura e oferta dos destinos avaliados, atividades realizadas ou características das comunidades recetoras e suas interações com os visitantes, de forma a contextualizar especificamente cada análise.

Trata-se, porém, de uma tarefa árdua e frequentemente pouco exata (Silva, 2013). Page (2009: 476) refere que em diversos casos se torna difícil endereçar a natureza específica de ocorrências, visto que é praticamente impossível reconstruir o ambiente original da análise sem os efeitos induzidos pelo turismo - “a complexidade das interações do turismo com o ambiente construído e físico tornam praticamente impossível a mensurabilidade precisa dos seus impactes”.

De facto, ao contrário de outros recursos de consumo, o turismo é um produto composto, envolvendo na sua atividade características tanto tangíveis e intangíveis, o que vem complexificar a análise dos seus impactes (Berno e Bricker, 2011; Buhalis, 2000). Neste contexto, e na sequência do exposto em Wall e Mathieson (2006), importa salientar algumas das características fulcrais da composição do setor que influenciam direta ou indiretamente a análise e avaliação dos seus impactes potenciais.

Tratando-se de um setor de exportação “invisível”, não existe uma transação tangível de produtos entre espaços, pelo que, a entidade exportadora fatura essencialmente rendimentos dentro da sua própria fronteira. A “produção” turística e o seu consumo são, desta forma, efetuados em complementaridade e *in loco* (Jones e Haven-Tang, 2005), requerendo a estruturação de um conjunto misto de produtos e serviços essenciais, complementares ou de suporte como transportes, alojamento, canais de distribuição e promoção ou estruturas de recreação. Estes elementos justificam investimentos, seja pela sua criação, expansão ou importação (Wall e Mathieson, 2006), bem como compromissos do próprio destino quanto à sua estratégia, planeamento, representações e competitividade.

O facto do setor turístico justificar um consumo local, na raiz dos destinos, influencia igualmente uma interação direta com normas, cultura e ambiente local, que pode ser desvirtuada ou desrespeitada, quando consumida em massa ou em maior expressão (Mason, 2008; Wall e Mathieson, 2006). Budeanu (2003) salienta que a componente pessoal do turismo, baseado em interações humanas e afetando comportamentos e valores morais, leva a que muito exista ainda por elucidar no que se refere aos impactes do turismo nas sociedades e culturas.

A relação de proximidade verificada entre os próprios requisitos do setor e as comunidades locais pode induzir a degradação de recursos, causar danos irreversíveis em ecossistemas sensíveis, provocar distúrbios nas comunidades, potenciar o desrespeito ou perda da identidade e autenticidade locais, levar a uma desadequada distribuição dos rendimentos do setor, excluir a comunidade local do processo turístico, entre outros efeitos (Angelkova *et al.*, 2012; Berry e Ladkin, 1997; DEAT, 2002; Neto, 2003; SCBD *et al.*, 2009; Tearfund, 2002).

Paralelamente, a maioria dos modelos de desenvolvimento turístico adotados nas últimas décadas mostrou-se muito associada a setores convencionais e de massas (Stamboulis e Skayannis, 2003), incipientes e altamente dominados por uma oferta praticamente exclusiva do setor privado, focada no lucro a curto prazo e desconsiderando os devidos processos de ordenamento (Brandão e Costa, 2008).

Sharpley (2000), reconhece que a maioria destes modelos clássicos se focava numa dependência acrescida do setor turístico, que se permitia figurar enquanto atividade económica dominante mesmo quando enquadrado no âmbito de políticas teoricamente pouco sustentáveis. Estas políticas – denota o autor - foram raramente questionadas pelos destinos, sendo os recursos locais - mesmo que possivelmente escassos - direcionados em várias ocasiões para a sustentação do setor, mesmo que tal estratégia implicasse a concorrência direta com outras atividades e conflitos com a comunidade local.

Por sua vez, Mckercher (1993) associa estes desequilíbrios à génese do próprio setor. Tratando-se de uma atividade de consumo local, o setor: i) compete por recursos, produz resíduos e apresenta necessidades específicas de infraestruturas; ii) depende de recursos, muitas vezes escassos, para o seu desenvolvimento, consumindo-os por vezes de forma exagerada e colidindo com necessidades de populações locais; iii) é dominado por interesses privados, focados na maximização dos lucros, justificando um conflito de interesses a não ser que se intercedam imperativos legislativos ou poupanças financeiras; iv) é diversificado e multifacetado, resultando num setor muito difícil de monitorizar e fiscalizar; v) destina-se a consumidores (e não a antropólogos) focados no seu próprio lazer e potencialmente indiferentes às necessidades das comunidades e ecossistemas; e vi) leva a que as comunidades sofram diretamente as consequências da pressão turística, podendo as receitas não reverter diretamente para as populações locais (McKercher, 1993).

A estas questões acrescem ainda algumas consequências decorrentes da interdependência do setor com uma ampla oferta de agentes e recursos com especificidades próprias e independentes (Jones e Haven-Tang, 2005).

Se, por um lado, os gastos turísticos são injetados diretamente nos serviços de consumo, justificando-se resultados diretos como novos investimentos, negócios e empregabilidade, e um conjunto de resultados indiretos como os decorrentes da tributação do consumo, melhorias nas infraestruturas de suporte ou extensões dos serviços comunitários; por outro, a interdependência e relação com setores conexos torna o setor mais instável, dependente de importantes flutuações de mercado (sazonalidade, crises políticas, fenómenos meteorológicos adversos, variabilidade de motivações da procura, etc.).

Mesmo considerando a crescente consciencialização dos cidadãos e organizações em torno do paradigma da sustentabilidade, considerados sinais importantes de mudança qualitativa, o crescimento do setor e práticas consumidoras de recursos têm acentuado a intensidade e as preocupações com os impactes negativos do turismo, o que reforça a importância da valorização da governança territorial (Silva, 2017).

Reconhecendo que estamos perante um enorme desafio e que urge agir para acelerar a progressão em direção à sustentabilidade, diversos investigadores consideram essencial pragmatizar e contextualizar os principais impactes associados ao setor turístico nas suas vertentes económicas, ambientais e socioculturais, tanto no que se refere aos positivos, como aos negativos (Archer *et al.*, 2005; Mason, 2008; Page, 2009; Ryan, 2003):

- Impactes económicos: e.g. potencial para reestruturar economias, investimentos em infraestruturas e economias de suporte, receitas internacionais, criação de emprego, estruturação de mecanismos de tributação direta e indireta, incentivo ao empreendedorismo e inovação, potencial de dependência de uma atividade em particular, inflacionamento de custos, competição por recursos escassos e acréscimo de importações, dependência da sazonalidade, custos adicionais para autoridades locais, debilidades nas condições laborais, aumento do custo de vida;
- Impactes ambientais: e.g. estruturação de novas fontes de receita, criação e partilha de conhecimento, desenvolvimento de novos processos de ordenamento e medidas de proteção ambiental, promoção de novas áreas protegidas, criação de normas e leis de suporte à conservação de habitats e espécies, revitalização e modernização de infraestruturas e paisagens, programas de envolvimento das comunidades, erosão, degradação e poluição ambiental, destruição de habitats e ecossistemas específicos, perda e competição por recursos naturais, esgotamento de recursos de suporte (rede hídrica), poluição sonora, aumento de emissões atmosféricas;
- Impactes socioculturais: e.g. incentivos às tradições, costumes e formatos de artesanato local, criação de emprego, revitalização de algumas regiões ou espaços, recuperação e exploração de património e artes socioculturais, melhorias na mobilidade e serviços de

suporte ao turismo, segregação de população local face aos visitantes, competição por terrenos e áreas de construção, coexistência e conflitos entre turistas e comunidade local, respeito pelas normas, costumes e tradições locais, perda de identidade e autenticidade cultural, acentuação da insegurança, desrespeito por traços arquitetônicos locais, aumento do congestionamento, ruído e produção de resíduos.

Poder-se-ão, desta forma, diferenciar nas suas mais variadas vertentes, diferentes impactos positivos e negativos do turismo, que com maior ou menor intensidade acabarão por se refletir nos destinos e ser assumidos como benefícios ou malefícios. A crescente projeção do setor justifica a necessidade de diversos órgãos de gestão territorial agirem preventivamente no seu planeamento estratégico e de ação, a todos os níveis de organização e governança, no sentido de promover as vantagens e atenuar as desvantagens da atividade turística (Budeanu, 2003).

Todos os agentes turísticos devem agir para promover uma maior sustentabilidade turística, sendo determinante o forte envolvimento da população local, através do estímulo ao desenvolvimento multidimensional das comunidades. Estas ações terão reflexos na componente operacional do setor, promovendo o respeito e a conexão entre a comunidade e os visitantes (ICRT, 2012).

### **2.3 A EMERGÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE EM TURISMO**

*“Poucas palavras estarão mais na ‘moda’ que sustentabilidade” (Moreira, 2005: 1).*

O conceito de “turismo sustentável” teve origem e vem evoluindo em consonância com o de “desenvolvimento sustentável”, importando, para a sua compreensão, contextualizar alguns dos marcos que levaram à criação e evolução do termo (Gonçalves, 2017; Moniz, 2009; Stanford, 2006; Weaver *et al.*, 1999).

O conceito de “desenvolvimento sustentável” surge com maior destaque e incidência, segundo Kemp *et al.* (2005), no período pós II Guerra Mundial, associado a um reconhecimento crescente: i) dos desequilíbrios na distribuição de riqueza à escala mundial e respetiva persistência ou degradação das condições de vida das populações dos países subdesenvolvidos; e ii) da pressão humana sobre os recursos e ecossistemas, associados a modelos de desenvolvimento altamente consumistas e poluentes.

Janssen *et al.* (1995: 2) contextualizam esta matéria, justificando que “apesar do progresso admirável das nossas economias em matérias de quantidade, (...) [se observava] um

declínio crescente na qualidade de vida e condições ambientais ao ponto de se poder vir a condicionar o bem-estar de gerações futuras”.

A preocupação pelo desenvolvimento humano tem sido reforçada através de várias conferências ou ações internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), realizada de 5 a 16 de junho de 1972, na qual foi reconhecido um conjunto de impactes antropogénicos em diversas regiões do globo, como “níveis preocupantes de poluição na água, ar, terra e seres humanos; distúrbios significativos e indesejáveis no balanço ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos irrecuperáveis; e ameaças à saúde física, mental e social do homem” (UNEP, 2017).

No mesmo ano, na obra “*The Limits to Growth*” (Meadows *et al.*, 1972), elaborada por uma equipa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (ITM) a pedido do Clube de Roma, reforça-se através de um modelo computacional a incompatibilidade do crescimento populacional com a poluição e escassez de recursos finitos verificadas, pressupondo-se um limite máximo de crescimento nos termos do desenvolvimento económico sentido à época e reforçando-se a necessidade de mudança indutora de um “estado de equilíbrio global” (Swarbrooke, 1999).

Neste sentido, um dos primeiros relatórios a introduzir os princípios da sustentabilidade (Moniz, 2009; Murphy e Price, 2005) surge em 1980, intitulando-se “*World Conservation Strategy: Resource Conservation for Sustainable Development*” (IUCN *et al.*, 1980), onde se associa o desenvolvimento económico à necessidade de preservar os recursos e se assumir uma capacidade de carga dos ecossistemas, com vista à sua disponibilidade para as gerações futuras.

Assume-se, nesta obra, uma primeira abordagem à relação entre a responsabilidade do desenvolvimento - “providenciar bem-estar económico e social,” e a necessidade de conservação – “assegurar a capacidade do planeta suster o desenvolvimento e suportar toda a vida”, numa análise essencialmente centrada na componente ambiental do desenvolvimento e contextualizada em Adams (2004), como “ecodesenvolvimento”.

O Relatório Brundtland, intitulado de “*Our Common Future*” (WCED, 1987), vem reforçar o conceito de sociedade sustentável como o novo paradigma de desenvolvimento, que “procura satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987: 37).

Assumindo-se a necessidade de transição para um crescimento “ambientalmente atento e igualitário”, passam-se a contemplar importantes desígnios nos contextos político e socioeconómico internacionais, como e.g. a revitalização e qualificação do crescimento

económico, necessidades essenciais como emprego, alimentação, energia, água e saneamento básico, evolução demográfica, recursos básicos, evolução tecnológica e a gestão ambiental no processo de decisão (Adams, 2004: 72).

Murphy e Price (2005) realçam algumas das premissas associadas ao constructo de sustentabilidade deste relatório, entre as quais: i) promoção de valores de consumo que respeitem os limites ecológicos e uma distribuição equitativa; ii) redistribuição da atividade económica e realocação de recursos; iii) harmonia entre a evolução demográfica e a produção potencial dos ecossistemas; iv) conservação de recursos básicos de suporte à vida no planeta; v) acesso equitativo aos recursos e controlo da sua saturação; vi) definição de capacidades de carga e uso; vii) conservação e diversificação de espécies; viii) minimização de impactes adversos; ix) controlo de decisões de desenvolvimento face às suas implicações nos ecossistemas; x) viabilidade económica; xi) monitorização e qualidade de práticas ambientais; e xii) equilíbrio entre prosperidade económica, qualidade ambiental e justiça social.

Atualmente, a sustentabilidade é entendida como um processo contínuo, onde o bem-estar humano, a conservação da natureza e o desenvolvimento futuro estão intrinsecamente associados (Liburd e Edwards, 2010):

*“O desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas um processo de mudança onde a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais são consistentes com o futuro e as necessidades do presente” (WCED, 1987: 30).*

Procurando atualizar a *“World Conservation Strategy”* (Adams, 2004), dissociando-se de manifestos puramente verdes (ecológicos), sugere-se uma nova perspetiva igualmente focada na qualidade de vida humana, como comprova a obra *“Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living”* (1991) que advogava: “necessitamos de parar de tratar a conservação e o desenvolvimento como se estes estivessem em oposição, reconhecendo que são ambos partes essenciais de um processo indispensável” (IUCN *et al.*, 1991: 8).

Nesta obra das organizações *International Union for Conservation of Nature (IUCN)*, *United Nations Environment Programme (UNEP)* e *World Wide Fund for Nature (WWF)*, integram-se e fortalecem-se os novos conceitos de desenvolvimento abordados nas obras predecessoras (figura 5), numa análise que procura cada vez mais focar-se na responsabilização dos agentes e sua atuação à escala local, nacional e global.

São desta forma identificados nove princípios de atuação com vista ao novo paradigma de sustentabilidade: i) respeito e cuidado para com a comunidade de vida; ii) melhoria na qualidade de vida humana; iii) conservação da vitalidade e diversidade do planeta; iv)

minimização do uso de recursos não renováveis; v) manutenção da capacidade de carga terrestre; vi) mudança nas atitudes e práticas da população; vii) afetação de responsabilidades das comunidades para com o seu ambiente; viii) estipulação de uma abordagem nacional de desenvolvimento e conservação; e ix) criação de uma aliança global (IUCN *et al.*, 1991).

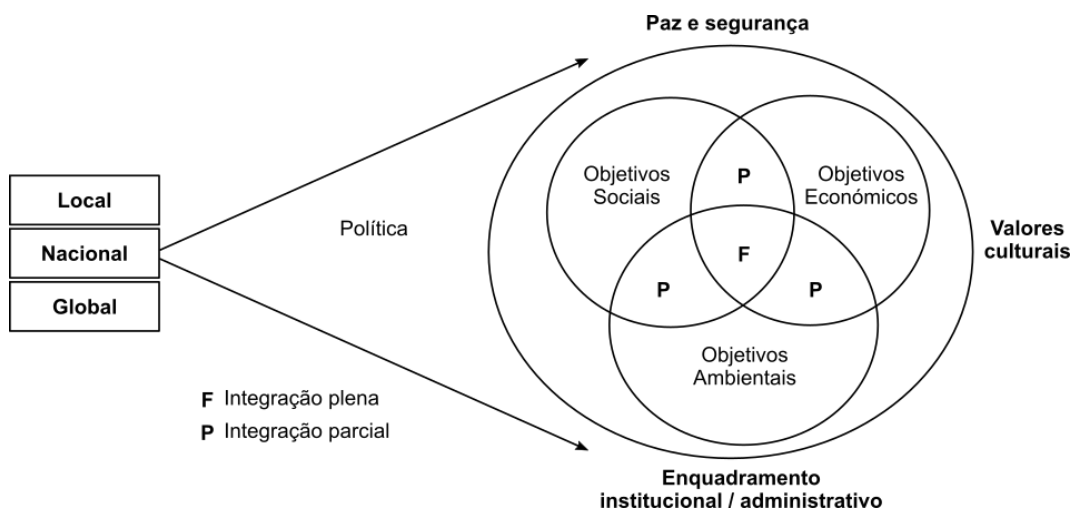


Figura 5 | Sistemas do desenvolvimento sustentável (Moniz, 2009: 19)

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra, ocorrida em 1992, representou outro marco na efetivação do fenómeno da sustentabilidade. Tendo juntado cerca de 172 estados, 116 chefes de estado, 8000 delegados, 9000 representantes da imprensa e mais de 3000 representantes de organizações não-governamentais (Adams, 2004), levou a que inúmeros países viessem a adotar a sustentabilidade como princípio basilar nas suas estratégias de desenvolvimento (WTO, 1998).

Desta conferência surgiram estratégias e medidas com vista ao reforço dos esforços internacionais para o desenvolvimento sustentável, resultando em diversos acordos legais, incentivos financeiros, parcerias tecnológicas e fortalecimento do papel de diversas instituições na instauração de políticas mais sustentáveis (Mowforth e Munt, 1998).

Como elemento condutor destas medidas, resulta da conferência a Agenda 21 (UN, 2017), um plano estratégico e de ação amplamente difundido, que procurou conduzir uma parceria global com vista à resolução de diversos objetivos de desenvolvimento:

*“a) Promover um sistema de comércio aberto, não discriminatório e equitativo que possibilite a todos os países, em particular aos países em desenvolvimento, melhorar as suas estruturas económicas e qualidade de vida das suas populações através de um desenvolvimento económico sustentado;*

*b) Melhorar o acesso de países em desenvolvimento aos mercados de exportação;*

- c) *Aperfeiçoar o funcionamento dos mercados de produtos essenciais e adotar políticas saudáveis, compatíveis e coerentes, a nível nacional e internacional, com vista à otimização deste setor e do desenvolvimento sustentável, tendo em consideração questões ambientais;*
- d) *Promover e apoiar políticas internas e internacionais que levem o crescimento económico e a proteção ambiental a apoiar-se mutuamente” (UN, 2017).*

Este conjunto de eventos e obras referenciadas traduzem uma aproximação ao conceito de desenvolvimento cada vez mais “influenciado pela ciência, pela conservação da vida selvagem, por preocupações sobre as relações económicas globais multilaterais e por uma gestão racional de recursos que procura maximizar o bem-estar humano” (Adams, 2004: 54). Mesmo que muitas destas políticas introduzam objetivos complexos e até inatingíveis, “trouxeram para a agenda quotidiana preocupações essenciais e definiram objetivos e um rumo para as políticas” de desenvolvimento globais (Silva, 2013: 64).

No que respeita à incorporação dos princípios da sustentabilidade no desenvolvimento turístico, embora não fossem diretamente abordados na Agenda 21 (salvo quando assumidos como importante medida de aplicação ou referenciados como parte do sistema comercial), tratando-se de um setor com cada vez maior exposição e impactes, acrescia o interesse da associação do setor ao desenvolvimento sustentável com vista à recuperação de uma oferta que começava a “destruir produtos que pensava promover” (Berno e Bricker, 2011: 13).

Em 1996, o *World Travel & Tourism Council (WTTC)*, a *World Tourism Organization (WTO)* e a *Earth Council* traspõem os princípios da Agenda 21 para as especificidades da Indústria de Viagens e Turismo (WTTC *et al.*, 1996), traçando um conjunto de linhas de orientação que visam responsabilizar todos os agentes a aplicarem modelos de gestão mais sustentáveis (Körössy, 2008; Neto, 2003).

Reconhecendo a crescente expressão e influência do setor nas comunidades e a necessidade de uma ação integrada dos agentes com vista à proteção dos recursos naturais e culturais, que são estruturais para o turismo, considera-se, nesta obra, o desenvolvimento turístico sustentável, como aquele que “encontra as necessidades dos turistas e populações locais preservando e potenciando oportunidades para o futuro [e] que orienta a gestão de recursos para que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser asseguradas mantendo a integridade cultural, processos ecológicos básicos, diversidade biológica e sistemas de suporte à vida” (WTTC *et al.*, 1996).

O papel ativo dos agentes é reforçado, distinguindo a responsabilidade de departamentos governamentais e associações em desenvolver sistemas e procedimentos de desenvolvimento da sustentabilidade enquanto apoio à tomada de decisão; e o papel das

empresas na identificação das ações necessárias que garantam o suporte das funções de gestão central (Körössy, 2008).

Embora se constitua como paradigma inovador no desenvolvimento turístico, enquanto filosofia multidimensional que veio superar paradigmas limitados, esgotados e ineficazes (Lima, 1997), a sustentabilidade permanece uma palavra “definida, interpretada e imaginada de forma diferente entre indivíduos, organizações e grupos sociais” (Mowforth e Munt, 1998: 22), levando à subsistência de um conjunto de inúmeras dúvidas e críticas sobre o conceito.

Conforme expõe Moura (2008: 129), “o discurso do desenvolvimento sustentável não está isento de críticas e restrições, seja pelo seu conteúdo ambíguo, pela fragilidade das explicações técnicas de como o atingir, pela discutibilidade dos critérios do que seja sustentabilidade e, enfim, pelas implicações éticas e morais que envolve”.

Segundo Hunter (1997), o paradigma acabou por se desvirtuar ao longo da sua aplicação ao turismo, de tal forma que algumas preocupações do turismo sustentável acabaram por se afastar dos seus conceitos parentais, podendo mesmo não contribuir efetivamente para um desenvolvimento sustentável das comunidades.

Na opinião de Swarbrooke (1999), o turismo pode implicar iniciativas que não respeitem por completo a tecnocracia, sendo que benefícios de algumas partes podem implicar custos de outras. O autor destaca que o processo da sustentabilidade depende das atividades do setor e das atitudes dos turistas, e não exclusivamente dos agentes e órgãos públicos com esse pelouro.

Se a responsabilização dos agentes e perspectiva de aplicação da sustentabilidade se mostram questões centrais no contexto turístico, “por se tratar de uma indústria com natureza complexa, fragmentada, multissetorial e orientada para o lucro”, muitas estratégias tendem a focar-se em projetos de desenvolvimento localizados, de pequena escala, raramente transcendendo fronteiras locais ou regionais (Hunter, 1995 cit. por Sharpley, 2000: 9).

Sharpley (2000) destaca o desequilíbrio global entre os principais fluxos turísticos que diminuem oportunidades para os países em desenvolvimento. Mesmo em contextos internos, o autor destaca que a oferta turística se revê em enclaves turísticos como os *resorts*, contribuindo para desigualdades nas oportunidades de desenvolvimento, destacando o papel dos órgãos governamentais no poder de decisão estratégico.

Segundo Brohman (1996), este desequilíbrio ganha ainda maior destaque pelo facto dos fluxos globais estarem ainda muito associados a nações ocidentais, e das componentes

mais lucrativas da oferta turística internacional, como os transportes, o marketing e os operadores, estarem geralmente incorporadas em redes económicas verticais, maioritariamente administradas por economias desenvolvidas, encorajando dependência acrescida de economias de outros países, criação de enclaves turísticos, reforço de desequilíbrios socioeconómicos e espaciais, degradação ambiental e alienação cultural.

Por sua vez, Godfrey (1998: 213) assinala que as motivações entre os vários promotores da sustentabilidade são distintas, visto que “o turismo sustentável representa, para alguns, novos produtos ou segmentos de mercado, e para outros um processo de desenvolvimento ou ainda os princípios orientadores aos quais todo o turismo devia aspirar”. Consequentemente, a sustentabilidade é moldada em função das vantagens competitivas que acarreta, mesmo sem um compromisso total na implementação dos princípios da sustentabilidade e implementação de medidas de fomento (Page, 2009).

A aplicação da sustentabilidade às diversas áreas de atividade mostrou-se viral, e conforme destaca Silva (2013), pode mesmo chegar a ser moldada em função de interesses específicos. Efetivamente, alguns exemplos remetem-nos para o facto desapontante de que “os grandes empresários estrangeiros procuram mostrar suas intenções e.g. ecologistas, porém os seus interesses estão acima de qualquer possibilidade de diminuir os seus lucros” (Santos Filho, 2003: 374 cit. por Oliveira e Fontana, 2006: 3).

Wickers (1992, cit. por Wheeler, 2003: 229) assinala que diversas entidades “estão simplesmente a promover um rótulo verde em torno de destinos com natureza descontrolada, sem pretenderem adereçar as consequências naturais associadas à sua promoção”.

A definição de turismo sustentável não se mostra consensual entre os agentes (Angelkova *et al.*, 2012), chegando a ser popularizada (com vista a diferenciação da oferta) como uma forma de praticar turismo de elite. Subsiste igualmente uma confusão semântica com outros termos como turismo alternativo, ecoturismo, turismo “verde”, *soft*, “gentil”, “apropriado”, progressivo, harmonioso, pós-industrial, de “baixo impacte” ou “baseado na natureza” (Berno e Bricker, 2011; Godfrey, 1998; Wheeler, 2003). Mesmo sem a devida uniformização do constructo, a maioria dos destinos faz questão de integrar o conceito nos seus planos de desenvolvimento estratégico.

De acordo com Viana (2007), a sua grande aceitação pelos agentes resultou principalmente das novas preocupações e interesses globais, mais atentos aos critérios ambientais e sociais, das alterações verificadas nas relações entre o setor empresarial, governo e sociedade, mais focadas na atitude responsável dos próprios agentes, e da

expansão e melhoria das tecnologias de informação. Acresce a este facto a necessidade de criar uma imagem de destaque segundo os novos padrões exigidos por um número crescente de turistas.

Mesmo que difíceis de operacionalizar, os princípios do desenvolvimento sustentável encorajam a avaliação crítica do turismo, promovem a inter-relação setorial e estimulam a cooperação entre diferentes *stakeholders*, um avanço no sentido de preservar quer o setor como um todo, quer a nível de cada um dos pilares de sustentabilidade (Berno e Bricker, 2011). Moreira (2005: 16) destaca que embora se possa considerar o desenvolvimento sustentável como utópico, este será uma exigência imprescindível, assumida como

*“um processo de organização da sociedade, ao nível das mentalidades e dos procedimentos, tendente a garantir a sobrevivência da espécie humana através da equidade social e da preservação ambiental, permitindo o acesso de um cada vez maior número de pessoas aos níveis de vida socialmente aceitáveis e, simultaneamente, garantindo uma utilização progressivamente mais eficiente dos recursos existentes.”*

Frey (2001: 116 cit. por Oliveira e Fontana, 2006: 3) salienta, contudo, a dificuldade de se reconhecerem as condições e compromissos associados às ações atuais que garantam a continuidade de recursos nas gerações futuras, apontando para a necessidade de atuação mais óbvia da sustentabilidade, classificando como “insuficiente uma teoria democrática normativa, estipulando um estado futuro desejável, sem oferecer estratégias para que este estado possa ser alcançado”.

Pende-se, desta forma, para a assunção de que “o desenvolvimento turístico sustentável é um processo”, sendo essencial, desde logo, identificar-se os meios apropriados para o despoletar (Godfrey, 1998 cit. por Stanford, 2006: 36). Fennel (2007) corrobora esta posição, argumentando que não sendo o desenvolvimento sustentável propriamente um fim, mas um processo a aplicar em todas as realidades turísticas, importa esclarecer uma componente mais operacional e objetiva aplicável a qualquer destino ou atividade turística.

Assumindo o conceito de turismo alternativo (ver subcapítulo 2.4 da presente tese), como como demasiado vago e inconsistente, a Organização Mundial de Turismo passa a promover, a partir da Conferência de Tamanrasset, em 1989, o constructo de “turismo responsável”. Este conceito, mais abrangente e inclusivo que o anterior, associa-se a todos os setores da atividade turística e, mais do que uma tipologia ou marca, pretende ter um carácter operacional adequado a qualquer formato da atividade turística (Stanford, 2008).

Na sequência destes paradigmas, surge em 2001 o Código de Ética Mundial para o Turismo, da Organização Mundial de Turismo, que veio reforçar o relevo e projeção mundial da responsabilidade em turismo (Brito, 1999; Silva, 2013), associando-se às mesmas componentes e defendendo que a conduta responsável permitirá conciliar de

forma mais sustentável componentes como a “economia e ecologia, ambiente e desenvolvimento, abertura às trocas internacionais e proteção das identidades sociais e culturais” (OMT, 2001).

Em 2002, da Conferência de Cape Town, um evento paralelo que precedeu o *World Summit on Sustainable Development*, resulta a Declaração de Cape Town, estruturando o conceito e premissas do turismo responsável, e potenciando uma atitude mais operacional e real do turismo sustentável, ao defender e apresentar algumas premissas práticas e aplicáveis a qualquer realidade turística (DEAT, 2002; TRTP, 2002).

Da II Conferência Internacional sobre Turismo Responsável nos Destinos, em 2008, resulta a ainda a Declaração de Kerala, outro marco global que veio reforçar a necessidade de envolvimento de todos os *stakeholders* no desenvolvimento turístico e destacar diversas recomendações mais operacionais, estruturadas em temáticas de análise – educação e aprendizagem, campanhas de sensibilização, *media*, *empowerment*, garantia da responsabilidade, governança, processos entre vários *stakeholders*, parcerias, turismo de base comunitária, mercados, condição de deficiência e inclusão, sustentabilidade comercial, sustentabilidade ambiental, monitorização, mediação e comunicação e sistemas de prémios (Kerala Tourism e ICRT India, 2008; Silva *et al.*, 2013).

Embora fulcral pelas orientações que incute ao setor, o turismo sustentável poderá considerar-se uma visão abstrata e utópica, não dispensando uma “ação mais prática, imediata, dirigida e compreensível” (Silva, 2013: 123). O turismo responsável, por sua vez, enquadra-se de uma forma mais pragmática no planeamento, gestão e desenvolvimento de produtos, de forma a proporcionar impactes económicos, sociais, culturais e ambientais mais positivos. Pretende-se, nesta ótica, a oferta de experiências gratificantes, enquanto se proporciona à comunidade local – um dos focos operacionais deste paradigma - uma melhor qualidade de vida e conservação do seu ambiente natural (WSSD, 2003).

As práticas responsáveis em turismo pressupõem uma atuação contínua e perceptível de melhorias equilibradas nas dimensões que o constituem, responsabilizando os atores e definindo os métodos e medidas operacionais para a sua satisfação global, numa lógica de criação de melhores locais, não só para as pessoas visitarem, mas também para se viver (DEAT, 2002; ICRT e GTA, 2006; TRTP, 2002).

Assumem-se, assim, os diversos impactes do setor turístico, procurando-se a minimização dos negativos e maximização dos positivos, nos foros ambiental, social, cultural e económico. Isto é conseguido, por exemplo, envolvendo a população local e estimulando o desenvolvimento multidimensional das comunidades, contribuindo ativamente para a

conservação da natureza, estimulando a acessibilidade no setor ou promovendo o respeito e a conexão entre a comunidade e os visitantes (ICRT, 2012).

Desta forma, “o desenvolvimento dos produtos, políticas, planeamento e marketing podem ser institucionalizados de forma a assegurar que os turistas, população local e investidores venham a colher benefícios a longo prazo de uma indústria saudável e vibrante” (Stanford, 2006: 41), ou seja, mais sustentável.

Silva (2013: 137), refere que “o envolvimento de todos os agentes para um turismo mais responsável, implica uma cadeia interligada de influências e exigências, com as empresas e organizações, tanto a agirem em resposta aos interesses e atitudes dos turistas, como a serem influenciadores dessas atitudes mais responsáveis”. Esta associação permite conciliar o acréscimo das receitas turísticas e do número de visitantes com a oferta de experiências satisfatórias, memoráveis e lucrativas, promover o bem-estar dos residentes e fomentar a preservação do capital natural do destino para as gerações futuras (Ritchie e Crouch, 2003).

O setor turístico encontra-se, desta forma, numa fase de evolução e adaptação aos novos paradigmas de desenvolvimento, com reflexos nas práticas de todos os *stakeholders* (Mason, 2008:26). O sucesso das políticas de gestão dos destinos derivará da sua capacidade de equilibrar práticas de planeamento, gestão económica, ambiental e social (Vanhove, 2006), em ações congregadas do destino como um todo, sustentada em políticas responsáveis e fundamentadas por uma adequada governança (Silva, 2013).

## **2.4 NOVAS DINÂMICAS EM TURISMO: O TURISMO NA NATUREZA**

*“Para o turismo ser sustentável, todas as formas de turismo (não apenas os formatos elitistas de turismo alternativo) devem ser conduzidas aos objetivos da sustentabilidade” (Berno e Bricker, 2011, pp. 11-12).*

A rápida expansão do turismo verificada nas décadas de 1950, 1960 e 1970, concentrou-se, essencialmente, numa oferta de massas pautada por modelos estandardizados de pacotes turísticos, como base estrutural de grandes corporações focadas no lucro dos seus negócios (Poon, 2003).

Acompanhando as transformações dos paradigmas de desenvolvimento, estes modelos ligados à massificação dos destinos, com excessiva urbanização e desnaturalização, tornaram-se, nas últimas décadas, cada vez mais intoleráveis pelos consumidores, em particular nos domínios ambiental e sociocultural, com reflexo nos aspetos éticos, políticos e ideológicos do debate (Mihalič, 2006).

Assiste-se, assim, a uma rápida evolução de perfis sociológicos, culturais, tecnológicos e políticos, cada vez mais isolados face a qualquer outro momento da história da humanidade (Tirados, 2011). Diversos autores assinalam fortes alterações no perfil do “turista moderno”, induzidas, numa primeira instância, por determinantes de variadas índoles, como o aumento de rendimentos *per capita* e conseqüente poder de compra, o aumento de tempo livre, o direito a férias pagas, o surgimento de rendimentos duplos nos agregados familiares e a crescente pressão de uma rotina cada vez mais desafiante, justificando escapes e o aparecimento de novas formas de recreação. Estas premissas estão interligadas com importantes progressos a nível da acessibilidade, da educação e da tecnologia (Wall e Mathieson, 2006).

No seguimento desta análise, Buhalis (2001) identifica quatro premissas essenciais na base das alterações do perfil dos “novos turistas”, nomeadamente: i) a proliferação das novas tecnologias nos sistemas de transportes e informação; ii) a preocupação com as questões ambientais; iii) a crescente facilidade no acesso à informação sobre diferentes culturas; e iv) a procura gradual por programas de recreação e educação como oportunidades de desenvolvimento pessoal.

Stanford (2006, 2008) aprofunda algumas destas questões, apresentando uma súpula de alterações no perfil dos turistas, tais como; i) a crescente interatividade dos viajantes; ii) o acesso a tecnologias de informação e decorrente autonomia no planeamento de viagens; iii) a maior capacidade de compra face a gerações anteriores; iv) a crescente preocupação por questões ambientais; v) a apreciação de atividades na natureza e de *outdoor*; vi) a preocupação por questões de saúde e bem-estar; vii) o interesse crescente por experiências potenciadoras do desenvolvimento pessoal; viii) o desejo de interação com a população local dos destinos; e ix) a aquisição de experiências mais autênticas que valorizem o património local.

De modelos industrializados de consumo turístico (aplicação de princípios fordistas<sup>4</sup>) evolui-se para dinâmicas pós-contemporâneas, onde os consumidores guiam os próprios sistemas de produção em turismo (Robinson e Novelli, 2005). Estes “novos turistas” (figura 6) mostram-se cada vez mais experientes e independentes, privilegiando aspetos como a natureza, a pequena dimensão, a informação, o acesso à tecnologia, a flexibilidade, o respeito pelo ambiente e o contacto com as populações locais, revelando-se mais informados e exigentes e induzindo a personalização da oferta turística (Brito, 1999;

---

<sup>4</sup> Termo derivado da linha de produção industrial estabelecida por Henry Ford, associada à produção em massa de bens altamente estandardizados, nova imposição estética e comodificação da cultura (Arnegger *et al.*, 2010).

Cooper *et al.*, 2007; Hales, 2006; Lima e Partidário, 2002; Moscardo, 2006; Page e Connell, 2006; Poon, 2003; Arnegger *et al.*, 2010; Holden, 2000; Jelinčić e Žuvela, 2012).

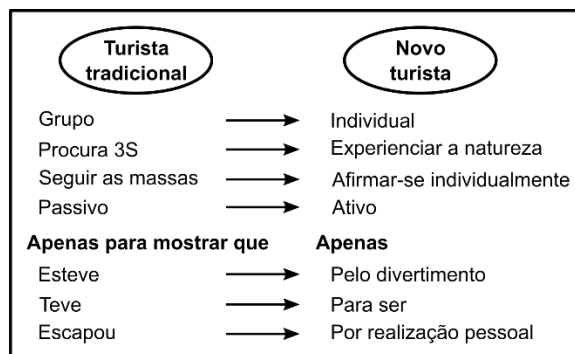


Figura 6 | Características dos “novos turistas” (Poon, 2003)

Destes paradigmas da procura resulta uma nova era da oferta turística, pautada pela flexibilidade, segmentação, integração diagonal<sup>5</sup> e experiências de férias mais autênticas (Fayos-Solá, 1994; Poon, 2003). Apregoam-se viagens mais ativas, genuínas e um turismo adequado às necessidades individuais ou de pequenos grupos, como alternativa a um modelo de larga escala e com reforço de uma maior aproximação com os meios sociocultural e ambiental dos destinos (Kastenholz, 2009).

Surgem novos modelos de desenvolvimento, mais responsáveis, conscientes da efemeridade dos recursos, da desequilibrada distribuição da riqueza e incapacidade resultante de continuação dos sistemas de consumo vigentes (Silva, 2013). Os agentes e operadores parecem associar-se a práticas mais responsáveis, que incorporam preocupações ambientais e de minimização de impactes sobre as sociedades e culturas.

Verifica-se, assim, o acréscimo da relevância de novas formas de **turismo alternativo** [aos formatos massificados de consumo turístico] (Joaquim, 2012), frequentemente caracterizado como o desenvolvimento apropriado aos valores ambientais, sociais e culturais de um destino, minimizando as consequências negativas para as comunidades locais e otimizando os seus benefícios (Sharpley, 2009). Do foco exclusivo no planeamento físico das facilidades turísticas e promoção externa, passam a considerar-se interesses e necessidades dos diversos *stakeholders*, fomentando-se sinergias nos domínios social, económico e ambiental (Sancho, 1998) que se aproximem, de forma cada vez mais premente, ao extremo concetual associado ao turismo alternativo (quadro 3).

<sup>5</sup> “Processo onde empresas de serviços integram atividades novas e diferenciadoras, através de sinergias importantes, melhorias do seu sistema e economias de escopo” (Poon, 2003, pp. 134-135).

Quadro 3 | Características dos extremos conceituais - turismo de massas e alternativo (Weaver *et al.*, 1999)

CARACTERÍSTICA	TURISMO DE MASSAS	TURISMO ALTERNATIVO
<b>Mercados</b>		
<i>Segmentação</i>	Psicocêntricos - mesocêntricos	Alocêntricos - mesocêntricos
<i>Volume</i>	Elevado	Baixo
<i>Planeamento</i>	Pacotes turísticos	Soluções individualizadas
<i>Sazonalidade</i>	Difere entre épocas baixas e altas	Diferença atenuada
<i>Origens</i>	Alguns mercados dominantes	Sem mercados dominantes
<b>Atrações</b>		
<i>Ênfase</i>	Altamente comercializáveis	Moderadamente comercializáveis
<i>Caráter</i>	Genérico; artificial	Específico, autêntico
<i>Orientação</i>	Turistas	Turistas e população local
<b>Alojamento</b>		
<i>Dimensão</i>	Grande escala	Pequena escala
<i>Localização</i>	Concentrado em áreas turísticas	Disperso pelo território
<i>Densidade</i>	Elevada densidade	Baixa densidade
<i>Arquitetura</i>	Estilo internacional, intrusivo	Estilo tradicional, não intrusivo, complementar
<i>Propriedade</i>	Não local, grandes empresas	Local, pequenos negócios
<b>Status económico</b>		
<i>Papel do turismo</i>	Domina economia local	Complementa atividade existente
<i>Ligações</i>	Maioritariamente externas	Maioritariamente internas
<i>Escoamento</i>	Extensivo	Mínimo
<i>Efeito multiplicador</i>	Baixo	Elevado
<b>Regulamentação</b>		
<i>Controlo</i>	Setor privado não local	Comunidade local
<i>Quantidade</i>	Mínima, facilitação do setor	Extensiva, redução de impactes
<i>Ideologia</i>	Forças de mercado abertas	Intervenção pública
<i>Ênfase</i>	Crescimento económico focado no lucro	Qualidade de vida da comunidade integrada
<i>Período de tempo</i>	Curto prazo	Longo prazo

Enquadrados como produtos “mais responsáveis”, os formatos de turismo alternativo são inicialmente encarados como uma resposta às adversidades do turismo massificado, visando a pequena escala (quantidade e concentração), a sustentabilidade e a qualidade da oferta (Silva, 2013).

Estas premissas refletem-se, na prática, em elevadas taxas de administração local, minimização de impactes sociais e ambientais, maximização de ligações aos setores das economias locais, retenção local dos gastos turísticos, partilha e envolvimento local no processo de decisão e poder local, ritmo de desenvolvimento gerido e controlado pelas comunidades locais, ao invés de influências externas e, naturalmente, numa oferta personalizada e de pequena escala, associada ao turismo de nichos (Benson, 2005).

O constructo de **turismo de nichos** surge como oportunidade de inovação e potenciação do processo de desenvolvimento turístico e territorial, sugerindo a segmentação de um conjunto sofisticado de práticas que distinguem e diferenciam turistas e produtos turísticos (Robinson e Novelli, 2005; Simões e Ferreira, 2009). Remete-nos, desta forma, para uma oferta de serviços cada vez mais personalizados, direcionados para grupos de clientes gradualmente mais especializados (figura 7) com particularidades e exigências semelhantes (Silva, 2013). De facto, conforme salientam Robinson e Novelli (2005: 5),

“num extremo do espectro poderá ser definida como a divisão contínua de setores de mercado relativamente largos (macro nichos - e.g. turismo cultural, turismo rural, turismo desportivo) capazes de uma maior segmentação (micro nichos – e.g. geoturismo, turismo gastronómico, cicloturismo). No outro extremo, o turismo de nichos concentra-se em segmentos de mercado muito precisos que dificultam divisões posteriores.”

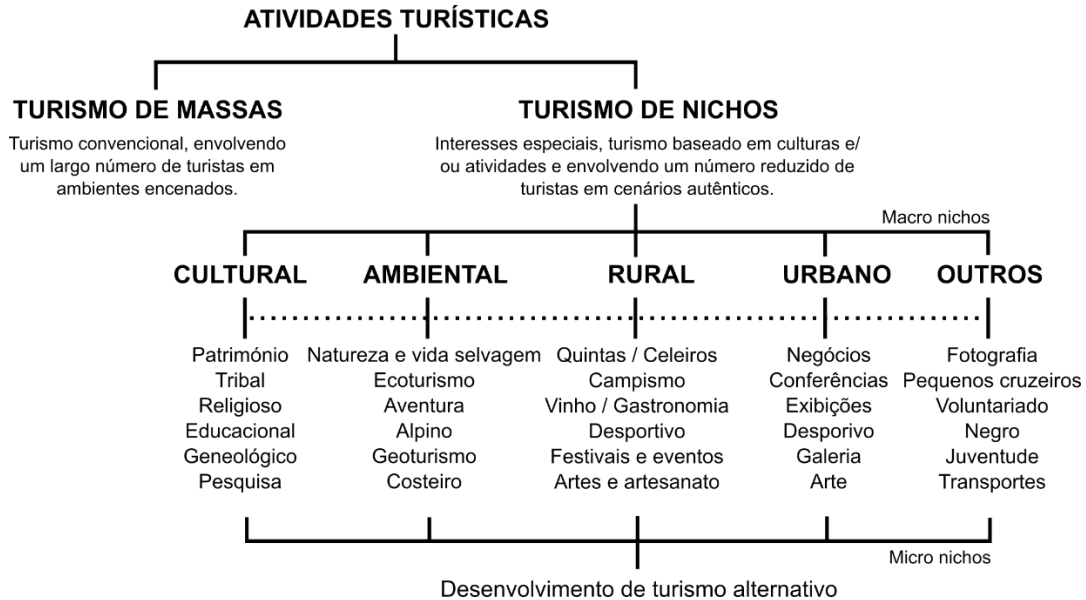


Figura 7 | Componentes do turismo de nichos e exemplos de segmentos (Robinson e Novelli, 2005)

Embora se tenha verificado uma expansão do turismo alternativo e de nichos, esta transição não implica necessariamente a desintegração de uma absorção da procura global pelo turismo de massas, que, segundo Silva (2013), continuará a dominar a oferta, adaptando-se às novas tendências da procura. Na opinião do autor, o turismo de massas pode, em certos casos, ser injustamente referenciado como contraindicado ou pejorativo para o destino turístico, visto existirem modelos onde, quer por um planeamento mais adequado, ou níveis de capacidade de carga mais elevados, os impactes do setor serem reduzidos ou fáceis de corrigir, ou mesmo só se justificarem certos investimentos que exigem uma procura de massas para a sua rentabilização.

Sharpley (2000: 14) ressalva que, apesar da crescente expressão destes serviços locais de pequena escala (alternativos, de nichos ou mais responsáveis), que procuram responder aos desequilíbrios normalmente associados a uma oferta massificada, ainda se verificam problemas de necessidade e dependência que muito dificilmente serão ultrapassados. Estas questões, destaca o autor, poderão não ser surpreendentes, dado o “caráter inerentemente imperialista e dependente da produção turística a uma escala global” e o facto das características do consumo turístico não se encaixarem facilmente nos princípios de desenvolvimento endógeno e alternativo.

Por sua vez, Weaver (2014) desconstrói algumas das premissas associadas ao turismo alternativo identificando algumas das suas contradições: i) expectativas irrealistas ou inalcançáveis, apontando o caráter intrusivo e destrutivo de algumas iniciativas de turismo alternativo, levando a conflitos com as comunidades locais, motivações de visita egoístas e pouco altruístas; ii) dependência de sistemas massificados, como transporte, mediatização, redes de transação financeira; iii) o crescimento paradoxal do sucesso, acreditando que o sucesso de iniciativas de pequena escala tenderão para uma escala cada vez mais significativa; ou iv) acomodação não recíproca, advogando que o turismo alternativo será incapaz de absorver a procura do turismo de massas. O autor releva, contudo, que embora o turismo de massas esteja associado a grandes infraestruturas e investimentos, deve incorporar princípios do turismo alternativo.

A Organização Mundial de Turismo expressa a mesma preocupação, ao assumir que “as linhas de orientação e práticas de gestão do desenvolvimento turístico sustentável se aplicam a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos, incluindo quer o turismo de massas, quer os vários segmentos de turismo de nichos” (UNWTO, 2017a).

Nesta análise importa ainda considerar que a transição para modelos mais alternativos não pode ser interpretada como uma transformação rígida cronologicamente diferenciada por estágios de evolução, sendo o turismo um setor com inúmeras camadas, fronteiras e conexões com outras áreas da economia, incluindo estruturas pré-fordistas, fordistas e pós-fordistas (Arnegger *et al.*, 2010).

Weaver (2001) aprofunda estas considerações, contextualizando um conjunto de estágios de adaptação do setor turístico à crescente perceção dos seus impactes nos territórios e comunidades. Segundo este autor, a avaliação dos impactes do setor turístico não deve depender da escala da oferta (*e.g.* turismo de massas versus turismo alternativo), mas da eficiência de cada gestão, avaliando se as práticas responsáveis são aplicadas às circunstâncias de cada destino.

Mihalič (2006: 112) sugere que o movimento ambiental fez sobressair a importância dos recursos naturais na oferta turística, e que esta se encontra atualmente muito associada à dinamização de recursos “naturais como água, praias, neve, florestas, paisagens, grutas, fauna e flora, assim como a atrações socioculturais, como civilizações antigas ou populações endógenas”.

Embora o **turismo na natureza** se constitua atualmente como um dos principais produtos a nível global, com taxas de crescimento superiores às do próprio setor turístico (Balmford *et al.*, 2009; Buckley *et al.*, 2003; Huybers e Bennett, 2003; Mehmetoglu, 2007; Naidoo *et*

*al.*, 2011; Nyaupane *et al.*, 2004; Pickering e Weaver, 2003), este surge originalmente como um nicho potencialmente alternativo e promovedor de práticas mais responsáveis e sustentáveis. Diversos autores exploram a sua representatividade nas dinâmicas e tendências atuais, avaliando se a sua dimensão, taxas de crescimento, ubiquidade, diversidade e variedade de impactes se contrapõem à sua associação a paradigmas responsáveis.

A atual dimensão e representatividade deste produto nas estratégias turísticas dependerão, naturalmente, da forma como a caracterização do produto é assumida, do que nele se inclui, das motivações consideradas, da forma como se organizam os gastos dos turistas e da constituição da oferta (Buckley *et al.*, 2003).

Assumindo, neste contexto, a discrepância decorrente da variabilidade regional associada aos dados apresentados, que expressam realidades e metodologias díspares, Fillion *et al.* (1994) estimavam que, nos anos 1990 o turismo na natureza apresentasse uma representatividade na ordem dos 40% a 60% dos visitantes internacionais, enquanto Lindberg *et al.* (1997 cit. por Nyaupane *et al.*, 2004) revelavam que o segmento do turismo na natureza poderia ser responsável por 7% a 10% dos gastos turísticos internacionais, se verificadas as previsões de crescimento da Organização Mundial de Turismo.

Baseando-se no estudo da *The International Ecotourism Society (TIES, 2000)*, Mehmetoglu (2007: 651) revela que praticamente “60% dos turistas internacionais podem ser considerados turistas na natureza” e que o setor cresce na ordem dos 10% aos 30% ao ano, acima de qualquer outro segmento turístico. Por sua vez, a análise da THR (2006) aponta o turismo de natureza como a principal motivação de viagem para cerca de 9% das viagens realizadas por europeus, crescendo a um ritmo anual acumulado de 7%.

Reconhecendo o turismo na natureza como uma indústria internacional com uma expressão que pode atingir os 250 mil milhões de dólares americanos, Buckley (2003) ressalva que a expressividade internacional do setor está diretamente associada à assunção das suas componentes, assinalando que se desagregarmos as motivações e os gastos turísticos e se assumirmos economias paralelas do setor (e.g. produção de equipamentos), o mesmo pode vir a representar uma expressão económica superior.

Weaver (2001) assinala que a intensidade das motivações associadas à prática de turismo na natureza, ou ecoturismo, podem facilmente induzir estas estatísticas, reduzindo-as quando considerada uma procura altamente especializada, ou aumentando os resultados quando contemplada uma procura genérica, onde o ecoturismo se enquadra, por exemplo, como uma atividade numa viagem com diversos outros propósitos.

Apesar da valorização e crescente expressão do turismo na natureza, continua a não existir consenso em torno da sua definição (Fredman e Tyrväinen, 2010), variando ao nível da: i) envolvimento territorial (e.g. praticado apenas em áreas protegidas ou envolvendo outras áreas não classificadas); ii) necessidade de incluir interpretação e educação ambiental; iii) tipologia de oferta (e.g. atividades de recreação ou associadas à oferta de alojamento e outros serviços); ou iv) níveis de impactes e responsabilidade (e.g. questiona-se a inclusão de atividades mais impactantes como as que recorrem a veículos motorizados em zonas sensíveis).

De facto, conforme referem Silva e Carvalhinho (2017: 259), a abrangência do termo dificulta, desde logo, uma “definição internacional unânime”, verificando-se alguma confusão em torno das suas fronteiras, semântica dos termos utilizados, perfil ou motivações dos seus consumidores. De acordo com estes autores, a multiplicidade de definições deste produto (quadro 4), advém da perspetiva sobre a qual se encara a definição do termo, genericamente enquadradas entre “i) as que enfatizam a componente territorial (visitação a áreas naturais); ii) as que focam a participação em atividades ou experiências relacionadas com atrativos naturais; e iii) as que valorizam a componente relacionada com a sustentabilidade”.

Quadro 4 | Definições associadas ao constructo de turismo na natureza (adaptado de Silva, 2013)

Graburn (1983)	Turismo praticado em áreas predominantemente naturais, podendo ser dividido em turismo ecológico e ambiental.
Lucas (1984) cit. por Valentine (1992)	Turismo baseado na apreciação de áreas naturais e na observação da natureza, especificando que tem um baixo impacte ambiental e contribui socialmente e economicamente para a nação.
Valentine (1992: 108)	Associado à fruição direta de algum fenómeno da natureza relativamente intacto.
Goodwin (1996)	Qualquer forma de turismo com o propósito de desfrutar de áreas naturais pouco desenvolvidas ou da vida selvagem.
Hemmi (1995) e Valkama (1997) cit. por Björk (2000: 197)	Turismo em áreas naturais com foco em experiências relacionadas com produtos baseados na natureza
Mckercher (2002: 17)	O turismo na natureza engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo.
Macouin e Pierre (2003: 1)	Turismo de natureza é a forma de turismo em que a motivação principal é a observação e interpretação da natureza.
Collin (2006: 204)	Viagem para lugares intocados para experienciar ou desfrutar da natureza.
Laarman e Durst (1987 cit. por Mehmetoglu, 2007: 651)	Tipo de atividade turística que contém três elementos específicos: educação, animação e aventura.
Lang e O'Leary (1997) cit. por Mehmetoglu (2007: 651)	Os turistas com base na natureza são os que viajam para áreas ou destinos naturais.
Tourism Victoria (2008: 10)	Qualquer tipo de turismo que se baseie em experiências diretamente relacionadas com atrativos naturais.
Fredman <i>et al.</i> (2009)	Turismo na natureza são as atividades humanas decorrentes da visitação de áreas naturais em lugares diferentes do ambiente habitual dos visitantes.
Regulamento do Turismo de Natureza Decreto-Lei n.º 47/1999, de 7 de março	Produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na RNAP.

Para efeitos de homogeneização do discurso assumido na presente tese, assume-se o turismo na natureza como um produto abrangente, caracterizado em Silva (2013: 165) como a oferta “de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais”.

A segmentação da oferta em turismo mostra-se uma tarefa complexa e em constante mutação, associando-se à evolução das tendências e motivações do perfil de visitantes (Buhalis, 2001). O turismo na natureza é um segmento abrangente que envolve inúmeras áreas de atuação, fomentando o crescimento de conceitos similares, ou mesmo sinónimos, que vêm dificultar a tarefa de definição deste segmento turístico (figura 8).

Desta forma, verifica-se uma estrita relação entre territórios predominantemente naturais e diversos produtos da oferta em turismo na natureza, podendo originar alguma confusão semântica e concetual de diversos nichos especializados (e.g., turismo ativo e turismo aventura<sup>6</sup>), ou formatos de consumo como o **ecoturismo** (Silva e Carvalhinho, 2017).

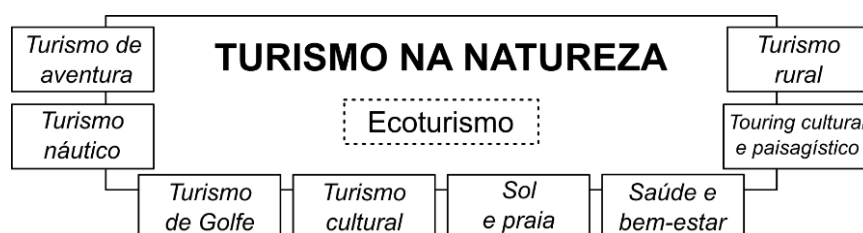


Figura 8 | Abrangência do turismo na natureza (Silva e Carvalhinho, 2017: 260)

Embora amplamente categorizados como conceitos similares (Luo e Deng, 2008), o ecoturismo pode ser considerado um segmento enquadrado no turismo na natureza, distinguindo-se por “envolver educação e interpretação do ambiente natural e ser gerido de forma ecologicamente sustentável” (Weaver *et al.*, 1999: 11). Este segmento revela-nos, assim, um formato responsável de turismo na natureza, encorajando viagens com menores impactes, ambientalmente e culturalmente conscientes, que providenciem experiências positivas tanto para os visitantes como para a comunidade recetora, com gestão de benefícios em prol da conservação e comunidade local (TIES, 2017).

As diferenças concetuais entre o turismo na natureza e o ecoturismo são, porém, atenuadas quando se aplica uma abordagem mais ecocentrista e se adotam os princípios da sustentabilidade ou do turismo responsável. De facto, “nenhum tipo de turismo pode ser sustentável na ausência de um planeamento, monitorização, avaliação e gestão

<sup>6</sup> Segundo Silva e Carvalhinho (2017: 260) o turismo ativo engloba o conjunto de experiências associadas à prática de atividade física em contexto de ar livre, e, em particular, ambientes naturais, enquanto o turismo de aventura engloba a realização de desportos na natureza, pressupondo o envolvimento de desafio e algum risco.

adequadas; o turismo na natureza responsável ou o desenvolvimento de ecoturismo apenas podem ser alcançados quando o comportamento dos gestores dos destinos, *stakeholders* e turistas é ambientalmente, economicamente e eticamente responsável” (Deng *et al.*, 2002: 424).

Assim sendo, entende-se uma oferta de turismo na natureza responsável como a que pressupõe uma atuação contínua e perceptível de melhorias equilibradas das práticas nas dimensões que o constituem, nomeadamente ambientais, socioculturais e económicas, contribuindo para a aplicação e desenvolvimento da sustentabilidade (DEAT, 2002; ICRT e GTA, 2006; TRTP, 2002).

Segundo Mehmetoglu (2007), a abordagem aos conceitos de turismo na natureza e ecoturismo da perspectiva da sua definição, particularmente adotando os princípios da responsabilidade, poderá induzir uma perceção errada deste mercado como um grupo homogéneo. De facto, justifica-se a contemplação de um largo conjunto de motivações associadas à procura turística, refletindo-se em diversos tipos e segmentos de perfis e características de consumo. Diversos autores têm concentrado as suas pesquisas no estabelecimento de uma categorização ou segmentação da procura turística, dada a relevância desta súmula para o planeamento e gestão de destinos e produtos turísticos.

Luo e Deng (2008) corroboram esta opinião, salientando a importância de complementar fatores sociodemográficos com análise psicossocial (*e.g.* atitude, motivação, comportamento, necessidade ou satisfação dos turistas) para melhor compreender a heterogeneidade da procura turística.

Surgindo como uma das primeiras pesquisas de classificação do perfil do turista com base nos seus comportamentos observáveis (Foo *et al.*, 2004), destaca-se o trabalho de Cohen (1972) sobre a procura turística internacional, diferenciando um contínuo de perfis de visitantes associado às noções de familiaridade e novidade.

O autor metaforiza a aproximação a estas noções, como a sua dependência de uma “bolha” associada ao ambiente habitual do turista, propondo quatro classificações<sup>7</sup>: i) *the organized mass tourist*, confinado ao seu conforto habitual num pacote estandardizado e inflexível; ii) *the independente mass tourist*, que embora associado a um programa turístico tem alguma flexibilidade de sair do grupo e explorar a noção de novidade; iii) *the explorer*, autónomo na organização da sua viagem, fugindo de centralidades turísticas com garantia de algum conforto e noção de segurança; e iv) *the drifter*, autónomo e sem um plano ou

---

<sup>7</sup> Assumiu-se para estas classificações a terminologia inglesa por via da incompatibilidade de alguns termos que na língua portuguesa poderão desvirtuar ou desvalorizar a caracterização proposta pelo autor citado.

itinerário de viagem definido, procurando estabelecer ligações com a genuinidade dos locais sem recurso a serviços turísticos de suporte.

Por sua vez, Plog (1974, 1987, 2001) classificou os turistas por perfis psicográficos, ao longo de um espectro entre alocentrismo e psicocentrismo, assumindo que as características da personalidade de cada viajante determinam os seus padrões e preferências de viagem. Veio, mais tarde, substituir a terminologia utilizada, classificando os turistas alocentrismo como aventureiros (visitantes curiosos, confiantes, ativos, com preferência pelo isolamento e introspeção); e os turistas psicocêntricos como dependentes (cautelosos, conservadores passivos e não exigentes, com preferência por rotina estruturada em programas regulares).

Reconhecendo algumas das limitações associadas às primeiras observações, Pearce (1982) conduz um dos primeiros estudos empíricos com resultados quantitativos sobre papéis turísticos, relacionando quinze perfis (*tourist, traveler, holidaymaker, jet-setter, businessman, migrant, conservationist, explorer, missionary, overseas student, anthropologist, hippie, international athlete, overseas journalist, e religious pilgrim*<sup>7</sup>) com respetivas respostas comportamentos expectáveis (num total de 20 dimensões específicas). Relacionando estas assunções, o autor identifica cinco *clusters* principais: *environmental, high contact, spiritual, pleasure first e exploitative travel* (Foo et al., 2004).

Transpondo a classificação dos perfis dos consumidores para a realidade das atividades na natureza, ao assumir uma associação positiva entre as atividades *outdoor* e preocupações ambientais, Dunlap e Heffernan (1975 cit. por Luo e Deng, 2008) subdividem a procura turística em três categorias: consumidora (e.g. caça e pesca), apreciativa (e.g. caminhadas, campismo, fotografia de natureza) e abusiva (e.g. veículos todo-o-terreno).

Weaver (2001) contempla a existência de diversas abordagens e classificações, desenvolvendo a ideia de um espectro relacionado com a motivação dos visitantes, que nos seus extremos envolve a visitação *hard*, altamente especializada, informada e envolvida em atividades específicas de conservação; e *soft*, associada a visitantes enquadrados em pacotes genéricos multiproduto, onde a componente de turismo na natureza ou ecoturismo surge como uma oportunidade de interesse sem grande especialização e exigindo níveis de conforto e comodidades elevadas.

Esta análise é utilizada em THR (2006) na concetualização do setor de turismo de natureza, acrescentando-se que as atividades de baixa intensidade e especialização (*soft*) abrangem cerca de 80% do mercado de natureza, enquanto as atividades específicas relacionadas com desportos (*hard*) assumem os restantes 20% da procura. Embora se reconheça a expressão acrescida de experiências pouco especializadas e a comodidade

crescente dos serviços de animação turística, esta análise revela-se algo generalista e pouco fundamentada, na medida em que pode esconder realidades distintas de contextos territoriais específicos, assim como a heterogeneidade dos perfis de praticantes de atividades na natureza.

Arnegger *et al.* (2010) relacionam uma matriz bidimensional que contempla tipologias sociológicas, comparáveis ao trabalho de Weaver (2001), relacionando as motivações de viagem dos turistas com respeito à relevância da natureza como ponto de atração com uma dimensão orientada para a perspetiva da oferta e construção do produto turístico (quadro 5).

Por sua vez, Silva e Carvalhinho (2017) assumem uma divisão piramidal que contempla nos seus três eixos: i) a motivação pela natureza (aficionados ou casuais); ii) a dependência da sua atividade (autónomos ou enquadrados); e iii) a intensidade da atividade (ativos ou passivos). Os autores relacionam o cruzamento destas três variáveis com o tipo de atividades praticadas (desporto, experiências e aventura, observação e interpretação ambiental, visita e relaxamento na natureza), salientando, contudo, dois aspetos de enorme relevância na concetualização da presente investigação, na medida em que num contexto de oferta multiproduto se podem encontrar consumidores de turismo na natureza cuja sua principal motivação de viagem é distinta; e que neste mercado existe um peso muito significativo da procura interna (visitantes-de-dia, populações locais), que podem não ser contabilizados como turistas.

Quadro 5 | Tipologias de oferta de turismo na natureza (Arnegger *et al.*, 2010: 923)

[+] “Natureza como ponto de atração” \*\* [-]

	Motivações de viagem (→) Organização de serviços (↓)	Proteção ambiental	Experiências na natureza	Desportos e aventura	Hedonista
[-] “Individualidade” ** [+]	<b>Independente</b>	Expedição científica / profissional	Observação de aves	Alpinismo clássico	Visita de backpacker a AP e atrações culturais vizinhas
	<b>À la carte</b>	Excursões organizadas por autoridades para visitas profissionais	Experiência de Snorkeling marcada em canal <i>online</i>	Experiência de rafting em águas bravas marcado em canal <i>online</i>	Visitas diárias de agência local combinando cultura e natureza
	<b>Personalizado</b>	Trabalho voluntário em AP para ONG	Programa de observação de aves conduzido por guia profissional	Visitas guiadas para observação de peixes voadores destinadas a grupos pequenos	Circuito de visitas culturais / naturais destinado a pequenos grupos
	<b>Totalmente estandardizado</b>	Programas organizados de trabalho voluntário em AP, oferecidos por intermediários comerciais	Saídas estandardizadas a AP como complemento de pacotes de outros segmentos (e.g. 3S)	Pacote de férias de mergulho	Circuito de visitas estandardizado e destinado a grupos grandes

Notas: \* A autonomia na organização dos serviços decresce gradualmente

\*\* A relevância da componente natureza decresce gradualmente

No âmbito dos serviços prestados em torno do produto turismo na natureza, as atrações turísticas<sup>8</sup>, conjuntamente com as principais representações estratégicas dos destinos, assumem um papel estruturante na captação de visitantes, funcionando como elementos catalisadores do turismo nas regiões. Embora se demarquem como componente central na captação de mercados turísticos, associadas a uma diversidade cada vez mais evidente de estratégias de marketing e competitividade, evidencia-se que não basta deter atrações para se considerar como desenvolvida a animação turística (Naidoo *et al.*, 2011: 88), encarada em Cunha (2009: 264) como o conjunto de atividades que contribui

*“para melhorar ou aumentar as condições de atração, constituir um meio para a ocupação dos tempos livres dos visitantes ou para satisfação das necessidades e experiências decorrentes da sua permanência no local visitado, (...) resultando sempre da ação do homem muitas vezes com duração efêmera [ao contrário das atrações, que podem ter um caráter natural ou artificial]”.*

Assim, os destinos não devem cometer “o erro de confiar quase exclusivamente no valor intrínseco da atração dos seus recursos naturais, baseado na sua beleza, singularidade, etc., para atrair visitantes, descuidando a criação de condições necessárias para que, nesses recursos naturais, o visitante possa viver experiências inesquecíveis” (THR, 2006a: 17).

Enquadrada como um subsetor turístico com expressão cada vez mais predominante no contexto da oferta internacional e nacional, a animação turística engloba o conjunto de “atividades lúdicas de natureza recreativa, desportiva ou cultural, que se configurem como atividades de turismo de ar livre ou de turismo cultural e que tenham interesse turístico para a região em que se desenvolvam” (Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, pp. 4192-4193).

Desenvolve-se, desta forma, no sentido de parametrizar e operacionalizar um conjunto de experiências nos destinos, “atuando como complemento ou mesmo suporte da oferta turística” (Silva, 2013: 187), face a uma realidade internacional onde figura, entre as principais motivações de viagem, a rubrica “férias, recreação e lazer”, dominando os propósitos de viagens internacionais com 632 milhões de viagens registadas em 2015 (53%); seguindo-se a “visita de familiares e amigos”; “saúde”, “religião” e “outras” (27%); “negócios e profissionais” (14%), entre outras motivações de viagem “não especificadas” (6%) (UNWTO, 2016).

As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, vieram dar estrutura e afirmação à oferta de

---

<sup>8</sup> “Qualquer elemento ou fator que provoque a deslocação de pessoas para fora da sua residência habitual e, por si, ou em conjunto com outros, garanta a existência de uma atividade turística” (Cunha, 2009: 263).

animação turística no contexto nacional. Desde a sua primeira regulamentação, em 2000, com o Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de setembro, foram estabelecidas significativas alterações ao regime de acesso e exercício da atividade, desmaterializando-se procedimentos, diminuindo-se o capital mínimo exigido para a atividade, eliminando-se a exigência de uma forma jurídica específica, criando-se um balcão único de informação, facilitando-se o deferimento da atividade dos agentes e reforçando a inclusão e dinamização de atividades culturais de visita a património e circuitos urbanos.

A progressiva redução das taxas de acesso à atividade contribuiu igualmente para o desenvolvimento deste setor, desde os valores iniciais em 2000, de 2500€, passando pelos anteriores 950€ ou 245€ em 2009 (no caso de microempresas e consoante registo de animação turística ou animação marítimo-turística, respetivamente) até aos atuais 20€ a 90€, exigidos desde 2013.

Merecem ainda destaque simplificações processuais que levaram à liberalização do acesso dos agentes, como a comunicação prévia da atividade ou comunicação prévia a prazo (caso seja solicitado o reconhecimento da atividade como turismo de natureza); a isenção de alguns seguros legalmente exigidos (atividades de risco reduzido); ou a fomentação de instrumentos de fiscalização. Como consequência das políticas de expansão e desburocratização do setor, o número de empresas de animação turística e marítimo-turística tem vindo a aumentar substancialmente, ao mesmo tempo que se amplia e diversifica a oferta de serviços de animação prestados (quadro 6).

Quadro 6 | Exemplos de atividades de animação turística (Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho)

<b>Atividades de turismo de ar livre e turismo de natureza e aventura</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caminhadas e outras atividades pedestres;</li> <li>• Atividades de observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves, observação de cetáceos e similares);</li> <li>• Atividades de orientação (percursos, <i>geocaching</i>, caças ao tesouros e similares);</li> <li>• Montanhismo, escalada em parede natural e em parede artificial;</li> <li>• Canyoning;</li> <li>• <i>Coasteering</i> e similares;</li> <li>• Espeleologia;</li> <li>• Arborismo e outros percursos de obstáculos (com recurso a manobras com cordas e cabos de aço como rapel, slide, pontes e similares);</li> <li>• Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares;</li> <li>• Passeios e atividades em bicicleta (BTT e cicloturismo) em <i>segway</i> e similares;</li> <li>• Passeios e atividades equestres, em atrelagens de tração animal e similares;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passeios em todo o terreno (moto, moto4 e viaturas 4x4, <i>kartcross</i> e similares);</li> <li>• Atividades em veículos não motorizados como <i>gokarts</i>, <i>speedbalance</i> e similares;</li> <li>• Passeios de barco, com e sem motor, canoagem e rafting em águas calmas e em águas bravas,</li> <li>• Natação em águas bravas (<i>hidrospeed</i>);</li> <li>• Vela, remo e atividades náuticas similares;</li> <li>• Surf, <i>bodyboard</i>, <i>windsurf</i>, <i>kitesurf</i>, <i>skimming</i>, <i>standup paddle boarding</i> e similares;</li> <li>• Pesca turística, mergulho, <i>snorkeling</i> e similares;</li> <li>• Balonismo, asa delta com e sem motor, parapente e similares;</li> <li>• Experiências de paraquedismo;</li> <li>• Atividades de <i>teambuilding</i> (quando incluam atividades de turismo de ar livre);</li> <li>• Atividades de sobrevivência;</li> <li>• Programas multiatividades (quando incluam atividades de turismo de ar livre).</li> </ul>
<b>Atividades de turismo cultural e <i>touring</i> paisagístico e cultural</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património (...);</li> <li>• Atividades e experiências de descoberta do património etnográfico (participação em atividades agrícolas, pastoris, artesanais, enogastronómicas e similares (...));</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial;</li> <li>• Jogos populares e tradicionais.</li> </ul>

Segundo o estudo “Animação Turística em Portugal 2014 - Caracterização da Oferta e da Procura<sup>9</sup>” (TDP 2015), em 2015 estavam registadas e ativas no Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT) 2729 empresas de animação turística<sup>10</sup>, das quais 28% operavam como operadores marítimo-turísticos.

Da oferta destas empresas, cerca de 62% enquadrava-se como atividades de ar livre ou turismo na natureza e de aventura. Merece igualmente destaque a representatividade do mercado nacional na procura por estas experiências, atingindo uma expressão de 46% em 2014, sugerindo um equilíbrio na sua representatividade face à procura internacional.

Considerando as especificidades das atividades de animação turística, contextualizadas em Silva (2016: 188) como atividades “recreativas, culturais ou desportivas, previamente organizadas e enquadradas por técnicos, que são oferecidas aos turistas, e que proporcionam, de forma livre e voluntária, momentos de prazer, relacionamentos interpessoais e satisfação das necessidades motivacionais de realização individual ou coletiva”, impõe-se que a sua prática seja enquadrada de forma responsável no que respeita a questões relacionadas com a segurança, impactes ambientais e socioculturais (Almeida e Silva, 2009: 309).

Desta forma, embora se reconheça o enorme potencial do produto enquanto motivação principal ou complementar dos visitantes, quer no contexto da animação turística, quer nas dinâmicas de visitação autónoma, subsiste uma política direcionada para o planeamento e gestão do “turismo de natureza” de uso desportivo, pecando ao nível do planeamento holístico participado, valorizando questões ambientais, integração do património, reforço da identidade local, diferenciação, criatividade, segurança e qualidade da oferta (Silva e Carvalhinho, 2017).

Num cenário de crescente expansão e desburocratização do subsector da animação turística, ampliando e diversificando a oferta de atividades de ar livre e turismo na natureza e de aventura, importa analisar de que forma são parametrizadas e compatibilizadas as experiências de turismo na natureza, em particular nas atuais estratégias turísticas e de gestão de habitat (Silva e Carvalhinho, 2017; TdP, 2015).

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) foi originalmente criado em 1998, visando “a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços [áreas protegidas] encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação ‘turismo

---

<sup>9</sup> A metodologia deste estudo contemplou a aplicação de um inquérito *online* de caracterização no Continente e Região Autónoma da Madeira entre março e junho de 2015, permitindo a inquirição de 39% (taxa de resposta efetiva) de um conjunto de 1797 empresas registadas no RNAAT.

<sup>10</sup> Considerando universo de empresas em território nacional continental.

de natureza', e propiciando a criação de produtos turísticos adequados" (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/1998, de 25 de agosto: 4348).

O conceito de "turismo de natureza" abordado neste programa assemelhava-se então ao de uma oferta assumida como ecoturismo, embora restrita à designação geográfica das áreas protegidas, no sentido em que os projetos deveriam ser concebidos na ótica do desenvolvimento responsável, reconhecendo valores ambientais intrínsecos e zonas interditas ou condicionadas pela sua sensibilidade, respeitando a capacidade de carga dos habitats, propiciando a devida monitorização de práticas e garantindo na sua oferta objetivos de conservação e programas de sensibilização ou educação ambiental.

O Decreto-Lei n.º 47/1999, de 7 de março, veio no ano seguinte estipular o regime jurídico atribuído ao PNTN, definindo "turismo de natureza" como o produto turístico composto por "estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas" (Decreto-Lei n.º 47/1999, de 7 de março: 807), compreendendo serviços de hospedagem e animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desportos de natureza (quadro 7).

Quadro 7 | Modalidades enquadradas no PNTN (Decreto-Lei n.º 47/1999, de 7 de março: 807)

<b>Animação</b>	Conjunto de atividades que se traduzam na ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, permitindo a diversificação da oferta turística, através da integração dessas atividades e outros recursos das Áreas Protegidas.
<b>Interpretação ambiental</b>	Toda a atividade que permita ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a Área Protegida, através da observação, no local, das formações geológicas, da flora, fauna e respetivos habitats, bem como de aspetos ligados aos usos e costumes das populações.
<b>Desportos de natureza</b>	Todas as atividades que sejam praticadas em contacto direto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.

Perante a necessidade de se expandir a abrangência do programa, adaptando-o a novos quadros comunitários de apoio e enquadrando-o nos mais recentes regimes jurídicos associados ao turismo de natureza (e.g. animação turística e empreendimentos turísticos), surge, em 2015, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho, que expandiu o PTNT às áreas do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)<sup>11</sup> e outras

<sup>11</sup> Enquadrado no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, pelas áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

com valores naturais e culturais, propiciando a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e sustentáveis nos domínios da conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística, diversificação da atividade turística e divulgação e valorização do património cultural.

Atualmente, segundo o TdP (2017b), o exercício da animação turística dentro das áreas integradas no SNAC, assim como em áreas fora dos perímetros urbanos e da rede viária nacional, regional e local, depende do reconhecimento dos operadores como Turismo de Natureza, pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF).

Para o efeito, requer-se aos agentes o preenchimento de um formulário de adesão com identificação da empresa, listagem das atividades de turismo de natureza a desenvolver nas áreas classificadas e submissão de um conjunto de documentação de registo (onde se inclui a representação cartográfica das atividades a desenvolver e o conjunto de certificações legalmente exigidas (e.g. mergulho, registo de embarcações, etc.); uma declaração formal de adesão ao Código de Conduta (Portaria n.º 651/2009, de 12 de junho); e a entrega de um projeto de conservação da natureza<sup>12</sup> (TdP, 2017b).

Estas medidas permanecem, porém, aquém das necessidades estruturais verificadas no acesso ao meio natural, na medida em que, segundo Silva (2013) e Laranjo (2011), o PNTN carece de condições para a implementação dos seus objetivos, subsistindo um cenário de recursos humanos e financeiros limitados, sobreposição de interesses entre entidades nas dinâmicas de planeamento e gestão, reduzida multidisciplinariedade nas equipas de trabalho com pouca integração de especialistas em turismo, escasso investimento em infraestruturas e equipamentos e incapacidade de monitorização do uso e impactes dos visitantes.

Paralelamente, sendo o setor ATMT jovem e emergente, pautado pela dispersão geográfica e predominância de microempresas (Almeida e Silva, 2009), caracterizadas, em norma, pela reduzida qualificação formal, utilização de recursos familiares na operacionalização dos seus serviços, ausência de estratégia no planeamento e dificuldades na promoção dos seus negócios (Getz *et al.*, 2005) permanecem por esclarecer e estruturar algumas medidas de aplicação com vista a uma política global de segurança, qualidade e prática sustentável no acesso ao meio.

Algumas das alterações à legislação associada ao turismo na natureza vieram desburocratizar e facilitar o acesso dos agentes a um setor “exigente tanto no que se refere às competências técnicas associadas à prática das modalidades e ao socorro, como de

---

<sup>12</sup> Parâmetro opcional, caso se trate de uma entidade certificada como micro, pequena ou média empresa (ICNF, 2017b).

uma multiplicidade de saberes teóricos e teórico-práticos nas áreas do turismo, ambiente, gestão e dinâmica de grupos, planeamento, línguas, etc.” (Silva, 2013).

No que respeita ao subsector da animação turística, verifica-se, segundo o Instituto para a Qualidade na Formação, I. P. (IQF, 2005: 188), a necessidade de se desenvolver a oferta formativa complementar no domínio do turismo associando-o a outros sectores de atividade (e.g. cultura, desporto, ambiente) e ao conceito de turismo sustentável. Importa, para o efeito, apostar na investigação e elaboração de estudos e dados nas áreas da recreação e lazer, por parte “das empresas, associações profissionais e patronais, universidades, operadores de formação públicos e privados ou outras instituições interessadas”.

Estas preocupações também estiveram espelhadas no PENT (MEE, 2012), onde se sugere a revisão e estímulo ao desenvolvimento curricular em turismo, associando-o a outras áreas disciplinares e fomentando a especialização em domínios de interesse para o setor. No que respeita ao âmbito de atuação estratégica no produto turismo na natureza, identifica-se neste plano a necessidade de responder aos défices infraestruturais, de serviços, experiência, *know-how* e capacidade competitiva destas empresas. A regulamentação, formação de guias, condições de acesso responsável ao meio, pontos de interpretação e observação, promoção turística, constituição de indicadores para *standards* de qualidade são ações assumidas como prioritárias neste âmbito.

Verifica-se, nesta análise, uma gestão disfuncional do turismo na natureza nas áreas naturais a nível nacional, pautadas por uma gestão rígida e ecocentrista que acaba por se tornar irrealista, no sentido em que a escassez de recursos e necessidades dos órgãos de gestão lhes impedem de por em prática as prioridades de atuação por si estabelecidas. Esta disfuncionalidade tem ainda reflexos nos operadores e visitantes, podendo gerar conflitos, ao não serem devidamente enquadrados na sua operação princípios de valorização do turismo na natureza (Laranjo, 2011; Silva e Carvalhinho, 2017; Souza, 2006).

## 2.5 A OFERTA DE EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS CRIATIVAS

*“O ritmo de qualquer desenvolvimento turístico deve ser lento, controlado, simpaticamente planeado e gerido e, claro, sustentável” (Wheeler, 2003).*

O turismo tornou-se numa forma generalizada de consumo, assumindo um papel dominante na vida social pós-moderna e na estruturação da identidade dos indivíduos, mostrando-se, atualmente, uma reconhecida fonte de satisfação e bem-estar (Sharpley e Stone, 2012). Num contexto altamente competitivo e global, os destinos turísticos procuram

formas de perpetuar a sua representatividade e distinção, sendo a experiência oferecida aos visitantes encarada como um dos eixos fundamentais na sua estratégia de desenvolvimento, embora esta se mostre uma tarefa árdua, complexa, subjetiva e multifacetada (Chen *et al.*, 2014).

Apresentando o setor turístico uma relação “biunívoca” com a globalização (Ferraz, 2017), justificando a movimentação de milhões de pessoas dentro e fora das suas fronteiras, não se pode compreender o setor sem que se contextualize o propósito e o significado da experiência turística, refletindo-se sobre as interações dos visitantes com os locais, atrações, eventos e pessoas encontradas; e sobre a multiplicidade de fatores intrínsecos e extrínsecos que influenciam a natureza e os resultados dessas experiências (Sharpley e Stone, 2011).

O conceito de experiência turística mostra-se pouco consensual entre as diversas abordagens de investigação que o têm estudado e estruturado, consoante o seu posicionamento ou perspectiva de análise. Foram várias as abordagens dos investigadores, que desde cedo procuraram compreender a procura associando-a à experiência turística, definindo tipologias e motivações dos visitantes, explorando a importância da autenticidade, da comodidade, da imagem ou a percepção individual de cada turista (Boorstin, 1961; Cohen, 1979, 1988; MacCannell, 1973; Otto e Ritchie, 1996; Quan e Wang, 2004).

Conforme referem Pine e Gilmore (1999), uma experiência ocorre quando uma empresa envolve intencionalmente os clientes individuais em atividades memoráveis. Para Sharpley e Stone (2012: 2), “consumir turismo é, no fundo, consumir experiências”. Pizam (2010), por sua vez, sublinha que “criar experiências memoráveis é a essência e a *raison d’être* do setor turístico”. Na sua génese, uma viagem turística é comumente voluntária e realizada com vontade de encontrar necessidades pessoais e hedónicas - não porque os turistas o tenham que fazer, mas porque o desejam, guiados pela sua motivação, objetivos, interesse, envolvimento, capacidades ou experiência.

Neste sentido, as experiências em turismo podem ser consideradas como estritamente pessoais, subjetivas, intangíveis, fugazes e constantes (Ankor, 2012). Os visitantes participam ativamente na construção das suas próprias viagens antes, durante e depois da visita, exigindo-se tempo, esforço e dinheiro. Fazem-no, porque as consequências expectáveis do processo (e.g. novidade, entusiasmo, prazer, prestígio, sociabilização, aprendizagem ou bem-estar) são valorizadas pelos próprios ou por pessoas para si relevantes (Prebensen *et al.*, 2014).

A criação de experiências cabe tanto ao turista enquanto consumidor, como aos destinos e operadores enquanto produtores ou facilitadores, verificando-se um processo de cocriação (Prebensen *et al.*, 2014; Vargas-Sánchez, 2017). Às organizações cabe, assim, o papel de criação das circunstâncias e ambiente nos quais o turista pode construir a sua própria experiência. Trata-se de um resultado associado ao próprio consumidor, num estado de espírito e humor específicos, que induzirão a forma como o mesmo vai interagir com o evento encenado, e a forma como este avalia o processo num cruzamento de expectativas e satisfação global. O ambiente deve envolver o turista emocionalmente, fisicamente, espiritualmente e intelectualmente (Mossberg, 2007). A valorização do turismo de experiências permite ainda obter vantagens competitivas, pelo facto de se criar valor agregado (Fitzsimmons e Fitzsimmons, 2004). As experiências permitem assegurar um maior envolvimento entre os consumidores, os operadores e o destino, o que se irá traduzir, entre outras vantagens, num maior compromisso entre todos estes atores, na valorização da autenticidade, na criação de momentos memoráveis e numa maior satisfação de todos os envolvidos.

Não obstante, Nickerson (2006 cit. por Cutler e Carmichael, 2010), ressalva que são vários os fatores que influenciam o fenómeno da experiência turística, relacionados quer com o viajante, quer com o produto (ou destino) e população local. A autora sugere que as ideias são influenciadas pela construção social do visitante, como recordações ou perceções de experiências passadas, e as retiradas de diversos veículos promocionais como imagens, conhecimento ou expectativas. As atividades frequentadas e as interações nos vários ambientes vão igualmente influenciar a sua satisfação. Os serviços de base à atividade turística, como os transportes, a acomodação ou a restauração, poderão transformar a experiência global do visitante e influenciar a sua avaliação.

Por sua vez, De Botton, 2002 cit. por Prideaux, 2014, sugere que a satisfação alcançada com uma viagem pode depender mais do enquadramento psicológico do visitante do que do próprio destino visitado, sendo fulcral compreender as dimensões associadas à sua visita. Ryan (1997), explanando um conjunto de *inputs* associados à experiência turística e decisão, ressalva que a experiência se inicia antes da própria viagem começar (expectativas perante histórico pessoal), sendo posteriormente influenciada por matérias como a experiência de viagem, a natureza do destino, as interações pessoais, os mecanismos de resposta do visitante, etc. A avaliação do ambiente envolvente induzirá padrões comportamentais que influenciarão sequencialmente a sua satisfação e escolha do próximo processo (figura 9).

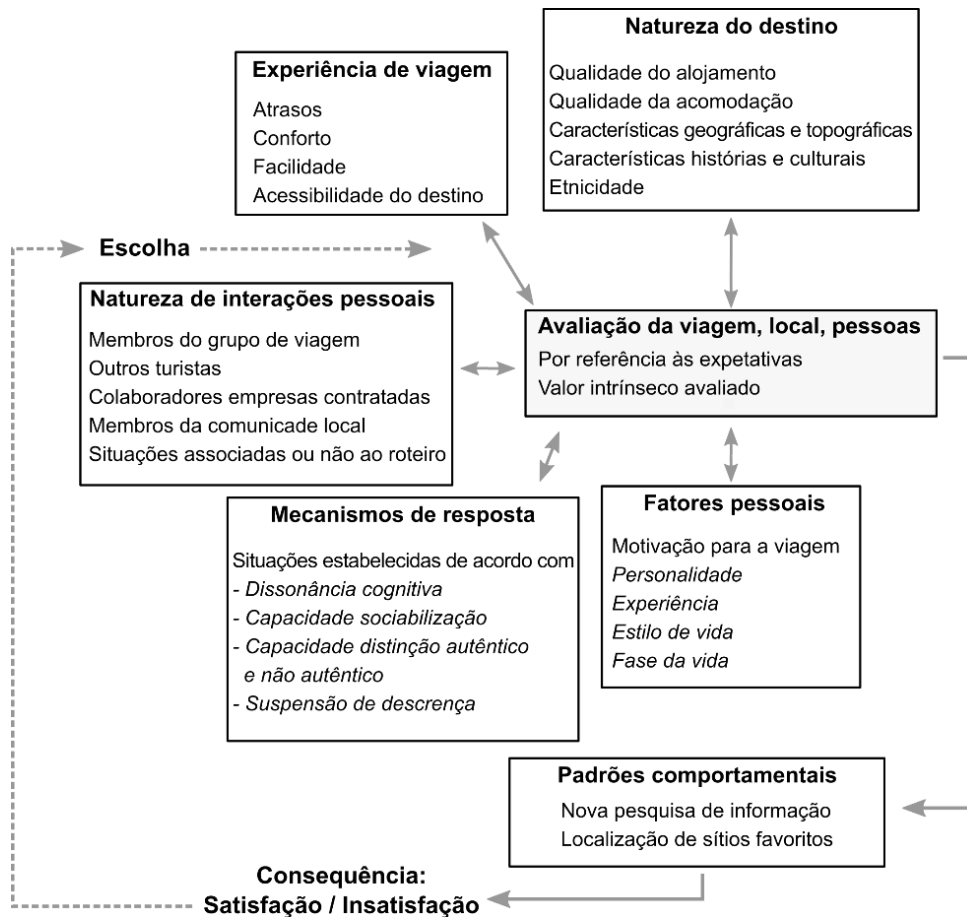


Figura 9 | Influências associadas à experiência turística (Ryan, 1997)

Embora Quan e Wang (2004) reconheçam a experiência turística enquanto elemento multidimensional determinante na vida económica e social dos seus consumidores, ressalvam que alguns assuntos permanecem por esclarecer, começando pela capacidade de enunciação e perceção completa dos atributos que a compõem e definem. De facto, diversas perspetivas de análise vêm complexificar o estado da arte, como a relacionada com a ciência sociológica e comportamental do turista, ou a perspetiva do marketing na gestão de destinos turísticos, onde os visitantes são entendidos enquanto consumidores envolvidos em trocas comerciais.

Acresce, desta forma, segundo os mesmos autores, a dificuldade na compreensão do fenómeno, desde logo pela tipificação da coleção de serviços e experiências produzidas ou providenciadas pelo conjunto de negócios, organizações ou indivíduos que constituem o setor turístico ou experiências acidentais ou furtivas ocorridas durante o período de viagem e que tragam satisfação ou benefícios imediatos aos turistas.

Reconhece-se, assim, que apesar da atenção académica dedicada ao tema, subsiste a falta de compreensão do fenómeno da experiência turística para que as necessidades e expectativas dos turistas possam ser totalmente encontradas.

Para este facto, é evidente a necessidade de desenvolvimento de investigação específica aplicada no âmbito das experiências turísticas (Ryan, 2011). Tung e Ritchie (2011: 1368) destacam a importância de estudar os atributos das experiências, definidas pelos autores como “as avaliações subjetivas e constantes (e.g. afetiva, cognitiva, comportamental) de eventos relacionados com a atividade turística, que se desenrolam antes (e.g. planeamento e preparação), durante (e.g. no destino) e depois da viagem (e.g. recordações)”.

Conforme observado anteriormente, as novas dinâmicas do turismo revelam uma procura cada vez menos passiva e contemplativa, que valoriza e desfruta de uma componente mais experiencial. Num setor complexo e multifacetado, conforme sugere Holloway (2009), a capacidade das empresas e outras organizações compreenderem as razões da compra das viagens turísticas, nomeadamente os critérios de seleção utilizados, a preferência por marcas ou negócios ou até mesmo a decisão de viajar, revela-se um importante fator de competitividade.

As mudanças nos paradigmas da procura turística assinalam um turista mais responsável, tecnológico e autónomo, atento a questões ambientais e apreciador de atividades de ar livre, valorizando a autenticidade do destino (Stanford, 2008). Neste sentido, Hudson (2003: xvii) defende que atualmente a procura turística parece dar preferência a experiências mais orientadas para benefícios associados à saúde e à “qualidade de vida”, onde se englobam as viagens orientadas para o desporto e as atividades na natureza. Apesar desta realidade, importa não descurar que, na generalidade, todos os tipos de turismo, destinos e produtos, têm a ganhar se reforçarem a componente experiencial, pois acrescenta valor e promove maior envolvimento e satisfação dos turistas.

O paradigma de desenvolvimento turístico está assim a reformular-se da perspetiva tradicional para uma visão alternativa num contexto de mudança, reunindo-se ferramentas que ajudarão a empregar as melhores práticas de gestão nos vários campos da oferta turística. Esta perspetiva exige inovação no planeamento, gestão e novas políticas no setor turístico. Requer, igualmente, capacidade de adaptação face às alterações globais que o setor vem assistindo com novos sistemas, modelos, ferramentas e tecnologias capazes de melhorar a competitividade e sustentabilidade dos destinos (Dwyer, 2005).

Os destinos e as organizações têm desta forma reformulado as suas opções estratégicas no sentido de oferecerem modelos mais direcionados para as necessidades identificadas, verificando-se a valorização dos aspetos relacionados com a animação e experiência ambiental, desportiva ou cultural dos visitantes (Almeida e Silva, 2009). Conforme sugerem Vila *et al.* (2012) o turista atual está ávido por viver novas sensações nesta economia de experiências em que estamos imersos.

Em plena era de globalização, os modelos de desenvolvimento turístico destacam-se e sobressaem nos panoramas nacionais e internacionais pelas suas estratégias de diferenciação e capacidade de refletir a identidade do local, fomentando a sua atratividade (Halkier *et al.*, 2014). Assim, nas estratégias de captação de visitantes está inerente o capital não só responsável como criativo, fundamentado por bases que visem conduzir a autenticidade e identidade de determinado destino como veículo promotor de experiências verdadeiramente gratificantes (Gonçalves, 2008).

Silva (2013: 49) acrescenta que em resposta às novas dinâmicas do setor, tem-se “vindo a apostar na inovação e na criatividade para garantir um serviço mais personalizado aos turistas e simultaneamente trabalhar com um número crescente de clientes com necessidades cada vez mais diversificadas”.

Nesta análise, Scott (2010 cit. por Richards, 2011) propõe a expansão do conceito de turismo criativo, reforçando que a atual referência feita à criatividade no âmbito destas políticas vai além da génese do próprio termo empregue<sup>13</sup>, ou concetualização empírica associada a personalidades talentosas ou objetos das classes criativas.

De facto, embora derive efetivamente de uma base de inovação com novos formatos do pensar e realizar (Richards e Wilson, 2007), o conceito de **turismo criativo** sugere a existência de turistas interessados em contactar diretamente com aspetos da cultura da comunidade, participando e interagindo de forma ativa, ao passo que valorizam a sua experiência (Richards e Raymond, 2000).

De facto, nem sempre o património turístico de determinado destino consegue criar oportunidades de interação com os visitantes, explorando o devido potencial da sua vivência. O turismo criativo surge como uma oportunidade de integrar os visitantes em experiências que estimulam, efetivamente, a sua participação e relação com o meio cultural, embora se reconheça a pertinência de uma aproximação a outros meios como o natural.

Segundo a *Creative Tourism Network* (CTN, 2015), organização internacional com o objetivo de promover a temática do turismo criativo a nível global, dentro das diversas virtudes do turismo criativo encontram-se a otimização dos recursos existentes, o aumento da rentabilidade das infraestruturas culturais, a melhoria da qualidade de serviço e relação qualidade-preço, o reforço da sustentabilidade e autenticidade dos destinos, a melhor distribuição da atividade turística, o investimento nos setores criativos e atração de talentos e a recuperação do património, entre outros aspetos.

---

<sup>13</sup> “Criatividade” meramente associada à “capacidade de criar, de inventar (...); qualidade de quem tem ideias originais” (Priberam, 2015) ou “o uso da imaginação ou ideias originais para criar algo” (Oxford Dictionaries, 2015).

Embora o turismo criativo, esteja, presentemente, conotado como uma mudança para novos formatos de consumo no turismo cultural, resultando na reformulação da identidade e subjetividade para ganhos de capital cultural, Cloke (2007) salienta que importa compreender igualmente as alterações de foro criativo noutros contextos espaciais, como a performance associada à relação entre a sociedade e natureza, por via de inúmeros segmentos turísticos como o turismo na natureza, turismo rural, o ecoturismo ou o turismo aventura.

De facto, e de acordo com o anteriormente exposto, a problemática da experiência turística é multifacetada e mais abrangente do que o foro especificamente cultural, sendo infinitamente renovável para os demais segmentos de atividade. De acordo com Jelinčić e Žuvela (2012) o turismo criativo aborda uma nova projeção em que os recursos naturais, culturais e pessoais da experiência turística não são manipulados ou explorados mas valorizados e enriquecidos.

Defende-se inclusivamente a pertinência do conceito se constituir como um veículo orientador das políticas estratégicas dos destinos, ou seja, deste potenciar o sucesso das relações entre os vários nichos constituintes da oferta do destino (oferta multiproduto), que, na perspetiva da procura, se complementam e interagem de forma holística influenciando diretamente a sua satisfação. O processo associado à oferta de experiências turísticas (figura 10), se possível representando os eixos de desenvolvimento associados ao turismo criativo, mostra-se assim relevante em qualquer fundo de análise no destino.

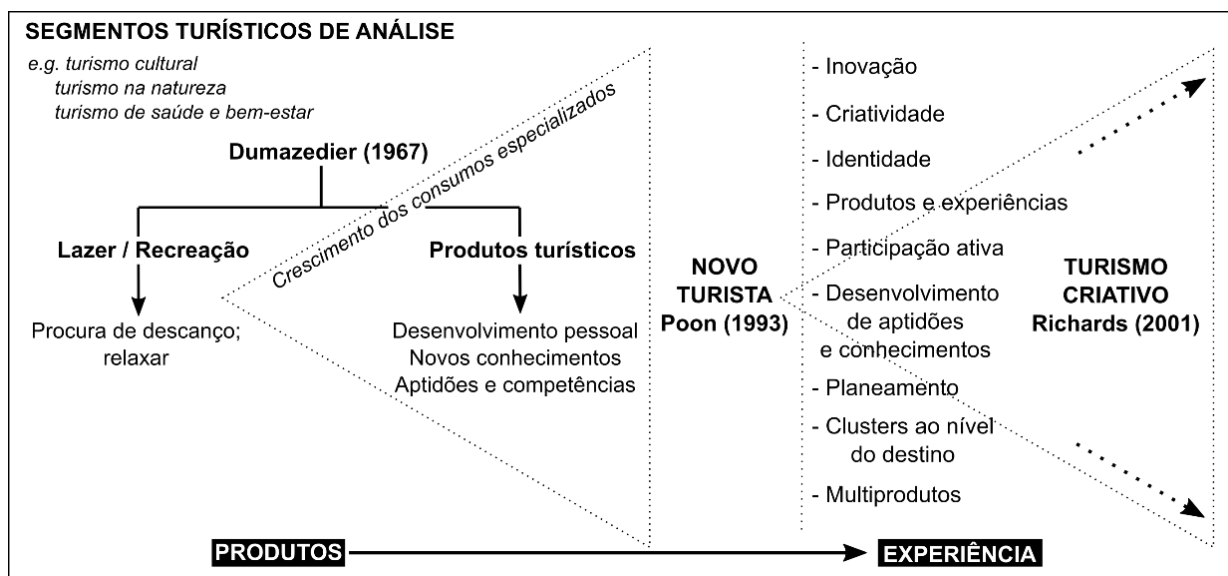


Figura 10 | Emergência do turismo criativo (adaptado de Gonçalves, 2008)

Morgan e Xu (2009) refletem sobre um conjunto de orientações de gestão para a organização das experiências turísticas, destacando: (i) a importância do contexto, *design* e ambiente envolvente; (ii) a relevância da interação entre colaborador e visitante, a personalidade do colaborador; (iii) a existência de uma linha de continuidade ao longo de toda a visita - o guião condutor da experiência; (iv) a visão da experiência enquanto produção integrada; e (v) a garantia dos *standards* de qualidade ao longo das várias etapas de encontro com a marca defendida. De uma forma geral, os autores ressaltam que a satisfação do consumidor deve emergir da experiência enquanto um todo, em vez de se constituir como resposta aos atributos individuais que o condicionam.

Analisando as dinâmicas associadas à valorização da experiência, Prebensen *et al.* (2014) destacam que a percepção dos utilizadores é essencial para a criação de valor nos serviços turísticos. Acresce que a dominância dos serviços no marketing veio realçar o papel dos consumidores no processo de organização do setor.

Se cabe aos destinos garantirem as condições para que os visitantes possam participar ativamente e de forma responsável nas práticas sobre as principais centralidades do território, os turistas, por sua vez, trazem consigo um conjunto de recursos pessoais como tempo, dinheiro, experiência passada e capacidades.

Na sequência do exposto em Pine e Gilmore (1999), onde se propôs originalmente o constructo de “economia de experiências”, Morgan (2010) realça que mesmo em período de recessão financeira os visitantes continuam a valorizar a oferta de “experiências” enquanto produto turístico pelos seus benefícios como sociabilização, descoberta intelectual, desafio físico ou escape hedónico, tornando-se este o seu foco nas expectativas da viagem mesmo que isso implique uma desvalorização das economias de suporte do setor turístico (e.g acomodação, restauração, transportes).

O autor assinala, porém, a necessidade de compreender o domínio de influências da experiência turística (figura 11), como i) o ambiente para a construção destas experiências; ii) o papel da gestão turística na construção desta oferta; iii) o papel das pequenas empresas na criação dos produtos; e iv) a interface entre os colaboradores, visitantes e serviços de suporte a estas atividades.

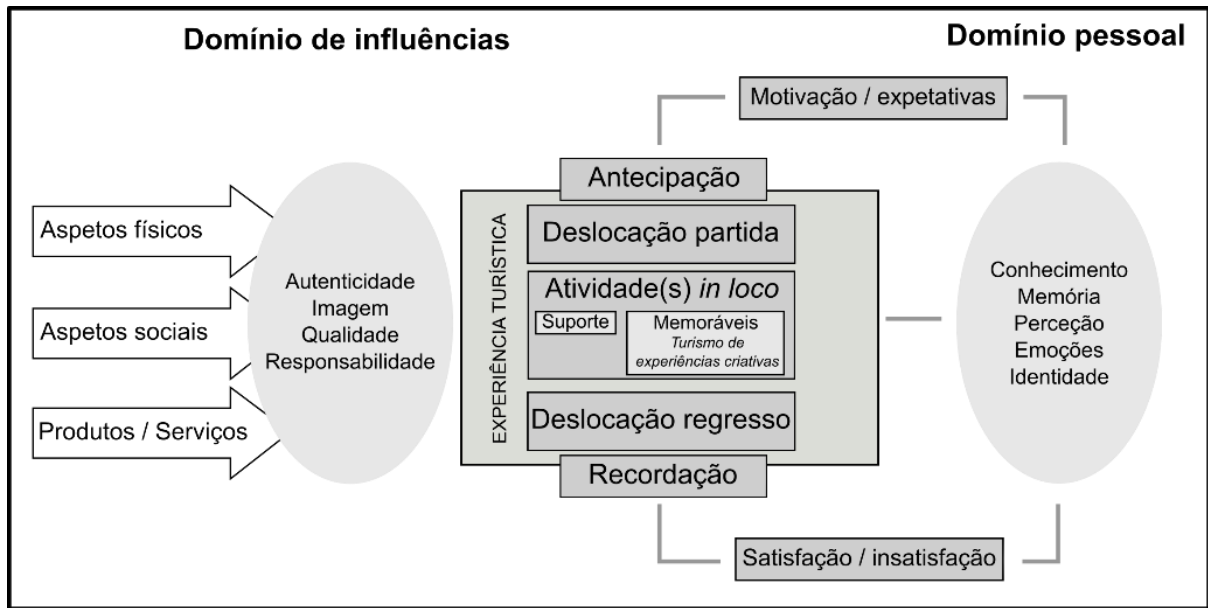


Figura 11 | Influências da experiência turística e enquadramento da oferta de experiências criativas (Adaptado de Cutler e Carmichael, 2010)

Embora a experiência turística seja transversal a toda a atividade turística, alguns subsectores como a animação turística desempenham um papel importante na oferta e potenciação das experiências. Conforme refere Umbelino (2014: 214) “a qualidade da animação turística é um dos aspetos mais interessantes na gestão de um destino, já que é dela que, muitas vezes, depende a diferenciação e a competitividade da oferta”.

### 3 A FRUIÇÃO DE ÁREAS COM ELEVADO VALOR NATURAL

#### 3.1 BREVE CONTEXTO DAS DINÂMICAS DE VISITAÇÃO EM ESPAÇOS NATURAIS

*“A coexistência mostra-se, fundamentalmente, um resultado insuficiente (...). Os ecossistemas não são apenas protegidos como enriquecidos pelas ações dos visitantes, enquanto estes em retorno obtêm benefícios físicos, espirituais e emocionais, através de uma envolvimento construtiva”*  
(Weaver e Lawton, 2017: 142).

O crescente interesse pela conservação e preservação ambiental, verificado particularmente a partir dos anos 1960, expandiu-se de pequenos focos de análise para uma expressão cada vez mais global e premente. Estas dinâmicas desenvolveram-se a par de uma sociedade e conseqüente realidade turística em plena transformação, assumindo um crescimento e expansão praticamente constantes pautados pela procura progressiva de recursos naturais ou culturais nos destinos.

Mostrou-se, assim, inevitável, o aparecimento de novas dinâmicas de visitação em áreas naturais, resultando em impactos tanto negativos como positivos nos territórios de elevado valor natural. A história e práticas assentes justificaram posicionamentos opostos – se por um lado o meio ambiente pode sofrer conseqüências adversas da visitação, justificando conflitos e incompatibilidades; comprova-se o potencial de ambas as áreas trabalharem juntas e em simbiose (Newsome *et al.*, 2013).

Neste âmbito, Weaver e Lawton (2017) propõem a existência de três gerações ou paradigmas<sup>14</sup> de gestão da visitação em áreas naturais ou protegidas. A primeira associa-se a uma geração centrada num cenário de conflito – parafraseando a perspectiva de Budowski (1976), que relacionava a presença de visitantes, direta ou indiretamente, com a degradação ambiental.

Este primeiro cenário acompanha o senso comum que vigorou durante inúmeros anos nas primeiras práticas de gestão ambiental, com medidas essencialmente associadas ao zonamento e restrição de acessos, assumindo-se a presença humana como inerentemente negativa, levando a interferências no sistema natural.

Cifuentes *et al.* (2000) contextualizam este posicionamento, assumindo que diversas metas de gestão de áreas protegidas foram estabelecidas sob uma premissa de “intocabilidade”, conduzidas por esquemas de proteção absoluta, ou seja, assumindo os seres humanos como intrusos de áreas que, sem a sua influência ou presença, estariam totalmente intactas.

---

<sup>14</sup> Assumidos em Williams e Gordon (2014) “como “estruturas teóricas abrangentes e respetivas assunções fundamentais e valores que guiam a pesquisa científica”.

Na opinião de Eagles e McCool (2002), este posicionamento mostra-se desde logo limitado pela respetiva criação das medidas de proteção advir da ação humana, e conseqüentemente, dos seus comportamentos no âmbito social. Embora se reconheça a existência de habitats que, pela sua sensibilidade, requerem medidas de proteção integral, consoante o contexto específico de cada área e problemática associada, diversas medidas alternativas de gestão e acesso responsável poderão ser conduzidas pelos intervenientes no processo de conservação.

Mascia *et al.* (2003) abordam estas questões defendendo a integração de perspetivas das ciências sociais na análise de instrumentos de conservação. Embora a motivação das ciências naturais seja, em parte, justificada, algumas intervenções realizadas acabam por pecar na operação por falta de *inputs* de outras áreas do foro social.

De facto, a ausência de matérias relacionadas com a visitação no planeamento estratégico de áreas naturais pode levar a diversas conseqüências como a incompreensão de processos sociopsicológicos associados ao comportamento na recreação, a variabilidade cultural ou linguística, ou dificuldades na criação de instrumentos de interpretação, promoção ou marketing (Weaver e Lawton, 2017).

Estas questões, a par de outras restrições como *e.g.* limitações no orçamento da gestão territorial, de recursos humanos, dificuldades nos acessos e ordenamento do território, inexistência de infraestruturas de suporte ou de iniciativas associadas à interpretação dos valores naturais (Pegas, 2014), podem induzir uma gestão insuficiente da visitação em áreas naturais e justificar o acréscimo de impactes negativos.

A segunda geração - aquela que, segundo os autores Weaver e Lawton (2017), atravessamos nos dias de hoje - reconhece as evidências dos impactes associados à visitação, aplicando um conjunto de políticas e estratégias de contenção como o zonamento ou distribuição dos visitantes. São neste contexto sugeridas necessidades de monitorização de visitantes e dos seus impactes, o que, na opinião dos autores, se constitui insuficiente na medida em que se foca na coexistência. Esta estratégia de concordância, preferencial ao conflito, não associa vantagens à presença de visitantes nas áreas naturais.

A terceira geração, de simbiose (e por isso tendencialmente incorporando perspetivas mais antrópicas), foca-se nos benefícios mútuos de uma interação, onde ambas as componentes de conservação e visitação obtêm benefícios. Reconhece-se, nesta perspetiva, que a motivação e mobilização dos visitantes conduz uma ação em massa e sentido de lealdade para com os espaços. Os ecossistemas são protegidos e potenciados e os visitantes revêm benefícios físicos, espirituais e emocionais na sua

experiência. Os autores sugerem, desta forma, uma atitude cíclica no que respeita às atitudes positivas para com as áreas naturais, assumindo que a visitação deve conduzir à apreciação e conseqüentemente à ação por parte da sociedade, nomeadamente inspirando novas criações e compromisso de todos os envolvidos (Weaver e Lawton, 2017).

À medida que diversos habitats naturais continuam a ser degradados ou convertidos para novos usos perante a expansão, prosperidade e consumo crescente da população humana, as áreas de conservação são globalmente assumidas como importantes oásis de biodiversidade. Reconhece-se o surgimento de um novo paradigma ambiental<sup>15</sup> (Imran *et al.*, 2014; Luo e Deng, 2008), ancorado na expressão crescente da visitação responsável a espaços naturais<sup>16</sup>, “por norma, depositários de valores excepcionais e de elevada importância para a humanidade (...) características que os tornam potenciais destinos turísticos, com a capacidade de contribuir, ainda, para a revitalização do património natural e cultural, para estimular e diversificar as economias locais e incentivar o repovoamento das áreas rurais e de interior” (Gavinho e Silva, 2017: 451).

Para Cifuentes *et al.* (2000), os espaços naturais são atualmente associados a contribuições específicas para a qualidade de vida e bem-estar da sociedade: i) mantendo processos ecológicos essenciais; ii) preservando a diversidade de espécies e variações genéticas; iii) garantindo as capacidades produtivas de ecossistemas; iv) preservando características históricas e culturais de regiões; v) potenciando novas oportunidades de desenvolvimento para as comunidades; vi) providenciando bens e serviços de interpretação e educação.

Assume-se, de forma cada vez mais premente, a necessidade de criação, classificação e estruturação de espaços para a sua conservação, que embora amplamente reconhecida e incentivada a nível global<sup>17</sup>, sustenta diversos desafios que vêm complexificar a sua capacidade efetiva de gestão e cumprimento de objetivos dos mandatos de conservação.

---

<sup>15</sup> Do conceito “*New Environmental Paradigm (NEP)*”, assumido em Luo e Deng (2008) como a mudança de crenças e valores da sociedade, inspirando o conhecimento e percepção da natureza e sua relação com os seres humanos.

<sup>16</sup> Seguindo uma metodologia específica (que exclui áreas marinhas protegidas, Antártida e áreas protegidas com classificação de tipo I, bem como áreas com dimensão inferior a 10 hectares), Balmford *et al.* (2015) estimam que as áreas protegidas registadas na *World Database on Protected Areas (WDPA)* da IUCN recebam aproximadamente oito mil milhões de visitas anuais.

<sup>17</sup> Em 2014 registavam-se na lista de áreas protegidas da União Europeia 209.429 áreas, cobrindo uma área total de 32.868.673 Km<sup>2</sup>, correspondendo a uma percentagem 15,4 % da superfície terrestre se excluída a área correspondente à Antártida (Deguignet *et al.*, 2014; Juffe-Bignoli *et al.*, 2014).

Primeiramente, a gestão de áreas naturais envolve um conjunto de *stakeholders*<sup>18</sup> com variedade de interesses e expectativas, dos quais se destacam os órgãos governativos e de poder local, o setor privado associado à prestação de serviços nesses territórios, os órgãos de gestão efetiva, a comunidade limítrofe, a oferta turística e todo o agregado de outros visitantes (Leung *et al.*, 2015).

Estes atores veem-se enquadrados no sistema de decisão, requerendo os seus próprios benefícios financeiros, económicos, experienciais e sociais, fatores que cumulativamente parecem aumentar a pressão sobre os recursos naturais e culturais destes territórios (Holden, 2000; Imran *et al.*, 2014). Estas expectativas quanto a benefícios podem então gerar conflitos e incompatibilidades na gestão e usufruto do território, traduzindo discussões que nem sempre se mostram de fácil resolução (e.g. articulação de políticas de conservação em terrenos particulares, zonamento e distribuição de atividades de recreação e lazer em áreas classificadas).

De facto, merece destaque no âmbito internacional a avaliação das dinâmicas de visitação associadas às áreas naturais, compreendendo estas, numa perspetiva de recreação e lazer, cumulativamente os residentes na sua atividade rotineira, os turistas domésticos e internacionais e os residentes, além de todo um conjunto de agentes com responsabilidade sobre estas áreas. Esta triangulação vem conjugar interesses e especificidades muito distintas na fruição do espaço, urgindo estipular processos de decisão participativos, com foco nas necessidades de todos os envolvidos ou afetados pelo planeamento e gestão de áreas com elevado valor natural (Easterling, 2005).

Segundo Figgis (1999 cit. por Bushell e McCool, 2007), numa era de crescente pressão sobre estas áreas, em particular no que respeita a espaços periurbanos de reduzida especialização e vasta representatividade populacional ou de acessibilidades, a pressão sentida pelos órgãos de gestão não deve justificar o desvio de atenções do foco de conservação para a mera representação económica da visitação. Assume-se, neste âmbito, a necessidade de um adequado planeamento e gestão da visitação destes espaços, evitando consequências adversas para a biodiversidade, ou seja, a transformação assente na perspetiva da comodidade, onde necessidades antrópicas (centradas na visitação e ação humana) prevalecem sobre as prioridades de conservação (centradas na natureza).

De facto, são diversas as situações que pressupõem o redirecionamento estratégico de áreas naturais para novos modelos de oferta turística enquanto potencial estímulo

---

<sup>18</sup> Contextualizado em Easterling (2005, pp. 51-52) como "alguém com direito e capacidade de participar no processo [de desenvolvimento]; sendo impactado pelas decisões de outros *stakeholders* e tendo direito de se envolver de forma a moderar esses impactes, devendo contudo apresentar recursos e competências necessárias à sua participação".

económico de áreas naturais, cedendo para impactes negativos sobre os habitats em prol dos proveitos económicos a ela associados (Weaver e Lawton, 2017).

Gavinho e Silva (2017) analisam estas questões, salientando que o turismo pode chegar a ser uma ameaça para si mesmo, em função dos desequilíbrios que o seu desenvolvimento pode gerar nos territórios em que se desenvolve, sendo imprescindível encontrar um equilíbrio entre os espaços naturais e a atividade turística.

Noutros contextos, contudo, o setor turístico chega a ser responsável pela continuidade financeira de projetos de gestão de habitat, através de doações, taxas de entrada e de utilização de espaços, prestação direta de serviços, implementação de concessões, taxas de arrendamento e de licenças, vendas de *merchandising*, tributação de impostos ou outras receitas decorrentes da atividade turística (Bushell e McCool, 2007).

Luo e Deng (2008) abordam a sustentabilidade da visitação como bastante dependente do mercado que a visita, responsabilizando os visitantes que, na sua opinião, poderão ser conduzidos para um momento de aprendizagem, educação ou experiência, com resultados na satisfação e apreciação do espaço.

Os autores reforçam que através de experiências na natureza, os visitantes podem vir a ser consciencializados para um comportamento mais responsável. Tratam-se, contudo, de dinâmicas de visitação heterogéneas, não sendo os espaços naturais apenas visitados por indivíduos ambientalmente conscientes, mas por uma ampla gama de hábitos e costumes de impacte variável (Arnegger *et al.*, 2010).

Segundo Leung *et al.* (2015), ao contrário de outras atividades humanas (*e.g.* indústrias de extração, caça e pesca) o turismo reúne condições para se constituir como uma força benéfica nas áreas de conservação, conectando os visitantes com o espaço e potenciando experiências de aprendizagem sobre o património natural e cultural. Segundo os autores, esta experiência pode ser transformadora a nível de crescimento pessoal, partilha interpessoal e sentido de responsabilidade a nível local, com consequências diretas para a gestão de habitats.

Considera-se, ainda, que a simples análise económica da visitação se mostra parca no âmbito dos territórios de gestão de habitat. A gestão do uso e práticas deve ser conduzida como uma ferramenta da própria conservação, consciencializando os visitantes do valor patrimonial do território quer seja este “ecológico, cultural, sagrado, espiritual, estético, recreacional ou económico” (Bushell e McCool, 2007: 12).

Bennet *et al.* (2017) assinalam que as dimensões humanas da conservação e gestão ambiental são cada vez mais reconhecidas e necessárias para o desenvolvimento de

políticas, operações e resultados robustos e efetivos, embora por vezes esta combinação acabe por não se coordenar ao nível de objetivos e valores.

Williams e Gordon (2014), por sua vez, reforçam que cientistas de diferentes áreas devem forçar a comunicação e partilha de resultados através de projetos multidisciplinares, sendo essencial o cruzamento de perspetivas naturais e sociais, reconhecendo as limitações de cada uma e reforçando o positivismo. Hunter *et al.* (2014: 644) corroboram esta posição, acrescentando que “a conservação para as pessoas e todas as outras espécies será a mais efetiva, focando-se na articulação de valores partilhados e sendo respeitosa no encontro de perspetivas divergentes”.

Mascia *et al.* (2003) salientam que, embora pareça pouco intuitivo que o sucesso do ambiente possa advir de influências sociais, as intervenções com vista à conservação de áreas naturais são igualmente produto da decisão humana, requerendo mudanças no comportamento da população. Constituem-se, desta forma, como um fenómeno tão associado às pessoas quanto aos ecossistemas, sendo as disciplinas de ciências sociais (e.g. política, antropologia, economia, psicologia, sociologia, geografia ou turismo), entre outras ferramentas analíticas, muito relevantes para se estabelecer conhecimento que possa prever e explicar fenómenos do comportamento humano essenciais aos esforços de conservação.

Para o entrosamento da visitação no meio natural será imperativa a adequada governança dos órgãos de gestão ambiental e turística, permitindo a otimização quer das estratégias de ordenamento, planeamento e gestão de habitats, quer das experiências turísticas nos territórios. Como referem Newsome *et al.* (2013), só desta forma os projetos de visitação se mostrarão suportáveis nas dinâmicas de conservação, socialmente compatíveis e economicamente viáveis nestes territórios.

Simultaneamente, para que o turismo se possa constituir como uma ferramenta efetiva de conservação e desenvolvimento comunitário, a qualidade da experiência turística deve ser assegurada. Contextualizada como “uma interação complexa entre pessoas e o seu estado pessoal, a atividade que se encontram a realizar e o ambiente natural e social em que se encontram” (Borrie e Roggenbuck, 1998 cit. por Leung *et al.*, 2015: 29), defende-se que a apreciação das experiências associadas à visitação induzem criação de memórias e laços de apreço que levam ao reforço das atitudes comportamentais e sociais a longo termo, essenciais na conservação dos valores patrimoniais (Ballantyne *et al.*, 2009; Eagles e McCool, 2002).

Admite-se, contudo, que a determinação do valor associado a uma área natural e suas componentes se mostra determinante em qualquer que seja a análise, podendo a ligação humana associar-se como negativa, neutra ou positiva, dependendo,

naturalmente, de fatores diversos como a situação contextual, o ponto de vista do observador, a época do ano ou relação custo / benefício envolvida. A simbiose entre a visitação e a gestão de habitat é atingida através da motivação em larga escala dos visitantes, elemento determinante e indutor comportamental de boas práticas que potenciarão a resiliência do sistema de conservação.

### 3.2 PLANEAMENTO E GESTÃO DE ÁREAS NATURAIS: ENQUADRAMENTO

*“O planeamento é um processo que envolve a seleção do futuro desejável numa variedade de possíveis alternativas, e a implementação de estratégias e ações que permitirão alcançar esse resultado.*

*Transporta-nos, por definição, do presente para o futuro.*

*Mostra-se, assim, essencial, que os gestores compreendam as tendências sociais, políticas e económicas associadas à sua operação, uma vez que estas formulam o contexto do planeamento”*

*(Eagles e McCool, 2002: 13).*

Perante a expressão crescente das áreas naturais nas representações das sociedades modernas, as políticas de conservação da natureza e de gestão da biodiversidade<sup>19</sup>, enfrentam o desafio de executar a gestão ambiental do território ao mesmo tempo que se assegura o adequado usufruto do espaço e dos recursos com experiências de visitação. A par destas dinâmicas, estas políticas devem procurar, ainda, estimular o desenvolvimento local e regional, valorizando os seus fatores identitários através de uma atividade de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho).

O contacto com espaços naturais acarreta repercussões positivas e negativas nos visitantes, nos habitats e nas comunidades circundantes. No que respeita a aspetos relacionados com a própria visitação, reconhecem-se de forma cada vez mais expressiva o forte potencial de sensibilização, apreciação e conexão com a natureza, de rejuvenescimento pessoal e de acréscimo da responsabilidade individual sobre o meio ambiente. Estes aspetos mostram-se relevantes na conceção da visitação enquanto potencial instrumento de conservação.

As últimas décadas revelaram um reforço da preocupação pelos habitats e diversidade biológica, valorizando-se a criação de áreas protegidas enquanto forma de assegurar a conservação dos seus recursos naturais e culturais. A classificação destes territórios contemplou, porém, diversos paradigmas de gestão, com reflexos muito díspares na análise do papel da visitação a estes espaços.

---

<sup>19</sup> “O conjunto das intervenções físicas, ecológicas, sociológicas ou económicas orientadas para a manutenção ou recuperação dos valores naturais e para a valorização e uso sustentável dos recursos naturais” (Decreto-Lei n.º 142/2008).

Kalamandeen e Gillson (2007) traçam uma resenha histórica das principais estratégias de conservação adotadas ao longo das últimas décadas (quadro 8), materializadas no surgimento e evolução concetual de áreas protegidas por todo o mundo.

Quadro 8 | Modelos e paradigmas de conservação (Kalamandeen e Gillson, 2007)

Modelo	Objetivos principais	Raciocínio subjacente	Assunções ecológicas	Justificação de Áreas Protegidas
<b>Wilderness preservation</b>	Preservação de áreas selvagens para recreação e ciência	Estética, psicológica, espiritual (valorização económica é secundária)	Fragilidade da natureza e necessidade de a proteger dos humanos (que a podem apreciar na sua forma primitiva mas não fazer parte dela)	Essenciais para a preservação / criação de qualidades selvagens e proteção da harmonia e equilíbrio na natureza
<b>Wise use</b>	Controlo sobre o acesso aos recursos naturais por forma a assegurar o seu uso sustentável	Utilitária, económica	Natureza enquanto fornecedor de recursos que necessitam de gestão por forma a evitar a sobre-exploração pelos humanos (que estão fora da natureza)	Meios de controlar o acesso aos recursos naturais e manter o equilíbrio entre regeneração e consumo
<b>Wildlife and Biodiversity conservation</b>	Proteção da biodiversidade	Ética, moral Intelectual, científica Motivos utilitários são secundários	Assiste-se a uma nova era de extinção com origem antrópica e os humanos têm o dever moral de a proteger	Forma de proteger as espécies da perda de habitats e sobreexploração
<b>Ecosystem management</b>	Manutenção de processos ecológicos entre escalas espaciais e temporais	Psicológica, intelectual, científica Necessidades utilitárias (holísticas) são reintegradas com processos ecológicos	A resiliência é finita e a sociedade deve encontrar formas de incorporar os seus objetivos utilitários, psicológicos e científicos nos limites ecológicos	Parte de uma integração holística da conservação, que incorpora diversos graus de proteção e ênfase na reintegração de sistemas ecológicos e sociais

As primeiras abordagens a modelos de conservação foram estabelecidas nos Estados Unidos da América, associadas à criação do primeiro Parque Nacional (Yellowstone), em 1872, gerando um movimento conhecido como *Wilderness Movement*. Este modelo apregoava a preservação de uma natureza primitiva, assumindo a pressão humana como influência negativa na paisagem e justificando, inclusivamente, a expulsão de comunidades nativas dos territórios classificados. A assunção racional deste modelo passava então pela oferta de momentos de contemplação dos valores estéticos das áreas protegidas, onde os visitantes poderiam beneficiar da singularidade da paisagem, recursos geológicos e biológicos num cenário selvagem, inabitado e natural.

Praticamente em simultâneo, surge o paradigma *Wise Use*, com o objetivo de controlar o acesso aos recursos naturais e evitar a sua sobre-exploração através de medidas restritivas e limitadoras. Numa época de rápida expansão colonial e capitalista, este movimento acabou por se desvirtuar e, de certa forma, tornar-se bastante injusto (paradoxalmente ao que apregoava na sua génese), levando à criação de *lobbies* poderosos que dominavam a obtenção de licenças de acesso ao

meio para atividades de caça e indústrias de extração de madeira e minerais (Kalamandeen e Gillson, 2007).

As perspetivas de conservação foram-se gradualmente afastando da mera proteção de paisagens, cenários e recursos naturais, focando com maior pragmatismo a vida selvagem e a biodiversidade. O movimento *Wildlife and Biodiversity Conservation* acompanha diversas mudanças de terminologia no âmbito da conservação, passando-se a incorporar o conceito de biodiversidade assumido na *Convention on Biological Diversity* (CBD, 2017)<sup>20</sup> como “a variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, incorporando, entre outros, ecossistemas terrestres, marinhos e outros aquáticos; e as complexidades ecológicas de que fazem parte, incluindo a diversidade dentro de espécies, entre espécies e ecossistemas” (Kalamandeen e Gillson, 2007: 171).

A motivação em torno da restrição de uso humano com vista à preservação da biodiversidade mantém-se neste modelo de conservação, que acabou por acoplar alguns elementos da filosofia *Wise Use* (Rosa, 2014).

As últimas décadas parecem sugerir importantes transições conceituais e teóricas associadas à conservação, com incorporação de ideias associadas a uma variabilidade e resiliência da biodiversidade. Este constructo, denominado como *Ecosystem Management*, analisa a natureza como um fluxo de componentes heterogéneas e visa a proteção da sua estrutura global através de uma gestão adaptativa. Assume, assim, a possibilidade de uma aproximação responsável ao meio, quer em sistemas isolados, quer em modelos associados à presença tradicional de comunidades em áreas que sempre se mantiveram sob essa gestão (Kalamandeen e Gillson, 2007).

Theberge e Theberge (2009), concetualizando os modelos vigentes nos planos de gestão de áreas protegidas no Canadá, destacam a importância da gestão integrada de ecossistemas (com base no modelo *Ecosystem Management*), considerando a incorporação de noções contextuais associadas à região onde se desenvolve a área protegida. Segundo os autores, a gestão de áreas naturais exige a relação direta com contextos delicados, como jurisdições de diferentes origens, utilização de territórios com intensidades variáveis, urbanizações humanas de expressão cultural irregular, ou *hotspots* de biodiversidade com importância variável.

---

<sup>20</sup> Acordo multilateral orientador e enquadrador da política de biodiversidade de Portugal e da União Europeia, no seu contexto regional, aprovada pelo Decreto 21/93, de 21 de junho, que entrou em vigor em 1994 (ICNF, 2017b).

Cifuentes *et al.* (2000), corroboram esta posição, acrescentando que o planeamento e gestão de áreas com elevado valor natural exige o cruzamento de sistemas de carácter distinto e escala muito variável (e.g. sistema político e administrativo, investigação, planeamento, proteção civil, coordenação, promoção, interpretação ou educação). O processo de planeamento estratégico deve, assim, ser conduzido com vista ao cumprimento dos objetivos de gestão de determinada área, antecipando o futuro desejável nesses territórios e as medidas para o assegurar, de forma compreensível e transparente (Eagles e McCool, 2002).

Atualmente, a gestão de áreas protegidas segue uma cadeia de instrumentos e políticas a várias escalas, desde obrigações e acordos provenientes de convenções internacionais (e.g. classificação de Património Mundial pela UNESCO<sup>21</sup>, Rede Natura 2000<sup>22</sup>, tratado intergovernamental RAMSAR<sup>23</sup>, Rede Mundial de Reservas da Biosfera<sup>24</sup>, Reservas Biogenéticas<sup>25</sup>); obrigações legais e regulamentares (no caso nacional, o exemplo do SNAC, regulamentado no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro; Planos de Ordenamento de Área Protegida); diretrizes nacionais específicas para o planeamento e conservação de recursos, cumprimento de objetivos e obrigações de gestão de cada área com base nas suas responsabilidades; ou legislação e normas associadas a setores complementares (e.g. regime regulamentar da ATMT, obrigações legais de atividades, diretrizes para o desenvolvimento do turismo de natureza).

A coordenação global sobre o desenvolvimento e classificação de áreas protegidas cabe à *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), fundada em 1948 com a missão de “influenciar, encorajar e assistir sociedades por todo o mundo a conservar a

---

<sup>21</sup> Promovida desde 1972 pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), a classificação de Património Mundial visa a identificação, proteção e preservação de património natural e cultural considerado de valor excecional (UNESCO, 2008).

<sup>22</sup> Rede ecológica com expressão no espaço da União Europeia, estabelecida com vista à conservação de determinados habitats e espécies. Composta por diretrizes sobre Zonas de Proteção Especial (ZPE), comondo a Diretiva Aves, adotada desde 1979; e Zonas Especiais de Conservação (ZEC), comondo a Diretiva Habitats, adotada desde 1992 (ICNF, 2017b).

<sup>23</sup> Decorrente da Convenção sobre Zonas Húmidas (ocorrida em 1971 em Ramsar, Irão), adotada pelo Estado Português em 1980 com vista à designação de zonas húmidas de importância internacional, elaboração de planos de ordenamento e gestão e promoção da conservação destes territórios e aves aquáticas associadas.

<sup>24</sup> Programa iniciado em 1968 pela UNESCO, classificando locais onde a conservação e o desenvolvimento humano ocorrem em simbiose, e estimulando focos de monitorização, pesquisa, gestão, formação e educação.

<sup>25</sup> Rede internacional de reservas naturais de âmbito principalmente pan-europeu, constituída na Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa (Convenção de Berna, 1979), com o objetivo de conservar a flora e fauna selvagens e os seus habitats naturais, em particular de áreas dependentes de esforços internacionais. Pelo seu carácter pioneiro, estas reservas contribuíram para a elaboração dos anexos originais das Diretivas Aves e Habitats da Rede Natura 2000 (ICNF, 2017b).

integridade e diversidade da natureza e a assegurar que qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável” (IUCN, 2017).

Através do seu *Global Programme on Protected Areas*, coordenado pela *World Commission on Protected Areas* (WCPA), a IUCN apoia governos e organizações no planeamento de áreas protegidas e sua relação com outros setores, providenciando orientações aos sistemas de decisão e fortalecendo a sua capacidade de aplicação.

Para efeitos de uniformização, foi estipulada por este órgão a definição de área protegida como “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de recursos legais ou outros meios, por forma a alcançar a conservação da natureza, serviços de ecossistemas e valores culturais” (Solton *et al.*, 2014: 6). Deste conceito, surgem categorias específicas de áreas protegidas, pelas quais os sistemas nacionais se podem reger (Dudley, 2008):

- **Ia. Reserva natural estrita** | Área estritamente reservada para a proteção da biodiversidade, características geológicas ou geomorfológicas, com controlo rigoroso da visitação, uso e impactes humanos, por forma a garantir a proteção dos valores de conservação. Podem servir como áreas de referência indispensáveis para a pesquisa científica;
- **Ib. Área de vida selvagem** | Grandes áreas pouco ou nada modificadas, mantendo o seu carácter natural e influência, sem habitações humanas permanentes ou significativas, protegidas por forma a preservar a sua condição natural;
- **II. Parque nacional** | Grandes áreas naturais ou predominantemente naturais classificadas com vista à proteção de recursos e processos ecológicos em larga escala, juntamente com o complemento de espécies e ecossistemas característicos da área, que fornecem bases para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e oportunidades para os visitantes;
- **III. Monumento natural** | Áreas geralmente com pequena dimensão e alto valor de visitação. Reservadas para proteção um monumento natural específico como acidentes geográficos, estruturas geológicas em ambiente marinho, cavernas submarinas, formações geológicas como cavernas ou elementos vivos como floresta ancestrais;
- **IV. Área protegida para a gestão de habitats ou espécies** | Áreas destinadas à proteção de espécies ou habitats específicos em que a gestão reflete essa prioridade. Muitas destas áreas carecem de intervenções ativas e regulares por forma a satisfazer as necessidades de espécies específicas ou a manutenção de habitats;
- **V. Paisagem protegida** | Área de carácter distinto induzido pela intervenção humana através do tempo, com grande valor ecológico, biológico, cultural e cénico, onde a salvaguarda da integridade dessa interação é vital para proteger e manter a área e os valores de conservação associados;

- **VI. Área protegida para gestão sustentável de recursos** | Áreas que conservam ecossistemas e habitats, juntamente com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos. Geralmente de grande extensão, mantendo parte da área em condição natural e proporção submetida a uma gestão sustentável dos recursos naturais. Visa-se a compatibilização de usos de baixo impacto e não-industrial dos recursos naturais com a conservação da natureza.

Embora reconhecendo que todas as áreas necessitam de conservação e de desenvolvimento sustentável, as categorias assumidas pela IUCN refletem diferentes níveis de acesso ao meio. Aos órgãos gestores destas áreas caberá então a tarefa de, no seu contexto específico, estabelecer adequados métodos de planeamento e gestão dos sistemas de conservação que façam cumprir os seus objetivos.

Merece destaque, nesta análise, por motivos de complementaridade e heterogeneidade da oferta, a crescente incorporação dos valores culturais associados a áreas protegidas na definição de critérios de classificação (Kalamandeen e Gillson, 2007).

A gestão de áreas naturais pode então ser entendida como um sistema socioecológico complexo que visa a sustentabilidade de uma área e lhe confere resiliência perante casos de catástrofes naturais e consequências do desenvolvimento humano, envolvendo recursos, utilizadores, infraestruturas e órgãos gestores com as mais variadas motivações (Leung *et al.*, 2015).

O planeamento estratégico destas áreas exige um conjunto de ferramentas de gestão que possam guiar os gestores e partes interessadas e otimizar a sua organização ao nível de recursos, sistemas organizacionais e processos correntes da sua atividade e.g. de conservação, visitação ou promoção do espaço.

Thomas e Middleton (2003) atribuem aos planos de gestão de áreas protegidas<sup>26</sup> uma metodologia genérica estruturada em doze etapas, merecendo destaque a incorporação de valores de partilha e discussão do contexto da área protegida, através da consulta pública do Plano de Gestão pelos diversos *stakeholders* (figura 12).

---

<sup>26</sup> Uma ferramenta de apoio ao processo de planeamento, documentando o contexto operacional; estratégias, objetivos e ações de gestão e orientações para tomadas de decisão futuras (Newsome *et al.*, 2013).

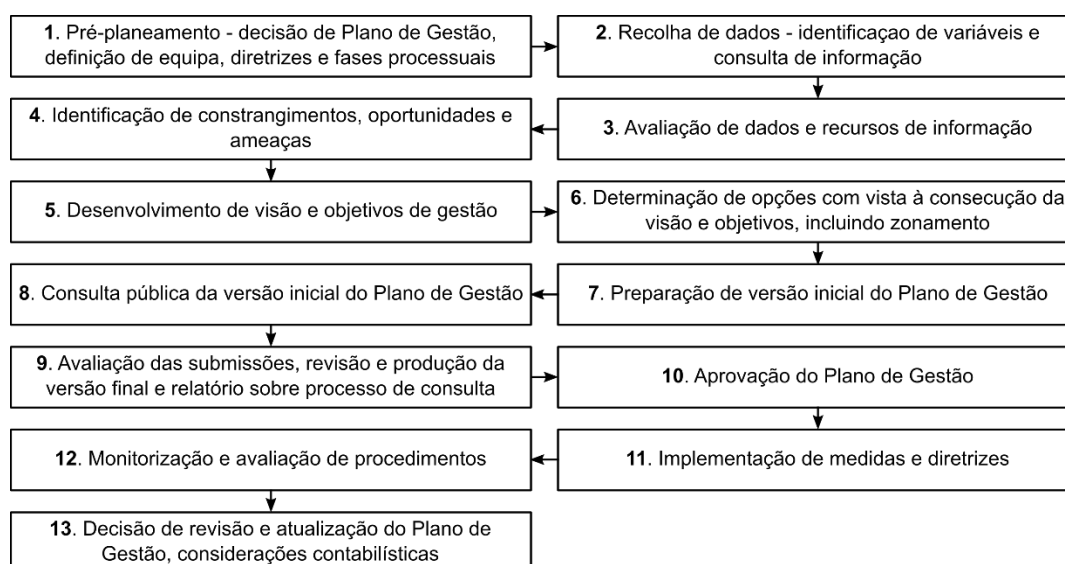


Figura 12 | Etapas do planeamento para a gestão de áreas protegidas (Thomas e Middleton, 2003)

Neste contexto, os autores abordam um conjunto de novas premissas no planeamento e gestão estratégica de áreas naturais (quadro 9), refletindo sobre a incorporação de valores sociais e culturais nos esforços de gestão; o reforço do papel da comunidade local nos processos de decisão e na valorização de interesses dos diversos *stakeholders*; os processos de gestão flexível e adaptativa, numa ótica de interpretação do sistema como um fluxo heterogéneo em constante adaptação; a incorporação de processos multidisciplinares no processo de gestão, assumindo a polivalência de diversas áreas de investigação como um mecanismo de valorização dos esforços de conservação (Thomas e Middleton, 2003).

Quadro 9 | Novos paradigmas no planeamento e gestão de áreas protegidas (Thomas e Middleton, 2003)

Tópico	Modelos anteriores	Novos modelos
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reservado para conservação</li> <li>Estabelecidas para proteção de vida selvagem espetacular e paisagem</li> <li>Gerida apenas para visitantes e turistas</li> <li>Valorizada como região selvagem</li> <li>Sobre proteção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerida com objetivos sociais e económicos</li> <li>Estabelecida com propósitos científicos, económicos e culturais</li> <li>Gerida com noção da população local</li> <li>Valorizada pela importância cultural da vida selvagem</li> <li>Sobre restauração e reabilitação</li> </ul>
<b>Governança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerida pelo governo central</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerida por diversos parceiros e envolvendo <i>stakeholders</i></li> </ul>
<b>População local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planeada e gerida contra pessoas</li> <li>Gerida sem consideração pelas opiniões locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerida com, para e em alguns casos por população local</li> <li>Gerida por forma a encontrar as necessidades da população local</li> </ul>
<b>Contexto mais amplo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvida em separado</li> <li>Gerida como "ilhas"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planeada como parte de sistemas regionais, nacionais e internacionais</li> <li>Desenvolvida em "rede" (áreas estritamente protegidas com "zonas tampão" e ligadas por corredores verdes)</li> </ul>
<b>Perceções</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percecionadas como um bem nacional</li> <li>Percecionadas como uma preocupação nacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percecionadas como um bem da comunidade</li> <li>Percecionadas como uma preocupação internacional</li> </ul>
<b>Técnicas de gestão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Geridas reactivamente a curto prazo</li> <li>Gerida de forma tecnocrática</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerida de forma adaptável numa perspetiva de longo prazo</li> <li>Gerida com considerações políticas</li> </ul>
<b>Financiamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Suportada pelos contribuintes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Suportada por inúmeras fontes</li> </ul>
<b>Competências de gestão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerida por cientistas e especialistas em recursos naturais</li> <li>Conduzida por especialidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerida por especialistas multidisciplinares</li> <li>Aproveita conhecimento local</li> </ul>

A visitação pode ser conduzida para o enquadramento de benefícios económicos e sociais ao mesmo tempo que se estimula a apreciação de património natural e cultural. As experiências dinamizadas junto dos visitantes podem então cativar o seu interesse para a proteção e conservação dos valores associados ao espaço (Bushell *et al.*, 2007). Os subcapítulos seguintes contextualizam um conjunto de premissas determinantes para o desenvolvimento das dinâmicas de visitação em áreas de elevado valor natural, numa perspetiva da integração de medidas de governança, ordenamento e interpretação no planeamento e gestão destes territórios.

### **Governança em áreas de elevado valor natural**

O debate em torno da sustentabilidade em turismo tem justificado, nas últimas décadas, a mudança gradual na literatura em prol da utilização do conceito de governança, entendido, genericamente, como o “ato de governar” ou as mudanças verificadas nos processos de governabilidade perante novos desafios nas práticas políticas, como a globalização, o crescimento de redes público-privadas, a promoção dos recursos do estado, ou a crescente fragmentação institucional (Hall, 2011: 439).

Os processos de governança no setor turístico e, em particular, na sua relação com a gestão de áreas naturais, envolvem um conjunto de dinâmicas de carácter e escalas muito distintas (*e.g.* relação entre sistema legal, administrativo, institucional ou financeiro em realidades globais, nacionais, regionais ou locais), que visam agilizar, regular e mobilizar o setor e sua atuação nos demais ambientes onde opera (Bramwell e Lane, 2011; Cifuentes *et al.*, 2000).

A análise destes processos mostra-se requisito essencial para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade no desenvolvimento turístico em áreas naturais, na medida em que este constructo exige uma estrutura ajustada a cada contexto e sistema, assim como o envolvimento de um conjunto de atores com motivações e expectativas díspares.

Torna-se, assim, fulcral, o estabelecimento de processos democráticos transparentes com vista à cooperação e entendimento entre todos os atores envolvidos. Para o efeito, consideram-se vetores essenciais dos novos modelos de governança (quadro 10): i) a inclusão dos *stakeholders* nos processos de decisão; ii) a visão e a liderança, com abertura sobre estratégias e métodos aplicados; iii) a partilha de conhecimento e consentimento sobre propostas de mudança e desenvolvimento; e iv) a delegação de papéis e estruturas operacionais, esclarecendo direitos e deveres de cada ator envolvido em processos equitativos (Beaumont e Dredge, 2010).

Quadro 10 | Características dos novos modelos de governança (Hall, 2011)

Elementos	Caraterísticas
<b>Participação e partilha de poder de decisão</b>	O desenvolvimento de políticas não cabe apenas aos órgãos reguladores, sendo sugerido o envolvimento de <i>stakeholders</i> públicos e privados em regime de parceria.
<b>Integração a vários níveis</b>	A coordenação entre diferentes níveis de governabilidade deve ocorrer horizontalmente e verticalmente, envolvendo atores do setor privado.
<b>Diversidade e descentralização</b>	As abordagens legislativas e regulamentares padrão são complementadas com perspetivas coordenadas entre diversos atores.
<b>Deliberação</b>	É encorajada uma maior deliberação entre os agentes públicos e privados, de forma a potenciar a legitimação democrática na formulação de políticas.
<b>Flexibilidade e revisão</b>	Novas medidas menos rígidas são gradualmente aplicadas, estruturadas em diretrizes e normas flexíveis de adoção voluntária. É estimulada a sua monitorização e revisão.
<b>Experimentação e criação de conhecimento</b>	É estimulada a aplicação local de novas medidas de governança, bem como a criação de conhecimento e partilha em conexão com vigilância multilateral. Promove-se o <i>benchmarking</i> , partilha de resultados e melhores práticas.

Na sua categorização de Áreas Protegidas, a IUCN assinala uma seleção de possíveis formatos de governança, nomeadamente sobre os órgãos de autoridade e responsabilidade destas áreas. São assim definidas quatro tipologias: i) governança pelos órgãos governamentais, incluindo ministérios, agências federais, nacionais, subnacionais ou delegados de gestão (e.g. ONG); ii) governança partilhada, através de parcerias colaborativas (vários graus de influência), gestão conjunta (órgãos de gestão coletiva) ou gestão transfronteiriça (diversos níveis de gestão entre fronteiras internacionais); iii) governança privada, pelo proprietário individual, organizações sem fins lucrativos (ONG, universidades, cooperativas) ou organizações com fins lucrativos (individuais ou corporativas); e iv) governança por populações indígenas ou comunidades locais (Solton *et al.*, 2014).

Embora se reconheça a expressão crescente de novos modelos de governança nas áreas protegidas (e.g. gestão transfronteiriça, gestão privada), destaca-se a forte representatividade política na génese da classificação destes territórios – “os governos e as legislaturas apenas criam parques e providenciam recursos para a sua gestão quando um grupo suficientemente largo e influenciador deseja essa ação (...) deve-se encontrar uma atitude social que reconheça o valor nestes parques, tipicamente, associada à conservação ecológica e cultural ou à recreação das comunidades” (Eagles e McCool, 2002, pp. 22-23).

A governança destas áreas sugere, assim, uma parceria de organizações público-privadas refletidas no cruzamento das ações governativas com os interesses e motivações das comunidades, negócios e organizações não governamentais, numa perspetiva de reforço de políticas *bottom-up* (Newsome *et al.*, 2013).

Reconhecendo a pertinência de adequados sistemas de governança na associação das dinâmicas de visitação às estratégias de conservação, a Federação EUROPARC<sup>27</sup> lança em 2001 o *European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas* (ECST), visando o compromisso (quadro 11) de áreas protegidas com a sustentabilidade através da implementação de um conjunto de mecanismos e ferramentas práticas que potenciam benefícios económicos, sociais e ambientais mensuráveis, o fortalecimento das relações com *stakeholders* locais, e a criação de uma rede europeia de áreas classificadas (EUROPARC Federation, 2015).

Quadro 11 | Tópicos chave do ECST (EUROPARC Federation, 2015)

Tópicos chave	Ações principais
<b>Proteção de valores paisagísticos, biodiversidade e património cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Influenciar planos de ordenamento e controlar desenvolvimentos potencialmente prejudiciais</li> <li>• Influenciar a localização, tipo e design de empreendimentos turísticos</li> <li>• Gerir fluxos, atividades e comportamentos dos visitantes em áreas e locais sensíveis</li> </ul>
<b>Suporte da conservação através do turismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encorajar visitantes e empresas turísticas a apoiar a conservação através de doações, voluntariado e outras atividades</li> <li>• Utilizar receitas relacionadas com o turismo para suportar a conservação</li> <li>• Estabelecer, suportar e promover investimentos turísticos, projetos e atividades que visem a conservação do património natural e cultural</li> </ul>
<b>Reduzir a pegada de carbono, poluição e uso desnecessário de recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar com empresas turísticas para melhorar a gestão ambiental, incluindo o uso de energia e água, gestão de resíduos e poluição sonora e luminosa</li> <li>• Promover o uso de transportes públicos e outras alternativas a carros</li> </ul>
<b>Providenciar acesso seguro, facilidades de qualidade e experiências especiais na área protegida, disponíveis para todos os visitantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecer uma ampla gama de oportunidades de acesso, com atenção à segurança e gestão do risco</li> <li>• Melhorar a qualidade das instalações e serviços de visitantes</li> <li>• Fornecer aos visitantes uma oferta turística que envolva descoberta, interpretação e apreciação do património natural e cultural da área</li> <li>• Fornecer instalações e informações para visitantes com necessidades especiais</li> </ul>
<b>Comunicar a área de forma efetiva a aos visitantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir que os materiais e atividades de marketing promovem a área de forma eficiente e responsável</li> <li>• Fornecer informações e interpretação com qualidade e eficazes</li> <li>• Assegurar que as empresas turísticas e outras partes interessadas estão bem informadas sobre as áreas de fornecem informações relevantes e precisas aos visitantes</li> <li>• Garantir veículos de informação e interpretação específicas para jovens, escolas e grupos de estudantes</li> </ul>
<b>Garantir a coesão social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antecipar, monitorizar e minimizar quaisquer conflitos existentes ou potenciais com residentes locais</li> <li>• Manter uma boa comunicação e envolvimento entre residentes locais, empresas, visitantes e autoridade da área protegida</li> <li>• Incentivar e desenvolver parcerias adequadas entre <i>stakeholders</i></li> </ul>
<b>Fortalecer a prosperidade na comunidade local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a identidade de produtos e serviços locais junto dos visitantes e empresas turísticas</li> <li>• Apoiar a viabilidade económica e o desempenho das empresas turísticas locais e a oferta de emprego local no turismo</li> </ul>
<b>Garantir a formação e capacitação dos agentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecer formação relevante para o pessoal da área protegida em desenvolvimento e gestão turística sustentáveis</li> <li>• Fornecer e encorajar a formação sobre turismo sustentável às empresas turísticas e outros <i>stakeholders</i></li> </ul>
<b>Monitorizar a performance turística e seus impactes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorização de visitantes – volume, padrões, gastos e satisfação</li> <li>• Monitorização de empresas – desempenho e necessidades</li> <li>• Monitorização de impactes turísticos – meio ambiente, economia e comunidade</li> <li>• Monitorização do progresso da implementação do plano de ação</li> </ul>
<b>Comunicar ações e envolvimento com a carta</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar ações de turismo sustentável junto de agentes locais e promover iniciativas a nível local, regional e nacional</li> <li>• Promover e potenciar o reconhecimento da carta</li> <li>• Envolvimento com a EUROPARC e a rede da carta, participando em eventos e atividades</li> <li>• Tomar medidas para reatualização e renovação da carta</li> </ul>

<sup>27</sup> Rede Europeia de áreas protegidas dedicada à conservação da natureza e da biodiversidade, através do desenvolvimento holístico do património e comunidades de diferentes áreas classificadas. Representa atualmente uma rede de áreas classificadas e responsáveis operacionais de 36 países, com vista à partilha de experiências profissionais, colaboração em projetos técnicos e desenvolvimento de projetos de progresso comum (EUROPARC Federation, 2017).

Esta carta, já adotada por 157 destinos, de 19 países, e envolvendo um número crescente de áreas classificadas, negócios locais e organizações não-governamentais, encontra-se dividida em três vetores principais que visam trabalhar um conjunto de princípios basilares nos seguintes eixos: i) avaliação da situação corrente; ii) definição da direção estratégica; iii) desenvolvimento de um plano de ação prático. Após uma primeira fase de contexto e compromisso da respetiva área com políticas de gestão sustentável, sugere-se nas fases subsequentes o envolvimento de negócios locais e operadores turísticos com vista à promoção de uma visita responsável.

Na gestão das relações entre a visita e a gestão das áreas naturais mostra-se assim essencial envolver os *stakeholders* ativamente, desenvolvendo planos operacionais suportados nos princípios estratégicos de planeamento e assegurando uma adequada monitorização dos processos conducentes a uma gestão adaptativa (Silva, 2013). A implementação destas práticas poderá então ser suportada por diversos instrumentos de governança (Budeanu, 2003; Weaver, 2006), ancorada em modelos de rigidez distinta (e.g. variando entre legislação e regulamentação, acordos legais a nível regional ou nacional, normatização ou outros instrumentos de adesão voluntária).

Embora estes novos modelos de gestão territorial, assentes em princípios de boa governança e de cidadania, se mostrem adequados ao atual paradigma da sustentabilidade, encerram alguns riscos que devem ser acautelados em todo o processo de planeamento e gestão. Destes, destacam-se os seguintes: i) a inconsistente inclusão dos diferentes *stakeholders*, sistematicamente caracterizada pela mera consulta pública de revisão dos planos estabelecidos; ii) a descentralização da gestão dessas áreas, estando sujeita à influência de alguns *lobbies* com interesses que podem não ser os mais adequados; iii) a opção por modelos ideais sem existirem recursos ou outras condições para os mesmos serem implementados; iv) a dificuldade em conciliar os interesses dos diferentes *stakeholders*; v) a deficiente comunicação e envolvimento de todos os interessados; e vi) a elaboração de planos a nível macro sem que sejam acompanhados por medidas de ação e de mecanismos de monitorização e avaliação dos mesmos.

### **Modelos de ordenamento e gestão da visita**

A ação da visita em áreas naturais pode implicar impactes de variadas índoles, sugerindo consequências negativas como o pisoteio da vegetação, a degradação de recursos naturais e culturais, a perturbação da fauna e o acentuar de conflitos com a população local, entre outras.

O conjunto de medidas para a manutenção das condições ecológicas e sociais aceitáveis nestas áreas mantendo a qualidade das experiências de recreação torna-se um dos principais objetivos dos gestores de áreas protegidas. O principal desafio destes agentes passa, então, pela redução ou eliminação de impactes negativos, como a poluição com resíduos ou ruído, a perda de biodiversidade e todo o tipo de perturbação sobre esses ecossistemas (Marion e Reid, 2007).

Holden (2000) destaca um conjunto de paradigmas que vêm dificultar a análise e interpretação de alguns impactes da visitação, nomeadamente: i) a imaturidade dos estudos nestes campos de investigação e necessidade de desenvolvimento de estudos multidisciplinares, ii) a dificuldade no estabelecimento de um estado de origem e conseqüente resposta reativa dos agentes, iii) a dificuldade na separação de impactes ambientais do turismo e outros impactes antropogénicos de outras atividades económicas; iv) a dificuldade de separação da ação turística e de residentes locais; v) a dificuldade em avaliar impactes do turismo dado o seu cariz cumulativo e de expansão; e vi) a descontinuidade espacial dos impactes turísticos, que podem levar a conseqüências em localidades distantes.

Desta forma, poderão identificar-se um conjunto de questões na análise da relação entre a visitação e as estratégias de gestão de habitat, dos quais se destacam: i) o tipo de segmentos turísticos a promover nas estratégias de promoção; ii) a aceitabilidade de oportunidades de visitação e impactes biofísicos; iii) as atrações a ser integradas e capacidade de infraestruturas e equipamentos; iv) as políticas turísticas a desenvolver por forma a responder a algumas necessidades da gestão de habitat; v) o envolvimento das comunidades locais nos processos de decisão; vi) a monitorização de práticas; e vii) o envolvimento de *stakeholders* (Leung *et al.*, 2015).

O reconhecimento das necessidades de gestão turística e de visitação mostra-se então essencial nas áreas de conservação, no sentido de melhor se gerirem visitantes, recursos e comunidades com produção de resultados como oportunidades de recreação diversificadas, experiências de qualidade e benefícios socioeconómicos.

Tratam-se, contudo, de territórios que possuem um alargado conjunto de contextos naturais, históricos e culturais, que importa equilibrar com os resultados de visitação expectáveis, para que as devidas estratégias, intervenções e ferramentas possam ser lançadas (Leung *et al.*, 2015).

Segundo Farrell e Marion (2002: 34), a aplicação do conceito de capacidade de carga, enquadrada como a “quantidade de uso associado à visitação que uma área consegue suportar, mantendo níveis sustentados de qualidade na sua oferta de recreação, com base nos atributos e condições de gestão ecológica, social e física”; foi apresentada

por Wagar (1964), nos anos 1960, envolvendo, no contexto de áreas protegidas, três eixos principais (Haider e Payne, 2009):

1. Físico (*design*), relacionado com a capacidade de infraestruturas e equipamentos para absorver a visitação;
2. Biofísico (ecológico), relacionado com a capacidade dos ecossistemas suportarem a pressão humana;
3. Sociocultural, relacionado com a experiência dos visitantes e sua relação com a comunidade local.

Nesta análise, encontra-se uma comparação entre diversas componentes descritivas (parâmetros de gestão como o tipo e extensão de impactes relacionados com os visitantes) e componentes de avaliação (julgamentos de valor e indicadores de aceitabilidade dos diferentes níveis de impactes).

As avaliações da capacidade de carga refletem o estabelecimento de um número máximo de visitantes com base em relações matemáticas associadas às variáveis de análise. Este conceito foi criticado pelos investigadores por: i) associar parcamente a diferença de impactes provenientes de várias experiências turísticas; ii) dificilmente conseguir associar a quantidade de uso a impactes; iii) reunir indicadores com base em julgamentos de valor e ser difícil a definição exata da resiliência de alguns recursos; iv) falhar na procura pelo equilíbrio entre a conservação ambiental e o uso da visitação; e v) se focar nos limites de uso e se constituir como uma opção rígida de controlo e limitação da visitação (Eagles e McCool, 2002; Haider e Payne, 2009; Newsome *et al.*, 2013; Wearing e Neil, 1999).

Embora relevante como instrumento de monitorização, traduzindo elementos de conservação (Wearing e Neil, 1999) e conduzindo inúmeras investigações sobre o número de visitantes aceitável em determinadas áreas, este instrumento pecou pela não determinação das condições apropriadas ou aceitáveis e enumeração de intervenções necessárias para garantir as condições desejáveis nos espaços naturais. De certa forma, foram definidos limites de uso sem se traduzir a adequabilidade prática de medidas de gestão destes limites, ou mesmo considerar outras medidas menos intrusivas e até mais eficientes (McCool e Patterson, 2000).

Ao focar-se nos limites de acesso aos espaços, desconsiderando potenciais ferramentas de gestão da visitação, o conceito torna-se gradualmente insuficiente para os órgãos de gestão destes territórios, chegando mesmo a ser caracterizado em McCool e Patterson (2000 cit. por Silva, 2013: 123) como “um paradigma reducionista, ingénuo e inapropriado sobre o qual se baseiam contextos recreativos ou comunidades dependentes do turismo”.

Parametrizando algumas das debilidades estruturais do conceito de capacidade de carga, Haider e Payne (2009) salientam a existência de medidas válidas que refletem uma gestão direta (medidas que visam regular o comportamento dos visitantes), ou indireta (medidas que visam influenciar o comportamento dos visitantes), contrapondo a necessidade de limitação rígida do acesso de visitantes a áreas naturais e apresentando alguns exemplos de potenciais medidas de aplicação (quadro 12).

Quadro 12 | Técnicas de gestão direta e indireta da visitação (adaptado de Haider e Payne, 2009)

---

### **Técnicas de gestão indireta**

*Procuram influenciar o comportamento dos visitantes. Escolhas individuais livres com baixo nível de controlo e alta variação no uso.*

#### 1. Alterações físicas

- Melhorias, manutenção ou fecho de estradas
- Melhorias, manutenção ou fecho de zonas de acampamento
- Adaptações na dificuldade de trilhos
- Construção ou fecho de trilhos
- Melhorias nas populações de vida selvagem

#### 2. Dispersão de informação

- Promoção de atributos do espaço natural
- Promoção de oportunidades de recreação em áreas vizinhas
- Educação ambiental com conceitos de ecologia e respeito pelos ecossistemas
- Promoção de áreas selvagens e padrões de visitação
- Gestão integrada com inclusão de perspetivas multidimensionais
- Códigos de conduta e boas práticas

#### 3. Requerimentos de elegibilidade

- Cobrança de taxa de entrada
- Cobrança de taxa diferenciada consoante zona, época, etc.
- Requisição de provas de conhecimento ou práticas ambientais
- Medidas de compensação

---

### **Técnicas de gestão direta**

*Ênfase na regulação de comportamentos. Escolha individual restrita com elevado nível de controlo.*

#### 1. Reforço da fiscalização

- Imposição de multas
- Aumento de vigilância na área

#### 2. Zonamento

- Separação de usos incompatíveis (e.g. trilhos de BTT e caminhadas)
- Proibição de uso em alturas de grande potencial de dano
- Limitação da duração de estada em zonas de campismo

#### 3. Racionamento da intensidade de uso

- Rotação de uso (e.g. abrir ou fechar acessos, trilhos, zonas de campismo)
- Requisição de reservas
- Distribuir zonas de campismo ou rotas a diferentes grupos
- Limitação do uso via pontos de acesso
- Limitação da dimensão de grupos, número de equipamentos, etc.
- Afetação de zonas designadas de campismo e atravessamento
- Limitação de permanência mínima ou máxima de estada

#### 4. Restrições em certas atividades

- Restrição na realização de fogueiras
- Restrições em práticas de hipismo, caça ou pesca
- Restrições na recolha de vegetação, conchas, etc.

---

De uma forma geral, deverá garantir-se uma abordagem holística na afetação de medidas de gestão da visitação, que incorpore, mediante cada contexto, um espectro de abordagens *soft a hard*, combinando e.g. elementos diretos e indiretos, abordagens ecocentristas e antropocentristas, requerimentos legais e voluntários (Silva, 2013; Tan e Law, 2016).

Merecem destaque, nesta análise, para além da afetação da legislação em vigor, um conjunto de potenciais sistemas de gestão operacional da visitação (Lopes, 2013):

- Normalização e sistemas de gestão - documentos de base não obrigatória, que reúnem um conjunto de regras, especificações, diretrizes ou características que visam assegurar que determinados produtos, materiais, processos e serviços são desenvolvidos de forma adequada ao seu propósito, contribuindo para setores mais eficazes e eficientes (ISO, 2012);
- Formação de agentes - como forma de promover a qualificação dos técnicos, funcionando como um investimento a longo prazo e contribuindo para a qualificação dos profissionais e, conseqüentemente, para a elevação dos padrões de segurança, qualidade do serviço e competitividade do destino (Chen *et al.*, 2010; Jones e Haven-Tang, 2005);
- Aplicação de códigos de conduta e boas práticas - elementos de cariz não obrigatório, que visam regular de forma informal, sugerindo a educação dos seus destinatários através de informações, orientações e instruções responsáveis e éticas (Black e Crabtree, 2007);
- Certificação, etiquetas e prémios de qualidade – instrumentos de adesão voluntária que visam distinguir a prática de organizações, através da atribuição de selos, etiquetas ou prémios segundo avaliação e auditoria da prática dos candidatos.

Perante algumas críticas ao constructo de capacidade de carga, na década de 1970 surgem outras metodologias de gestão da visitação (*visitor management frameworks*), como o *Recreation Opportunity Spectrum*<sup>28</sup> (ROS), desenvolvido por investigadores do Serviço de Florestas dos Estados Unidos da América.

Numa época de crescimento sem precedentes das dinâmicas de recreação em áreas naturais, este processo foi desenvolvido no sentido de providenciar maior diversidade de oportunidades de recreação, reduzindo o conjunto de impactes associados a cada uma das atividades pela desconcentração de práticas e alocação de atividades de maior pressão a territórios mais resilientes.

---

<sup>28</sup> “Espectro de Oportunidades Recreativas”(Clark e Stankey, 1979).

O modelo visava providenciar aos visitantes diferentes contextos de visitação, propondo uma diversidade acrescida de oportunidades de desenvolvimento das suas experiências. Compara, assim, diferentes classes de desenvolvimento de espaços naturais (num espectro entre territórios primitivos ou desenvolvidos), com as respetivas influências de vários fatores de gestão (quadro 13).

Este modelo acabou por se revelar uma importante ferramenta matriz de zonamento de atividades (Pires, 2005), comparando parâmetros associados às características físicas do território e respetivo grau de modificação humana no ambiente natural com atributos sociais e características de gestão, tendo incentivado o desenvolvimento de facilidades e regulamentação (Haider e Payne, 2009; Newsome *et al.*, 2013).

Quadro 13 | Classes do modelo ROS (Newsome *et al.*, 2013)

FATORES DE GESTÃO	CLASSES			
	Primitiva	Semi primitiva	Natural com acessibilidades	Desenvolvida
<b>Físicos</b>				
<b>Acesso</b>	Sem uso de veículos	Sem uso de veículos	Uso de veículos e estacionamento	Uso elevado de veículos e estacionamento
<b>Remoto / Natural</b>	Remoto e completamente natural	Completamente natural	Aparentemente natural	Fundo natural, dominado por modificações
<b>Dimensão</b>	Larga	Moderada	Sem critérios de dimensão	Sem critérios de dimensão
<b>Sociais</b>				
<b>Contacto com outros visitantes</b>	Poucos contactos	Baixo a moderados	Moderados em estradas e trilhos	Elevados a muito elevados em estradas, trilhos e locais desenvolvidos
<b>Aceitabilidade de impactes</b>	Não aceitáveis	Aceites impactes menores	Impactes moderados em áreas específicas como campismo	Impactes substanciais evidentes e aceites
<b>Gestão</b>				
<b>Desenvolvimento do espaço</b>	Sem desenvolvimento, inexistência de estruturas	Ambiente aparentemente natural, estruturas raras e isoladas	Estradas, facilidades de conforto e segurança	Estradas e facilidades para uso intensivo, incluindo <i>resorts</i>
<b>Regulamentação</b>	Sem regulamentação in loco, dependente do autocontrolo	Regulamentação in loco subtil, se presente	Regulamentação moderada via sinalização	Controlo óbvio e numeroso via sinalização e staff
<b>Exemplo</b>				
<b>Sítio turístico em área natural</b>	Campismo selvagem em área natural	Sítio designado para caminhadas num parque nacional	Área de merendas num parque nacional	Acomodação ou centro de interpretação / resort construído junto a área natural

Assumindo-se como um dos métodos mais marcantes no desenvolvimento da gestão da visitação em áreas naturais, é publicada em 1985 a obra *Limits of Acceptable Change*<sup>29</sup> (LAC) igualmente promovida pelo Serviço de Florestas dos Estados Unidos da América. À semelhança da metodologia utilizada no ROS, o sistema contempla um conjunto de oportunidades de desenvolvimento de recreação, contudo, regista um conjunto de normas e indicadores na determinação de condições de conservação

<sup>29</sup> "Limites de mudança aceitável" (Stankey *et al.*, 1985).

aceitáveis perante a ação antrópica. A não conformidade destes indicadores justifica a aplicação de ações corretivas (Haider e Payne, 2009).

Esta metodologia, composta por nove estágios (figura 13), incorpora a partilha de conhecimento adquirido e abertura do diálogo entre *stakeholders* envolvidos no processo de determinação da aceitabilidade dos impactes e monitorização de resultados. Outro dos aspetos essenciais desta análise passa pelo envolvimento de diversas áreas de cada especialidade atribuída aos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento dos *standards* identificados e a contínua preocupação na monitorização e correção de práticas.

Embora inovador pela identificação de “mudanças aceitáveis”, o sistema acabou por se mostrar frágil, em particular, pela dificuldade de acordo dos agentes entre os indicadores, *standards* e alocação de zonas, dado que o planeamento “se mostra um processo político num ambiente politizado” (Newsome *et al.*, 2013: 223).



Figura 13 | Etapas do modelo LAC (Adaptado de Silva, 2013; Stankey *et al.*, 1985)

O modelo *Visitor Activity Management Process*<sup>30</sup> (VAMP) é criado no final dos anos 1980 pela organização Parks Canada, como complemento ao seu Processo de Gestão dos Recursos Naturais. Assumindo a existência de impactes ambientais associados à visitação, pressupõe na sua metodologia que estes podem ser reduzidos em locais específicos e que o controlo comportamental e estrutural são ações indicadas para a limitação desses impactes.

Desta forma, o modelo visa a definição de termos de análise e compreensão do contexto regional para implementação de políticas, ações e compreensão das consequências dos regimes de gestão (Eagles e McCool, 2002).

<sup>30</sup> “Processo de gestão das atividades de visitação” (Graham *et al.*, 1988).

Este instrumento envolve o desenvolvimento de perfis de atividade relacionados com as características sociais e demográficas dos participantes, requisitos de oferta das atividades e tendências das experiências, tendo sido desenvolvido para operar de forma paralela aos instrumentos de gestão de recursos naturais. Perfaz, assim, uma ligação importante entre as ciências naturais e sociais, apoiando a tomada de decisão sobre a visitação nas áreas de conservação.

Quadro 14 | Metodologia do sistema VAMP (adaptado de Graham *et al.*, 1988)

- 
- 1 Produção dos termos de referência do projeto;
  - 2 Confirmação de propósito do parque e seus objetivos;
  - 3 Organização de dados descritivos sobre contexto e ecossistemas, oportunidades de visitação recreativa e de sensibilização, atividades e serviços existentes, contexto regional;
  - 4 Análise da situação existente de forma a identificar temas patrimoniais, capacidade dos recursos e atividades de visitação apropriadas, papel do parque na região e papel do setor privado;
  - 5 Produção de atividades de visitação alternativa no contexto identificado, experiências a suportar, segmentos de mercado a garantir, orientações sobre os níveis de serviço e papéis expectáveis da região e setor privado;
  - 6 Criação do plano de gestão do parque, incluindo o seu propósito e papel, orientações e objetivos de gestão, relações regionais e papel do setor privado;
  - 7 Implementação: definição de prioridades para a conservação e planeamento de serviços.
- 

Na sequência dos trabalhos anteriores, surge da Associação de Parques Nacionais e Conservação dos Estados Unidos da América, em 1990, o método *Visitor Impact Management*<sup>31</sup> (VIM), que embora semelhante ao LAC (contemplando a aceitabilidade de impactes decorrentes da visitação), acaba por se aproximar do conceito de capacidade de carga ao conferir maior enfoque à resolução de impactes decorrentes da visitação e não às oportunidades de desenvolvimento ou distribuição da oferta de recreação (Haider e Payne, 2009).

O sistema reconhece, contudo, diversas formas de redução ou mitigação de impactes para além da estrita imposição de limites, analisando de forma isolada cada ameaça. Com base na situação de contexto são lançadas diversas medidas de gestão que podem incluir: i) a limitação temporária de acesso; ii) a monitorização de impactes de visitantes; iii) a programação de novos veículos de interpretação do meio, alternativos à presença de visitantes nas áreas críticas; iv) a alternância de locais de visitação com características ecológicas semelhantes (Pires, 2005).

Conforme analisam Newsome *et al.* (2013) o modelo propõe uma matriz de avaliação de alternativas de resolução de impactes, na medida em que diferentes abordagens

---

<sup>31</sup> "Gestão de impactes da visitação" (Graefe *et al.*, 1990)

aos problemas identificados podem mascarar o aparecimento de novos efeitos adversos. O sistema revela-se, assim, um importante instrumento que pode ser integrado em planos de gestão, embora, segundo os autores, acabe por justificar uma abordagem mais reativa do que preventiva, focando-se em impactes reais e não expectáveis, o que se pode mostrar insuficiente numa abordagem de planeamento turístico nestes territórios.

Dividida em oito etapas, a metodologia VIM (figura 14) sugere cinco passos de identificação dos problemas, seguida de uma análise de verificação das condições correntes perante os *standards* definidos. A afetação das melhores soluções para casos de não compatibilidade segue então uma matriz de resolução aplicável a cada situação particular.

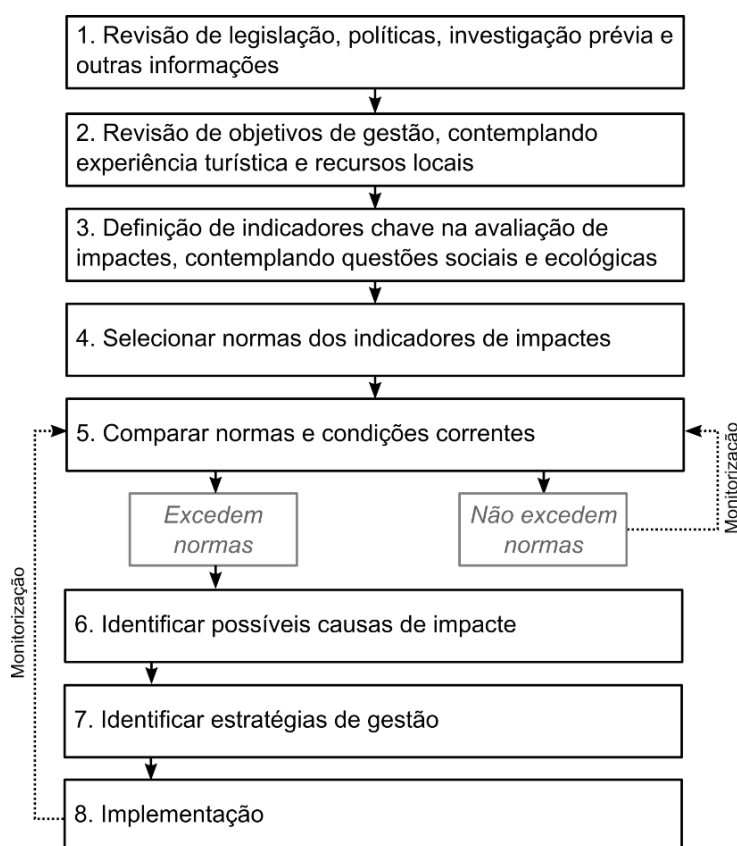


Figura 14 | Metodologia do sistema VIM (adaptado de Newsome *et al.*, 2013)

O *Tourism Optimisation Management Model*<sup>32</sup> (TOMM) surge nos anos 1990, por uma empresa de consultoria, visando na sua origem a aplicação à Ilha *Kangaroo* que estruturou o seu processo de desenvolvimento turístico neste modelo (TKI, 2017).

A especificidade do seu foco no setor turístico levou à inclusão de novas variáveis contextuais valorizando componentes do foro político, sociocultural e económico (e.g.

<sup>32</sup> Modelo de otimização da gestão turística (Manidis Roberts Consultants, 1997).

políticas e instrumentos de planeamento, valores da comunidade, características da oferta, padrões de crescimento, tendências de mercado e oportunidades de desenvolvimento, posicionamento e promoção turística, cenários alternativos para o desenvolvimento turístico na região). À semelhança de outros modelos este sistema define um contexto de planeamento inicial, adjudicando indicadores e normas estimadas para condições ótimas, seguindo-se a atribuição de impactes e consequentes estratégias de gestão para a sua mitigação (figura 15).

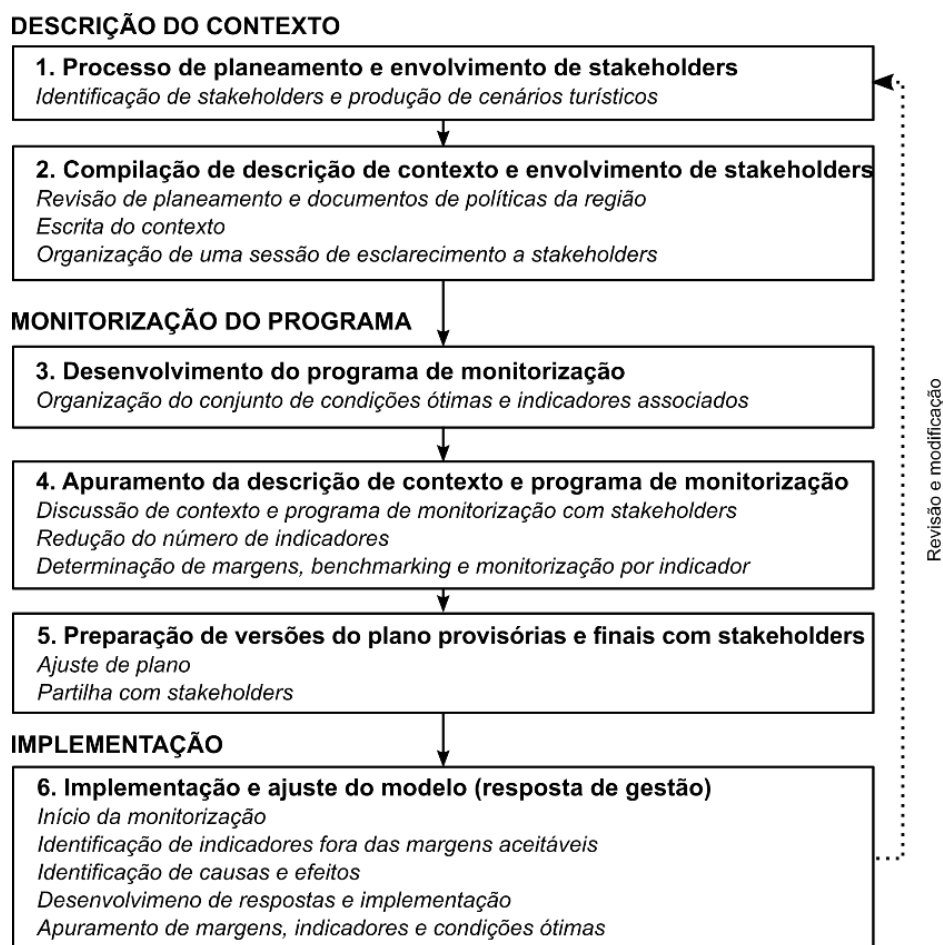


Figura 15 | Metodologia do sistema TOMM (Newsome *et al.*, 2013)

Merece ainda destaque o surgimento, em 1997, do *Visitor Experience and Resource Protection*<sup>33</sup> (VERP) do Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos da América com o objetivo de responder a preocupações sobre a capacidade de carga dos seus parques nacionais. Este modelo foca-se na determinação das experiências apropriadas às áreas contempladas, traçando o zonamento de locais pelos recursos que estes contêm. Os impactes da visita são assumidos como consequências do comportamento dos visitantes, níveis e tipos de uso, duração e localização das visitas.

<sup>33</sup> “Experiência do Visitante e Proteção de Recursos” (National Park Service, 1997).

Esta breve súmula dos principais modelos de gestão da visita o em áreas naturais revela-nos importantes complementos aos princípios basilares da capacidade de carga, porém, providenciando referenciais racionais e estruturados para servirem de apoio   decisão por parte dos órgãos gestores destas áreas (Manning, 2000).

Embora estes modelos assumam diferentes referências e metodologias face ao seu foco e problemáticas endereçadas, revelam fundamentos teóricos semelhantes, com processos e etapas comparáveis (quadro 15 e figura 16), nomeadamente ao nível: i) da gestão com base na aceitabilidade da mudança, conduzida por objetivos de conserva o e preserva o da qualidade da experiência turística; ii) do envolvimento de agentes de origens diversas e multidisciplinares no processo de planeamento; iii) da atribui o de um contexto de gestão inicial; e iv) da cole o de indicadores e normas comparáveis às condi oes correntes para atribui o de incompatibilidades (Haider e Payne, 2009; Moore *et al.*, 2003; Newsome *et al.*, 2013; Pires, 2005).

Quadro 15 | Compara o dos diversos modelos de gestão da recrea o (Newsome *et al.*, 2013)

Modelo de planeamento	ROS*	LAC	VAMP	VIM	TOMM	VERP
1. Adequado ao planeamento regional (e.g. mais do que uma área natural)	●●●	●	●●●	-	●●●	●●●
2. Aplicável a vários contextos (e.g. marinho, terrestre, altamente desenvolvido)	●●	●●	-	●	●●●	-
3. Indica�o explícita de inclusão de <i>stakeholders</i> no planeamento	-	●●●	-	-	●●●	●●
4. Integra�o do modelo noutros formatos de planeamento (e.g. gestão ou planos turísticos)	●●●	●	●●	●	●●	●●
5. Providencia informa�o sobre impactes da visita�o necessários � a�o da gestão	-	●●	-	●●●	●●●	●●
6. Requer identifica�o de normas e indicadores e quantifica�o do seu progresso contra objetivos	-	●●●	●	●●●	●	●
7. Requer a�oes de gestão e monitoriza�o como parte do instrumento	●	●●●	●	●●●	●●●	●●●

\* ROS - Recreation Opportunity Spectrum, LAC - Limits of Acceptable Change, VAMP - Visitor Activity Management Process, VIM - Visitor Impact Management, TOMM - Tourism Optimisation Management Model, VERP - Visitor Experience and Resource Protection.

Atributos: ●●● Forte associa o de critérios; ●● Média associa o de critérios; ● Fraca associa o de critérios; - Sem associa o de critérios.



Figura 16 | Modelo esquemático representativo de abordagens LAC, VIM, VERP (Farrell e Marion, 2002)

As metodologias de gestão da visitação sustentam-se em práticas de monitorização<sup>34</sup> regulares com o objetivo de recolher indicadores de suporte a iniciativas de ordenamento do território, gestão de visitantes, alocação de recursos, desenvolvimento de infraestruturas, avaliação de impactes, promoção e comunicação, entre outras áreas fundamentais para a sua gestão integrada (Kajala *et al.*, 2007).

A monitorização de processos de visitação mostra-se, desta forma, um vetor crucial no planeamento estratégico e operacional de espaços de elevado valor natural, exigindo, pelas especificidades destas áreas, uma elevada carga de recursos, tempo e esforço, ao requerer a continuidade do levantamento de informação, o processamento e interpretação de resultados.

Tratam-se comumente de locais de recolha remotos, sem eletricidade, com diversidade de acessos, expostos a condições climáticas adversas e atos de vandalismo, dada a reduzida presença de colaboradores (Cessford *et al.*, 2002). Adicionalmente, pelo facto de se tratarem de territórios de gestão de habitat, associam-se a esta análise um conjunto de dimensões particulares que influenciam a sua operacionalização:

<sup>34</sup> Concetualizada em Newsome *et al.* (2013: 324) como a “recolha sistemática, análise e integração de informação relativa a componentes naturais e sociais nos sistemas de gestão”.

- i) as características da localização da ação - e.g. tipologia de área protegida, área coberta, atividades permitidas ou desenvolvidas, facilidades e infraestruturas disponíveis;
- ii) a época de implementação – e.g. eficiência da amostra, limitações do território envolvente, conforto pessoal e satisfação dos visitantes, exposição a fenómenos climatéricos;
- iii) a duração da estada – e.g. priorização de atividades desenvolvidas pelos visitantes, disponibilidade de resposta;
- iv) tipo e constituição dos grupos de visita - e.g. comportamentos e expectativas da experiência por parte dos visitantes, nichos de procura, percepção do estudo e resposta expectável;
- v) limitações individuais das ferramentas de análise – e.g. impossibilidade de distinguir o número de visitantes, a direção do movimento, rotas utilizadas, distribuição pela área de intervenção, dimensão do grupo, características dos elementos dos grupos de visita;
- vi) atividades de gestão corrente da área – e.g. contemplação de outros usos que não atividades de exploração do espaço, como visitas de manutenção, equipas de manutenção, entidades parceiras.

Na sequência destas dificuldades, a organização de planos de monitorização sistemáticos e estruturados mostra-se um processo complexo, utilizando-se globalmente sistemas de contagem improvisados e baseados em valores extrapolados, que servem como agentes de decisão, descurando-se a significância dos resultados. Os autores Cessford *et al.* (2002) corroboram esta opinião, afirmando que muitas das iniciativas realizadas não se encontram devidamente estruturadas, baseando-se em observações informais decorrentes de sistemas de monitorização “oportunistas” e não sistematizados.

Segundo Haider e Payne (2009), estes indicadores devem ser específicos, objetivos, verídicos, com possibilidade de serem devidamente geridos e repetidos, apresentando significância sobre as práticas desenvolvidas. Acresce a necessidade de explorar a integração de componentes humanas nas estratégias de gestão ambiental e conservação, reforçando a necessidade de articular objetivos e valores entre a multidisciplinariedade das análises conduzidas (Bennett *et al.*, 2017).

Os processos de monitorização da visita requerem desta forma uma elevada componente de análise social, devendo responder a metas e objetivos concretos para uma adequada viabilidade dos dados e sua utilidade nos processos de gestão

territorial. No que respeita a áreas de investigação, ressalva-se a elevada amplitude e utilidade de dados, constituindo exemplos (Băltărețu, 2011; Muhar *et al.*, 2002):

- Contabilização do número e especificidade das visitas: e.g. dimensão do grupo; duração da permanência (horas / dias); fluxos de visitação (pessoas / horas / direção); densidade da visitação (pessoas / área coberta / habitais cobertos); tipologias de atividades realizadas;
- Caracterização dos visitantes: e.g. perfil dos visitantes de perspetivas diferenciadas – demográfica, interesses, atividades realizadas, etc.; compreensão das expectativas, motivações e objetivos dos visitantes; análise de fatores-chave na satisfação com área visitada e atividades realizadas; fontes de informação utilizadas antes e durante a estada; identificação de tendências e estabelecimento de previsões;
- Análise da eficiência do espaço e infraestruturas: modelo de gestão; normas de conduta; amenidades e a sua disponibilização aos visitantes; manutenção necessária;
- Compreensão dos resultados da estratégia de gestão de habitat: adequabilidade dos instrumentos de interpretação e sensibilização ambiental; níveis de utilização e impacte da visitação; aferição da importância social, económica e política do uso recreativo do espaço.

### **O papel da interpretação e educação ambiental**

A informação mostra-se um vetor essencial no desenvolvimento turístico, sendo transversal a toda a cadeia de processos da sua oferta e procura, desde o planeamento inicial, e.g. na estruturação do setor e na formação dos recursos humanos; às estratégias de comunicação e promoção junto dos principais *stakeholders* ou entidades envolvidas.

Estes processos englobam diversas variáveis provenientes dos contextos onde o setor turístico se desenvolve, estando condicionados por questões como níveis de necessidade de informação distintos e diversas possibilidades de formatos na entrega da informação (ADTR, 2008; Eichhorn *et al.*, 2008).

Conforme observado anteriormente, nas últimas décadas vêm sendo identificadas diversas abordagens ao desenvolvimento de estratégias de gestão da visitação em espaços naturais, por forma a reduzir ou mitigar os principais impactes associados a uma pressão humana acrescida (Tan e Law, 2016).

A interpretação ambiental é então encarada como um processo de comunicação desenhado para a revelação de significados e relações do património natural e cultural através do envolvimento direto dos visitantes, agentes envolvidos e comunidade local. Embora associada à informação, a interpretação procura explorar o seu significado de forma a sensibilizar os visitantes e aumentar o seu conhecimento sobre determinados valores. Diferencia-se, desta forma, funcionando como uma forma de provocação de maior apreciação, respeito e sentido de responsabilidade para com os espaços promovidos (Hvenegaard *et al.*, 2009).

Tan e Law (2016) reforçam estas questões, identificando um consenso entre investigadores de que a interpretação não deve simplesmente apresentar informação factual, mas igualmente ser potenciada como uma atividade de interesse, entretenimento e educação, que possa garantir a aquisição de novo conhecimento, inspirando ações positivas. Deve, por isso, no contexto ambiental ou cultural, induzir um conjunto de estímulos cognitivos, afetivos e comportamentais em prol da conservação.

A informação pode então ser partilhada com diferentes objetivos, entre os quais se englobam expectativas promocionais, educacionais, económicas ou ecológicas, funcionando como uma oportunidade de educar e reforçar a consciencialização dos visitantes e operadores turísticos sobre os valores e a importância da biodiversidade. Desta forma informal de educação emanam novos hábitos e condutas de atuação em prol da preservação dos valores identitários destas áreas (Bushell e Bricker, 2017).

Weaver (2006) sugere que alguns resultados pretendidos, em torno do turismo sustentável, podem mesmo não ser alcançados se a informação se mostrar demasiado científica ou complexa. Recomenda, desta forma, aproximações flexíveis que influenciem os visitantes sem condicionar o seu comportamento através de regras árduas e substancialmente restritivas.

Hvenegaard *et al.* (2009), por sua vez, destacam um conjunto de similitudes entre as definições de interpretação mais comuns: i) são estimuladas *in loco*, em contacto direto com os visitantes e encorajando interações; ii) funcionam como uma forma informal de educação; iii) destinam-se a uma audiência não formal e não cativa; iv) são entendidas como uma forma de gratificação dentro da experiência turística; v) devem inspirar e motivar todos os envolvidos; vi) visam a expansão de conhecimento e mudanças de atitude através da apreciação dos recursos promovidos; e vii) proporcionam experiências com base nos valores identitários da área promovida.

Poderá, então, distinguir-se um trinómio de processos de interpretação (figura 17), onde a comunicação de um espaço de elevado valor natural ou cultural envolve a

sinergia de atividades: i) educacionais, facilitando a compreensão de matérias ambientais, culturais ou sociais; ii) recreacionais, incluindo experiências destinadas à apreciação dos valores locais; e iii) indutoras de comportamentos de conservação, potenciando comportamentos responsáveis e proteção de recursos (Newsome *et al.*, 2013).

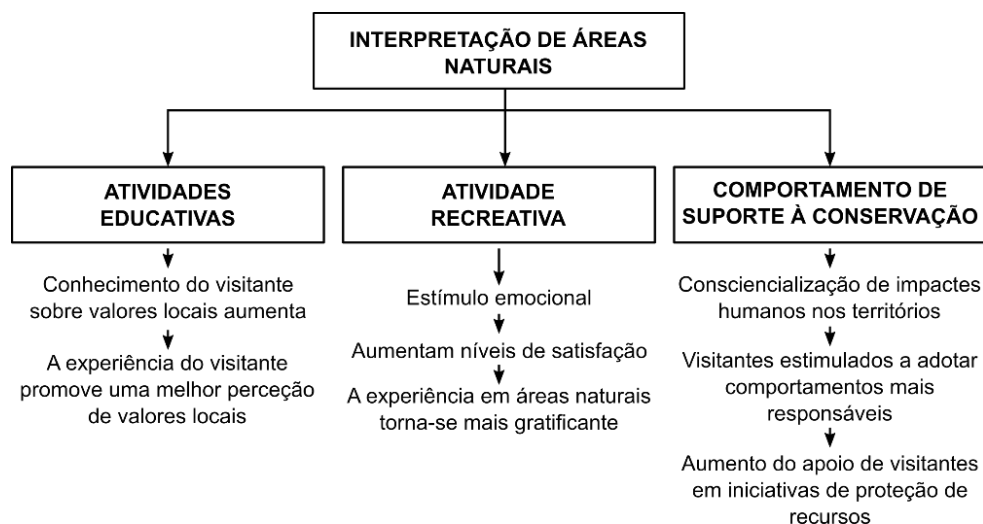


Figura 17 | Relação entre educação, conhecimento e sensibilização na interpretação (Newsome *et al.*, 2013)

Numa perspetiva de integração de todos os atores envolvidos nos processos de governança, as estratégias de sensibilização devem igualmente ser direcionadas para a comunidade local, uma perspetiva que, segundo Jamal e Watt (2011, cit. por Bramwell e Lane, 2011), é por vezes descurada na medida em que a gestão turística, governamental ou de áreas protegidas se mostra parca na sensibilização dos seus valores, medidas ou premissas de conservação.

Mesmo em alguns nichos como o ecoturismo, onde estão já estabelecidos critérios de interpretação ou aprendizagem, todos os *stakeholders* associados a estes processos devem ser capazes de interpretar a informação, incluindo a comunidade local e os operadores turísticos (Weaver, 2006). Morag e Tal (2012) abordam o potencial de sensibilização decorrente de experiências de sensibilização e educação na natureza, sugerindo que os espaços naturais, mais do que um contexto externo, podem propiciar comportamentos ambientais responsáveis e a assimilação de conceitos e problemáticas de conservação. Entre outras vantagens, os autores reconhecem o desenvolvimento cognitivo e social dos visitantes, o estímulo ao conhecimento sobre o património local e sentido de responsabilização como principais argumentos de uma educação em contexto de *outdoor*.

Entre as diversas possibilidades de programas interpretativos (quadro 16), incluem-se na análise ferramentas como sinalização, exposições interativas, materiais audiovisuais, brochuras, visitas guiadas, centros de interpretação, programas de inclusão da comunidade local através de voluntariado ou oferta educativa, entre outras soluções e tecnologias *online* ou *offline* (Newsome *et al.*, 2013). No âmbito da evolução tecnológica e das atuais tendências importa destacar o desenvolvimento de aplicações (*apps*) para *smartphone*, mapas dinâmicos e recurso a placas com código QR, com forte potencial de valorização da comunicação e envolvimento dos visitantes.

Quadro 16 | Exemplos de técnicas de interpretação (Newsome *et al.*, 2013)

<b>Técnicas</b>	<b>Operacionalização</b>	<b>Forças / vantagens</b>	<b>Fraquezas / desvantagens</b>
<b>Publicações e websites</b>	Fornecimento de informação prévia à visita; direcionada para o visitante e planeamento da viagem; suporte aos centros de visitação e percursos autoguiados; informação sobre paisagem, fauna e flora	Informação economicamente viável e portátil; fácil distribuição e pontos de acesso para maior disseminação	Não evolue ativamente o visitante; pode não diferenciar necessidades de segmentos; pode mostrar-se dispendiosa se exigidas constantes atualizações e alterações
<b>Recursos educacionais eletrónicos</b>	Suporte para centros de visitação e percursos autoguiados; informação sobre geologia, paisagem, fauna e flora	Informação portátil e potenciadora de visitas adequadas a diferentes ritmos de visita; apelo elevado de jovens habituados a operar com dispositivos eletrónicos; oportunidades de atualização da informação	Não evolue ativamente o visitante; pode não diferenciar necessidades de segmentos; pode mostrar-se dispendiosa se exigidas constantes atualizações e alterações
<b>Centros de visitação</b>	Informação sobre paisagem, fauna, flora e gestão; oportunidade de garantir um contacto direto com colaboradores; localização em zonas de acesso com oferta de oportunidades de recreação	Locais reconhecidos onde visitantes podem obter informação; possibilidade de aplicar diversas técnicas (audiovisuais, interpretação verbal, oferta interativa e mostra de recurso originais)	Aplicação potencialmente dispendiosa; pode não diferenciar necessidades de diferentes audiências (e.g. foco no público escolar)
<b>Percursos autoguiados</b>	Foco de atenção dos visitantes nos vários contextos do parque; oportunidades para criação de mensagens através da sinalética	Sempre disponíveis e adaptáveis a diferentes ritmos de visita	Sinalização e informação sujeita a atos de vandalismo; possibilidade de excesso de informação; normalmente não adaptável a públicos infantis
<b>Visitas guiadas</b>	Vasta aplicação em diferentes contextos; especialmente relevante em visitas florestais, geológicas ou destinadas à observação de vida selvagem; variedade de duração	Instrumento poderoso e eficiente se devidamente aplicado; guia pode responder a necessidades específicas de clientes mediante diferentes níveis de complexidade; informação pode ser atualizada; guia pode influenciar o envolvimento ativo de participantes	Requere a disponibilidade de pessoal formado, certificado e eficiente; formação pode ser dispendiosa; requer a atenção do público e o seu compromisso de envolvimento

Da perspetiva dos órgãos gestores de áreas de elevado valor natural, a aposta no conhecimento das comunidades, através de programas de visitação, sensibilização ou voluntariado, nomeadamente com recurso a experiências criativas, estimulará a dispersão de conhecimento e a conduta responsável dos visitantes. Neste âmbito, Tan e Law (2016) exploram o potencial das novas tecnologias de comunicação no desenvolvimento de novas estratégias de interpretação e sensibilização, apontando

para resultados cada vez mais colaborativos, autorregulados e alocáveis ao contexto de *outdoor*.

Numa era de oferta de experiências identitárias e competitivas, como mote de uma distinção estratégica dos destinos, novas formas de interação visam gerar conhecimento, adaptar-se aos paradigmas da procura, personalizar conteúdos, corresponder às expectativas dos consumidores e gerar uma noção de aproximação, envolvimento e sentido de pertença por parte dos visitantes (Stamboulis e Skayannis, 2003). Geram-se, assim, importantes reflexos que conduzirão a uma maior sustentabilidade nas práticas de visitação, constituindo-se como importantes elementos de conservação nas estratégias de gestão de habitat.

Vargas-Sánchez (2017) contextualiza estas questões, apontando para uma interligação crescente de visitantes através de comunidades virtuais, potenciadas pela evolução das componentes *online* e redes sociais. Para o autor, o enfoque nas novas tecnologias estimula o diálogo, a interação com o cliente e a cocriação de novas experiências, permitindo uma gradual personalização de serviços e, em última análise, o estímulo a comportamentos e práticas mais responsáveis.

A mudança de paradigma para um modelo de sustentabilidade mais integrado, mostra-se então possível com a “participação ativa dos cidadãos, cada vez mais esclarecidos, atuantes localmente e globalmente integrados, graças às novas tecnologias de comunicação” (Silva, 2013: 76).

### **3.3 POLÍTICAS DE GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL**

As políticas de conservação da natureza e da biodiversidade no território nacional, que vêm sendo conduzidas nos últimos vinte anos pela Lei n.º 11/1987, de 7 de abril, levaram à constituição da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2001, 11 de outubro. Este modelo, ancorado em dez eixos estratégicos (quadro 17), contemplou o cumprimento de três objetivos basilares: i) conservar a natureza e a diversidade biológica; ii) promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; e iii) contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza (...), a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos (ICNF, 2009).

Quadro 17 | Eixos estratégicos da ENCNB  
(Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2001, 11 de outubro)

---

1.	Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas
2.	Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas
3.	Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social
4.	Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados no processo da Rede Natura 2000
5.	Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico
6.	Promover a integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais
7.	Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local
8.	Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade
9.	Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil
10.	Intensificar a cooperação internacional

---

Assumida como um dos objetivos estratégicos da ENCNB, é criada em 2008 a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, composta pelos territórios de conservação enquadrados no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e áreas da reserva ecológica nacional, da reserva agrícola nacional e do domínio público hídrico; consideradas áreas que contribuem para a “adequada proteção dos recursos naturais e para a promoção da continuidade espacial, da coerência ecológica das áreas classificadas e da conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas” (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho).

O SNAC, regulamentado no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, incorpora o conjunto de territórios de conservação compreendido pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)<sup>35</sup>, Rede Natura 2000 e demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais definidos pelo Estado Português (ICNF, 2017c). Como principais objetivos deste diploma enquadram-se a salvaguarda de recursos e valores naturais; o aproveitamento racional dos recursos naturais; a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a conciliação com o desenvolvimento social e económico das populações

---

<sup>35</sup> Originalmente constituído pelo Decreto-Lei n.º 19/1993, de 23 de janeiro

residentes, essenciais a uma utilização sustentável do território e sua disponibilidade para as gerações futuras (Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro).

Atualmente, o território nacional continental conta com 46 áreas protegidas, perfazendo uma área de cerca de aproximadamente 791.895 hectares, onde se inclui área marinha classificada (5.362 hectares), num total correspondente a 8% da área total do território continental do país (ICNF, 2017a). Esta rede inclui trinta e duas áreas de âmbito<sup>36</sup> nacional (um parque nacional, treze parques naturais, nove reservas naturais, duas paisagens protegidas e sete monumentos naturais), nove de âmbito local (duas reservas naturais e sete paisagens protegidas), quatro de âmbito regional (um parque natural e três paisagens protegidas) e uma área protegida privada. Encontram-se ainda classificadas, no território continental, 104 áreas da Rede Natura 2000 (correspondendo a 42 Zonas de Proteção Especial - diretiva Aves e a 62 sítios de importância comunitária - SIC; 18 sítios RAMSAR, 5 Reservas da Biosfera e 4 geoparques na Rede Global de Geoparques (UNESCO)<sup>37</sup>.

Quadro 18 | SNAC em território nacional continental (ICNF, 2017a)

		N.º	Área terrestre (ha)	Área marinha (ha)	Área total (ha)
<b>Rede Nacional de Áreas Protegidas</b>	Âmbito nacional	32	689.479,31	53.621,26	<b>743.100,57</b>
	Âmbito regional	7	46.247,48	-	<b>46.247,48</b>
	Âmbito local	6	2.332,41	-	<b>2.332,41</b>
	Âmbito privado	1	214,65	-	<b>214,65</b>
<b>Rede Natura 2000</b>	SIC + Sítios da Lista Nacional de Sítios	60+2	1.562.193,33	2.332.619,55	<b>3.898.403,09</b>
	ZPE	42	929.186,44	627.859,52	<b>1.557.413,67</b>
<b>Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais</b>	Sítios RAMSAR	18	117.383,31	-	<b>117.383,31</b>
	Reservas da Biosfera	5	1.075.242,00	17.776,87	<b>1.093.018,87</b>
	Geoparques	3	609.759,82	-	<b>609.759,82</b>

A atual orgânica do ICNF<sup>38</sup> estipula, à parte dos seus serviços centrais, a constituição de departamentos territorialmente desconcentrados que assumem responsabilidade de coordenação de diversas áreas protegidas, merecendo destaque, no caso da presente investigação, o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, com responsabilidade sobre diversos territórios classificados

<sup>36</sup> Segundo o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, a RNAP prevê no domínio de gestão territorial o âmbito nacional, competência da autoridade nacional regional ou local (competência das associações de municípios ou respetivos municípios).

<sup>37</sup> No âmbito da Rede Global de Geoparques criada 2004 pela UNESCO sítios representativos da nossa história geológica, eventos e processos, com especial importância científica, raridade e beleza. Em Portugal, encontram-se classificados o Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional, o Geoparque Arouca, o Geoparque Açores e Geoparque Terras de Cavaleiros.

<sup>38</sup> O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF) é o instituto público integrado na administração indireta do Estado com responsabilidade de “propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas” no território nacional (ICNF, 2017b).

nessa área geográfica, entre áreas protegidas de âmbito nacional<sup>39</sup>, áreas reclassificadas para monumento natural, áreas de âmbito regional / local, áreas classificadas Rede Natura 2000 e áreas florestais (ICNF, 2017b).

Todas as áreas protegidas de âmbito nacional devem reger-se por um Plano de Ordenamento de Área Protegida (POAP), vinculativo para a ação de entidades públicas e privadas, que estabelece a política de salvaguarda e conservação que se pretende instituir em cada um destes territórios. Este plano estipula os regimes de conservação de recursos e valores naturais, a estratégia de proteção e respetivos zonamentos (e.g. interdições, condicionamentos, regimes de proteção).

Paralelamente, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 18/1999, de 27 de agosto<sup>40</sup>, a cada POAP deve associar-se uma Carta de Desporto de Natureza (CDN) e respetivo regulamento, com o objetivo de sistematizar o conjunto de regras e orientações sobre modalidades desportivas ou ambientais a serem desenvolvidas nesses territórios, designando locais e épocas de prática bem como respetiva capacidade de carga. Contudo, atualmente apenas se encontram homologados dois POAP referentes ao Parque Natural de Sintra-Cascais e Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros, muito embora se reconheça a falta de monitorização de uso e recursos por parte dos órgãos gestores dessas áreas, resultando em incumprimentos sistemáticos e incapacidade de fiscalização de práticas (Laranjo, 2011; Souza, 2006).

Estes aspetos contribuem para a acentuação de um hiato entre as estratégias nacionais vigentes e a aplicabilidade dos conceitos abordados em sede de regulamentação, algo que Silva (2013: 186) corrobora no seu estudo, explicitando que

*“apesar da prioridade atribuída ao turismo de natureza pelos documentos estratégicos de turismo em Portugal, verificam-se importantes inconsistências, desde a sua conceção e aplicação territorial, à gestão deste produto nas áreas protegidas. Para além da falta de recursos financeiros e humanos, a gestão das áreas protegidas focaliza-se na conservação dos recursos naturais descurando outras valências, nomeadamente como espaços privilegiados de lazer e de educação ambiental”.*

---

<sup>39</sup> Encontram-se sob responsabilidade do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; Parque Natural de Sintra-Cascais; Parque Natural da Arrábida; Reserva Natural das Berlengas; Reserva Natural do Estuário do Tejo; Reserva Natural do Estuário do Sado; Reserva Natural do Paul do Boquilobo; Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica; Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas; Monumento Natural de Carenque; Monumento Natural da Pedra da Mua; Monumento Natural dos Lagosteiros; e Monumento Natural da Pedreira do Avelino.

<sup>40</sup> Revogado pelo Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, à exceção do artigo 6.º referente à obrigatoriedade de constituição das Cartas de Desporto de Natureza e respetivo regulamento por área protegida.

Em 2017 encontrava-se em revisão a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNF, 2017b), adotada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro. Esta revisão, intitulada de “ENCNB 2025” enquadrava-se na consecução do calendário e disposições de execução do próprio modelo (ICNF, 2009), e necessidade de adaptação do programa para consecução dos compromissos nacionais no âmbito do 7º Programa de Ação da União Europeia em matéria de Ambiente (ICNF, 2017b).

Na revisão da ENCNB figurava uma predisposição para a superação do paradigma ‘conservacionista’ regido pela proteção de áreas protegidas centrada na proibição de usos, ocultação dos valores e assunção das áreas mais representativas do seu património como algo intocável. Reconhecendo que a neutralização de recursos estagna o seu processo de desenvolvimento, a proposta de revisão foca-se na criação de sinergias e condições de equilíbrio, promovendo a gestão da visitação e a fruição das áreas naturais através de modelos de desenvolvimento económico que valorizem os serviços de ecossistemas.

As novas políticas apregoam uma visão de desenvolvimento holístico, integrado nas comunidades recetoras e demais setores complementares ao ambiente. Em matérias de governança e ordenamento do território o modelo pressupõe uma progressiva capacitação dos municípios, ao mesmo tempo que, a nível nacional, se elaboram instrumentos de planeamento que estabelecem as diretivas e os regimes normativos em função dos princípios e objetivos que prosseguem. Reconhece-se a importância de redes e interconexões, justificando políticas de conservação da natureza com integração de perspetivas sectoriais como e.g. a agricultura, o mar, o turismo ou as florestas.

No domínio da educação ambiental, aborda-se a necessidade de integração de temáticas de conservação da natureza, biodiversidade e geodiversidade, ao nível dos programas curriculares das várias disciplinas, de uma forma transversal bem como em projetos ambientais desenvolvidos nas escolas, com vista ao estímulo da relação das atividades humanas com os recursos e, concretamente, com o território onde vivem, identificando potencialidades e vulnerabilidades.

Reconhece-se, porém, a insuficiência de estudos sobre o estado de conservação dos habitats, da atualização de instrumentos de gestão do território, da falta de instrumentos sistémicos e perenes de monitorização e de políticas de controlo e fiscalização de usos. É igualmente referenciada a necessidade de atuação pedagógica proactiva, evidenciando a urgência da presença de entidades fiscalizadoras nos

territórios com capacidade de estimular a compreensão dos valores naturais junto das comunidades.

No que respeita ao setor turístico e atividades conexas, assumidas como sendo de carácter prioritário, sugere-se na ENCNB 2025 a qualificação da oferta de serviços como contributo para a sustentabilidade da gestão das áreas classificadas, na perspetiva de potenciar o papel que o património natural pode prestar no desenvolvimento de um sector estratégico nacional.

Sugere-se ainda a qualificação de espaços e infraestruturas de suporte em áreas classificadas, com vista à promoção das atividades associadas ao turismo (e.g. centros de receção, museus, sinalética, percursos), adequadas às características ecológicas e culturais de cada área. Pressupõe-se ainda que o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), alargado a todo o território nacional e redefinido em termos do seu âmbito, objetivos e das ações a desenvolver (onde se inclui a valorização da marca “Natural.PT”) contribuirá para a promoção e a afirmação dos valores e as potencialidades das áreas classificadas e propiciará a criação de produtos e serviços turísticos adequados.

Merece destaque, nesta análise, o reforço ao posicionamento desta certificação nacional intitulada de “Natural.PT” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho: 4923) como medida de incentivo e promoção do património natural das áreas classificadas, certificando práticas responsáveis locais ao reconhecer uma rede integrada de

*“produtos, serviços e destinos sustentáveis de excelência, baseada nas áreas classificadas em território nacional para as quais a conservação da natureza e da biodiversidade, da paisagem e dos valores culturais, constitui uma mais-valia e um incentivo para a visita e usufruto equilibrado do território, daí resultando a criação de valor e a promoção dos atores locais (económicos, sociais e culturais, públicos e privados) e dos seus produtos e serviços”.*

A missão deste selo passa pela representação integrada de um produto, serviço ou temática associados ao património excecional das áreas protegidas, fomentando a conservação e projeção nacional e internacional dos valores naturais e a valorização de atividades e saberes tradicionais. Embora a diversidade de recursos existentes no SNAC mostre um elevado potencial de valorização, no plano de gestão desta marca reconhece-se que muitas das oportunidades estão ainda por explorar, em grande parte devido à escassez de articulação entre entidades locais e regionais e os responsáveis pela gestão de algumas áreas protegidas.

São desta forma identificadas questões que justificam uma abordagem integrada do território, como diferenças ao nível da extensão territorial e localização das áreas

protegidas, reforçando o interesse de funcionamento em rede enquanto ativos turísticos numa lógica de “especialização (hierárquica ou temática) que melhor promova as potencialidades do território e o desenvolvimento da cadeia de valor associada ao setor turístico” (ICNF, 2014: 8).

Embora as políticas estipuladas na ENCNB 2025 comunguem com as novas dinâmicas de oferta e procura no que respeita à fruição de espaços naturais, abordando diversas questões temáticas mencionadas ao longo da presente investigação, reconhece-se que o documento fica aquém de uma definição explícita da “estrutura de planeamento e acompanhamento da execução das ações previstas, promovendo a complementaridade, criando sinergias, e racionalizando meios e recursos” (ICNF, 2017a).

De facto, diversas premissas são desde logo identificadas na constituição da marca nacional de promoção dos ativos das áreas protegidas. No quadro 19 apresenta-se um excerto da análise SWOT realizada na definição da estratégia da marca, onde se identificam problemáticas nacionais como: i) a “gestão articulada e integrada das áreas protegidas”; ii) a “relação ténue entre as entidades gestoras, tecido económico local, administração local e atores chave”; ou iii) a incipiência de “modelos de gestão ou de informação e monitorização de desempenho das áreas protegidas, controlo e contabilização das receitas e da visitação”.

Quadro 19 | Excerto de pontos fortes e fracos considerados na análise SWOT da marca “Natural.PT” (ICNF, 2014)

Pontos fortes	Pontos fracos
Riqueza do património natural, histórico e cultural associado às áreas protegidas	Visibilidade/difusão das áreas protegidas como destino turístico
Oferta turística diversificada nas áreas protegidas, mais abrangente que o turismo de natureza	Gestão articulada e integrada das áreas protegidas
Propostas de valor e características diversas e únicas das várias áreas protegidas	Desafios ao equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental e a atividade turística nas áreas protegidas
Dispersão geográfica das áreas protegidas por todo o território nacional	Relação ténue entre as entidades gestoras, o tecido económico local, a administração local e os atores chave
Qualidade reconhecida da cadeia produtiva de turismo associada às áreas protegidas	Estratégia e iniciativas de valorização mútua da oferta (entre atores locais e áreas protegidas)
Existência de produtos identificativos do território e de excelência comprovada (IGP,DOP, etc.)	Exploração de segmentos complementares com potencial (e.g. turismo cultural)
Diversidade e número de entidades com atividades relacionadas com as áreas protegidas	Infraestruturas de apoio à visitação em algumas das áreas protegidas (e.g. inexistência, horários)
Existência de entidades com trabalho desenvolvido no âmbito da conservação e valorização destes territórios e da sua microeconomia	Modelos de gestão de informação e monitorização de desempenho das áreas protegidas (e.g. controlo e contabilização das receitas e da visitação)

No estudo desenvolvido pela *THR - Asesores en Turismo, Hotelería y Recreación, S.A.*, para o Turismo de Portugal, referente ao desenvolvimento do produto turismo de

natureza no Plano Estratégico Nacional de Turismo (THR, 2006), identificava-se a importância de promover o acordo entre os diferentes organismos de administração (como o turismo, ambiente, educação ou formação) para: i) o apuramento de guias e monitores em turismo na natureza; ii) a implantação de selos ou certificados para as áreas protegidas; iii) a atribuição de departamentos técnicos para assessorar a criação, gestão e comercialização de serviços de turismo na natureza; iv) o estímulo à criação de um sistema comum de ferramentas e indicadores de seguimento na monitorização das atividades de fruição da natureza; e v) a dinamização de parcerias nacionais e internacionais para a partilha de tecnologia e *know-how*.

Neste âmbito, procurava-se reforçar: i) a relação entre a atuação pública e privada; ii) a incorporação de perspetivas multissetoriais a diferentes escalas de responsabilidade; iii) o estabelecimento de políticas globais e específicas de cada ambiente de análise; e iv) a atribuição de responsabilidades aos diversos *stakeholders* no processo de decisão. Na adaptação do modelo apresentado no estudo ao constructo defendido na presente investigação considerou-se ainda relevante o posicionamento dos atores de visitação no processamento de políticas e ações específicas de escala local e a associação do terceiro setor<sup>41</sup> às potenciais representações entre o setor público e privado (figura 18).

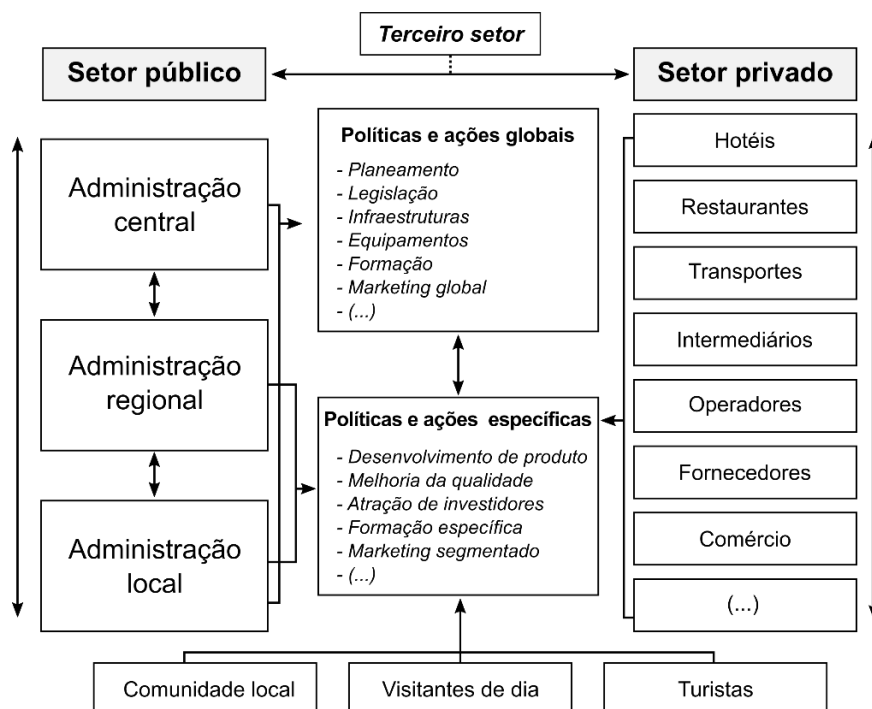


Figura 18 | Cooperação e políticas entre setor público e privado (adaptado de THR, 2006)

<sup>41</sup> Termo utilizado como referência ao conjunto de organizações enquadradas entre o setor público e privado, de cariz predominantemente voluntário e/ou comunitário sem fins lucrativos (e.g. associações, ONG, cooperativas ou fundações) que procuram atentar a questões da sociedade civil refletindo os interesses dos cidadãos ou comunidades (de Brito *et al.*, 2011).

Conforme refere Silva (2013), o panorama de gestão das áreas protegidas a nível nacional sugere importantes lacunas na aplicação do Programa de Turismo de Natureza, criado para territórios de conservação sem as devidas condições de implementação. O autor destaca ainda limitações ao nível de recursos humanos e financeiros, sobreposição de entidades na gestão destes territórios e reduzida integração de *stakeholders* nos processos de planeamento. A falta de uma devida estruturação nestas matérias, acrescida da insuficiência de vigilância, não existência de equipas de trabalho multidisciplinares, investimento escasso em infraestruturas e equipamentos de suporte e incapacidade de monitorização do uso e controlo dos visitantes, levaram ao incumprimento dos objetivos originais do PNTN e a uma gestão excessivamente ecocentrista baseada em políticas de ação predominantemente conservacionista.

Rosa (2014), por sua vez, destaca que desde a criação e estruturação das políticas de ambiente no território nacional se vem assistindo à referenciação de ideologias, publicação de planos e estratégias de desenvolvimento, e inclusivamente ao aumento de financiamento nas áreas protegidas, medidas que resultaram na potenciação de alguns recursos e infraestruturas de apoio à visitação em áreas naturais. Estas medidas mostraram-se, contudo, insuficientes, exigindo o desenvolvimento de processos e modelos de aplicação da gestão turística coordenados por divisões administrativas específicas. O autor reconhece que a aplicação das suas sugestões implicaria um acréscimo de investimento, contudo considera as alterações essenciais e justificáveis pelo elevado potencial socioeconómico da recreação e do lazer. Salaria, ainda, os benefícios associados ao envolvimento da sociedade no meio natural, contribuindo para a sensibilização das populações e sua valorização destes espaços e estruturas.

Também Nunes (2010) refere que os parques naturais portugueses estão pouco preparados para o seu aproveitamento turístico, sendo que na sua maioria, mostram uma deficitária disponibilização de infraestruturas e serviços, especificamente ao nível da manutenção e melhoramento de vias e rotas e de carência de material informativo (e.g. mapas, brochuras), ou centros de informação ao visitante. Segundo o autor, prevalece uma gestão de proteção e conservação não existindo na generalidade dos espaços classificados uma gestão turística efetiva.

As orientações políticas mais recentes estipuladas na ENCNB 2025, sugerem a constituição de um fórum intersectorial que acompanhe a implementação da estratégia, concilie as propostas de integração com as restantes políticas setoriais e articule a representação nacional em instâncias internacionais e europeias. Embora se aborde esta necessidade de uma perspetiva leve e pouco pragmatizada, assume-se

que da estratégia decorram planos de ação que venham formalizar alguns dos objetivos contemplados, essenciais ao desenvolvimento das políticas de fruição de áreas naturais no contexto nacional.

Embora esta nova abordagem venha corrigir uma orientação demasiado centrada na conservação, não parece devidamente acompanhada de mudanças estruturais ou eixos de ação que permitam decifrar a sua operacionalização

Considera-se, desta forma, pertinente, a colocação de várias dúvidas e questões. Como procederá o ICNF em termos de mudanças qualitativas que se reflitam no ordenamento, na gestão territorial, nas práticas operacionais e na valorização do turismo na natureza? Serão estas mudanças, teoricamente justificadas, possíveis perante um conjunto de constrangimentos atuais sobre os serviços do ICNF e das áreas protegidas em termos de recursos humanos e financeiros? Será adequada e possível a partilha de responsabilidades com outras entidades públicas, associativas e privadas? Serão contempladas medidas de articulação com outros órgãos de coordenação da oferta (*e.g.* turismo, educação) no sentido de se incorporarem novas perspetivas e *know-how* no desenvolvimento das dinâmicas de visitação em áreas protegidas? De que forma devem igualmente estes órgãos rever e incorporar melhorias na modelação dos seus sistemas, no sentido de se adaptarem ao contexto específico da gestão de habitats?

## 4 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

“Os turistas pertencem a ambientes de lazer, não a laboratórios” (Pearce, 1982: 27).

### 4.1 MODELO CONCEPTUAL

A presente investigação visa contribuir para a associação de modelos responsáveis de turismo e fruição da natureza a estratégias de gestão de habitat, assumindo as dinâmicas de visitação como potenciadoras dos instrumentos de conservação e da competitividade turística do destino (figura 19).

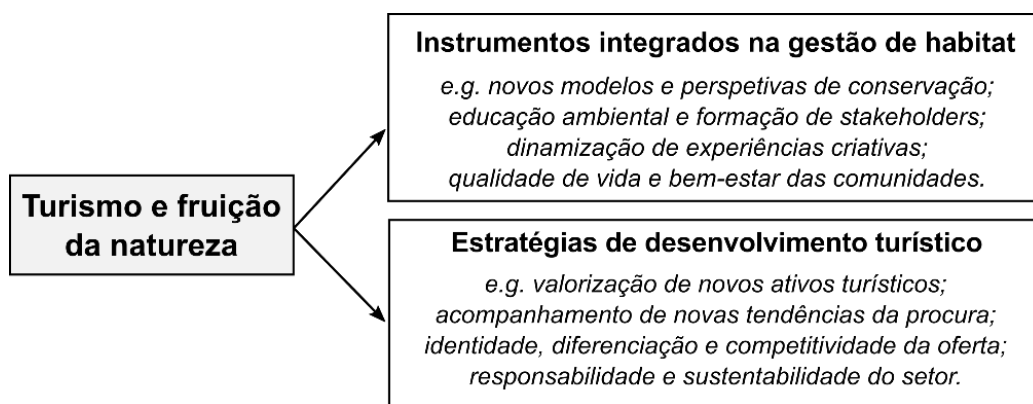


Figura 19 | Representações estruturantes da presente investigação empírica

Após a revisão do estado de arte, no presente capítulo são explanados os procedimentos metodológicos referentes à investigação empírica realizada, suportada pela inquirição de diversos *stakeholders* associados ao estudo de caso.

Pressupondo-se uma perspetiva no campo do planeamento estratégico de destinos turísticos, com vista à concetualização de uma abordagem de desenvolvimento do turismo na natureza, considerou-se relevante a definição de um estudo multidisciplinar com reflexos qualitativos, descritivos e analíticos. Esta análise justificou o desenvolvimento de métodos de inquirição distintos entre os grupos auscultados, nomeadamente de um questionário original, direcionado para os visitantes das áreas de gestão de habitat e de entrevistas semiestruturadas direcionadas para entidades com responsabilidade de gestão direta ou indireta do território e da oferta.

Os três territórios analisados na presente investigação - Quinta do Pisão – Parque de Natureza (QDP), Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina (NIDC) e Pedra Amarela Campo Base (PACB), localizam-se no concelho de Cascais e encontram-se sob gestão da Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M. S.A. (registada com

a marca Cascais Ambiente<sup>42</sup>), representando um conjunto de habitats periurbanos classificados com políticas de ordenamento e objetivos de gestão específicos (e.g. POAP PNSC, Rede Natura 2000).

Identifica-se, desta forma, a necessidade de auscultação dos *stakeholders* associados às dinâmicas de visitação destes territórios, na medida em que sem um conhecimento profundo dos processos de decisão e ordenamento, não seria possível desenvolver o presente estudo considerando todas as envolv ncias e chegar   constru o de um modelo de desenvolvimento responsável para este tipo de territórios.

De acordo com o exposto em Hardy e Beeton (2001), o desenvolvimento sustentável exige a identifica o e gestão dos impactes decorrentes das estratégias de visita o a curto e longo prazo, envolvendo proactivamente e de forma holística as necessidades e requisitos dos agentes. A presente investiga o empírica circunscreve-se   inquiri o de uma súmula de atores envolvidos nos processos de visita o em territórios de conserva o, com enfoque:

- i) no lado da procura, através da inquiri o com recurso a **questionários** de visitantes nas áreas sob gestão de habitat, recorrendo a um método de amostragem aleatória simples (Maroco, 2003);
- ii) no lado da oferta, recorrendo   aplica o de **entrevistas semiestruturadas** direcionadas para entidades com interven o direta ou indireta na organiza o e gestão dos processos de visita o.

Na figura 20 são esquematizados os métodos de inquiri o adotados, por respetiva área de análise, e estabelecida a triangula o entre os respetivos instrumentos e as questões de partida da investiga o.

---

<sup>42</sup> Marca associada   Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M. S.A. (EMAC, E.M. S.A.), responsável, no município de Cascais, pela execu o de serviços de limpeza e recolha de resíduos urbanos; gestão de espaços verdes urbanos; e gestão dos recursos naturais e da orla costeira, com realiza o de atividades destinadas   preserva o, qualifica o e educa o ambiental (CA, 2017).

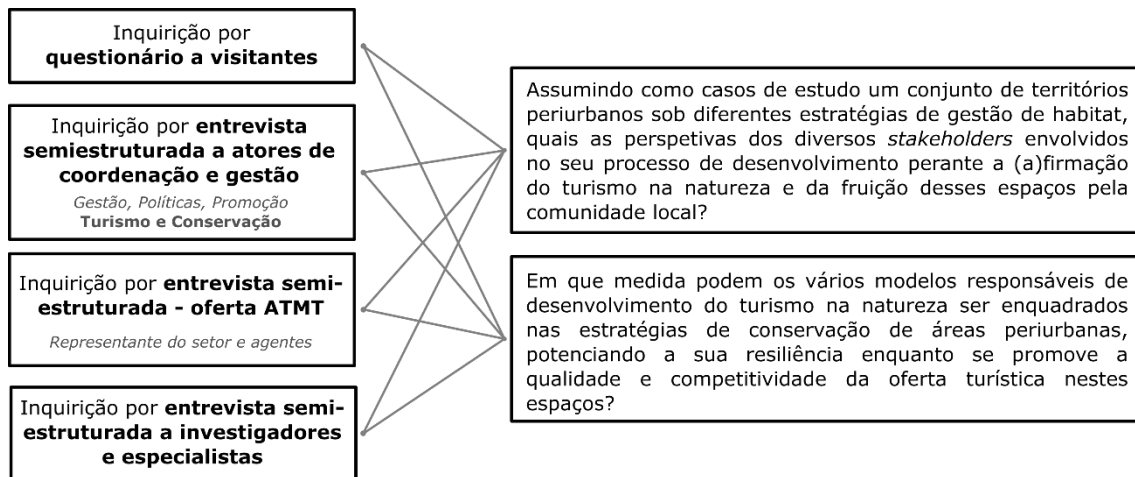


Figura 20 | Métodos de inquirição e triangulação com questões de partida

De acordo com o exposto em Oliveira (2009), na definição da população do estudo considerou-se essencial a garantia de princípios de “relevância” e “atributabilidade”, procurando-se a definição de amostras estruturantes para a análise do estudo de caso e a aferição da sua associação direta à problemática de análise.

Desta forma, para além de aplicados questionários aos visitantes destas áreas de conservação, foram conduzidas entrevistas a técnicos e gestores: i) de um conjunto de entidades com responsabilidade ao nível da coordenação e gestão das áreas de gestão de habitat; ii) da organização da oferta turística e sua projeção; e iii) da oferta de serviços de animação turística. Foram ainda aplicadas entrevistas a outros atores das áreas de investigação que, embora sem uma ação direta nos processos de decisão do estudo de caso, garantem importantes perspetivas na interpretação de algumas das variáveis analisadas.

A conjugação dos resultados obtidos através dos instrumentos aplicados foi conduzida com recurso a uma abordagem de triangulação, no sentido de se colmatarem algumas desvantagens de cada um dos métodos utilizados, e se permitir a análise da informação coletada sobre mais do que uma perspetiva, comparando diferentes metodologias de inquirição (Veal, 2006).

Desta forma, das questões de partida e, especificamente de alguns dos objetivos específicos da investigação, estabeleceram-se as dimensões de análise da presente investigação empírica, enquadradas segundo níveis de abordagem distintos (quadro 20).

Quadro 20 | Objetivos específicos da investigação e dimensões de análise aplicadas ao estudo de caso

Objetivos específicos (OE)	Dimensões de análise (D)
<p><b>OE3</b> Percecionar as novas dinâmicas da oferta e da procura turística, refletindo sobre a oferta de turismo na natureza enquanto centralidade turística e de representação estratégica dos destinos.</p>	<p><b>D1 Caracterização dos inquiridos:</b>                      D1.1 - Caracterização geral do inquirido;                      D1.2 - Contexto da visita ao espaço.</p>
<p><b>OE4</b> Caraterizar o território e a oferta de turismo na natureza na região de Cascais, com enfoque nas áreas de gestão de habitat em análise, contribuindo para a interpretação dos fluxos de visitação atuais nestas áreas com recurso a metodologias de contagem de visitantes.</p>	<p><b>D2 Tomada de decisão de visita e motivação para o turismo na natureza:</b>                      D2.1 - Motivação para a prática de atividades de natureza e aventura.</p>
<p><b>OE5</b> Inquirir os visitantes das áreas de aplicação da investigação empírica, através do instrumento questionário, no sentido de caracterizar o perfil e motivação dos visitantes, analisar o contexto de cada visita, percecionar a satisfação do inquirido com o espaço e a experiência e compreender a relação da visita com as dinâmicas e intervenções de conservação e gestão de habitat.</p>	<p><b>D3 Satisfação com espaço ou atividade realizada:</b>                      D3.1 - Avaliação das condições atuais do espaço;                      D3.2 - Satisfação com prestação de serviços: atividades ou eventos.</p>
<p><b>OE6</b> Auscultar, com recurso a entrevistas semiestruturadas, diversos <i>stakeholders</i> envolvidos na gestão dos territórios de análise (órgãos de coordenação e gestão, poder local, investigadores e especialistas), percecionando as principais estratégias aplicadas e posicionamento do produto turismo na natureza.</p>	<p><b>D4 Perceção dos inquiridos sobre estratégias de gestão de habitat:</b>                      D4.1 - Ações de conservação e gestão de impactes da visitação.</p>
<p><b>OE7</b> Propor um modelo estratégico que vise a associação do produto turismo na natureza às estratégias de gestão de habitats e a sua representatividade na estratégia de desenvolvimento turístico do destino.</p>	<p><b>D5 Posicionamento do turismo na natureza enquanto instrumento de conservação e competitividade turística:</b>                      D5.1 - Políticas e modelos de gestão da visitação na RNAP                      D5.2 - Desafios associados ao contexto particular das áreas naturais periurbanas                      D5.3 - O enquadramento da visitação nas estratégias de conservação                      D5.4 - A sensibilização e educação ambiental no envolvimento dos visitantes                      D5.5 - Articulação entre entidades, parcerias e formatos de governança                      D5.6 - Posicionamento do produto turismo na natureza na oferta turística de Cascais</p>

Embora, no contexto do produto turismo na natureza, a auscultação da oferta de todas as empresas de animação turística associadas ao território se mostrasse relevante, perante os recursos e limitações inerentes à presente investigação, conferiu-se prioridade ao conjunto de empresas de animação turística devidamente registadas e que tenham prestado ou estado envolvidas em atividades nos territórios de aplicação no último ano. Neste âmbito, importa ressaltar a existência de empresas cujas atividades realizadas nestas áreas não são relatadas ao organismo gestor do espaço, sugerindo uma dificuldade acrescida de monitorização da sua atividade.

De salientar, ainda, que a empresa responsável pelo ordenamento e gestão do espaço se encontra registada como empresa de animação turística (EMAC, E.M., S.A. - RNAAT 94/2013) e, embora outras entidades usufruam do espaço através de parcerias, a maioria das atividades oferecidas é assegurada pela entidade gestora. Desta forma, no sentido de se colmatar a necessidade de interpretação da oferta atual

junto dos participantes, foram igualmente incorporadas nos questionários questões de análise das experiências oferecidas pela entidade gestora nos territórios de análise.

Como resultados da investigação, espera-se que os dados recolhidos através dos questionários e entrevistas semiestruturadas, após tratamento e interpretação da informação, contribuam para a validação ou rejeição das hipóteses de investigação (quadro 21), traçando uma importante perspetiva associada ao estudo de caso a incorporar na abordagem de desenvolvimento do turismo na natureza aplicável a contextos similares.

Quadro 21 | Hipóteses de estudo da investigação empírica

<b>Hipóteses de estudo (HE)</b>
<b>HE1</b> A mera assunção do setor turístico enquanto potencial vetor económico nas estratégias de gestão de habitat mostra-se muito redutora, deixando escapar um importante papel ambiental e sociocultural na sensibilização dos valores patrimoniais destas estratégias, no estabelecimento de compromissos de conservação e na revitalização de realidades destas áreas.
<b>HE2</b> Subsistem diversas dificuldades na aplicação de medidas efetivas de planeamento, ordenamento, monitorização e coordenação de projetos de turismo na natureza nas áreas naturais, dando origem a incompatibilidades entre perspetivas de <i>stakeholders</i> e <i>outputs</i> nas estratégias de conservação.
<b>HE3</b> As estruturas e investimentos etiquetados como turísticos nas áreas naturais periurbanas, servem tanto os turistas como a comunidade local e os visitantes-de-dia, facto que induz diferentes hábitos de consumo, motivações e necessidades de gestão estratégica e operacional.
<b>HE4</b> O planeamento e gestão turística deverão estar interligados a um conjunto de outros eixos de desenvolvimento (e.g. gestão ambiental, planeamento urbano, serviços educativos, estratégias políticas), numa abordagem sistémica que promova a devida articulação entre agentes e explore as sinergias destas colaborações com vista a uma maior sustentabilidade do destino.
<b>HE5</b> O turismo na natureza e a fruição de espaços de grande valor natural assumem um papel cada vez mais estratégico na aposta da região de Cascais, enquadrando-se principalmente numa oferta multiproduto não especializada, sendo essencial para a sua diferenciação e competitividade o estabelecimento de uma coordenação local que permita a cooperação de <i>stakeholders</i> e equilíbrio de interesses turísticos e de conservação.

A metodologia utilizada para a elaboração e aplicação dos instrumentos de inquirição encontra-se descrita nas secções seguintes.

## 4.2 INQUIRIÇÃO DE VISITANTES EM ÁREAS DE GESTÃO DE HABITAT

### Seleção do instrumento de inquirição e faseamento metodológico

Embora a monitorização da visitação se mostre crucial pelos contributos que traduz ao nível dos processos de decisão estratégica e operacional nos espaços de elevado valor natural, revela-se, conforme analisado anteriormente, um trabalho árduo, moroso e dispendioso, exigindo a aplicação de diversos instrumentos de auscultação em locais predominantemente remotos, com condições meteorológicas irregulares,

expostos a diversidade de acessos ou fluxos de visitação e normalmente associados   reduzida presena de colaboradores (Cessford *et al.*, 2002).

No âmbito da articulao estabelecida com a entidade gestora dos espaos analisados na presente investigao, considerou-se a aplicao de um instrumento questionário original como ferramenta preferencial para a inquirio dos visitantes, permitindo-se o levantamento do seu perfil e motivaes e a produo de informao quantitativa diversificada sobre os seus padr es de visitao, motivao e satisfao (Quivy e Campenhoudt, 2008; Veal, 2006).

A possibilidade de associar o estudo aos indicadores e registos internos da organizao responsável pela gest  o desses espaos, articulando a investigao com os pr oprios recursos dessa organizao, permitiu uma maior disponibilidade de inquiridores e uma reduo substancial de custos de aplicao.

O faseamento metodol gico correspondente   elaborao e aplicao do questionário incorporou, desta forma, as seguintes fases:

- i) Revis  o das premissas, objetivos e hip  teses da investigao emp  rica;
- ii) Conceo de um instrumento questionário original:
  - a. Definio de requisitos de análise e estruturao geral do instrumento;
  - b. Revis  o de refer  ncias bibliográficas de suporte;
  - c. Desenvolvimento de proposta de questionário;
  - d. Revis  o por especialistas e recursos da entidade gestora dos espaos;
  - e. Fase de testes com aplicao *in loco*;
  - f. Elaborao da vers  o final e processo de traduo;
- iii) Definio da metodologia de aplicao face às realidades de análise;
- iv) Aplicao do questionário *in loco*.

Tendo em considerao os objetivos gerais e espec  ficos da presente investigao, apresentados no primeiro cap  tulo, bem como as especificidades dos territ  rios de análise, considerou-se útil a criao de um questionário único aplicável aos tr às territ  rios de estudo, de forma a permitir uma maior facilidade ao n  vel da análise e comparao de resultados.

Corroborando a opini  o de Cessford *et al.* (2002), considera-se que a presente investigao veio contribuir para a modelao da organizao de planos de monitorizao sistemáticos e estruturados nos territ  rios de estudo, contribuindo para a formalizao dos sistemas da entidade gestora do territ  rio.

### **População e amostra**

Considerou-se como população da presente investigação a totalidade de visitantes (autónomos ou enquadrados em reservas organizadas) das áreas de gestão de habitat em que se insere o estudo de caso, recorrendo a metodologias de amostragem aleatória simples (Maroco, 2003) para a análise das dinâmicas de visitação.

Foram, assim, definidos como critérios basilares da investiga o:

- i) a inquiri o de popula o que visitou ativamente o território natural (visitas efetivas ao espaço natural, e.g. desconsiderando-se casos de mera visita a cafetarias ou utiliza o do território como faixas de acesso a atra oes exteriores como a praia no caso do NIDC);
- ii) a distribui o semanal da aplica o de questionários, variando entre dias úteis e fins-de-semana;
- iii) a distribui o horária dos períodos de inquiri o, variando entre período da manhã ou tarde;
- iv) o levantamento de apenas um questionário por grupo de visita, na medida em que as questões colocadas já enquadravam a aferi o do número de elementos por agregado de visitantes.

A defini o da amostra e sua representatividade baseou-se nos registos internos de monitoriza o da visita o da entidade gestora, instaurados com crescente rigor e sistematiza o a partir de janeiro de 2017 (quadro 22). Esta sistematiza o, em processo de consolida o integrada nos sistemas de gestão da qualidade da empresa, veio combinar metodologias de contagem automática e manual do número de visitantes, consoante a disponibilidade de equipamentos e vínculos de gestão do espaço.

Embora traduzindo diferentes metodologias, estes indicadores conferem uma perce o embrionária do número de visitantes total, respondendo a alguns dos principais desafios de monitoriza o em espaços naturais propostos em Cessford *et al.* (2002). Servem, sobretudo, como incentivo de futuras metodologias compostas com recurso a contadores automáticos de maior precisão e adequa o a cada contexto de análise.

Quadro 22 | Síntese da população conhecida e número de visitantes inquiridos (DGEE, 2017)

Área	População de referência (2017)												Amostra	
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	n.º	% (ago-dez)
QDP*	2319	2230	2893	5402	4402	2274	4749	4350	3004	3695	2953	2528	113	0,68%
NIDC*	na	na	na	2653	6110	5979	6879	8729	3844	na	na	na	108	0,86%
PACB**	237	605	930	748	653	978	818	463	396	447	229	613	113	5,26%
<b>Total</b>	<b>2556</b>	<b>2835</b>	<b>3823</b>	<b>8803</b>	<b>11165</b>	<b>9231</b>	<b>12446</b>	<b>13542</b>	<b>7244</b>	<b>4142</b>	<b>3182</b>	<b>3141</b>	<b>334</b>	<b>1,07%</b>

Notas: \* Valores de referência considerando metodologia interna da organização com base na colocação de contadores automáticos (tecnologias Trafex e Eco-counter).

\*\* Valores de referência considerando número de participantes em atividades organizadas pela entidade gestora.

Para a determinação da margem de erro do estudo recorreu-se à aplicação *online* *Raosoft*. Apesar de se ter obtido uma amostra de 1,1% da população conhecida de aproximadamente 31.000 visitantes (período de aplicação compreendido entre agosto e dezembro de 2017), com uma distribuição de respostas na ordem dos 95%, estima-se uma margem de erro de 5,33%. Estes dados são corroborados em Veal (2006) onde se estima que para uma população situada entre os 25.000 e os 50.000 elementos, a amostra mínima para um intervalo de confiança de aproximadamente 5% se situa nas 378 a 381 respostas.

### Conceção do questionário

O questionário utilizado na presente investigação visou a inquirição dos visitantes das áreas de gestão de habitat associadas ao estudo de caso, apresentando-se como uma análise multidisciplinar aplicada, onde se mostra essencial o cruzamento de perspetivas naturais e sociais (Williams e Gordon, 2014).

Embora se tenham identificado diversos estudos que corroboram as premissas defendidas nesta tese, incluindo contributos teóricos e de aplicação prática (quadro 23), não foram encontrados questionários com uma construção que se adequasse integralmente aos objetivos a que se propõe este estudo, dada a especificidade da análise realizada.

Paralelamente, tendo sido o questionário desenvolvido em estrita articulação com a entidade gestora destes territórios, justificou-se a criação de um instrumento próprio fundamentado pelos indicadores de gestão da qualidade da empresa, o que pressupôs uma adaptação de algumas questões e escalas de resposta.

Quadro 23 | Enquadramento de estudos considerados na presente investigação empírica

Referência	Tema do estudo
Akama e Kieti, 2002	Measuring tourist satisfaction with Kenya's wildlife safari: a case study of Tsavo West National Park
Arnegger <i>et al.</i> , 2010	Toward a product-based typology for nature-based tourism: a conceptual framework
Cascais Natura, 2009a	Cascais Estrutura Ecológica - Estudo preliminar
Dunlap e Heffernan, 1975	Outdoor recreation and environmental concern: an empirical examination
Hardy e Beeton, 2001	Sustainable Tourism or Maintainable Tourism: Managing Resources for More Than Average Outcomes
Hill e Hill, 2008	Investigação por questionário
ICNF, 2017a	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2025)
Imran <i>et al.</i> , 2014	Environmental orientations and environmental behaviour: perceptions of protected area tourism stakeholders
Johns e Gyimóthy, 2002	Market Segmentation and the Prediction of Tourist Behavior: The Case of Bornholm, Denmark
Kim <i>et al.</i> , 2015	Nature-Based Tourism: Motivation and Subjective Well-Being
Luo e Deng, 2008	The new environmental paradigm and nature-based tourism motivation
Maroco, 2003	Análise estatística - Com utilização do SPSS
Naidoo <i>et al.</i> , 2011	An assessment of visitor satisfaction with nature-based tourism attractions
Oliveira, 2009	Bioestatística, epidemiologia e investigação: teoria e aplicações
Silva, 2013	Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores
Veal, 2006	Research methods for leisure and tourism. A practical guide
Yusof e Rahman, 2011	Tourist's perceptions of service quality in a lake-based tourism area

Tendo-se optado por um questionário original, construído especificamente para esta investigação, considerou-se fulcral a revisão técnica prévia por diversos especialistas e a condução de uma série de testes de aplicação antes da determinação da proposta final do questionário.

A proposta foi analisada por especialistas de áreas como o turismo na natureza, animação turística e marítimo-turística, conservação, estatística e planeamento turístico, onde se incluíram os orientadores da investigação, tendo sido obtidas sete revisões integrais do documento (n=7). As revisões contribuíram para uma melhor definição das questões essenciais a responder face às dimensões contempladas, estruturação do modelo de análise e revisão da composição das perguntas efetuadas, identificando gralhas, corrigindo alguns pormenores gráficos, adicionando novos conteúdos, valorizando a temática da conservação e clarificando algumas questões que poderiam dificultar a perceção dos inquiridos. Estes pareceres permitiram o desenvolvimento de uma nova versão, que incorporou de forma parcial as questões apresentadas pelos especialistas, como a:

- Revisão da terminologia científica em aspetos relacionados com classes utilizadas no discurso turístico (e.g. questões 1.5 e 1.6), simplificando as questões ou colocando exemplos para uma melhor perceção dos inquiridos;
- Especificação de classes de envolvimento ou adequação da resposta (e.g. questões 1.8 e 2.2), garantindo uma maior assimilação da resposta escolhida por parte dos inquiridos;
- Atribuição de uma escala de *Likert* de quatro níveis ao invés de um modelo estruturado em cinco parâmetros (e.g. referência em Hill e Hill, 2008 e Silva,

2013), justificada pela metodologia do sistema de gestão da qualidade utilizado pela empresa gestora dos territórios, com vista à adequação dos resultados aos processos internos de monitorização e indicadores de qualidade;

- Densidade elevada do questionário, tomada em consideração na simplificação de alguns elementos, mas assumida por forma a assegurar resposta às dimensões requeridas para os objetivos da investigação (estipulada uma extensão máxima de três páginas);
- Utilização de um universo composto por visitantes, afirmando que os resultados poderiam vir a ser demasiado generosos no que respeita à sua atividade, um facto que se assumiu com a revisão da imparcialidade de todas as respostas e evitando-se a tendência de sobrevalorização do papel de cada indivíduo;
- Necessidade de revisão do questionário por indivíduos pertencentes à população alvo, tomada em consideração, tendo sido conduzida uma primeira fase de testes com vista à averiguação da aplicabilidade do questionário a todos os territórios e garantia de maior precisão das respostas.

Numa segunda fase de construção o instrumento foi partilhado na empresa Cascais Ambiente, com obtenção de contributos relevantes (n=2), especialmente na ótica da comunicação com os inquiridos e estruturação do modelo de aplicação do questionário. Considerando a possível disparidade de origens dos visitantes, optou-se igualmente por se traduzir o instrumento para a língua inglesa, recorrendo a dois revisores (n=2), que contribuíram efetivamente para a simplificação de algumas questões em termos do seu discurso predominantemente científico.

Posteriormente, e de forma a testar a aplicação do questionário, foram conduzidas ações de inquirição *in loco*, obtendo-se várias respostas integrais (n=14), que justificaram a simplificação e organização de algumas questões e a reestruturação de parâmetros de inquirição (e.g. questões 1.5 e 4.2). Esta análise permitiu igualmente testar o tempo de resposta que se situou entre os 7 e os 10 minutos, considerado como aceitável. A revisão final do instrumento foi efetuada pelos orientadores da tese (n=2), alcançando-se a versão final do questionário.

Pretendendo-se analisar maioritariamente questões qualitativas (como o nível de concordância ou satisfação com as variáveis apresentadas), o questionário foi desenhado considerando a preferência por respostas fechadas e objetivas, visando a obtenção de níveis categóricos qualitativos, pelo que se optou pela escala ordinal de *Likert* com quatro níveis, no sentido de se adequar as respostas aos indicadores de qualidade da empresa gestora dos territórios. Conforme se destaca em Naidoo *et al.*

(2011), as escalas de *Likert* constituem elementos práticos na medida de atitudes, sendo de fácil construção, gestão e interpretação, pressupostos essenciais para a inquirição do público heterogéneo de visitantes integrado no presente estudo de caso.

A versão final do questionário, disponibilizada na sua aplicação em versão portuguesa e inglesa (anexos 1 e 2), consoante solicitação do respetivo inquirido, contou com um total de 25 questões e respetivas alíneas, correspondendo a 83 variáveis divididas ao longo de seis secções de análise:

- i. Caracterização geral do inquirido (9 questões, 9 variáveis), com vista à recolha de informação relativa à caracterização do perfil, habilitações literárias, origem e motivações do inquirido;
- ii. Contexto da visita ao espaço (6 questões, 6 variáveis), reunindo informações sobre o enquadramento da visita em termos de organização, regularidade de acessos, composição do grupo de visita, meio de transporte utilizado ou atividades realizadas ou a realizar;
- iii. Tomada de decisão e satisfação do inquirido com o espaço (3 questões, 21 variáveis), referente ao propósito de visita, representações associadas ao espaço, avaliação das condições atuais do espaço e indicação da satisfação geral do inquirido com características específicas do local;
- iv. Contexto da visita na gestão de habitat (2 questões, 29 variáveis), em termos da relação que os visitantes estabelecem entre as atividades desenvolvidas e os processos de gestão de habitat existentes no território;
- v. Satisfação do inquirido com a atividade / evento (3 questões, 16 variáveis), no que se refere às atividades especificamente enquadradas pela empresa gestora do território, avaliando aspetos técnicos e logísticos da experiência vivenciada e respetiva satisfação;
- vi. Sugestões para a dinamização do espaço e serviços prestados (2 questões, 2 variáveis), consistindo num conjunto de questões de resposta aberta por forma a identificar comentários e sugestões dos visitantes que não tenham sido apuradas ao longo do questionário.

O questionário enquadrou as quatro primeiras dimensões de análise da investigação empírica, relacionadas com a interpretação dos visitantes, sendo estabelecidas um conjunto de conexões entre as dimensões e variáveis do instrumento (quadro 24).

Quadro 24 | Estrutura do questionário: dimensões de análise e questões apresentadas

<b>Dimensões de análise (D)</b>	<b>Conexões</b>	<b>Questões (Q)</b> Identificação das variáveis (n.º da questão)
<b>D1 - Caracterização dos inquiridos</b>	<b>13</b>	
<i>D1.1 - Caracterização geral do inquirido</i>	6	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 1.6
<i>D1.2 - Contexto da visita ao espaço</i>	7	1.7; 1.7.1; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5
<b>D2 - Tomada de decisão de visita e motivação para o turismo na natureza</b>	<b>10</b>	
<i>D2.1 - Motivação para a prática de atividades de natureza e aventura</i>	10	1.8; 2.6; 3.1 a) a h)
<b>D3 - Satisfação com espaço ou atividade realizada</b>	<b>29</b>	
<i>D3.1 - Avaliação das condições atuais do espaço</i>	13	3.2 a) a k); 3.3
<i>D3.2 - Satisfação com prestação de serviços: atividades ou eventos</i>	16	5.1 a) a m); 5.2; 5.3
<b>D4 - Perceção dos inquiridos sobre estratégias de gestão de habitat</b>	<b>29</b>	
<i>D4.1 - Ações de conservação e gestão de impactes da visita</i>	29	4.1 a) a i); 4.2A a) a j); 4.2B a) a j)

### Aplicação do questionário

A aplicação dos questionários aos visitantes das áreas de gestão decorreu entre 2 de agosto e 10 de dezembro de 2017, nos diversos territórios de visita e em formato presencial. As iniciativas foram coordenadas pelo autor da investigação, em estrita articulação com recursos voluntários e colaboradores da entidade gestora das áreas de aplicação. Para o efeito, foram conduzidos diversos momentos de formação inicial que procuraram contextualizar os objetivos e importância do estudo, metodologia da aplicação e explicação sobre todas as variáveis do instrumento questionário.

No âmbito do modelo metodológico identificado, seguiu-se um processo de amostragem aleatória simples com resposta autónoma (o respondente era responsável por preencher o seu questionário), embora se assinalasse a disponibilidade do colaborador para prestação de esclarecimentos sobre dúvidas de preenchimento.

Da mesma forma, foram auscultados os clientes enquadrados em atividades de animação turística associadas a uma oferta de turismo na natureza e de aventura, aos quais se solicitou o preenchimento adicional da secção de avaliação da experiência adquirida.

A opção pelo preenchimento autónomo visou uma maior imparcialidade de respostas de opinião, no sentido do colaborador não influenciar o inquirido pela sua presença ou ação direta. Não obstante, reconhecem-se algumas das desvantagens desta

abordagem, que, segundo Veal (2006), pelo seu carácter anónimo, podem induzir respostas incompletas, incongruentes ou pouco fundamentadas.

A resposta dos inquiridos pressupunha uma análise particular da visita em questão, desconsiderando experiências passadas nos territórios de aplicação. Optou-se por auscultar a experiência corrente no sentido da resposta dos inquiridos incorporar as recentes atualizações dos serviços prestados no espaço, em particular a disponibilização das infraestruturas de receção inauguradas em maio de 2017 na Quinta do Pisão, um investimento que visou contribuir para impulsionar e melhorar as dinâmicas de visita ao espaço.

Adicionalmente, procurou-se assegurar a distribuição semanal e horária de respostas e a inquirição de apenas um elemento por grupo de visita. Durante cada período de auscultação, foram inquiridos todos os visitantes que efetivamente demonstrassem uma prática de visita ativa do espaço, embora se tenham verificado algumas ocorrências de não intenção de resposta, registadas essencialmente em casos de interrupção de prática desportiva ou indisponibilidade de tempo para assegurar a resposta.

Foram desta forma validados 334 questionários (113 na Quinta do Pisão, 108 no Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina e 113 no Pedra Amarela Campo Base).

#### **Tratamento dos dados e técnicas estatísticas**

Os dados recolhidos através do instrumento questionário foram inseridos numa base de dados com recurso ao *software Microsoft Excel* para o sistema operativo *Windows 10*. O tratamento da informação foi desenvolvido com recurso à aplicação *Addinsoft XLSTAT* (*software add-on* do programa *Microsoft Excel*) e ao programa informático de estatística *IMB SPSS Statistics* na versão *V24*.

Ao longo da interpretação da informação coletada são apresentados diversos quadros descritivos que incorporam o número e tipo de observações, moda, média e desvio padrão. Por forma a facilitar a apresentação dos dados, recorreu-se a um conjunto de siglas e abreviaturas próprias e respetivos códigos de cores, conforme explicitado no subcapítulo 6.1.

Foram sobretudo utilizadas representações gráficas de “diagramas de extremos e quartis”, com vista à comparação direta de médias, primeiro e terceiro quartil, valores mínimos e máximos e eventuais *outliers* ou *outliers* extremos (Maroco, 2003), no sentido de se obter uma análise comparativa de resultados organizados por questão ou variável independente, consoante a interpretação de dados o justificar (Silva, 2013).

Com o intuito de avaliar a validade de construção das componentes principais do instrumento questionário, foram utilizadas técnicas de análise fatorial sobre as questões Q4.1, alíneas a) a i) e Q4.2B, alíneas a) a j). Para a análise fatorial exploratória destas variáveis recorreu-se ao critério de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)<sup>43</sup> e ao teste de esfericidade de Bartlett<sup>44</sup>, referenciados como os mais utilizados em investigações sociais (Damásio, 2012). Para a extração de fatores utilizou-se a ferramenta de rotação *Varimax*, assumindo-se a sua validação com recurso aos constructos de “Kaiser-Guttman”, onde se determina a exigência de *eigenvalues* superiores a 1 e a análise do método de “*scree plot*” para determinação do número de fatores. Pressupôs-se a necessidade da percentagem de variância total explicada se mostrar superior a 42% (Filho e Júnior, 2010; Hair *et al.*, 2014; Silva, 2016).

Por forma a determinar a consistência e confiabilidade da estrutura fatorial elencada, foi igualmente aplicado sobre cada um dos fatores o critério *Alfa Cronbach*, considerando-se valores superiores a 0,9 “muito consistentes”; entre 0,8 e 0,9 “bons”; entre 0,7 e 0,8 “razoáveis”; entre 0,6 e 0,7 “fracos” e inferiores a 0,6 “inadmissíveis” (Pestana e Gageiro, 2008).

A análise fatorial exploratória da Q4.1 mostrou-se válida, com base no valor de KMO (0,891) e teste de esfericidade de Bartlett (0,000), indicando adequabilidade de aplicação dos procedimentos de extração fatorial. Esta questão, que tratava o contexto da visita na gestão de habitats, justificou a construção de três fatores associados à “adequação da oferta de experiências e condições de visita”, “consciencialização ambiental e comportamento dos visitantes” e “suporte da visita e redução de impactes”, explicando 55,8% da variância total. O resumo de resultados obtidos é apresentado no quadro 25.

Quadro 25 | Principais resultados da análise fatorial (Q4.1, alíneas a) a i))

Fator	Itens	Valor próprio	Variância explicada	$\alpha$ Cronbach	Designação
1	Alíneas g), h), i)	4,141	46,0%	0,773	Adequação da oferta de experiências e condições de visita
2	Alíneas a), e), f)	0,472	5,2%	0,795	Consciencialização ambiental e comportamento dos visitantes
3	Alíneas b), c), d)	0,413	4,6%	0,666	Suporte da visita e redução de impactes

<sup>43</sup> Também conhecido como índice de adequação da amostra, pressupõe a proporção de variância dos itens de análise. De acordo com o exposto em Damásio (2012), consideraram-se “inaceitáveis” resultados inferiores a 0,5; “mediocres” valores entre 0,5 e 0,7; “bons” valores entre 0,7 e 0,8; e “ótimos ou excelentes” valores superiores a 0,8.

<sup>44</sup> O teste de esfericidade de Bartlett cruza a matriz de (co)variância com a matriz identidade, averiguando correlações entre elementos, indicando que valores com níveis de significância baixa ( $p < 0,05$ ) são fatoráveis (Damásio, 2012; Leech *et al.*, 2005).

No que concerne à Q4.2B, obtiveram-se valores positivos de KMO (0,887) e teste de esfericidade de Bartlett (0,000), indicando igualmente a adequabilidade dos procedimentos de extração fatorial. A análise da valoração das intervenções de gestão de habitat neste território justificou a criação de dois fatores associados às “iniciativas de suporte à visitação e envolvimento dos visitantes” e às “ações de gestão de habitats e condicionantes de uso”, explicando 62,3% da variância total. O resumo de resultados obtidos é apresentado no quadro 26.

Quadro 26 | Principais resultados da análise fatorial (Q4.2B, alíneas a) a j))

Fator	Itens	Valor próprio	Variância explicada	$\alpha$ Cronbach	Designação
1	Alíneas a), b), c), h), i), j)	5,201	52,0%	0,821	Iniciativas de suporte à visitação e envolvimento dos visitantes
2	Alíneas d), e), f), g)	1,029	10,3%	0,810	Ações de gestão de habitats e condicionantes de uso

Considerando que as variáveis em estudo não demonstraram seguir uma distribuição normal, com base nos resultados obtidos com a aplicação do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov, a análise comparativa das variáveis independentes (área de visitação, tipo de visita e contexto de visitação), recorreu a um conjunto de técnicas estatísticas não paramétricas, nomeadamente o teste de *Kruskal-Wallis* (quando  $k > 2$ ) e o teste de “Mann-Whitney” (quando  $k = 2$ ), avaliando a ocorrência de diferenças estatisticamente significativas (níveis de significância igual ou inferiores a 0,05, 0,01 e 0,001). No tratamento de resultados, as repostas preenchidas como “não aplicável” (NA) foram consideradas como ausência de resposta.

### 4.3 INQUIRIÇÃO DE STAKEHOLDERS ASSOCIADOS AOS PROCESSOS DE DECISÃO

#### Seleção do instrumento de inquirição

A inquirição de grupos de *stakeholders* com intervenção direta ou indireta na organização dos processos de visitação dos territórios que compõem o estudo de caso seguiu uma metodologia de análise qualitativa com recurso a entrevistas semiestruturadas, considerando quer a dimensão reduzida do público-alvo, quer a complexidade da análise sobre as responsabilidades de cada ator auscultado. Neste sentido, foram desenvolvidos quatro guiões adaptados ao conjunto de grupos envolvidos na estruturação e projeção dos territórios de análise, nomeadamente com responsabilidades ao nível da:

- i) gestão de habitats e políticas de conservação;

- ii) conceção das diretrizes turísticas e coordenação das estratégias de projeção do destino;
- iii) oferta de experiências de animação turística nos territórios de aplicação;
- iv) investigação com foco no planeamento e gestão do turismo na natureza em espaços de elevado valor natural.

Procurou-se direcionar as entrevistas para um conjunto de atores informados e influentes, com responsabilidade técnica de gestão e autonomia de decisão sobre os processos desenvolvidos.

Conforme sugere Veal (2006), o método de entrevistas adequa-se a casos onde a informação expectável pode variar consideravelmente por vias complexas, consoante a perspetiva de cada um dos seus interlocutores, funcionando como complemento das demais análises quantitativas de suporte, nomeadamente da aplicação de questionários.

As entrevistas funcionam, desta forma, como uma ferramenta de análise da perceção de cada um dos entrevistados, onde através de questões semidirigidas, o investigador visa a reação do interlocutor, garantindo a devida proximidade aos objetivos da investigação e permitindo um maior grau de autenticidade e profundidade na sua pesquisa. Estas características mostram-se particularmente relevantes no presente estudo de caso, na medida em que se procura a interpretação que os atores conferem às suas práticas e a acontecimentos do território de aplicação segundo os seus próprios quadros de referência, como linguagem ou categorias mentais (Quivy e Campenhoudt, 2008).

O faseamento metodológico correspondente à elaboração e aplicação das entrevistas incorporou as seguintes fases:

- i) Revisão das premissas, objetivos e hipóteses da investigação empírica;
- ii) Conceção de vários guiões de entrevista adaptados a cada um dos grupos de atores:
  - a. Definição de requisitos de análise e estruturação geral dos instrumentos;
  - b. Revisão de referências bibliográficas de suporte;
  - c. Desenvolvimento de proposta de guiões de entrevista;
  - d. Validação por especialistas;
  - e. Elaboração da versão final dos guiões de entrevista e processo de tradução;
- iii) Aplicação das entrevistas.

### População e amostra

No âmbito da presente investigação foi identificado um conjunto de entidades que, da perspetiva da constituição da oferta nos territórios do estudo de caso, têm influência direta ou indireta na coordenação e gestão das dinâmicas de visitação, com reflexos no planeamento e ordenamento dos espaços, comunicação dos serviços prestados, ou prestação de serviços e experiências aos visitantes. Embora se possam assumir ligações entre as diversas entidades identificadas no âmbito da atual governança que compreende parcerias de aplicação de projetos, identificam-se diferentes responsabilidades entre os agentes auscultados com importantes perspetivas para a investigação desenvolvida.

Foram definidos quatro grupos prioritários de *stakeholders*, com responsabilidades distintas nas áreas da gestão de habitat, conservação da biodiversidade, planeamento da oferta de atividades de turismo e fruição da natureza, gestão e promoção turística do destino. O primeiro grupo compreendeu as entidades com responsabilidade na gestão direta de habitats e políticas de conservação nas áreas de análise, em particular:

- a Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M. S.A. (EMAC, E.M. S.A.), promovida sob a marca Cascais Ambiente, responsável pela gestão direta dos territórios de análise;
- o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), responsável pela definição das políticas de gestão da biodiversidade da Rede Nacional de Áreas Protegidas e, concretamente, do Parque Natural de Sintra-Cascais, atuando em parceria com a Cascais Ambiente.

O segundo grupo enquadrou a entidade com responsabilidade na conceção das diretrizes turísticas e coordenação das estratégias de projeção do município de Cascais, nomeadamente:

- a Associação de Turismo de Cascais (*Cascais Visitors & Convention Bureau*), responsável pela gestão e promoção internacional dos produtos turísticos do município de Cascais.

O terceiro grupo, correspondente à oferta de serviços de animação turística com atividade reconhecida nos territórios de aplicação pela entidade gestora, englobou o órgão representante do setor e um conjunto de empresas com autorização para operar no território, nomeadamente:

- a Associação Portuguesa de Empresas de congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE), associação que visa a congregação e representação de

empresas associadas à produção de congressos, animação turística e eventos em Portugal;

- agentes de animação turística com ação reconhecida e autorizada pela Cascais Ambiente cuja atuação nos territórios de aplicação se tenha aplicado em 2017.

O quarto grupo procurou reunir investigadores e especialistas direcionados para as questões de planeamento e gestão do turismo na natureza em espaços de elevado valor natural, que embora sem uma ação direta nos processos de decisão do estudo de caso garantem importantes perspetivas na interpretação de algumas das variáveis analisadas.

Embora tenham sido contactados diversos agentes das entidades mencionadas, não se mostrou possível a realização de todas as entrevistas, quer por inexistência de resposta, quer por alguns dos agentes entenderem que não se encontravam em posição de responder a algumas das matérias da investigação, que aborda questões multidimensionais associadas tanto às ciências naturais como às sociais. No quadro 27 apresenta-se a súmula de entrevistas efetivamente realizadas por entidade e grupo de *stakeholders*.

Quadro 27 | Entidades auscultadas e número de entrevistas por entidade

Grupo de entidades	Entidades	SIGLA	Nº de entrevistas
Entidades envolvidas na gestão de habitat	Cascais Ambiente	CA/ICNF	2
	ICNF		3
Entidades envolvidas na gestão e promoção turísticas do destino	Cascais Visitors & Convention Bureau	VC	1
Entidades envolvidas na oferta de animação turística	APECATE	AT	1
	Empresas de AT conhecedoras das realidades de análise		3
Investigadores e especialistas nas áreas do ambiente e turismo na natureza	Investigadores e especialistas	I&E	1

### Conceção dos guiões de entrevista

Considerando as especificidades de cada um dos quatro grupos de *stakeholders*, optou-se pela construção de guiões de entrevista específicos para cada grupo, que embora seguindo o mesmo encadeamento se encontravam adaptados às perspetivas dos atores auscultados.

A conceção das entrevistas considerou a revisão bibliográfica explanada no estado de arte e as premissas, objetivos e hipóteses da investigação empírica. Após a elaboração da proposta de entrevistas foi solicitada a sua revisão a um conjunto de

especialistas (n=2) da área do planeamento turístico e turismo na natureza, com vista à aferição da adequabilidade do instrumento e percepção das questões incluídas. Finalizada a incorporação das propostas de alteração consideradas pertinentes, foi produzida a versão final dos guiões, incorporados nos anexos 3, 4, 5 e 6.

A estrutura final das entrevistas compreende uma nota introdutória onde é apresentado o enquadramento e os objetivos da investigação, sendo identificada a possibilidade de confidencialidade dos dados obtidos (se requerida pelo inquirido) e expressa uma nota de agradecimento pela colaboração dos interlocutores. De seguida, apresenta-se um conjunto de questões semidirigidas num encadeamento *top-down* (do geral para o particular), onde as duas primeiras questões se mostram comuns a todos os grupos e as subsequentes se vão especializando consoante a área de intervenção e especialização de cada um dos grupos de *stakeholders*.

Desta forma, solicita-se resposta a questões de opinião, permitindo alguma espontaneidade e flexibilidade de análise, por forma a aprofundar os diversos temas da investigação. Os guiões são essencialmente constituídos por questões de resposta aberta (seis questões, com exceção do guião direcionado para investigadores e especialistas, onde apenas são colocadas cinco questões), tendo apenas sido incorporada uma questão fechada, composta por oito variáveis de concordância.

#### **Aplicação das entrevistas**

No seguimento da identificação das diversas entidades a entrevistar no âmbito da presente investigação, foram contactados os atores por forma a averiguar a sua disponibilidade para colaborar no estudo, e, em caso afirmativo, se agendarem as entrevistas. O contacto inicial pressupõe um breve enquadramento do estudo e objetivos da entrevista, especificando duração estimada e indicando a necessidade de gravação da mesma para tratamento posterior da informação. Os interlocutores foram questionados sobre a necessidade de pré-envio das perguntas a abordar, por forma a facilitar a organização de cada agente no encadeamento das suas respostas.

As entrevistas realizaram-se de 12 de dezembro de 2017 a 26 de março de 2018, essencialmente nos locais de trabalho dos entrevistados, variando entre a sede da entidade representada ou escritório particular do inquirido. A duração média das entrevistas fixou-se nos 31 minutos, com a mais longa a durar sensivelmente 65 minutos e a mais curta aproximadamente 13 minutos.

No sentido de preservar o encadeamento das entrevistas, fixou-se como premissas a garantia de imparcialidade por parte do entrevistador, mantendo uma atmosfera de conversação amigável, sem pender para a concordância ou discordância, através do

recurso a intervenções imparciais que visavam a manutenção do interesse, expansão de temáticas, reforço de respostas apresentadas ou introdução de novas questões (Veal, 2006).

### **Tratamento da informação**

O tratamento dos dados recolhidos iniciou-se com a transcrição da informação auscultada, utilizando-se o *software* de áudio *Windows Media Player* e o *software* de processamento de texto *Microsoft Word*. Após terminada a primeira versão da transcrição, todas as entrevistas foram lidas em simultâneo com a produção do ficheiro áudio, de forma a comparar e corrigir eventuais lacunas de transcrição. Embora se tenha procurado respeitar a fluência do discurso oral, foram encontrados, ao longo do processo de transcrição, determinados erros ou gralhas de oralidade, que exigiram correção sem se influenciar a concordância ou o sentido do discurso do inquirido.

A informação produzida foi então analisada, visando a análise da perspetiva global dos conteúdos e a criação de ligações entre os diversos interlocutores, possibilitando a categorização da informação através da análise qualitativa dos resultados.

Este processo exigiu a organização da informação obtida em temáticas de análise e a verificação de relações com as temáticas da investigação. Considerou-se relevante a apresentação dos resultados por dimensão de análise, organizados segundo as opiniões dos *stakeholders*, para um melhor cruzamento das perspetivas de cada agente. Estas etapas antecederam a triangulação de resultados, permitindo aferir as relações entre os agentes auscultados e identificar opiniões transversais ou contraditórias.

## 5 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DO ESTUDO DE CASO

*“O objeto em questão é intrinsecamente dinâmico: sistemas naturais que interagem e que por sua vez dependem de elementos externos com comportamentos igualmente variáveis” (ICNF, 2017a).*

### 5.1 BREVE CONTEXTO DA DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DO CONCELHO DE CASCAIS

O município de Cascais localiza-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, integrando a NUT II Grande Lisboa e inserindo-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Encontra-se delimitado a oeste e a sul pelo Oceano Atlântico, a norte pelo concelho de Sintra e a este pelo concelho de Oeiras. Com uma superfície de 97,2 km<sup>2</sup>, este concelho apresentava, em 2011, uma população residente de 206.479 habitantes (INE, 2012), correspondendo a uma variação positiva na ordem dos 21% (entre 2001 e 2011), valor superior ao registado no período homólogo anterior, que, segundo os censos demográficos nacionais, se fixou nos 11,3% (quadro 28).

Embora demonstrando um saldo natural positivo (na relação nascimentos-óbitos), que se manteve regular nas últimas décadas, o crescimento demográfico do concelho está fortemente associado ao seu saldo migratório (relação imigrantes-emigrantes), que vem apresentando um crescimento muito significativo desde 1980, em resultado do perfil periférico do concelho sobre a capital portuguesa e das suas representações pendulares (CMC, 2012).

Quadro 28 | Evolução da população residente por freguesia (CMC, 2015b)

	1970	Δ	1981	Δ	1991	Δ	2001	Δ	2011
<b>Alcabideche</b>	17195	48,1%	25473	5,6%	26897	18,2%	31801	32,6%	42162
<b>Carcavelos</b>	7170	79,7%	12888	39,8%	18014	11,2%	20037	16,5%	23347
<b>Cascais</b>	20735	41,7%	29389	-5,6%	27741	19,9%	33255	6,5%	35409
<b>Estoril</b>	15440	57,5%	24312	-1,4%	23962	-0,8%	23769	11,1%	26399
<b>Parede</b>	13950	44,0%	20094	3,2%	20742	-14,0%	17830	21,5%	21660
<b>São Domingos de Rana</b>	18140	61,8%	29342	22,5%	35938	22,4%	43991	30,7%	57502
<b>Concelho Cascais</b>	<b>92630</b>	<b>52,8%</b>	<b>141498</b>	<b>8,3%</b>	<b>153294</b>	<b>11,3%</b>	<b>170683</b>	<b>21,0%</b>	<b>206479</b>

A divisão administrativa das freguesias do concelho foi revista e reorganizada em 2013, mantendo-se as anteriores freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana

e sendo estipuladas as novas uniões de freguesias de Carcavelos e Parede e de Cascais e Estoril<sup>45</sup> (figura 21).



Figura 21 | Reorganização administrativa das freguesias do concelho de Cascais

No âmbito das suas dinâmicas socioterritoriais, as freguesias do concelho apresentam características díspares (CMC, 2010), registando diferentes valências mediante o seu perfil de litoral ou de interior, bem como de ocidente ou de oriente, com reflexos na traça urbanística e desenvolvimento da sua malha urbana (quadro 29).

Estes indicadores repercutem-se na densidade demográfica do concelho, que acompanhou o crescimento populacional do território e se fixou, em 2011, nos 2126 habitantes/Km<sup>2</sup>, merecendo destaque os territórios de Carcavelos (5188 habitantes/Km<sup>2</sup>) e Parede (6017 habitantes/Km<sup>2</sup>) como os territórios mais densamente povoados; e os territórios de Alcabideche (1054 habitantes/Km<sup>2</sup>) e Cascais (1762 habitantes/Km<sup>2</sup>) como os que apresentam os registos de densidade populacional inferior, pela sua integração parcial no Parque Natural de Sintra-Cascais e consequentes restrições de construção por forma a valorizar a paisagem natural e biodiversidade do território (CMC, 217; INE, 2012).

<sup>45</sup> Na organização e apresentação de resultados estatísticos optou-se por manter a divisão das freguesias de Carcavelos, Parede, Cascais e Estoril, considerando que toda a produção estatística por parte do Instituto Nacional de Estatística, referente aos Censos Populacionais de 2011, ainda não integrava as alterações da reestruturação ocorrida em 2013, sendo decidida a manutenção da consonância com a maioria de publicações e estudos municipais encontrados no âmbito da investigação.

Quadro 29 | Contexto socioterritorial por freguesia do município de Cascais (CMC, 2010)

	Alcabideche	Carcavelos	Cascais	Estoril	Parede	São Domingos de Rana
<b>Localização</b>	Noroeste do concelho	Sudeste do concelho	Sudoeste do concelho	Centro da linha sul litoral	Sudeste do concelho	Nordeste do concelho
<b>Área territorial</b>	39,8 Km <sup>2</sup> 41%	4,4 Km <sup>2</sup> 4,5%	20,1 Km <sup>2</sup> 20,7%	8,8 Km <sup>2</sup> 9,1%	3,6 Km <sup>2</sup> 3,7%	20,5 Km <sup>2</sup> 21,1%
<b>População e densidade populacional em 2011</b>	42162 1054 hab./Km <sup>2</sup>	23347 5188 hab./Km <sup>2</sup>	35409 1762 hab./Km <sup>2</sup>	26399 3000 hab./Km <sup>2</sup>	21660 6017 hab./Km <sup>2</sup>	57502 2861 hab./Km <sup>2</sup>
<b>Caracterização territorial</b>	Traços periurbanos (combinação de características urbanas e rurais, desordenamento decorrente de diversos processos clandestinos).	Características essencialmente urbanas, assistindo fenómenos de pendularidade (zona de residência de estudantes e trabalhadores da capital) e penetração (residentes metropolitanos procuram oferta local).	Sede de concelho. Urbanização estruturada e planeada, capacidade de atração e vocação turística face a diversidade de estruturas, equipamentos e serviços.	Características urbanas. Vocação turística reconhecida e tradicional (e.g. Casino do Estoril).	Características urbanas. Localização litoral privilegiada e vocação turística em termos de equipamentos de hotelaria e lazer.	Núcleos rurais antigos, zonas industriais, forte crescimento populacional registado a partir dos anos 1950.

A economia do concelho tem igualmente demonstrado diferenças significativas, com uma desvalorização gradual do setor secundário (24% em 1991 para 13% em 2011) e um acréscimo da relevância do setor terciário (75% em 1991 para 86% em 2011), melhorando-se a oferta de comércio e serviços e induzindo uma maior capacidade de empregabilidade. Em termos do seu índice de poder de compra *per capita* (IpC), em 2013 o município de Cascais figurava na lista das quinze primeiras posições, com 125,59, ultrapassando, a par de Lisboa e Oeiras, as médias nacionais e regionais (CMC, 2012).

No que respeita aos seus índices de escolaridade, as últimas décadas demonstraram um acréscimo de qualificações acompanhando os resultados nacionais (50% de habitantes com pelo menos o 9º ano de escolaridade e uma proporção de 15% em termos de população com ensino superior), com a redução substancial da ausência de instrução (12,8% em 1991 para 2,5% em 2011), e o acréscimo da formação de 2º e 3º ciclos básicos (25% em 1991 para 30,7% em 2011), ensino secundário (18,6% em 1991 para 20,8% em 2011) e ensino superior (11% em 1991 para 24,7% em 2011).

Visando um desenvolvimento centrado em políticas de sustentabilidade social, ambiental e económica, o concelho assume como essencial uma visão de planeamento estratégico no seu Plano Diretor Municipal (PDM), identificando como valores estruturantes: i) a qualidade de vida urbana; ii) a criatividade, conhecimento e inovação; iii) os valores ambientais; iv) a coesão e inclusão e v) a cidadania ativa (CMC, 2017b).

As decisões estratégicas de desenvolvimento do concelho assentam, desta forma, em oito etapas estruturantes das cidades do futuro: i) biodiversidade, reduzindo a pressão sobre os ecossistemas do concelho e encorajando uma maior consciência ecológica; ii) planeamento e urbanismo, trabalhando o desenho urbano e a sustentabilidade social; iii) energia, estimulando o desenvolvimento energético renovável e reduzindo as emissões de carbono; iv) transportes, reduzindo a dependência do transporte privado e melhorando as condições de peões, bicicletas e transportes públicos; v) materiais, garantindo condições de construção e reabilitação mais responsáveis; vi) de água, reciclando águas residuais e minimizando consumos; vii) de inovação, aplicação em todos os domínios; e viii) de governança, aplicando modelos de organização transetoriais e integradores (CMC, 2015a).

## **5.2 DOS RECURSOS AO POSICIONAMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO**

O final do século XIX redirecionou a história contemporânea e pós contemporânea do concelho de Cascais, após o rei D. Luís escolher esta região tradicionalmente piscatória como a sua estância balnear, decisão que acabou por justificar o aumento das visitas de ilustres ao território e intensificar a sua vida social e o seu desenvolvimento, com o surgimento de novas vias de comunicação, infraestruturas hoteleiras, restaurantes e locais de lazer associados a práticas de veraneio (CMC, 2017a).

De facto, a excelência de localização do concelho, a sua envolvência natural, o clima temperado e a qualidade das suas águas (marítimas e termais), fizeram a região destacar-se de forma gradual num panorama nacional de vilegiatura. A inauguração do troço ferroviário (ligando Cascais a Pedrouços), em 1889, justificou o surgimento de projetos mais ambiciosos, tendo Fausto de Figueiredo e o seu sócio Augusto Carreira de Sousa impulsionado uma campanha de desenvolvimento dos Estoris enquanto destino turístico internacional, ancorada na criação do Casino do Estoril e desenvolvimento urbanístico limítrofe conquistando o “charme” da região em zonas de pinhal, terras de lavoura e pedreiras (ATC, 2017; CMC, 2017a).

A proximidade a Espanha, que vive nesses anos a sua guerra civil, e a neutralidade assumida pelo país durante a Segunda Guerra Mundial, revelaram Cascais como um local seguro e de lazer, recebendo um elevado número de refugiados e exilados e figuras do panorama desportivo e cultural. A notoriedade crescente do destino veio impulsionar o surgimento gradual de parques, termas, clubes de golfe e ténis, centro de congressos, hipódromos, marina e luxuosos hotéis (Severino, 2017). Da influência aristocrática notada no desenvolvimento desta comunidade resultaram alguns traços

do atual ordenamento da sua faixa costeira, com condições de acessibilidade ao longo de praticamente todo o território, e marcas de edificado característico das décadas associadas ao veraneio e residência da nobreza, caracterizadas por um património arquitetónico diversificado (Neves, 2016).

O destino de Cascais apresenta uma grande riqueza a nível de recursos e serviços turísticos, completando uma oferta bastante diversificada. De acordo com uma resenha identificada por Severino (2017: 34), poder-se-ão destacar, desde logo, a sua extensa área marítima, área verde e/ou classificada como parque natural, oferta cultural, desportiva, histórica, de lazer e eventos, traduzida num “misto de experiências e serviços envolventes, ideais para férias e residência” (anexo 7, quadro 58).

Por sua vez, Neves (2016) resume as condições da oferta turística do concelho, organizadas entre os seus elementos de atração, naturais, humanos, de receção, fixação, lazer e recreação e acessibilidade. A autora destaca um conjunto de outras características cumulativas e valorizadoras deste território quando associado às representações regionais de proximidade de Sintra e Lisboa, bem como às representações nacionais de hospitalidade, segurança, relação qualidade-preço e gastronomia variada, enquanto forças matrizes de todas as regiões nacionais, com especial relevância no concelho (anexo 7, quadro 59).

Na revisão do Plano Estratégico Nacional de Turismo (MEE, 2012), a região de Lisboa<sup>46</sup> reúne atualmente condições ou potencial para desenvolvimento de uma parafernália de segmentos da oferta turística (quadro 30), desde a gastronomia e vinhos, turismo de saúde e bem-estar, turismo residencial, náutico e natureza, golfe, circuitos turísticos religiosos e culturais e sol e mar. Nesta análise, embora genérica, são caracterizados como “produtos complementares” no âmbito da oferta de turismo na natureza os “passeios”; e como “produtos em desenvolvimento” o “turismo equestre” e a “observação de aves”.

Quadro 30 | Matriz de desenvolvimento de produtos – Região de Lisboa (adaptado de MEE, 2012)

Gastronomia e vinhos	Turismo saúde	Turismo residencial	Turismo náutico	Turismo Natureza	Golfe	Turismo negócios	Estadias curta duração	Circuitos turísticos, religiosos e culturais	Sol e mar
C	C Spa / Talassoterapia	D	D Náutica de recreio D Surfing	C Passeios D Turismo equestre D Observação de aves	D			P Touring religioso P Peregrinações	C

Matriz de classificação de produtos: E – Emergente; C – Complementar; D – Em desenvolvimento; P – Consolidado.

<sup>46</sup> Verificando-se neste contexto verossimilhança com o cenário de Cascais, que, se analisado em pormenor, poderia ser potencialmente acrescido do turismo de negócios e estadias de curta duração, enquanto produtos potencialmente em desenvolvimento.

Paralelamente, no Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa (RBST e ERTLR, 2014), Cascais é assumida como uma marca internacional forte, autónoma e bastante desenvolvida nos *city / short breaks* e produtos golfe e sol e mar. Entendida como a segunda centralidade da região (12% das dormidas da região de Lisboa), e com uma evolução superior a 5% do número de dormidas entre 2009 e 2013 (passando de 980 mil para 1,2 milhões de dormidas, respetivamente), a região é direcionada para o segmento *premium*, e pela diversidade de elementos que a compõem é entendida como um destino *resort*, englobando atrações diversas. Nesta análise, compreende-se uma experiência dos visitantes onde paralelamente às principais centralidades dos territórios da oferta, uma multiplicidade de experiências complementares ganha destaque, entre as quais o turismo na natureza, amplamente associado às matrizes de desenvolvimento populacional em termos da saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Desta forma, nesse plano propõe-se o desenvolvimento da oferta do produto turístico global da região, que procure reforçar a valorização do destino a nível do turismo residencial e de saúde, associado a algumas especialidades existentes na região e à permanência dos visitantes em períodos de recuperação ou convalescença. O mesmo documento destaca a qualidade e competitividade da oferta hoteleira, a diversidade de produtos existentes (quadro 31) e o potencial de desenvolvimento de novos segmentos.

Quadro 31 | Principais ativos turísticos de Cascais (RBST e ERTLR, 2014)

<b>Sol e mar</b>	<b>Cultura</b>	<b>Outros</b>
Praia do Guincho Praia de Carcavelos Parede Tamariz	Palácio Cidadela Casa das Histórias Paula Rego Museu do Mar Rei D. Carlos	Autódromo do Estoril Casino do Estoril Hipódromo Manuel Possolo
<b>Meeting Industry</b>	<b>Eventos</b>	<b>Golfe</b>
Centro de Congressos Hotéis	<i>Estoril Jazz Fest</i> Gala dos Fados Festas do Mar	Quinta da Marinha Golf Club Golfe Estoril Oitavos Dunes
<b>Natureza</b>	<b>Gastronomia</b>	<b>Náutica</b>
Parque Natural de Sintra-Cascais	Restaurantes <i>high-end</i>	Marina de Cascais Vela / windsurf / surf

O Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa propõe um modelo de governança sustentado no conjunto atual de competências das entidades regionais de turismo, defendendo a potenciação dos recursos, competências e experiência existente; o alinhamento de responsabilidades de decisão, gestão e implementação; e a garantia de entrada de conhecimento sobre as especificidades de cada unidade territorial no sentido de promover a sua centralidade.

No âmbito do relatório de enquadramento do seu Plano Diretor Municipal (CMC, 2015a, pp. 75-77), a autarquia de Cascais desenvolve uma análise SWOT referente ao enquadramento estratégico local do concelho (anexo 8, quadro 60), onde algumas representações de interesse no âmbito da presente investigação são delineadas, merecendo destaque: i) o reconhecimento positivo das “áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental”; ii) a consolidação do destino “cuja riqueza de recursos e atributos (...) satisfazem os mais diversos segmentos e nichos”; iii) a “experiência na organização de eventos”; iv) a “projeção da imagem positiva do concelho de Cascais com reconhecimento internacional”; e v) a “existência de um quadro de instrumentos de ordenamento e gestão do território”.

Importa, neste contexto, destacar ainda a insatisfação do município com: i) a “fraca capacitação de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer”; ii) a “perda de identidade concelhia”; e iii) a “forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas”. Estes aspetos pressupõem a continuidade da aposta na preservação efetiva dos territórios naturais do concelho, revendo uma estratégia de capacitação destes espaços para integração da visitação (CMC, 2015a, pp. 75-77). Segundo o mesmo documento, a aposta da região revê-se numa visão em torno da constituição de um “concelho relevante à escala internacional, competitivo, alavancado por uma governança moderna, assente em redes de conhecimentos e de confiança mútuas, e ancorado num prestigiado capital humano, na excelência dos seus recursos naturais e paisagísticos, e no seu posicionamento geoestratégico” (CMC, 2015a: 78).

No que respeita ao setor da animação turística e marítimo-turística, segundo o Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (TdP, 2017c), encontravam-se registadas, em dezembro de 2017, nos concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Lisboa<sup>47</sup> 1847 empresas, das quais 1636 se constituíam como Empresas de Animação Turística (EAT) e 211 como Operadores Marítimo Turísticos (OM-T).

A análise do quadro 32 conclui a existência de uma oferta significativamente direcionada para as atividades culturais e *touring* paisagístico e cultural (52% da oferta), embora mereça destaque a diversidade encontrada entre as atividades de ar livre, natureza e aventura (28% da oferta) e as atividades marítimo-turísticas (20% da oferta).

---

<sup>47</sup> Reconhece-se que a opção de levantamento geográfico dos registos localizados nos concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Lisboa possa não compreender toda a atividade registada na região de Cascais e Sintra, contudo considerou-se igualmente insuficiente a análise das empresas registadas apenas nestes dois concelhos, dada a significativa pendularidade das regiões limítrofes. A análise desenvolvida é, desta forma, meramente indicativa da oferta de animação turística potencial da região, não tendo sido encontrados registos efetivos com os resultados da procura sobre estas atividades ou real aplicação prática dos programas identificados.

De uma forma geral, figuram entre a oferta mais significativa destes territórios a operacionalização de rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património; as visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial; as atividades de descoberta do património etnográfico; o aluguer de embarcações dispensadas de registo com motivação de desportos náuticos; os passeios marítimo-turísticos; as caminhadas e outras atividades pedestres; os passeios e atividades em bicicleta ou similares e as atividades de observação da natureza.

Quadro 32 | Atividades das EAT e OM-T registadas em janeiro de 2018 (dados parciais correspondentes aos concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Lisboa) (TdP, 2017c)

Atividades registadas no RNAAT				Atividades reconhecidas TN	
Atividades Ar Livre/ Natureza e Aventura	Outras atividades de turismo de ar livre	324	5,1%	33	3,2%
	Caminhadas e outras atividades pedestres	240	3,8%	81	7,9%
	Passeios e atividades em bicicleta (BTT e cicloturismo), em <i>segway</i> e similares	175	2,8%	61	5,9%
	Atividades de observação da natureza	165	2,6%	14	1,4%
	Atividades de <i>team building</i> (quando incluam atividades de turismo de ar livre)	130	2,0%	28	2,7%
	Atividades de orientação (percursos, <i>geocaching</i> , caças ao tesouros e similares)	123	1,9%	6	0,6%
	Passeios em todo o terreno (moto, moto4 e viaturas 4x4, <i>kartcross</i> e similares)	112	1,8%	106	10,3%
	Escalada em parede natural e em parede artificial	65	1,0%	20	1,9%
	Arborismo e outros percursos de obstáculos	63	1,0%	35	3,4%
	Passeios e atividades equestres, em atrelagens de tração animal e similares	58	0,9%	19	1,8%
	<i>Paintball</i> , tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares	54	0,8%	5	0,5%
	Mergulho, <i>snorkeling</i> , e similares	48	0,8%	17	1,7%
	Montanhismo	48	0,8%	29	2,8%
	<i>Canyoning</i> , <i>coasteering</i> e similares	36	0,6%	6	0,6%
	Espeleologia	31	0,5%	35	3,4%
Atividades de sobrevivência	30	0,5%	16	1,6%	
Balonismo, asa delta com e sem motor, parapente e similares	19	0,3%	60	5,8%	
Natação em águas bravas (hidrospeed)	18	0,3%	25	2,4%	
Experiências de paraquedismo	13	0,2%	42	4,1%	
Atividades Marítimo-Turísticas	Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo	236	3,7%	19	1,8%
	Passeios marítimo-turísticos	211	3,3%	12	1,2%
	Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo (Surf, bodyboard, windsurf, kitesurf, <i>skimming</i> , <i>stand up paddle boarding</i> e similares)	209	3,3%	22	2,1%
	Aluguer de embarcações com tripulação	175	2,8%	34	3,3%
	Aluguer de embarcações sem tripulação	131	2,1%	17	1,7%
	Pesca turística	83	1,3%	12	1,2%
	Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo (Canoagem e <i>rafting</i> em águas calmas e em águas bravas)	63	1,0%	31	3,0%
	Aluguer ou utilização de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo (Vela, remo e atividades náuticas similares)	63	1,0%	12	1,2%
	Outros serviços, designadamente os respeitantes a serviços de reboque de equipamentos de carácter recreativo, tais como bananas, paraquedas, esqui aquático	62	1,0%	2	0,2%
	Serviços efetuados por táxi fluvial ou marítimo	35	0,6%	3	0,3%
Serviços de natureza marítimo-turística prestados mediante a utilização de embarcações atracadas ou fundeadas e sem meios de propulsão próprios ou selados	33	0,5%	39	3,8%	
Atividades culturais e <i>touring</i> paisagístico	Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património	1892	29,8%	38	3,7%
	Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial	604	9,5%	37	3,6%
	Atividades que se desenvolvam exclusivamente em ambiente urbano de percursos pedestres e visitas a museus, palácios e monumentos	494	7,8%	51	5,0%
	Atividades e experiências de descoberta do Património Etnográfico	193	3,0%	0	0,0%
	Jogos populares e tradicionais	118	1,9%	62	6,0%
<b>6354</b>				<b>1029</b>	

Naturalmente, entre as atividades reconhecidas como turismo de natureza figuram as atividades de ar livre, natureza e aventura (62%), com destaque nos passeios em

todo-o-terreno, caminhadas e outras atividades pedestres, passeios e atividades em bicicleta ou similares e atividades aéreas como o balonismo, asa-delta, parapente e similares (totalizando 29,9%), embora se justifique a ocorrência destes registos nas atividades marítimo-turísticas (20%) e atividades culturais e de *touring* paisagístico e cultural (18%) pela abrangência de atividades provavelmente realizadas em contexto de área protegida (encontrando-se na proximidade do Parque Natural de Sintra-Cascais e Parque Natural da Arrábida) ou especificidades técnicas das atividades em questão.

Com o objetivo de determinar o perfil do turista que visita a região, grau de satisfação com a sua visita e qualidade da oferta concelhia, foi aplicado pelo Observatório de Turismo de Cascais (OTC, 2017) um inquérito de satisfação a visitantes com alojamento obrigatório em estabelecimentos de hotelaria no município de Cascais (amostra em 2016 abrangeu 5023 inquéritos válidos). Conclui-se no relatório de análise um perfil global do turista que registou uma grande percentagem de indivíduos do sexo masculino (60%), uma elevada representação de inquiridos com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos (70,2%) e elevados índices de escolaridade, com 86,7% dos inquiridos a indicar cumprimento de formação superior.

Como principais motivações para a viagem a Cascais, identificaram-se as categorias de “férias / lazer” (66,3%) e “turismo de negócios” (25,8%). De entre os programas com maior expressão durante a visita dos inquiridos figuraram as “saídas para jantar” (96,5%), os “passeios” (79,9%) e as “visitas a monumentos ou museus” (77,8%), sendo que cerca de 38,5% dos inquiridos registou ter tido “contacto com a natureza”.

No que respeita aos locais visitados durante a sua estada, a grande maioria dos visitantes indicou o “Centro de Cascais” e a “Baía de Cascais” (77,7% e 76,2%, respetivamente) como principais locais de interesse. Figuraram ainda, nesta rubrica, a visita ao “Guincho” (68,9%), a “Sintra” (66,7%), à “Boca do Inferno” (63%), à “Marina de Cascais” (62,4%), ao “Casino do Estoril” (60%) e a “Lisboa” (59,9%). As visitas ao Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina e à Quinta do Pisão registaram valores inferiores, fazendo parte de 13,4% e 2,4% das visitas, respetivamente.

### 5.3 O ENQUADRAMENTO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA DE CASCAIS NO PNSC

O maciço eruptivo de Sintra mostra-se elemento dominante da paisagem do concelho de Cascais, influenciando, pela sua forma elíptica na direção este-oeste, um fenómeno que leva à ocorrência de diversos microclimas entre as zonas de serra e a plataforma costeira aplanada que caracterizam o concelho. A região detém um clima temperado mediterrânico, com forte influência oceânica. O vento, que sopra predominantemente

de nordeste, transporta massas de ar húmidas, que ao subirem o maciço, reduzem a sua temperatura, levando-as à saturação e ao acréscimo de precipitação orográfica, especialmente nas vertentes norte da serra (Baltazar & Martins, 2005).

A diversidade microclimática e de ecossistemas na serra (em resultado da exposição ao vento, sol, precipitação, proximidade do mar e da ação antrópica) explica o encontro de valores históricos, florísticos, faunísticos e geomorfológicos neste território. Estes valores, em particular no eixo de frente atlântica, mostram-se carentes de proteção pela potencial ameaça humana, que se revê a nível de potenciais incêndios, degradação do coberto vegetal e distribuição de espécies exóticas, entre outras influências. No que respeita à flora, o território é marcado pela transição entre a vegetação do Norte e Sul do país com cerca de novecentas espécies autóctones, das quais sete são endemismos portugueses. Contudo, apesar de existirem alguns locais de grande expressão florística, cerca de 15% das espécies são introduzidas, algumas destas tomando um caráter invasor neste território profundamente afetado pela intervenção das populações ao longo dos séculos (Baltazar e Martins, 2005; Cascais Natura, 2009b; ICN, 2003; Laranjo, 2011).

De facto, o caráter periurbano sobre a capital portuguesa e consequentes pressões urbanísticas e turísticas sobre os valores naturais, culturais e estéticos a preservar na serra, faixa litoral e áreas limítrofes, levaram desde cedo à tentativa de proteção da região, que, a par com o município de Sintra, foi em parte classificada em 1981 (Decreto-Lei n.º 292/1981, de 15 de outubro) como Área de Paisagem Protegida, e reclassificada em 1994 como Parque Natural (Decreto Regulamentar n.º 8/1994, de 11 de Março).

Ao constituir-se o Parque Natural de Sintra-Cascais e seu respetivo Plano de Ordenamento (Decreto Regulamentar n.º 9/1994, de 11 de Março, revisto pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro<sup>48</sup>) permitiu-se o reforço legal de uma área com 14450 hectares (figura 22), de elevada densidade populacional (segundo ICN (2003), em 2001 o PNSC apresentava uma densidade demográfica na ordem dos 231 hab./Km<sup>2</sup>) e significativo regime de propriedades privadas entre as freguesias de Alcabideche, União das Freguesias de Cascais e Estoril (áreas respeitantes ao município de Cascais) e de Colares, Santa Maria, São Miguel, São João das Lampas, São Martinho e São Pedro de Penaferrim (áreas respeitantes ao município de Sintra).

---

<sup>48</sup> A revisão do POAP para o PNSC visou adequar as políticas de ordenamento ao conhecimento obtido pelo ICNF no âmbito da sua monitorização e acompanhamento adequar às evoluções demográficas e socioeconómicas e a uma nova visão do PNSC com base nos documentos normativos e diretrizes decorrentes da classificação da Paisagem Cultural de Sintra pela UNESCO, em 1995, adaptações promovidas nos Planos Diretores Municipais de Cascais e Sintra e Rede Natura 2000.

De facto, segundo o relatório que serviu de sustento à revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC), “os concelhos de Cascais e de Sintra estão inseridos num espaço denominado de “espaços emergentes” em que o eixo Cascais-Sintra se vem afirmando como um espaço residencial-turístico com importância na estrutura metropolitana ao qual se vêm associando instalações de serviços e comércio de grande dimensão” (ICN, 2003: 354).



Figura 22 | Localização geográfica do Parque Natural de Sintra-Cascais

O enquadramento estabelecido neste plano visava a não radicalização dos discursos entre conservação da natureza e turismo, procurando-se a evolução para uma parceria estratégica. Segundo esse plano (ICN, 2003, pp. 356-357), urgia regular as iniciativas de oferta turística no PNSC, traduzindo-se como essenciais a

*“cooperação público-privada em ações de conservação da natureza; a conceção e desenvolvimento de produtos de turismo de natureza e outros que integrem o conceito de turismo sustentável; a recuperação do património local e de valorização paisagística; a implementação de soluções técnicas ambientalmente positivas e o planeamento e controle dos custos ambientais”.*

Entre os principais eixos estratégicos do PNSC incluíam-se desta forma: i) o aumento da qualidade da oferta turística; ii) a criação de uma oferta turística específica que valorize os valores endógenos do território; iii) a sensibilização do público, através da interpretação e educação ambiental e promoção dos valores da região; iv) a formação dos agentes turísticos; v) a proteção e valorização do património natural, cultural e

histórico; vi) o desenvolvimento económico e social; vii) a criação de quadros de informação de frequência turística; e viii) a adequação de áreas preferenciais para turismo e recreio.

Muito embora estas premissas se coadunem com os objetivos estratégicos da presente tese e se configurem do mais elevado interesse, com base na revisão bibliográfica e trabalho de campo desenvolvido, reconhece-se que muitos destes ideais não foram devidamente operacionalizados. A reformulação das responsabilidades e serviços administrativos do ICNF, com a extinção e acumulação de competências do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB) e Autoridade Florestal Nacional (AFN), veio acentuar a falta de recursos humanos e/ou técnicos por parte dos órgãos gestores desta área protegida, resultando em incumprimentos e incapacidade de operacionalização da estratégia apontada (Laranjo, 2011; Souza, 2006)

Atualmente, o PNSC representa, conjuntamente com o Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros, a exceção nacional que vem dar cumprimento ao Decreto Regulamentar n.º 18/1999, de 27 de agosto, com a aplicação de uma Carta de Desporto de Natureza que sistematiza o conjunto de regras e orientações sobre modalidades desportivas ou ambientais a serem desenvolvidas nesses territórios.

Embora fosse objetivo deste documento regulamentar a designação de locais e épocas de prática, bem como da respetiva capacidade de carga do território, permanece a incapacidade de cumprir as estratégias nacionais definidas em sede de planeamento, mantendo-se uma estrutura proibitiva que apenas responde às necessidades de suporte e administração da área protegida sem, paradoxalmente, estar munida de capacidade de monitorização dos usos e práticas levados a cabo no território (Silva, 2013).

De facto, a Carta de Desporto de Natureza dever-se-ia acompanhar de respetivos planos de gestão e monitorização, no prazo de dois anos a partir da sua constituição, e da avaliação de impactes ambientais provocados pelas atividades e desportos de natureza, com respetiva adoção de medidas necessárias à sua correção (Portaria n.º 53/2008, de 18 de janeiro). Naturalmente, e num contexto de crescente expressão de praticantes de atividades de ar livre em ambiente natural, com níveis de responsabilidade variada, o estabelecimento de um conjunto de atividades, à data de conclusão deste documento mostra-se estático e ultrapassado, na medida em que os impactes sentidos no território podem ser bastante distintos. Paralelamente, a diversidade de usos por parte de entidades organizadas ou autónomas vem dificultar as tarefas de monitorização e gestão da visitação por parte de um órgão gestor que

acumula essa responsabilidade sobre outras tarefas, sem se encontrar delineada uma equipa efetiva de controlo e gestão (Laranjo, 2011)

Estes parâmetros vêm acentuar a dificuldade em se estabelecer filosofias menos conservacionistas e indutoras de conflitos com comunidades e turistas, que privilegiem a visita responsável nestes espaços (Silva, 2013). Embora se depreenda o seu interesse de conservação, mostra-se desta forma insuficiente o estabelecimento de políticas de gestão do uso assentes em estatutos de restrição como a definição de “áreas de proteção total”, “áreas de proteção parcial” e “áreas de proteção complementar”, sem que os devidos meios de planeamento, ordenamento e fiscalização possam acompanhar as dinâmicas reais no terreno (Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro).

Por iniciativa concelhia, e parceria com órgãos responsáveis da autarquia e do Parque Natural de Sintra-Cascais, vem sendo desenvolvida a Estrutura Ecológica de Cascais, com diretrizes aplicáveis no Plano Diretor Municipal, com vista: i) ao desenvolvimento de medidas e ações que visam a recuperação e manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade; ii) à promoção de ações de sensibilização do valor dos espaços naturais e serviços ecológicos; iii) à regeneração da malha urbana e colmatação de lacunas de áreas verdes em meio urbano; e iv) à preservação do sistema de paisagem, com vista à manutenção da identidade do território (Cascais Natura, 2009a).

As políticas definidas na Estrutura Ecológica, conduzidas sob responsabilidade da Cascais Ambiente, preconizam o desenvolvimento de uma Rede de Visita, compreendendo um conjunto de equipamentos e infraestruturas no concelho de Cascais, que visa apoiar o visitante segundo uma filosofia de roteiro para a interpretação e fruição da paisagem. A oferta destes equipamentos procura o estabelecimento de planos de visita integrados, desenvolvidos segundo uma estratégia para a gestão do turismo de natureza, num território sujeito a grandes pressões antrópicas. Foram, desta forma, identificadas diversas áreas com interesse e potencial de visita, que depois de requalificadas e organizadas, permitem absorver grande parte dos fluxos de visitantes, deixando a restante área natural mais liberta para o normal desenvolvimento de ações de apoio à conservação da natureza e promoção da biodiversidade (Cascais Natura, 2009a).

A atuação local nestas áreas e instrumentos propicia um maior controlo e capacidade de atuação no território, complementando as responsabilidades do PNSC, tendo conduzido a diversas premiações no concelho, merecendo destaque no âmbito da presente tese o desenvolvimento dos valores naturais e criativos destes territórios,

como o prémio *Vision Innovation for Sustainable Tourism Awards* (VISTAS), em 2014, e o conjunto de certificados internacionais correspondentes aos programas Bandeira Azul, Galardão ECOXXI, *Quality Coast*, *Smart Project for Smart Cities*, *Green Project*, entre outros (CA, 2017).

Com conteúdos de conservação e interpretação específicos, os núcleos abordam a necessidade de se comunicar a importância dos diferentes ecossistemas e habitats, estimulando a sua preservação e compatibilização com a ação humana. No âmbito da presente tese, são analisadas as intervenções de três destas áreas de visitação: i) Quinta do Pisão (QDP); ii) Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina (NIDC) e iii) Pedra Amarela Campo Base (PACB). Estas áreas periurbanas (a aproximadamente dez quilómetros dos concelhos de Sintra e Cascais e vinte quilómetros do centro de Lisboa), estão sob gestão da empresa municipal Cascais Ambiente (EMAC, E.M. S.A.), e denotam realidades e prioridades de conservação distintas, com reflexos nas experiências oferecidas à visitação (figura 23).

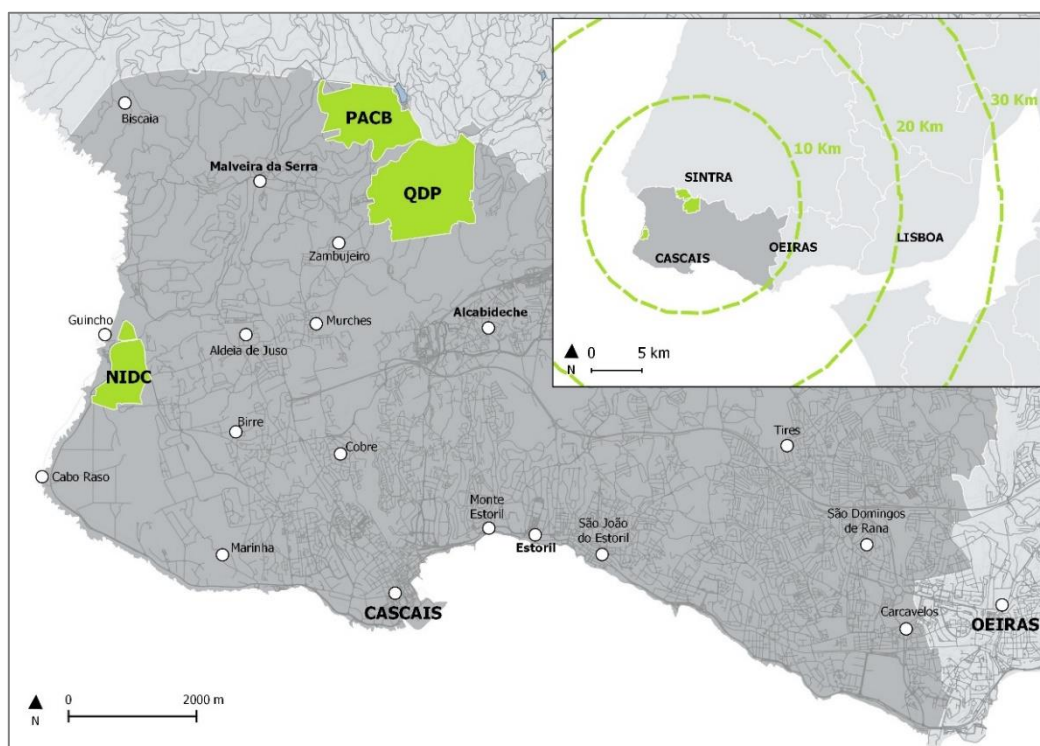


Figura 23 | Áreas de estudo de caso da presente investigação empírica

### Quinta do Pisão – Parque de Natureza (QDP)

A Quinta do Pisão localiza-se na vertente sul da Serra de Sintra, integrando a zona meridional do Parque Natural de Sintra-Cascais, dentro dos limites administrativos do concelho de Cascais (figura 24). Situa-se, desta forma, numa área de transição entre a periferia urbana da freguesia de Alcabideche e o perímetro florestal (a

aproximadamente dez quilómetros da sede de concelho), combinando um importante legado histórico-cultural, representado por vestígios pré-históricos e elementos de património cultural edificado mais recente; com um alargado conjunto de valores naturais de elevado interesse de conservação (CA, 2017).

A atual demarcação da propriedade combina terrenos da Câmara Municipal de Cascais (36 hectares de baldios) e do Instituto da Segurança Social, sob tutela da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, embora a responsabilidade de gestão direta tenha sido cedida, em 2010, à agência Cascais Natura (atualmente integrada na Cascais Ambiente, E.M., S.A.). Nos seus cerca de 355 hectares de terreno, encontram-se diversas representações ecológicas, paisagísticas e humanas, decorrentes de uma longa história que caracteriza o cariz de produção agrosilvopastoril do território, acolhendo antigas culturas cerealíferas, hortícolas e fruteiras, a par de outras marcas como engenhos de moagem, fornos de cal e pisões (CA, 2016, 2017).

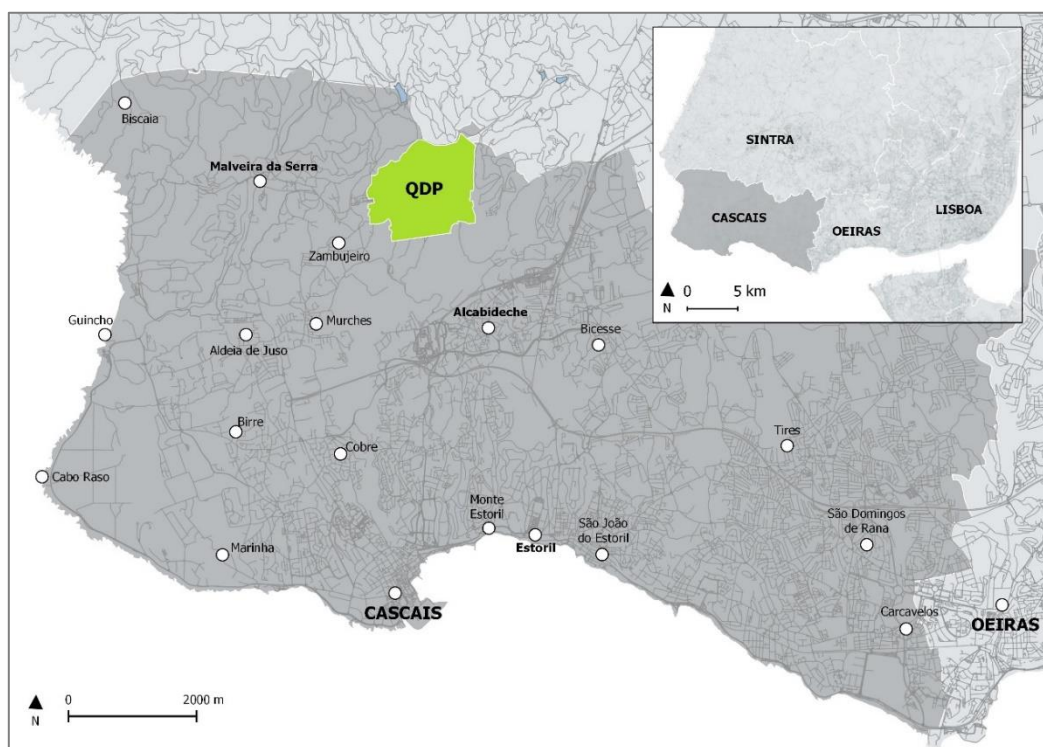


Figura 24 | Localização geográfica da Quinta do Pisão – Parque de Natureza

O relevo mostra-se na sua generalidade suave, recortado por cursos de água, com encaixe de maior expressão na zona de Porto Covo, onde a Ribeira das Vinhas (ainda denominada Ribeira da Mula na área da Quinta), de carácter torrencial, contribui para uma representação ripícola, que embora degradada, oferece resquícios de espécies com valor de conservação. É, de resto, na continuidade deste curso de água que se encontra a parcela de solos agrários que serve de base à Horta Biológica da Quinta do

Pisão, um projeto social de aproximação da população à atividade agrária (CMC, 2014).

Por se localizar numa zona de processos associados ao maciço granítico da Serra de Sintra, encontra uma significativa transição de substratos eruptivos a metamórficos, impulsionando a ocorrência, de sul para norte, de calcários e margas até aos calcoxistos, calcários compactos metamorfizados e granitos (CA, 2016).

A Quinta do Pisão reúne, desta forma, um conjunto de habitats naturais diversos com uma valiosa biodiversidade e importância conservacionista. No que respeita aos principais valores florísticos e faunísticos, diversas das espécies identificadas na Quinta do Pisão são endémicas e/ou com estatuto de proteção e interesse para a conservação, sendo alvo de iniciativas de monitorização que permitem a sua inventariação, acompanhamento e controlo de políticas de intervenção (CA, 2016).

A estratégia de gestão da Quinta do Pisão visa uma intervenção responsável no território, orientada para a preservação da biodiversidade, interpretação e educação sobre os valores patrimoniais do espaço e desenvolvimento sustentável. Os objetivos e medidas de gestão preconizados visam, desta forma: i) a preservação e recuperação de habitats naturais; ii) a manutenção da atividade agropecuária; iii) a recuperação do património arquitetónico edificado; iv) a construção de um Centro de Interpretação e Apoio ao Visitante; v) a preservação da Gruta de Porto Covo; e vi) a dinamização e promoção da visita responsável (CA, 2016).

As dinâmicas de visita ocorrem quer em autonomia, quer de forma organizada, contando com o apoio de um centro de interpretação, sinalética direcional e planímetros de suporte (painéis informativos sobre os valores de flora, fauna, geologia ou estratégias de gestão implementadas). A visita de forma organizada, pode ser realizada tanto através da reserva de experiências de natureza no âmbito da atuação da entidade gestora como empresa de animação turística (EMAC, E.M., S.A. - RNAAT 94/2013), como por reservas via outros agentes de animação turística parceiros.

No âmbito do seu posicionamento enquanto área de conservação subordinada à temática da ruralidade, são dinamizadas experiências como passeios de burro e cavalo, passeios interpretativos, aluguer de segways, workshops temáticos, festas de aniversário, team buildings com ou sem aluguer de espaço, programas escolares interpretativos integrados na oferta educativa da autarquia, programas de voluntariado jovem, social e empresarial integrando ações de conservação da natureza, entre outras iniciativas decorrentes dos projetos relacionados com a horta biológica da Quinta do Pisão e dinamização do programa anual do Centro de Interpretação da

Casa da Cal (e.g. exposições de fotografia, palestras, demonstrações e outras atividades de valor acrescentado).

No ano de 2017 registaram-se aproximadamente 249 reservas de experiências neste espaço, correspondendo a cerca de 209 reservas de atividades destinadas a particulares, associações ou empresas e 40 reservas integradas nos programas de envolvimento da comunidade escolar e empresarial em ações de conservação e interpretação da natureza. Foram igualmente desenvolvidos, neste ano, os primeiros indicadores parciais de monitorização automática da visitação, registando aproximadamente 40.000 visitantes nos espaços exteriores da quinta e 7.000 visitantes no Centro de Interpretação da Casa da Cal, inaugurado em maio de 2017.

### **Pedra Amarela Campo Base (PACB)**

O Pedra Amarela Campo Base localiza-se na vertente sul da Serra de Sintra, desenvolvendo-se para Sul e Sudoeste do cabeço da torre de vigia e marco geodésico da Pedra Amarela, e estendendo-se até aos terrenos acima da Barragem do Rio da Mula, na continuidade da transição providenciada pela Quinta do Pisão em perímetro florestal (figura 25).

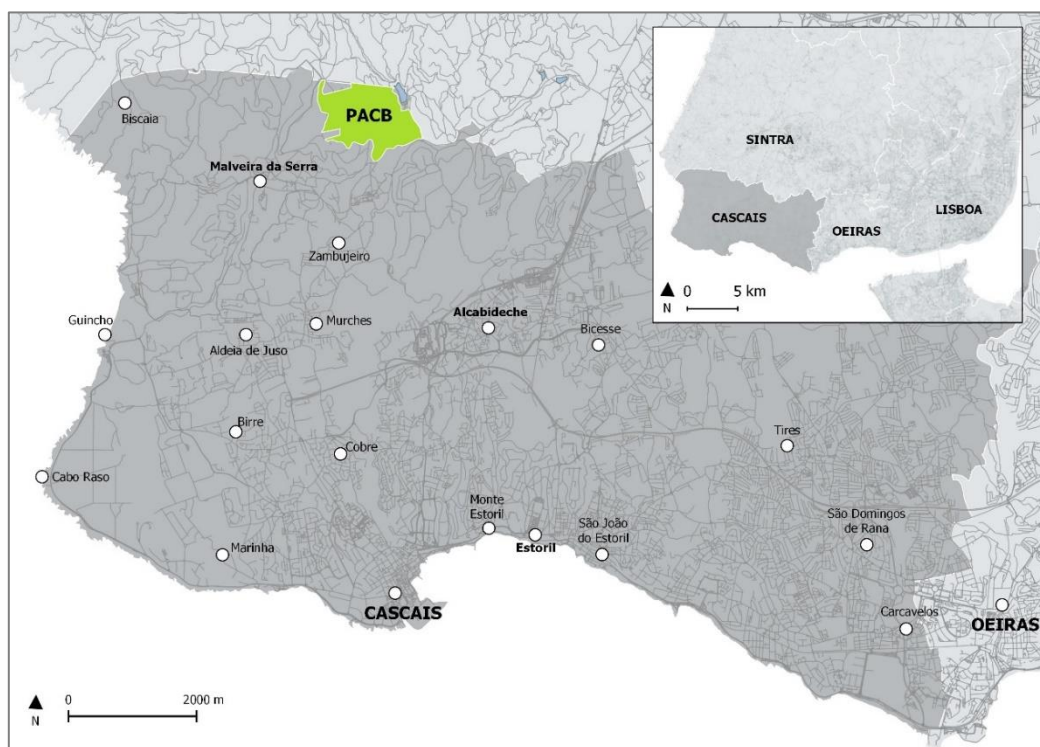


Figura 25 | Localização geográfica do Pedra Amarela Campo Base

As características essencialmente mediterrânicas, combinadas com uma influência atlântica, impõem uma realidade edafoclimática reveladora de maior humidade e

propiciam o aparecimento de perfis de vegetação singulares. A sua encosta é caracterizada por matos silicícolas sobre estratos geológicos eruptivos com presença de espécies arbustivas, gradualmente ameaçados ou substituídos por espécies exóticas, com ou sem comportamento invasor. Nas zonas inferiores de declive mais suave, denota-se uma evolução para bosque com presença de espécies autóctones e forte povoamento de pinhais, decorrentes das ações de plantação da Serra de Sintra na década de 1930 (Cascais Natura, 2009b).

A vegetação encontrada no território assume-se como habitat preferencial de espécies de fauna raras e/ou ameaçadas, parametrizadas no PNSC com um valor faunístico muito elevado e merecedoras de estatuto de conservação. Estas espécies de aves, mamíferos, reptéis ou invertebrados beneficiam da estrutura polissémica de habitats no território do PACB e zonas adjacentes. O desenvolvimento desta área pretende, assim, promover a educação ambiental e o serviço à comunidade, nas vertentes da proteção e conservação da natureza e da proteção civil, perante a ameaça direta de destruição de habitats através de pisoteio, construção, desenvolvimento de estradas e arborização (CA, 2017).

A estratégia de gestão do Pedra Amarela Campo Base visa uma intervenção responsável no território, beneficiando do trabalho voluntário dos utilizadores nas ações de salvaguarda, monitorização ambiental e restauração de ecossistemas com vista ao cumprimento dos objetivos e medidas de gestão, como: i) redução ou eliminação do campismo “selvagem”; ii) envolvimento dos utilizadores em ações de proteção e conservação da natureza; iii) sensibilização de crianças e jovens para a importância da conservação da natureza; iv) limpeza seletiva de matos, controlo de invasoras lenhosas e beneficiação de povoamentos de espécies autóctones; v) redução de combustíveis e do risco de incêndio; vi) aumento da biodiversidade através da diversificação do coberto vegetal (Cascais Natura, 2009b).

Criado em parceria com as associações de índole escotista e guidista, nomeadamente a Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP), o Corpo Nacional de Escutas (CNE) e a Associação das Guias de Portugal (AGP), bem como com o ICNF, o PACB tem como propósito sensibilizar as crianças e jovens para a importância da conservação da natureza, promover o conhecimento sobre o meio natural e despertar a consciência para os desafios do desenvolvimento sustentável, através de um contacto direto com o património do PNSC (CA, 2017).

Tal como na Quinta do Pisão, as dinâmicas de visita ocorrem tanto em autonomia, como de forma organizada, através dos serviços prestados pela Cascais Ambiente e outros agentes de animação turística parceiros da entidade gestora. O espaço conta

com vários equipamentos de suporte, removíveis e de baixo impacto, sendo disponibilizada sinalética direcional e painéis informativos sobre os valores de flora, fauna, geologia ou estratégias de gestão implementadas.

Posicionando-se como área de conservação subordinada à temática da natureza e da aventura, são dinamizadas experiências de acampamento no âmbito da atividade escutista, escotista ou guidista; de aventura (atividades como pista de arborismo, slide, escalada, rapel e orientação), dinâmicas de grupo e *team building*; programas escolares no âmbito da educação ambiental e conservação da natureza; festas de aniversário e programas de voluntariado social e empresarial com ações de conservação da natureza.

No ano de 2017 registaram-se aproximadamente 291 reservas de experiências neste espaço, correspondendo a cerca de 251 reservas de atividades destinadas a particulares, associações ou empresas e 40 reservas integradas nos programas de envolvimento da comunidade escolar e empresarial em ações de conservação e interpretação da natureza. Embora o espaço não se encontre provido de instrumentos de monitorização automática da visita realizada em autonomia, em 2017, foram registados nas ações promovidas pela entidade gestora cerca de 6.000 participantes.

#### **Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina (NIDC)**

O Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina localiza-se na faixa costeira a oeste do PNSC, no encadeamento da Praia do Guincho e da Cresmina (figura 26). Estas dunas correspondem a uma parcela do sistema dunar Guincho-Oitavos, onde a areia proveniente das praias retorna ao mar a sul, após migrar sobre a plataforma rochosa aplanada do Cabo Raso (CA, 2010).

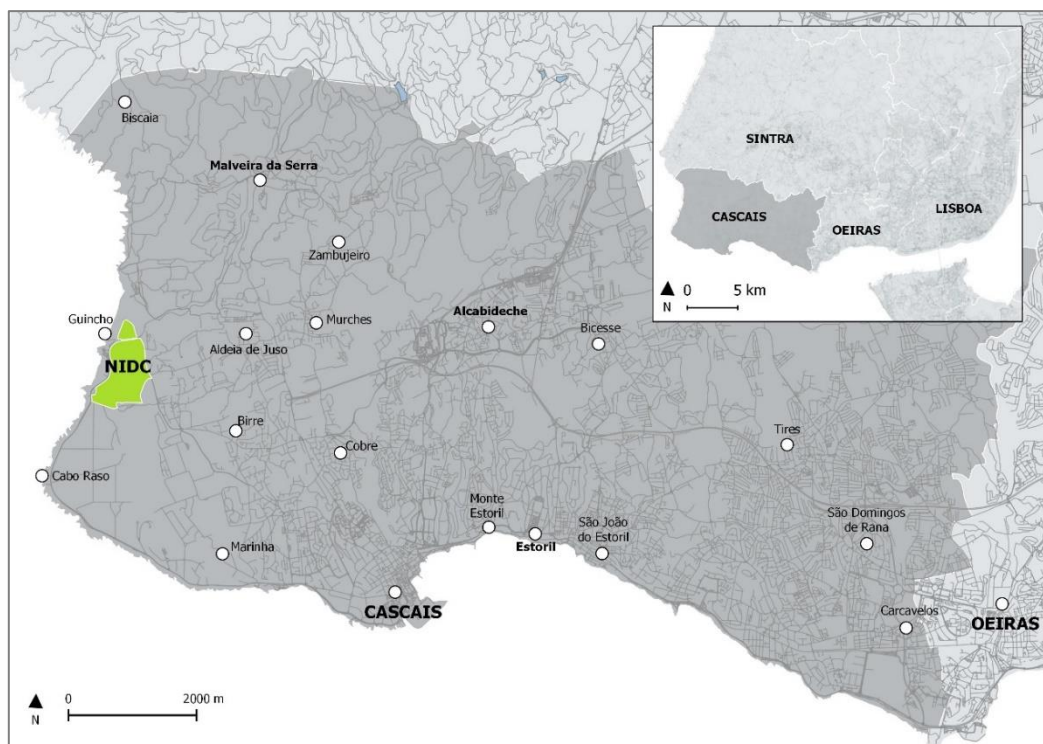


Figura 26 | Localização geográfica do Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina

O sistema dunar encontra-se ativo, semiaberto e extremamente instável devido à constante entrada de sedimentos arenosos e sua mobilização pelos ventos intensos com orientação predominante de noroeste para sudeste. Os cordões dunares assumem-se como estruturas geológicas frágeis, mas significativamente importantes, uma vez que detêm um papel de proteção dos terrenos interiores da subida do nível do mar, fenómeno que, a par com a sensibilidade dos habitats neles existentes, levou à restrição de interdição total desta área no Plano de Ordenamento do PNSC. A presença humana é apenas permitida: “a) por razões de investigação e divulgação científica; b) para monitorização ambiental e para a realização de ações de salvaguarda da área e dos interesses de conservação que levaram à sua classificação (...); c) em situações de risco ou calamidade” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro, pp. 92-98).

Assume-se, neste âmbito, a elevada importância ecológica deste sistema dunar, que torna possível a fixação de plantas endémicas da região adaptadas ao ecossistema singular. Este é um espaço de grande fragilidade, sendo essencial assegurar formatos de gestão que permitam uma maior resiliência dos seus valores. Os riscos de degradação e ameaças sobre este ecossistema são elevados, em particular derivados da construção da estrada nacional, das infraestruturas locais que funcionam como barreiras impermeáveis no sistema, do elevado pisoteio nas dunas, das ações de

extração do areal, da pressão humana, entre outros impactes (CA, 2010, 2017; ICN, 2003).

A estratégia de intervenção do Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina, em parceria com os órgãos responsáveis da autarquia e do ICNF, tem como principais objetivos: i) condicionar o acesso de pessoas e veículos ao interior da duna limitando os trilhos de visita; ii) instalar um circuito fechado de passadiços sobrelevados; iii) controlar e erradicar espécies invasoras exóticas; iv) reconstruir o cordão dunar embrionário como medida de proteção e minimização do impacte do transporte de areias na EN 247; v) promover a educação e sensibilização ambiental, com o estabelecimento do núcleo de interpretação com uma área expositiva, zona de apoio técnico, cafetaria, sinalética (e.g. setas, planímetros), bancos ao longo do percurso de forma a apoiar a visita; e vi) desenvolver programas de sensibilização junto do público escolar, associativo ou particular.

O projeto constitui uma ferramenta de educação ambiental com vista à interpretação de um sistema dunar rico e complexo. A visita ocorre em autonomia, com o apoio do centro de interpretação, sinalética direcional e planímetros de suporte; e através de reserva organizada, muito embora pelas limitações de exploração decorrentes do estatuto de proteção integral, sejam apenas dinamizados: i) passeios interpretativos particulares, associativos ou escolares, integrados na oferta educativa da autarquia; e ii) programas de voluntariado jovem, social e empresarial integrando ações de conservação da natureza. No ano de 2017 foi desenvolvida uma ação de monitorização da visita parcial, registando aproximadamente 35.000 visitantes em autonomia nos passadiços sobrelevados.

## 6 PERCEÇÃO DOS STAKEHOLDERS NAS ÁREAS DE GESTÃO DE HABITAT

*“O ambiente é cada vez mais reconhecido como o principal recurso do turismo. Assume-se que o turismo depende do ambiente, seja como a sua melhor atração ou contexto onde as atividades turísticas tomam lugar. Contudo, as relações entre turismo e ambiente são complexas. Existe uma dependência mútua entre os dois, já descrita como simbiótica” (Mason, 2008: 70).*

### 6.1 INTRODUÇÃO À ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O presente capítulo visa apresentar e analisar os resultados da investigação empírica realizada no âmbito da presente tese, materializada na aplicação de um conjunto de questionários e entrevistas aos principais *stakeholders* das áreas do estudo de caso. Os dados obtidos destas fontes serão triangulados por forma a potenciar a interpretação dos resultados, que conduzirá à resposta das questões de partida da investigação e estruturará o posicionamento da mesma no desenvolvimento de uma proposta de abordagem ao turismo na natureza nas áreas naturais periurbanas.

Conforme explicitado no modelo conceitual apresentado na metodologia da investigação (subcapítulo 4.1), os resultados dos questionários são organizados por dimensões de análise (D1 – Caracterização dos inquiridos; D2 – Tomada de decisão de visita e motivação para o turismo na natureza; D3 – Satisfação com o espaço e a atividade realizada; D4 – Perceção dos inquiridos sobre estratégias de gestão de habitat), sendo estabelecidas, ao longo da apresentação dos mesmos, diversas conexões com as questões colocadas à amostra da presente investigação.

A análise descritiva dos resultados dos questionários mostra-se essencialmente ancorada em quadros e figuras, globalmente apresentados por grupos de categorias de resposta e variáveis de análise definidas no âmbito da presente investigação, nomeadamente referentes à área de visitação (QDP, PACB e NIDC), tipo de visita (RO e VA) e contexto de visitação (RL, VD e TUR).

Por forma a facilitar a interpretação destes registos, a maioria compreendendo a análise de variáveis qualitativas (e.g. escala de avaliação de Likert), recorreu-se à uniformização da apresentação de dados através do uso de abreviaturas (quadro 33) e, sempre que necessário, à coloração de alguns resultados para melhor cruzamento com a interpretação transcrita no texto (e.g. “**verde**” para resultados mais valorizados, “**vermelho**” para resultados menos valorizados).

Quadro 33 | Principais abreviaturas e indicadores utilizados na apresentação de resultados

Indicador	Abreviatura
Quinta do Pisão	QDP
Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina	NIDC
Pedra Amarela Campo Base	PACB
Reserva organizada	RO
Visita autónoma	VA
Residente local	RL
Visitante-de-dia	VD
Turista	TUR
Questão aberta	QA
Questão fechada	QF
Não aplicável	NA
Média	$\bar{x}$
Moda	Mo
Desvio padrão	$\sigma$
Número de observações	n

Outros: *p-value*: p (\* ≤ 0,05; \*\* ≤ 0,01; \*\*\* ≤ 0,001); Referência de Entrevista: e.g. "ENT1AT" (Entrevista|N.º|Segmento)

A ocorrência de diferenças estatisticamente significativas entre grupos, decorrentes da aplicação dos testes de Kruskal-Wallis ou “U de Mann-Whitney”, é registada com a indicação do respetivo *p-value* (*p*), assinalando-se nos diversos quadros descritivos e na leitura dos dados três níveis de *p-value*: “\*” em valores iguais ou inferiores a 0,05; “\*\*” em valores iguais ou inferiores a 0,01; “\*\*\*” em valores iguais ou inferiores a 0,001.

No que respeita à apresentação de resultados decorrentes da aplicação de entrevistas, considerando o interesse de análise da divergência ou sobreposição de perspetivas entre *stakeholders* consultados, na medida em que as suas responsabilidades se cruzam na gestão das áreas de visitação, optou-se pela apresenta o dos resultados por temáticas de análise, após a sistematiza o das opiniões para cada tema introduzido pelos inquiridos, dentro das dimensões de análise da presente investiga o.

Apesar de ter sido explicitado pelos entrevistados a possibilidade da entrevista não ser apresentada como confidencial, optou-se por se manter a confidencialidade de opiniões, indicando-se apenas o grupo de *stakeholders* a que se respeita a interven o (e.g. para entrevistas do setor da anima o turística, utilizou-se a referência “ENT1AT”). Esta op o visou possibilitar a integra o de pontos de vista particulares sobre algumas entidades envolvidas nos processos, que poderiam eventualmente ser indevidamente interpretados noutros contextos que não o da problemática desta investiga o. Os respondentes não serão desta forma caracterizados, na medida em que o reduzido número de entrevistas poderá comprometer a identifica o dos entrevistados.

## 6.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

### D1 | Caracterização dos inquiridos

#### D1.1 | Caracterização geral do inquirido

No desenvolvimento da caracterização geral dos inquiridos (D1.1), contemplaram-se seis questões do instrumento questionário, nomeadamente:

- Q1.1 – Idade;
- Q1.2 – Género;
- Q1.3 – Nacionalidade;
- Q1.4 – Habilitações académicas;
- Q1.5 e Q1.6 – Local e género de alojamento (sendo contempladas a possibilidade do inquirido se encontrar alojado na sua residência habitual ou noutro tipo de alojamento, permitindo identificar o tipo de visita).

Conforme se apresenta no quadro 34, a maioria dos inquiridos registava idade (Q1.1, RA; n=332) entre os 36 e os 45 anos (30,4%), com uma distribuição de resultados superiores elevada (39,8%), figurando uma média de idades de 42,5 anos com mínimo registado de 14 anos e máximo de 80 anos. No que respeita ao género dos inquiridos (Q1.2, RF; n=332), a maioria era do género “Feminino”, totalizando 204 respostas, o equivalente a 61,4% da amostra. Quando questionados pelas suas habilitações académicas (Q1.4, RF e RA; n=320), a maioria dos respondentes revelou ter formação superior (68,1%), com destaque para o número de inquiridos com Bacharelato ou Licenciatura (39,1%), Mestrado (23,1%) e Doutoramento (5,6%).

Quadro 34 | Caracterização geral dos inquiridos (Q1.1; Q1.2; Q1.4)

Questão	Categoria	n	%
Q1.1 Idade	Até 25	57	17,2%
	De 26 a 35	42	12,7%
	De 36 a 45	101	30,4%
	De 46 a 55	73	22,0%
	Mais de 55	59	17,8%
	Mínima		14
	Máxima		80
	Média		42,5
Q1.2 Género	Feminino	204	61,4%
	Masculino	128	38,6%
Q1.4 Habilitações académicas	Ensino básico	11	3,4%
	Ensino secundário	91	28,4%
	Bacharelato / Licenciatura	125	39,1%
	Mestrado	74	23,1%
	Doutoramento	18	5,6%
	MBA	1	0,3%
	Sem ensino superior	102	31,9%
Com ensino superior	218	68,1%	

n=332 (Q1.1); 332 (Q1.2); 320 (Q1.4)

No que respeita à sua nacionalidade (Q1.3, RA; n=332), foram registados 253 visitantes de nacionalidade portuguesa (76,2%) e 79 visitantes de nacionalidade estrangeira (23,8%), com maior expressão para visitantes britânicos (5,7%), alemães (3,9%) e franceses (2,7%), embora se tenham ainda registado visitantes de nacionalidade espanhola, norte americana, belga, brasileira, italiana e sueca (totalizando 27 registos), entre outras (quadro 35). Note-se, neste âmbito, que no que respeita à relação entre a nacionalidade e origem dos visitantes, foram registadas diversas respostas de inquiridos de nacionalidade estrangeira com residência habitual em Portugal.

Quadro 35 | Caracterização geral dos inquiridos (Q1.3)

Questão	Categoria	n	%
Q1.3 Nacionalidade	Portugal	253	76,2%
	Reino Unido	19	5,7%
	Alemanha	13	3,9%
	França	9	2,7%
	Espanha	6	1,8%
	EUA	6	1,8%
	Bélgica	5	1,5%
	Brasil	4	1,2%
	Itália	3	0,9%
	Suécia	3	0,9%
	Outras	11	3,3%
	<i>Portugueses</i>	253	76,2%
	<i>Estrangeiros</i>	79	23,8%

n=332 (Q1.3)

A análise das questões 1.5 e 1.6 permitiu aferir o contexto de visita<sup>49</sup> dos inquiridos (Q1.5 e Q1.6, RF e RA; n=325), sendo a maioria dos visitantes residente local (185 visitantes, correspondendo a 59,1%) ou visitante-de-dia (93 visitantes, correspondendo a 29,7%). Apenas 35 respostas revelaram ser de turistas (internos ou estrangeiros), correspondendo a 11,2% da amostra (quadro 36). Estes valores foram assumidos como variável independente de análise do estudo, com vista à identificação de relações mediante o contexto de visita da amostra.

Quadro 36 | Caracterização geral dos inquiridos – contexto de visita (Q1.5; Q1.6)

Questão	Categoria	n	%
Q1.5 / Q1.6 <i>Análise do contexto de visita</i>	Residente local	185	59,1%
	Visitante-de-dia	93	29,7%
	Turista	35	11,2%
	<i>Visitante-de-dia (região de Lisboa)</i>	86	92,5%
	<i>Visitante-de-dia (outras regiões)</i>	7	7,5%
	<i>Turista interno</i>	3	8,6%
	<i>Turista internacional</i>	32	91,4%

n=325 (Q1.5 e Q1.6)

<sup>49</sup> A aferição do contexto de visita dos inquiridos foi estabelecida com base nos resultados das Q1.5, Q1.6 e Q1.7, que espelhavam o tipo de alojamento e motivações dos respondentes para visita a Cascais.

D1.2 | Contexto da visita ao espaço

A definição do contexto de visita ao espaço (D1.2), englobou sete questões do instrumento questionário, nomeadamente:

- Q1.7 e Q1.7.1 – Principais motivações de visita a Cascais e produtos determinantes na escolha do destino;
- Q2.1 – Organização da visita ao espaço;
- Q2.2 – Regularidade da visita ao espaço;
- Q2.3 – Número de pessoas no grupo de visita;
- Q2.4 – Meio de transporte utilizado;
- Q2.5 – Fonte de conhecimento do espaço.

As principais motivações de visita a Cascais assinaladas pelos inquiridos (Q1.7, RF e RA; n=303) revelaram uma grande representação associada à “Área de residência habitual” (46,7%), reforçado o contexto de visita com grande expressão de residentes locais; e às “Férias, recreação e lazer” (36,7%), o que se justifica pelo tipo de áreas de visita em análise e o seu foco de oferta. Não obstante, cerca de 47 respondentes assinalaram as opções “Negócios / razões profissionais” e “Visita a familiares e amigos” (27 e 20 respostas, respetivamente), mostrando, em particular na primeira categoria, uma possível representação dos espaços enquanto potenciais áreas “informais” para o desenvolvimento de ações laborais.

A análise por espaço reforça a representatividade local destas áreas, com expressão da categoria “Área de residência habitual” entre os 43,4% (PACB) e os 52,3% (NIDC), destacando o PACB na categoria “Férias, recreação e lazer” (47 registos), dadas as valências do espaço e a QDP na categoria “Negócios / razões profissionais” (27 registos), valor potencialmente associado ao investimento no Centro de Interpretação da Casa da Cal, que trouxe condições de receção à Quinta do Pisão.

No que concerne aos produtos turísticos mais expressivos no âmbito da escolha “Férias, recreação e lazer” (Q1.7.1, RF e RA; n=116), os inquiridos destacaram os produtos “Natureza” (40,7%) como elemento determinante na sua escolha, seguido do produto “Sol e Mar” (34%) e “Cultura” (16,7). Enquanto territórios naturais, a generalidade dos espaços revelou uma grande expressão do produto “Natureza” (36,2% a 43,8%), mostrando-se interessante o enfoque dado à “Cultura” na análise da QDP (23,7%) e naturalmente à projeção “Sol e Mar”, com 46,4% na análise do NIDC (quadro 37).

Quadro 37 | Principais motivações de visita e produtos turísticos determinantes na escolha do destino (Q1.7; Q1.7.1), por área de visitação

Questão	Categoria	TOTAL		QDP		PACB		NIDC	
		n	%	n	%	n	%	n	%
<b>1.7 Principal(ais) motivação(ões) para visita a Cascais?</b>	Área de residência habitual	158	46,7%	52	44,8%	49	43,4%	57	52,3%
	Férias, recreação e lazer	124	36,7%	37	31,9%	47	41,6%	40	36,7%
	Negócios / razões profissionais	27	8,0%	16	13,8%	7	6,2%	4	3,7%
	Visita a familiares e amigos	20	5,9%	6	5,2%	6	5,3%	8	7,3%
	Outras	9	2,7%	5	4,3%	4	3,5%	0	0,0%
<b>1.7.1 Produtos mais determinantes no âmbito de férias, recreação e lazer</b>	Sol e mar	71	34,0%	16	27,1%	23	28,8%	32	46,4%
	Cultura	35	16,7%	14	23,7%	11	13,8%	10	14,5%
	Náutica	2	1,0%	1	1,7%	1	1,3%	0	0,0%
	Eventos	13	6,2%	3	5,1%	10	12,5%	0	0,0%
	Golfe	2	1,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	2,9%
	Natureza	85	40,7%	25	42,4%	35	43,8%	25	36,2%
	Outros	1	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%

n= 303 (Q1.7); 116 (Q1.7.1)

A maioria das visitas registadas (Q2.1, RF e RA; n=334) foi realizada em autonomia (247 visitas, correspondendo a 74%), tendo sido identificadas 87 visitas no âmbito de reservas organizadas (26%), dividindo-se estas entre programas da empresa turística gestora do espaço (72 visitas, correspondendo a 21,6%) e programas organizados via escolas ou outras instituições (15 visitas, correspondendo a 4,5%), embora o enquadramento final da atividade fosse assegurado pela entidade gestora. Estes valores foram assumidos como variável independente de análise do estudo, com vista à identificação de relações mediante a organização da visita.

Quadro 38 | Organização da visita ao espaço (Q2.1)

Questão	Categoria	n	%
<b>2.1 Como foi organizada a sua visita a este espaço?</b>	Visita em autonomia	247	74%
	Guia / empresa turística	72	21,6%
	Escola / instituição	15	4,5%
	<i>Visita autónoma</i>	247	74,0%
	<i>Reserva organizada</i>	87	26,0%

n= 334 (Q2.1)

Quando questionados sobre a regularidade da sua visita num período anterior de seis meses (Q2.2, RF; n=327), cerca de 49,5% dos respondentes (162 registos) indicaram que a visita em questão coincidia com a primeira visita ao espaço ou visita esporádica. Aproximadamente 39,4% (129 registos) dos visitantes afirma manter uma regularidade de visita ao espaço entre uma a quatro vezes por mês e 11% (36 registos) dos inquiridos manteve uma regularidade média superior a uma visita por semana (quadro 39).

Os rácios de regularidade de visitação à QDP e ao PACB (territórios mais interiores) são semelhantes, registando como primeira visita ou visita esporádica 67 e 60 registos (62% e 53,1%), respetivamente; como regularidade entre uma a quatro vezes por mês

34 e 47 registos (31,5% e 41,6%), respetivamente; e regularidade superior a uma visita por semana na ordem dos 6,5% (7 registos) e 5,3% (6 registos).

As respostas referentes ao NIDC acentuam um carácter mais regular de visita, tendo 35 inquiridos (33%) registado a sua primeira visita ou visita esporádica; 48 (45,3%) revelado uma regularidade entre uma a quatro vezes por mês; e 23 (21,7%) apontado uma regularidade superior a 2 visitas por semana.

Quadro 39 | Regularidade da visita nos últimos seis meses (Q2.2), por área de visitação

Questão	Categoria	TOTAL		QDP		PACB		NIDC	
		n	%	n	%	n	%	n	%
<b>2.2 Nos últimos 6 meses, qual a regularidade da(s) sua(s) visita(s) a este local?</b>	1ª visita / visita(s) esporádica(s)	<b>162</b>	49,5%	<b>67</b>	62,0%	<b>60</b>	53,1%	<b>35</b>	33,0%
	1 vez / mês	<b>57</b>	17,4%	<b>15</b>	13,9%	<b>23</b>	20,4%	<b>19</b>	17,9%
	2-4 vezes / mês	<b>72</b>	22,0%	<b>19</b>	17,6%	<b>24</b>	21,2%	<b>29</b>	27,4%
	2-6 vezes / semana	<b>27</b>	8,3%	<b>7</b>	6,5%	<b>5</b>	4,4%	<b>15</b>	14,2%
	Diariamente	<b>9</b>	2,8%	<b>0</b>	0,0%	<b>1</b>	0,9%	<b>8</b>	7,5%

n= 327 (Q2.2)

No que respeita ao número de pessoas por grupo de visita (Q2.3, RF; n=331), a grande maioria dos visitantes (quadro 40) visitou as áreas de análise em grupos compostos por 2 a 5 pessoas (212 registos, correspondendo a 64%), seguindo-se grupos entre 6 e 15 pessoas (46 registos, correspondendo a 13,9%), 1 pessoa (42 registos, correspondendo a 12,7%), 16 a 30 pessoas (27 registos, correspondendo a 8,2%) e os grupos superiores a 30 pessoas (4 registos, correspondendo a 1,2%). Os grupos de 3 a 5 pessoas foram especialmente relevantes na QDP e no PACB (31,2% e 45,9%, respetivamente), figurando com maior expressão, no NIDC, os grupos de 2 pessoas (53,7%).

O meio de transporte mais utilizado (Q2.4, RF e RA; n=328) foi o “Carro particular ou alugado” (273 registos, correspondendo a 83,2%), seguido do “Autocarro particular ou alugado” (23 registos, correspondendo a 7%). A tendência de utilização do “Carro particular ou alugado” verificou-se nas três áreas de análise - QDP, PACB e NIDC (77,3%, 88,2% e 84,3%, respetivamente), com muito reduzida expressão da utilização de “Transportes públicos” (3,6%, 1,8% e 3,7%, respetivamente), possivelmente pelas atuais condições de acessibilidade às três áreas.

Quadro 40 | Grupo de visita e meio de transporte utilizado (Q2.3; Q2.4), por área de visitação

Questão	Categoria	TOTAL		QDP		PACB		NIDC	
		n	%	n	%	n	%	n	%
<b>2.3 Quantas pessoas compõem o grupo de visita a este local?</b>	1 pax. (apenas o inquirido)	42	12,7%	13	11,6%	5	4,5%	24	22,2%
	2 pax.	106	32,0%	20	17,9%	28	25,2%	58	53,7%
	3-5 pax.	106	32,0%	35	31,3%	51	45,9%	20	18,5%
	6-15 pax.	46	13,9%	19	17,0%	21	18,9%	6	5,6%
	16-30 pax.	27	8,2%	23	20,5%	4	3,6%	0	0,0%
	> 30 pax.	4	1,2%	2	1,8%	2	1,8%	0	0,0%
<b>2.4 Que meio(s) de transporte utilizou para chegar ao local:</b>	Transportes públicos	10	3,0%	4	3,6%	2	1,8%	4	3,7%
	Carro particular ou alugado	273	83,2%	85	77,3%	97	88,2%	91	84,3%
	Autocarro particular ou alugado	23	7,0%	13	11,8%	4	3,6%	6	5,6%
	Moto	4	1,2%	2	1,8%	2	1,8%	0	0,0%
	A pé	8	2,4%	0	0,0%	2	1,8%	6	5,6%
	Bicicleta	9	2,7%	5	4,5%	3	2,7%	1	0,9%
Outro	1	0,3%	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	

n= 331 (Q2.3); 328 (Q2.4)

A maioria dos visitantes afirmou ter tomado conhecimento do espaço visitado (Q2.5, RF e RA; n=313) pelo facto de se tratar da sua própria área de residência, identificada na categoria “Vive perto” (115 registos, correspondendo a 36,7%), seguida da categoria “Amigos”(111 registos, correspondendo a 35,5%).

Os meios de comunicação específicos da entidade gestora e do próprio município (exemplificados nas categorias “Folheto Cascais Ambiente”, “Facebook Cascais Ambiente”, “Website Cascais Ambiente” e “Agenda Cascais”) foram identificados como fonte de tomada de conhecimento dos espaços por parte de 45 inquiridos, correspondendo a 14% da amostra. O NIDC mostrou-se nesta questão o principal impulsionador da categoria “Vive perto” (57 registos, correspondendo a 54,8% das respostas desta área de visitação), mostrando uma importante representação local de visitantes. Este confirma-se, de resto, um espaço amplamente visitado por residentes locais, tendo sido obtidas 66 respostas de residentes no total de questionários aplicados (aproximadamente 61% do total de registos obtidos).

Quadro 41 | Tomada de conhecimento do espaço (Q2.5), por área de visitação

Questão	Categoria	TOTAL		QDP		PACB		NIDC	
		n	%	n	%	n	%	n	%
<b>2.5 Como teve conhecimento deste espaço?</b>	Amigos	111	35,5%	47	46,5%	37	34,3%	27	26,0%
	Folheto CA	11	3,5%	5	5,0%	5	4,6%	1	1,0%
	Porto de turismo / Ecocabana	3	1,0%	1	1,0%	1	0,9%	1	1,0%
	Facebook CA	5	1,6%	1	1,0%	3	2,8%	1	1,0%
	Website CA	14	4,5%	5	5,0%	5	4,6%	4	3,8%
	Outros internet	9	2,9%	2	2,0%	3	2,8%	4	3,8%
	Vive perto	115	36,7%	23	22,8%	35	32,4%	57	54,8%
	Outros media	5	1,6%	4	4,0%	0	0,0%	1	1,0%
	Agenda Cascais	15	4,8%	7	6,9%	4	3,7%	4	3,8%
	Outras fontes	25	8,0%	6	5,9%	15	13,9%	4	3,8%

n= 313 (Q2.5)

## D2 | Tomada de decisão de visita e motivação para o turismo na natureza

### D2.1 | Motivação para a prática de atividades de natureza e aventura

Na análise da motivação para a prática de atividades de natureza e aventura (D2.1), foram tidas em consideração dez questões do instrumento questionário, nomeadamente:

- Q1.8 – Tipo de praticante de atividades de natureza e aventura;
- Q2.6 – Atividades realizadas durante a visita ao espaço;
- Q3.1, alíneas a) a h) – Importância de propósitos na tomada de decisão da visita (analisada por área de visitação, tipo de visita e contexto de visitação).

Ao especificar a categoria de praticante de atividades de natureza e aventura em que se enquadravam (Q1.8, RF; n=316), a maioria dos inquiridos indicou ser um “Praticante moderado”, realizando atividades 2 a 6 vezes por ano (104 registos, correspondendo a 32,9%). Cerca de 30,4% dos respondentes indicaram não ser praticantes destas atividades ou serem “Praticantes ocasionais”, realizando atividades até 1 vez por ano (96 registos); e 36,7% assumiram-se como “Praticantes aficionados” ou “Praticantes regulares”, realizando mais do que 7 atividades por ano (116 registos). O PACB e o NIDC foram os espaços que registaram o maior número de “Praticantes aficionados” ou “Praticantes regulares” (42 e 43 registos, respetivamente), assumindo-se este valor como um resultado não só da especificidade da área em questão (e.g. atividades no PACB) como do fenómeno de visitação rotineira ao NIDC por parte dos residentes locais (quadro 42).

Quadro 42 | Tipo de praticante de atividades de natureza e aventura (Q1.8), por área de visitação

Questão	Categoria	TOTAL		QDP		PACB		NIDC	
		n	%	n	%	n	%	n	%
<b>1.8 Tipo de praticante de atividades de natureza e aventura</b>	Não praticante	14	4,4%	6	6%	4	4%	4	4%
	Praticante ocasional	82	25,9%	36	36%	25	23%	21	20%
	Praticante moderado	104	32,9%	28	28%	40	36%	36	35%
	Praticante aficionado	51	16,1%	14	14%	16	14%	21	20%
	Praticante regular	65	20,6%	17	17%	26	23%	22	21%

n= 316 (Q1.8)

A categoria “Passeio a pé, autónomo” (248 registos, correspondendo a 49,6%) destacou-se no âmbito das principais atividades realizadas durante a visita aos espaços (Q2.6, RF e RA; n=326), quer pela forte representação das visitas autónomas a estas áreas naturais (70% do total da amostra), onde os passeios pedestres em meio predominantemente natural figuram como principal atrativo de visita da generalidade da população não especializada em desportos de natureza (e.g. *trail* e

BTT), quer, igualmente, pelas eventuais limitações de utilização do espaço (e.g. NIDC com estatuto de proteção integral pelo POPNSC, registando 102 registos, equivalentes a 81% das respostas).

Entre as restantes atividades realizadas nestas áreas figuraram ainda os “Percurso suspensos / *slide*” (associados ao PACB, totalizando 39 registos), o “*Jogging, trail, corrida*” (32 registos), os “Percurso guiados / interpretativos” (31 registos), os “Eventos enquadrados em grupos” (23 registos), os “Passeios de animal de estimação” (22 registos) e os “Passeios em BTT” (20 registos), entre outras atividades específicas das áreas de análise, conforme se demonstra no quadro 43 e figura 27.

Quadro 43 | Atividades realizadas durante a visita ao espaço (Q2.6), por área de visitação

Questão	Categoria	TOTAL		QDP		PACB		NIDC	
		n	%	n	%	n	%	n	%
2.6 Qual(ais) a(s) atividade(s) realizada(s) / a realizar durante a sua visita a este espaço?	Passeio a pé, autónomo	248	50,0%	79	46,5%	67	33,3%	102	81,6%
	Passeio guiado / Interpretativo	31	6,3%	24	14,1%	2	1,0%	5	4,0%
	Percurso suspenso / <i>slide</i>	39	7,9%	0	-	39	19,4%	0	-
	<i>Jogging / trail / Corrida</i>	32	6,5%	7	4,1%	17	8,5%	8	6,4%
	Passeio em BTT	20	4,0%	9	5,3%	9	4,5%	2	1,6%
	Escalada / rapel	15	3,0%	0	-	15	7,5%	0	-
	Orientação	9	1,8%	2	1,2%	7	3,5%	0	-
	Passeio em <i>segway</i>	1	0,2%	0	-	1	0,5%	0	-
	Escutismo c/ ou s/ pernoita	12	2,4%	0	-	12	6,0%	0	-
	Evento enquadrado em grupo	23	4,6%	14	8,2%	9	4,5%	0	-
	Atividade ou evento escolar	9	1,8%	5	2,9%	4	2,0%	0	-
	Passeio a cavalo / burro	16	3,2%	15	8,8%	1	0,5%	0	-
	<i>Workshop</i> temático	3	0,6%	2	1,2%	1	0,5%	0	-
	Campos de férias	4	0,8%	1	0,6%	3	1,5%	0	-
	Voluntariado ambiental	4	0,8%	1	0,6%	3	1,5%	0	-
	Passeio animal estimação	22	4,4%	9	5,3%	8	4,0%	5	4,0%
Outra	8	1,6%	2	1,2%	3	1,5%	3	2,4%	

n= 326 (Q2.6)

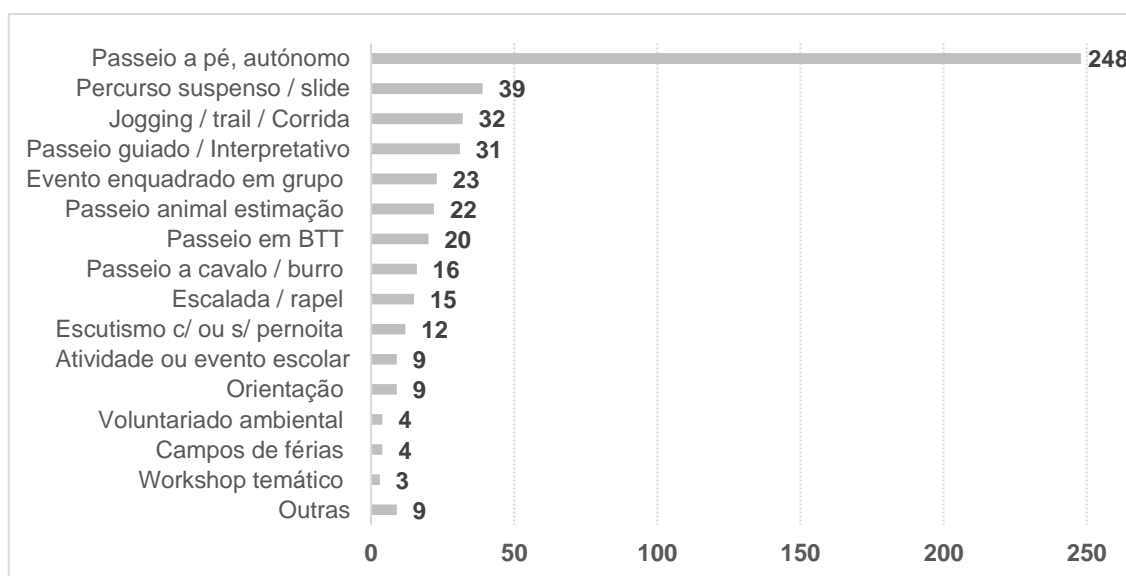


Figura 27 | Atividades realizadas durante a visita ao espaço (Q2.6)

Quando questionados sobre um conjunto de propósitos ou representações na tomada de decisão da sua visita (Q3.1, RF), embora se denote uma avaliação globalmente

positiva, a generalidade dos inquiridos atribuiu maior importância às categorias “Relaxamento / introspeção na natureza” ( $\bar{x}= 3,68$ ;  $\sigma= 0,62$ ), “Saúde e bem-estar” ( $\bar{x}= 3,62$ ;  $\sigma= 0,66$ ) e “Atividades de lazer na natureza” ( $\bar{x}= 3,63$ ;  $\sigma= 0,64$ ). A categoria “Prática de desportos de aventura” ( $\bar{x}= 3,08$ ;  $\sigma= 1,02$ ) obteve um resultado menos valorizado e homogêneo na sua distribuição (figura 28), justificado pela especificidade da questão, que se adequa melhor aos propósitos relacionados com as visitas ao PACB (quadro 44).

Quadro 44 | Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1), por área de visitação

Q	Questão / variável	QDP				PACB				NIDC				Total	
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$
3.1 a)	Relaxamento / introspeção na natureza	102	4	3,73	0,51	109	4	3,62	0,73	104	4	3,71	0,58	3,68	0,62
3.1 b)	Escape / evasão	96	4	3,60	0,68	108	4	3,49	0,77	100	4	3,61	0,66	3,56	0,71
3.1 c)	Saúde e bem-estar	103	4	3,69	0,56	110	4	3,64	0,64	104	4	3,52	0,75	3,62	0,66
3.1 d)	Sociabilização com familiares e amigos	104	4	3,62	0,64	108	4	3,62	0,62	97	4	3,22	0,90	3,50	0,75
3.1 e)	Atividades de lazer na natureza	96	4	3,69	0,61	110	4	3,72	0,64	100	4	3,47	0,63	3,63	0,64
3.1 f)	Prática de desportos de aventura	93	4	3,04	0,95	109	4	3,47	0,84	100	3	2,58	1,10	3,08	1,02
3.1 g)	Sentido de descoberta / experiências	97	4	3,49	0,75	109	4	3,50	0,71	99	3	3,19	0,86	3,40	0,79
3.1 h)	Interpretação do património local	98	4	3,45	0,70	108	3	3,12	0,86	99	3	3,04	0,84	3,20	0,82

Escala de avaliação: 1-nada relevante, 2-pouco relevante, 3-relevante, 4-muito relevante.

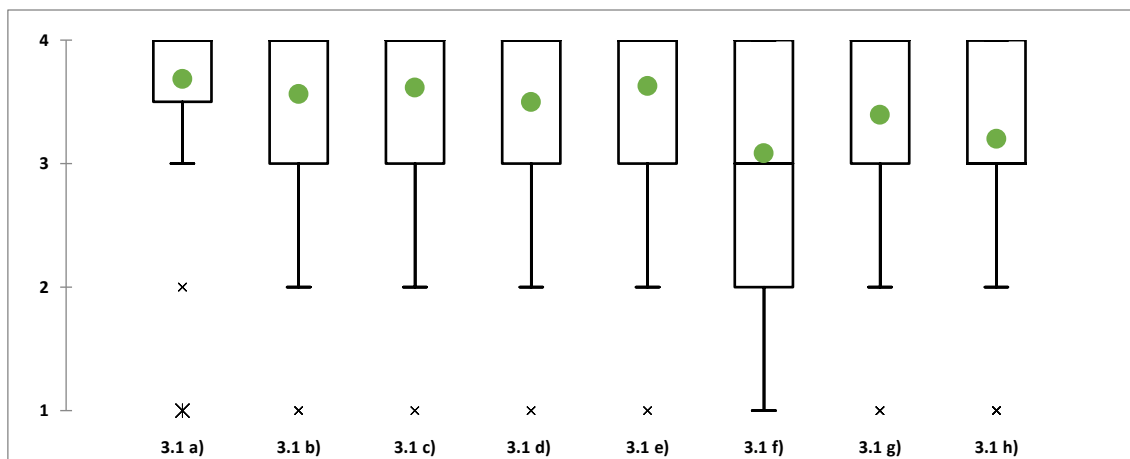


Figura 28 | Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1)

Ao analisar-se esta questão por área de visitação sobressaem as categorias de “Relaxamento / introspeção na natureza” ( $\bar{x}= 3,73$ ;  $\sigma= 0,51$ ), “Saúde e bem-estar” ( $\bar{x}= 3,69$ ;  $\sigma= 0,56$ ) e “Atividades de lazer na natureza” ( $\bar{x}= 3,69$ ;  $\sigma= 0,61$ ) na QDP; “Atividades de lazer na natureza” ( $\bar{x}= 3,72$ ;  $\sigma= 0,64$ ), “Saúde e bem-estar” ( $\bar{x}= 3,64$ ;  $\sigma= 0,64$ ) no PACB; e de “Relaxamento / introspeção na natureza” ( $\bar{x}= 3,68$ ;  $\sigma= 0,62$ ) e “Escape / evasão” ( $\bar{x}= 3,56$ ;  $\sigma= 0,71$ ) no NIDC.

Como variáveis menos valorizadas, sobressaem as categorias de “Prática de desportos de aventura” na QDP e NIDC ( $\bar{x}$ = 3,04 e 2,58;  $\sigma$ = 0,95 e 1,10, respetivamente) e de “Interpretação do património local” ( $\bar{x}$ = 3,12;  $\sigma$ = 0,86) no PACB; resultados explicados pela projeção e ordenamento das áreas em questão, cujas especificidades de posicionamento estratégico se associam às respostas obtidas, nomeadamente com a QDP e o NIDC a serem desenvolvidos como áreas de relaxamento e escape na natureza, associadas ao lazer e bem-estar das comunidades; e o PACB a ser dinamizado enquanto área direcionada para o desenvolvimento de atividades e desporto de natureza e aventura.

Na análise da mesma questão (Q3.1, RF) por tipo de visita (quadro 45, figura 29 e figura 30), depreende-se uma maior especificidade das atividades nas RO, figurando como melhor cotada a categoria “Atividades de lazer na natureza” ( $\bar{x}$ = 3,76;  $\sigma$ = 0,60), o que poderá estar relacionado com o seu interesse primário, pelo facto dos inquiridos estarem enquadrados por uma atividade externa. No mesmo sentido a categoria “Relaxamento / introspeção na natureza” mostra-se substancialmente homogénea nas RO ( $\bar{x}$ = 3,68;  $\sigma$ = 0,66). No âmbito das visitas em autonomia, as respostas são relativamente homogéneas ao nível da sua distribuição (figura 30), valorizando os inquiridos a categoria “Relaxamento / introspeção na natureza” ( $\bar{x}$ = 3,69;  $\sigma$ = 0,60). A categoria “Prática de desportos de aventura” apresenta classificações inferiores ( $\bar{x}$ = 3,31 e 2,98;  $\sigma$ = 0,98 e 1,03, respetivamente), independentemente do tipo de visita em análise.

Quadro 45 | Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1), por tipo de visita

Q	Questão / variável	RO				VA				Total	
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$
3.1 a)	Relaxamento / introspeção na natureza	94	4	<b>3,68</b>	0,66	221	4	<b>3,69</b>	0,60	<b>3,68</b>	0,62
3.1 b)	Escape / evasão	91	4	<b>3,52</b>	0,72	213	4	<b>3,58</b>	0,70	<b>3,56</b>	0,71
3.1 c)	Saúde e bem-estar	92	4	<b>3,61</b>	0,69	225	4	<b>3,62</b>	0,65	<b>3,62</b>	0,66
3.1 d)	Sociabilização com familiares e amigos	96	4	<b>3,61</b>	0,66	213	4	<b>3,44</b>	0,78	<b>3,50</b>	0,75
3.1 e)	Atividades de lazer na natureza	92	4	<b>3,76</b>	0,60	214	4	<b>3,57</b>	0,64	<b>3,63</b>	0,64
3.1 f)	Prática de desportos de aventura	87	4	<b>3,31</b>	0,98	215	4	<b>2,98</b>	1,03	<b>3,08</b>	1,02
3.1 g)	Sentido de descoberta / experiências	89	4	<b>3,51</b>	0,75	216	4	<b>3,35</b>	0,80	<b>3,40</b>	0,79
3.1 h)	Interpretação do património local	90	4	<b>3,25</b>	0,66	215	3	<b>3,18</b>	0,76	<b>3,20</b>	0,82

Escala de avaliação: 1-nada relevante, 2-pouco relevante, 3-relevante, 4-muito relevante.

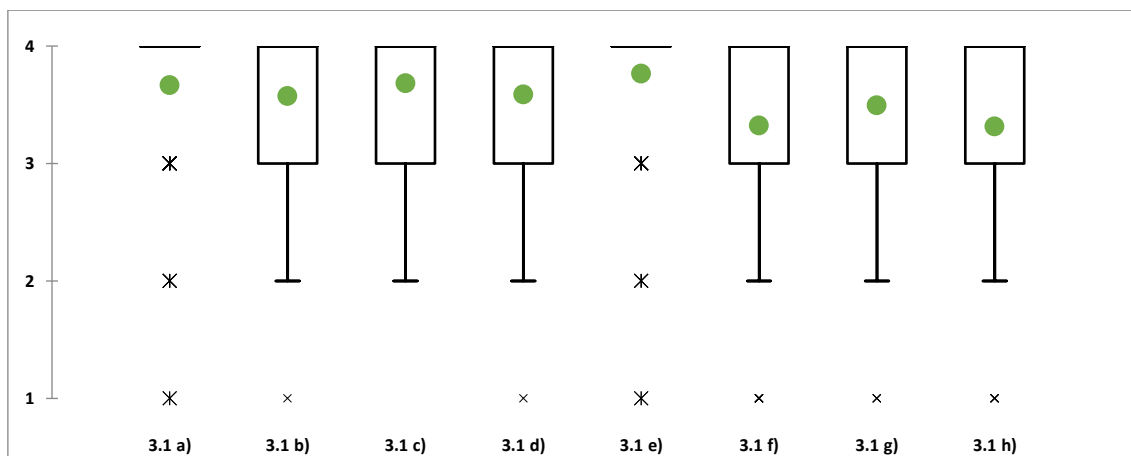


Figura 29 | Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1) - RO

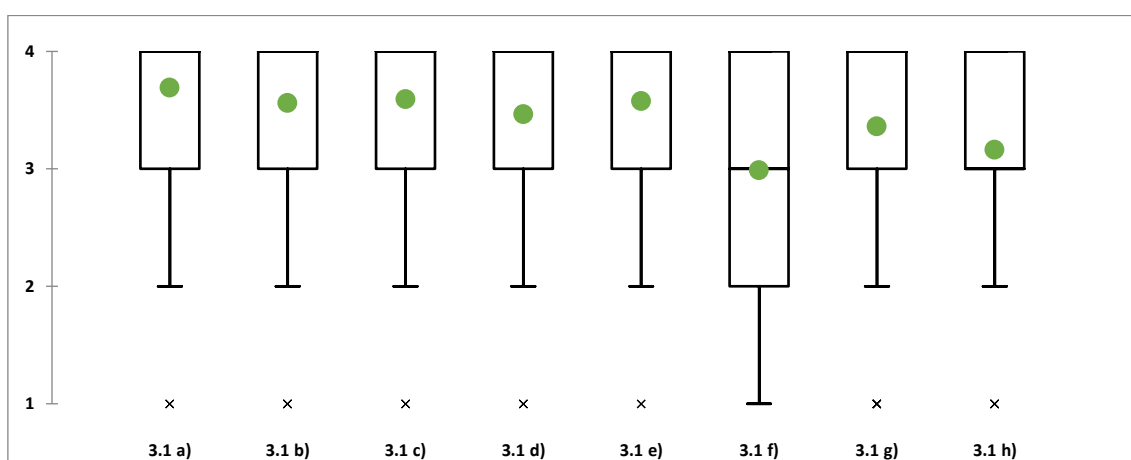


Figura 30 | Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1) - VA

No que respeita à análise destes propósitos (Q3.1, RF) segundo o contexto de visitação (Quadro 46), mantém-se a valorização da categoria “Atividades de lazer na natureza” nas rubricas RL, VD e TUR ( $\bar{x}$ = 3,63, 3,70 e 3,85;  $\sigma$ = 0,55, 0,69 e 0,75, respetivamente), e a desvalorização mais acentuada da categoria “Prática de desportos de aventura” no âmbito dos RL e VD ( $\bar{x}$ = 3,07 e 2,97;  $\sigma$ = 0,97 e 0,96, respetivamente); acrescida de uma menor cotação da categoria “Interpretação do património local” pelos segmentos RL e TUR ( $\bar{x}$ = 3,06 e 3,47;  $\sigma$ = 0,69 e 0,94, respetivamente).

Quadro 46 | Grau de importância de propósitos na decisão de visita (Q3.1), por contexto de visitação

Q	Questão / variável	RL				VD				TUR				Total	
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$
3.1 a)	Relaxamento / introspeção na natureza	178	4	<b>3,63</b>	0,55	84	4	<b>3,70</b>	0,69	34	4	<b>3,85</b>	0,75	<b>3,68</b>	0,62
3.1 b)	Escape / evasão	173	4	<b>3,55</b>	0,62	80	4	<b>3,53</b>	0,67	31	4	<b>3,70</b>	1,07	<b>3,56</b>	0,71
3.1 c)	Saúde e bem-estar	180	4	<b>3,57</b>	0,49	85	4	<b>3,66</b>	0,72	33	4	<b>3,67</b>	0,96	<b>3,62</b>	0,66
3.1 d)	Sociabilização com familiares e amigos	171	4	<b>3,42</b>	0,79	86	4	<b>3,57</b>	0,63	32	4	<b>3,71</b>	0,85	<b>3,50</b>	0,75
3.1 e)	Atividades de lazer na natureza	175	4	<b>3,56</b>	0,61	78	4	<b>3,65</b>	0,60	33	4	<b>3,85</b>	0,84	<b>3,63</b>	0,64
3.1 f)	Prática de desportos de aventura	174	4	<b>3,07</b>	0,97	76	4	<b>2,97</b>	0,96	32	1	<b>3,61</b>	1,32	<b>3,08</b>	1,02
3.1 g)	Sentido de descoberta / experiências	173	4	<b>3,36</b>	0,75	80	4	<b>3,42</b>	0,75	33	4	<b>3,73</b>	1,05	<b>3,40</b>	0,79
3.1 h)	Interpretação do património local	173	3	<b>3,06</b>	0,69	80	4	<b>3,39</b>	0,96	33	3	<b>3,47</b>	0,94	<b>3,20</b>	0,82

Escala de avaliação: 1-nada relevante, 2-pouco relevante, 3-relevante, 4-muito relevante.

### D3 | Satisfação com o espaço ou atividade realizada

#### D3.1 | Avaliação das condições atuais do espaço

A avaliação das condições atuais do espaço (D3.1) pressupõe a análise de treze questões do instrumento questionário, nomeadamente:

- Q3.2, alíneas a) a k) – Avaliação das condições atuais do espaço (analisada por área de visitação);
- Q3.3 – Satisfação geral com o local (analisada por área de visitação).

Conforme se apresenta no quadro 47, no que respeita à avaliação das condições de receção das áreas de visitação (Q3.2, RF e RA), os inquiridos valorizam, de uma forma mais notada, as categorias “Disponibilidade dos colaboradores” ( $\bar{x}$ = 3,61;  $\sigma$ = 0,70) e “Limpeza e Higiene” ( $\bar{x}$ = 3,50;  $\sigma$ = 0,68). Estas questões são comuns às três áreas de visitação, merecendo ainda destaque os resultados das categorias “Acessibilidades” ( $\bar{x}$ = 3,43;  $\sigma$ = 0,68), “Parque de merendas” ( $\bar{x}$ = 3,41;  $\sigma$ = 0,61) e “Zona de cafetaria” ( $\bar{x}$ = 3,38;  $\sigma$ = 0,73). Pressupõe-se que a avaliação da componente relacionada com as acessibilidades tenha sido considerada e cotada pelos inquiridos do ponto de vista do seu próprio meio de transporte. Neste âmbito, a avaliação apresentada poderá referir-se, predominantemente, às acessibilidades da rede viária para o principal meio de transporte assinalado pela amostra, nomeadamente a categoria “Carro particular ou alugado” (83,2%). Resta, assim, uma reflexão preponderante das condições de acesso por transportes públicos, que atualmente se mostram parcas, especialmente nos territórios mais interiores (QDP e PACB).

Embora os resultados apontem para uma percepção globalmente positiva da maioria das categorias, classificando-as entre o “Adequado” e o “Muito adequado”, é de assinalar a reduzida satisfação com as categorias “Zonas de deposição de resíduos” ( $\bar{x}= 2,74$ ;  $\sigma= 0,96$ ), “Instalações sanitárias” ( $\bar{x}= 2,92$ ;  $\sigma= 0,89$ ) e “Zonas de estacionamento” ( $\bar{x}= 3,03$ ;  $\sigma= 0,85$ ), cujas médias de avaliação se mostraram mais heterogêneas ao nível da sua distribuição e aquém de uma avaliação positiva (figura 31).

Embora a avaliação insatisfatória das zonas de deposição de resíduos se mostre comum aos três espaços, importa assinalar um maior descontentamento tanto com as condições de estacionamento do PACB e NIDC ( $\bar{x}= 2,71$  e  $2,97$ ;  $\sigma= 0,85$  e  $0,87$ , respetivamente), como com as suas instalações sanitárias ( $\bar{x}= 2,58$  e  $2,91$ ;  $\sigma= 0,83$  e  $0,85$ , respetivamente). Importa, neste sentido, desenvolver uma análise mais detalhada que venha comprovar as eventuais necessidades qualitativas ou quantitativas da revisão destas componentes.

Quadro 47 | Avaliação das condições atuais do espaço (Q3.2), por área de visitação

Q	Questão / variável	QDP				PACB				NIDC				Total	
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$
3.2 a)	Acessibilidades	109	4	<b>3,36</b>	0,71	108	4	<b>3,50</b>	0,63	103	4	<b>3,44</b>	0,69	<b>3,43</b>	0,68
3.2 b)	Limpeza e higiene	110	4	<b>3,63</b>	0,52	110	4	<b>3,53</b>	0,71	105	4	<b>3,32</b>	0,75	<b>3,50</b>	0,68
3.2 c)	Zona de estacionamento	109	4	<b>3,39</b>	0,66	111	3	<b>2,71</b>	0,85	106	3	<b>2,97</b>	0,87	<b>3,03</b>	0,85
3.2 d)	Sinalização dos percursos	108	4	<b>3,30</b>	0,82	110	3	<b>3,18</b>	0,72	106	4	<b>3,46</b>	0,62	<b>3,31</b>	0,74
3.2 e)	Parque de merendas (se aplicável)	97	4	<b>3,48</b>	0,60	89	3	<b>3,28</b>	0,59	-	-	-	-	<b>3,41</b>	0,61
3.2 f)	Zona de cafetaria (se aplicável)	-	-	-	-	-	-	-	-	99	4	<b>3,38</b>	0,73	<b>3,38</b>	0,73
3.2 g)	Instalações sanitárias	108	4	<b>3,22</b>	0,88	103	2	<b>2,58</b>	0,83	103	3	<b>2,91</b>	0,85	<b>2,92</b>	0,89
3.2 h)	Segurança	107	4	<b>3,39</b>	0,67	105	4	<b>3,39</b>	0,71	106	3	<b>3,16</b>	0,79	<b>3,31</b>	0,73
3.2 i)	Zonas de deposição de resíduos	106	3	<b>3,01</b>	0,91	104	3	<b>2,76</b>	0,82	103	2	<b>2,46</b>	1,05	<b>2,74</b>	0,96
3.2 j)	Informação disponibilizada nos painéis	108	4	<b>3,45</b>	0,72	103	3	<b>3,17</b>	0,72	104	4	<b>3,32</b>	0,76	<b>3,32</b>	0,74
3.2 k)	Disponibilidade dos colaboradores	109	4	<b>3,83</b>	0,40	107	4	<b>3,76</b>	0,51	102	4	<b>3,16</b>	0,96	<b>3,61</b>	0,70

Escala de avaliação: 1-nada adequado, 2-pouco adequado, 3-adequado, 4-muito adequado.

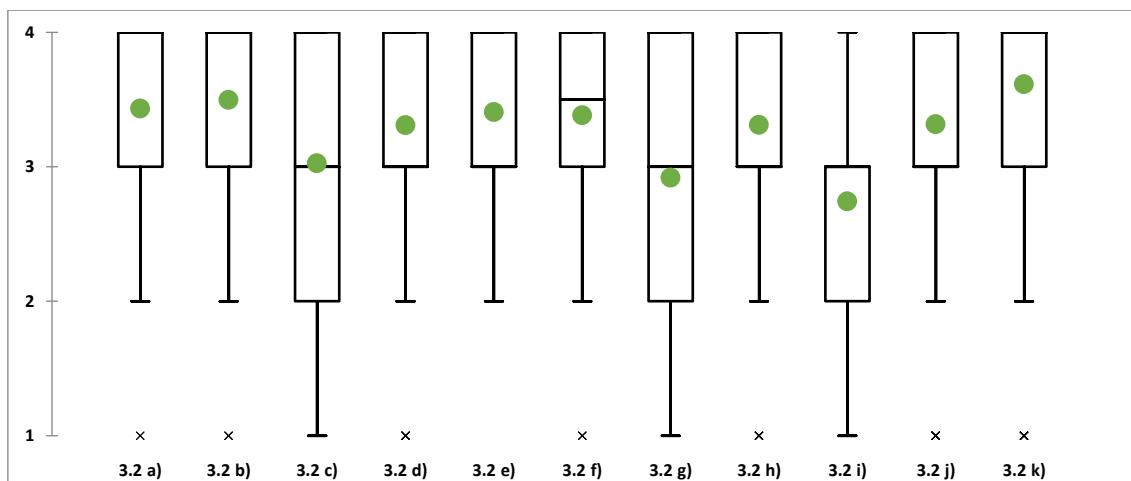


Figura 31 | Avaliação das condições atuais do espaço (Q3.2)

De uma forma geral, os visitantes estão “Muito satisfeitos” com os locais visitados (Q3.3, RF e RA, n=304), correspondendo esta cotação aos principais valores modais obtidos em todas as áreas de visitação ( $\bar{x}= 3,63$ ;  $\sigma= 0,51$ ). Embora os resultados se mostrem bastante homogêneos (quadro 48 e figura 32), o PACB destacou-se como a área com a média de cotações mais significativa e homogênea ( $\bar{x}= 3,72$ ;  $\sigma= 0,51$ ), seguida da QDP ( $\bar{x}= 3,68$ ;  $\sigma= 0,49$ ) e do NIDC ( $\bar{x}= 3,50$ ;  $\sigma= 0,52$ ).

Quadro 48 | Satisfação geral com o espaço (Q3.3), por área de visitação

Q	Questão / variável	QDP				PACB				NIDC				Total	
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$
3.3	Satisfação com o local	96	4	<b>3,68</b>	0,49	108	4	<b>3,72</b>	0,51	100	4	<b>3,50</b>	0,52	<b>3,63</b>	0,51

Escala de avaliação: 1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-satisfeito, 4-muito satisfeito.

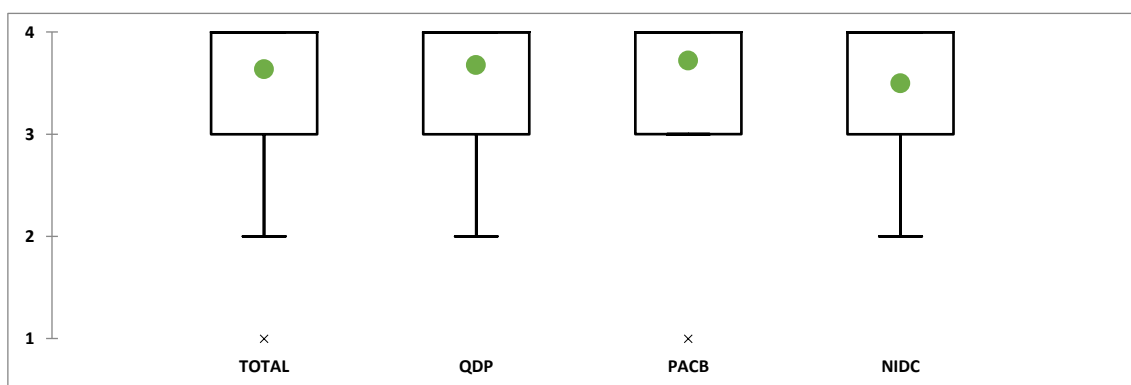


Figura 32 | Satisfação geral com o espaço (Q3.3), por área de visitação

### D3.2 | Satisfação com prestação de serviços: atividades ou eventos

A análise da satisfação dos inquiridos com a prestação de serviços (atividades ou eventos) conduzidos por parte da entidade gestora (D3.2), exigiu a análise de dezasseis questões do instrumento questionário, nomeadamente:

- Q5.1, alíneas a) a m) – Avaliação das atividades organizadas pela entidade gestora (analisada por área de visitação<sup>50</sup> e contexto de visitação);
- Q5.2 – Satisfação geral com a experiência vivenciada;
- Q5.3 – Recomendação da experiência vivenciada aos familiares e amigos.

Na avaliação das atividades em que participaram (Q5.1, RF e RA), os inquiridos destacam as categorias “Satisfação geral com os técnicos” ( $\bar{x}= 3,85$ ;  $\sigma= 0,36$ ), “Dinamismo dos técnicos durante a atividade” ( $\bar{x}= 3,80$ ;  $\sigma= 0,40$ ), “Enquadramento inicial - briefing” ( $\bar{x}= 3,79$ ;  $\sigma= 0,41$ ) e “Interesse / pertinência da atividade” ( $\bar{x}= 3,79$ ;  $\sigma= 0,43$ ) como as variáveis mais satisfatórias, seguidas da “Capacidade de comunicação dos técnicos” ( $\bar{x}= 3,78$ ;  $\sigma= 0,41$ ), “Imagem e apresentação dos técnicos” ( $\bar{x}= 3,76$ ;  $\sigma= 0,43$ ) e “Satisfação face a expetativas iniciais” ( $\bar{x}= 3,76$ ;  $\sigma= 0,45$ ).

Embora a generalidade destas categorias tenha mostrado uma avaliação globalmente positiva, identificam-se as categorias “Alimentação / catering” ( $\bar{x}= 3,37$ ;  $\sigma= 0,93$ ) e “Informação disponibilizada sobre atividades” ( $\bar{x}= 3,50$ ;  $\sigma= 0,55$ ) como as variáveis a melhorar. A análise por espaço fez sobressair uma maior insatisfação com a categoria “Domínio de língua estrangeira” ( $\bar{x}= 3,33$ ;  $\sigma= 0,63$ ) na QDP (quadro 49 e figura 33).

Quadro 49 | Avaliação das atividades organizadas pela CA (Q5.1), por área de visitação (QDP e PACB)

Q	Questão / variável	QDP				PACB				Total	
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$
5.1 a)	Procedimento de reserva	34	4	<b>3,58</b>	0,49	50	4	<b>3,69</b>	0,58	<b>3,65</b>	0,55
5.1 b)	Informação disponibilizada sobre atividades	34	3	<b>3,47</b>	0,50	50	4	<b>3,52</b>	0,57	<b>3,50</b>	0,55
5.1 c)	Cumprimento de horários	34	4	<b>3,59</b>	0,49	50	4	<b>3,70</b>	0,46	<b>3,65</b>	0,48
5.1 d)	Imagem e apresentação dos técnicos	34	4	<b>3,71</b>	0,46	50	4	<b>3,80</b>	0,40	<b>3,76</b>	0,43
5.1 e)	Enquadramento inicial - briefing	32	4	<b>3,68</b>	0,47	50	4	<b>3,86</b>	0,35	<b>3,79</b>	0,41
5.1 f)	Dinamismo dos técnicos durante a atividade	34	4	<b>3,68</b>	0,47	50	4	<b>3,88</b>	0,33	<b>3,80</b>	0,40
5.1 g)	Capacidade de comunicação dos técnicos	34	4	<b>3,68</b>	0,47	49	4	<b>3,86</b>	0,35	<b>3,78</b>	0,41
5.1 h)	Domínio de língua estrangeira (se aplicável)	27	3	<b>3,33</b>	0,62	46	4	<b>3,68</b>	0,47	<b>3,57</b>	0,55
5.1 i)	Satisfação geral com os técnicos	31	4	<b>3,77</b>	0,42	50	4	<b>3,90</b>	0,30	<b>3,85</b>	0,36
5.1 j)	Relação qualidade/preço	31	4	<b>3,56</b>	0,50	50	4	<b>3,73</b>	0,59	<b>3,66</b>	0,56
5.1 k)	Alimentação / catering (se aplicável)	27	3	<b>3,14</b>	0,99	46	4	<b>3,50</b>	0,87	<b>3,37</b>	0,93
5.1 l)	Interesse / pertinência da atividade	30	4	<b>3,80</b>	0,40	50	4	<b>3,79</b>	0,45	<b>3,79</b>	0,43
5.1 m)	Satisfação face a expetativas iniciais	30	4	<b>3,80</b>	0,40	50	4	<b>3,74</b>	0,48	<b>3,76</b>	0,45

Escala de avaliação: 1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-satisfeito, 4-muito satisfeito.

<sup>50</sup> Optou-se por não se incluir nesta análise por área de visitação os resultados referentes ao NIDC, considerando que o número reduzido de respostas nesta questão (Q5.1, n=3) poderia induzir uma apreciação errada de resultados.

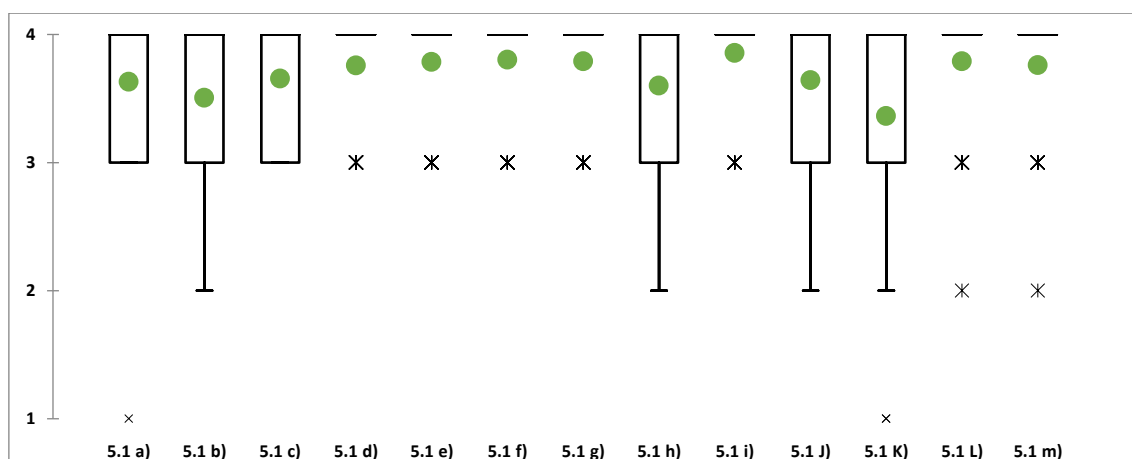


Figura 33 | Avaliação das atividades organizadas pela CA (Q5.1)

O enquadramento dos resultados anteriores (Q5.1, RF e RA) por contexto de visitação (quadro 50) mostra concordância com o referido anteriormente, vindo reforçar a apreciação global dos técnicos das atividades (exposta nas questões 5.1 d); 5.1 f); 5.1 g); 5.1 i)), e fazendo sobressair classificações inferiores por parte dos visitantes-de-dia e turistas no que respeita à categoria “Informação disponibilizada sobre atividades” ( $\bar{x}$ = 3,44 e 3,20;  $\sigma$ = 0,62 e 0,48, respetivamente) e “Cumprimento de horários” ( $\bar{x}$ = 3,33;  $\sigma$ = 0,50, especificamente nos visitantes turistas).

Quadro 50 | Avaliação das atividades organizadas pela CA (Q5.1), por contexto de visitação

Q	Questão / variável	RL				VD				TUR				Total	
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$
5.1 a)	Procedimento de reserva	46	4	<b>3,66</b>	0,47	27	4	<b>3,59</b>	0,67	10	4	<b>3,56</b>	0,49	<b>3,65</b>	0,55
5.1 b)	Informação disponibilizada sobre atividades	46	4	<b>3,61</b>	0,49	27	4	<b>3,44</b>	0,62	10	3	<b>3,20</b>	0,48	<b>3,50</b>	0,55
5.1 c)	Cumprimento de horários	46	4	<b>3,73</b>	0,44	27	4	<b>3,58</b>	0,49	10	3	<b>3,33</b>	0,50	<b>3,65</b>	0,48
5.1 d)	Imagem e apresentação dos técnicos	46	4	<b>3,83</b>	0,38	27	4	<b>3,74</b>	0,43	10	3	<b>3,50</b>	0,50	<b>3,76</b>	0,43
5.1 e)	Enquadramento inicial - briefing	44	4	<b>3,81</b>	0,39	27	4	<b>3,78</b>	0,41	10	3	<b>3,70</b>	0,47	<b>3,79</b>	0,41
5.1 f)	Dinamismo dos técnicos durante a atividade	46	4	<b>3,80</b>	0,40	27	4	<b>3,78</b>	0,41	10	4	<b>3,90</b>	0,44	<b>3,80</b>	0,40
5.1 g)	Capacidade de comunicação dos técnicos	46	4	<b>3,83</b>	0,38	26	4	<b>3,73</b>	0,43	10	4	<b>3,80</b>	0,43	<b>3,78</b>	0,41
5.1 h)	Domínio de língua estrangeira (se aplicável)	40	4	<b>3,55</b>	0,50	23	4	<b>3,57</b>	0,48	9	4	<b>3,89</b>	0,42	<b>3,57</b>	0,55
5.1 i)	Satisfação geral com os técnicos	45	4	<b>3,89</b>	0,32	26	4	<b>3,77</b>	0,41	9	4	<b>3,89</b>	0,41	<b>3,85</b>	0,36
5.1 j)	Relação qualidade/preço	45	4	<b>3,68</b>	0,56	26	4	<b>3,53</b>	0,60	9	4	<b>3,67</b>	0,40	<b>3,66</b>	0,56
5.1 k)	Alimentação / catering (se aplicável)	40	4	<b>3,33</b>	1,01	23	3	<b>3,33</b>	0,47	9	4	<b>3,33</b>	0,42	<b>3,37</b>	0,93
5.1 l)	Interesse / pertinência da atividade	44	4	<b>3,79</b>	0,41	26	4	<b>3,76</b>	0,50	9	4	<b>3,78</b>	0,43	<b>3,79</b>	0,43
5.1 m)	Satisfação face a expectativas iniciais	44	4	<b>3,77</b>	0,42	26	4	<b>3,69</b>	0,52	9	4	<b>3,78</b>	0,43	<b>3,76</b>	0,45

Escala de avaliação: 1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-satisfeito, 4-muito satisfeito.

Os visitantes mostram-se genericamente “Muito satisfeitos” ( $\bar{x}$ = 3,85;  $\sigma$ = 0,36) com as experiências vivenciadas nos territórios de aplicação (Q5.2, RF, n=108), classificando

de forma positiva e praticamente homogénea a QDP e o PACB ( $\bar{x}$ = 3,77 e 3,91;  $\sigma$ = 0,42 e 0,36).

Quadro 51 | Satisfação com a experiência vivenciada (Q5.2), por área de visitação (QDP e PACB)

Q	Questão / variável	QDP				PACB				Total	
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$
5.2	Satisfação com a experiência vivenciada	44	4	3,77	0,42	64	4	3,91	0,29	3,85	0,36

Escala de avaliação: 1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-satisfeito, 4-muito satisfeito.

Conforme se apresenta na figura 34, a generalidade dos inquiridos (82 registos, correspondendo a 94% das respostas) assinala a sua predisposição para recomendar as experiências realizadas aos seus familiares e amigos (Q5.3, RF, n=87), sendo de assinalar alguma disparidade entre o PACB e a QDP (94% e 85%, respetivamente). Este valor mostra-se relativamente homogéneo quando analisado por contexto de visitação, entre residentes locais, visitantes-de-dia e turistas (89%, 93% e 90%, respetivamente).

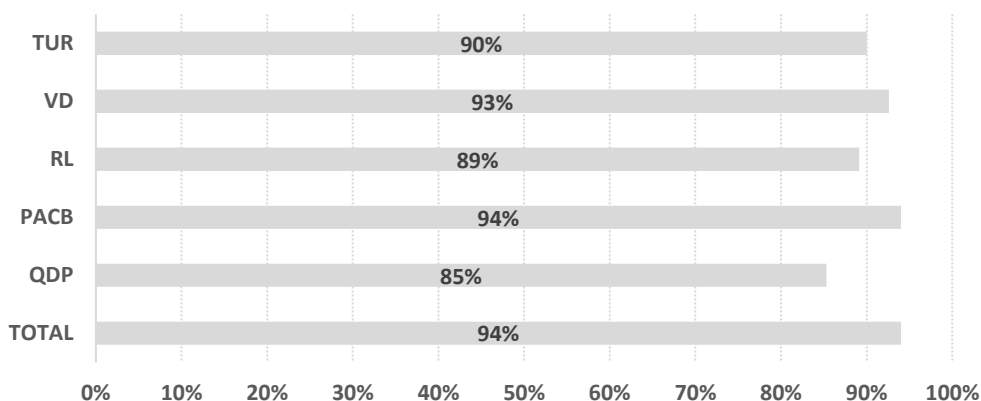


Figura 34 | Recomendação das experiências realizadas (Q5.3). por área de visitação e contexto de visitação

#### D4 | Perceção dos inquiridos sobre estratégias de gestão de habitat

##### D4.1 | Ações de conservação e gestão de impactes da visitação

A perceção da opinião dos inquiridos sobre as estratégias de gestão de habitat nos diversos espaços e da sua relação com as ações de conservação realizadas no âmbito dessas estratégias (D4.1) justificou a análise de vinte e nove questões do instrumento questionário, nomeadamente:

- Q4.1, alíneas a) a i) – Opinião dos inquiridos sobre as estratégias de gestão de habitat nas áreas de visitação (analisada por área de visitação, tipo de visita e contexto de visitação);

- Q4.2A, alíneas a) a j) – Percepção sobre as intervenções realizadas nas áreas de visitação (analisada por área de visitação, tipo de visita e contexto de visitação);
- Q4.2B, alíneas a) a j) – Importância das intervenções realizadas nas áreas de visitação (analisada por área de visitação, tipo de visita e contexto de visitação).

Relativamente à concordância dos inquiridos com o conjunto de afirmações apresentadas sobre a gestão de habitat nas áreas de visitação (Q4.1, RF), cuja súmula se apresenta no quadro 52, sobressai um contexto de consonância com as afirmações apresentadas. De uma forma geral, os respondentes reconhecem que “a instalação de infraestruturas está devidamente enquadrada no meio envolvente” ( $\bar{x}= 3,62$ ;  $\sigma= 0,65$ ), que o “espaço reúne condições de visita adequadas às necessidades dos seus visitantes” ( $\bar{x}= 3,51$ ;  $\sigma= 0,64$ ) e que “as ações desenvolvidas nestes espaços contribuem para uma maior consciencialização ambiental dos visitantes” ( $\bar{x}= 3,50$ ;  $\sigma= 0,58$ ).

Não obstante, e embora registando um nível de concordância positivo, as categorias “Neste espaço são disponibilizadas diversas experiências criativas que valorizam o património local” ( $\bar{x}= 3,20$ ;  $\sigma= 0,77$ ); “O trabalho desenvolvido pela entidade gestora tem permitido a redução de potenciais impactes da visitação” ( $\bar{x}= 3,28$ ;  $\sigma= 0,71$ ); e “A promoção externa deste espaço caracteriza adequadamente os seus objetivos de conservação” ( $\bar{x}= 3,29$ ;  $\sigma= 0,76$ ) mostram resultados mais heterogéneos.

Estas respostas surgem em consonância com alguns dos resultados assinalados por área de visitação, nomeadamente no que respeita à dinamização de experiências criativas nos territórios, cujas médias de concordância são menos expressivas na QDP e NIDC ( $\bar{x}= 3,41$  e  $2,79$ ;  $\sigma= 0,60$  e  $0,91$ , respetivamente); na caracterização dos objetivos de conservação, particularmente influenciada pelos resultados do PACB e do NIDC ( $\bar{x}= 3,33$  e  $3,11$ ;  $\sigma= 0,77$  e  $0,82$ , respetivamente). A reduzida percepção sobre a amenização de potenciais impactes da visitação mostra-se associada à QDP, PACB e NIDC ( $\bar{x}= 3,40$ ,  $3,28$  e  $3,16$ ;  $\sigma= 0,71$ ,  $0,71$  e  $0,70$ , respetivamente). A informação recolhida parece relacionar-se com a estratégia de comunicação realizada pela entidade gestora, apresentando médias inferiores a  $3,40$  nas questões 4.1 b), d), g) e i), relacionadas com a comunicação de objetivos, resultados e programa de atividades.

Assumindo como variável independente o contexto de análise por área de visitação, são registadas diferenças estatisticamente significativas nas categorias: i) “O trabalho desenvolvido pela entidade gestora tem permitido a redução de potenciais impactes da visitação” e “A promoção externa deste espaço caracteriza adequadamente os seus

objetivos de conservação” ( $p < 0,001$ ); ii) “As ações desenvolvidas neste espaço contribuem para uma maior consciencialização ambiental dos visitantes” e “O conhecimento dos valores patrimoniais do espaço motiva os visitantes a colaborarem na sua conservação” ( $p < 0,01$ ); e iii) “Neste espaço são disponibilizadas diversas experiências criativas que valorizam o património local” ( $p < 0,05$ ).

Estes resultados parecem decorrer do hiato existente ao nível das especificidades dos territórios de análise, que são geridos de forma distinta por via das suas especificidades de conservação e enquadramento legal. De facto, encontra-se alguma disparidade ao nível da estratégia e posicionamento destes três territórios perante a procura, sendo os espaços comunicados de forma diferenciada, com reflexos na interpretação dos impactes por parte dos visitantes, oferta de experiências de lazer e recreação e instrumentos de comunicação utilizados. Naturalmente, cada um destes espaços é promovido segundo os seus ativos estratégicos e condições de desenvolvimento, o que na ótica dos visitantes pode justificar diferentes perceções.

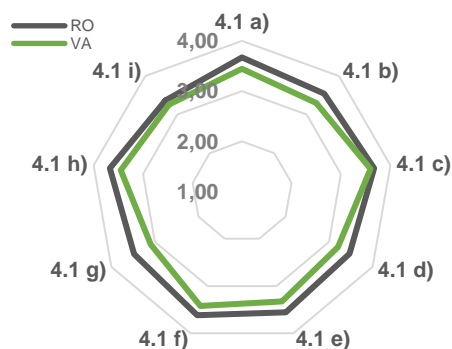
Quadro 52 | Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1), por área de visitação

Q	Questão / variável	QDP				PACB				NIDC				Total		p (Kruskal Wallis)
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$	
4.1 a)	As ações desenvolvidas neste espaço contribuem para uma maior consciencialização ambiental dos visitantes	108	4	<b>3,63</b>	0,54	108	4	<b>3,50</b>	0,60	106	3	<b>3,38</b>	0,58	<b>3,50</b>	0,58	**
4.1 b)	A informação sobre o(s) habitat(s) envolvente(s) encontra-se disponibilizada de forma acessível	107	4	<b>3,42</b>	0,63	104	3	<b>3,33</b>	0,65	106	4	<b>3,33</b>	0,70	<b>3,36</b>	0,66	
4.1 c)	A instalação de infraestruturas está devidamente enquadrada no meio envolvente	108	4	<b>3,60</b>	0,54	107	4	<b>3,61</b>	0,53	106	4	<b>3,64</b>	0,57	<b>3,62</b>	0,55	
4.1 d)	O trabalho desenvolvido pela entidade gestora tem permitido a redução de potenciais impactes da visitação	100	4	<b>3,40</b>	0,71	107	3	<b>3,28</b>	0,71	106	3	<b>3,16</b>	0,70	<b>3,28</b>	0,71	*
4.1 e)	Ao longo da sua experiência, os visitantes são incentivados a respeitar o património deste espaço	104	4	<b>3,50</b>	0,62	107	4	<b>3,38</b>	0,73	106	4	<b>3,28</b>	0,81	<b>3,39</b>	0,73	
4.1 f)	O conhecimento dos valores patrimoniais do espaço motiva os visitantes a colaborarem na sua conservação	106	4	<b>3,61</b>	0,55	105	4	<b>3,51</b>	0,67	106	3	<b>3,30</b>	0,66	<b>3,47</b>	0,64	**
4.1 g)	Neste espaço são disponibilizadas diversas experiências criativas que valorizam o património local	105	4	<b>3,41</b>	0,60	108	3	<b>3,37</b>	0,63	106	3	<b>2,79</b>	0,91	<b>3,20</b>	0,77	***
4.1 h)	De uma forma geral, este espaço reúne condições de visita adequadas às necessidades dos seus visitantes	106	4	<b>3,47</b>	0,69	108	4	<b>3,63</b>	0,54	105	4	<b>3,42</b>	0,66	<b>3,51</b>	0,64	
4.1 i)	A promoção externa deste espaço caracteriza adequadamente os seus objetivos de conservação	104	4	<b>3,42</b>	0,65	107	4	<b>3,33</b>	0,77	106	3	<b>3,11</b>	0,82	<b>3,29</b>	0,76	*

p (p-value): \* $\leq 0,05$ ; \*\* $\leq 0,01$ ; \*\*\* $\leq 0,001$ ; Escala de avaliação: 1-discordo totalmente, 2-discordo, 3-concordo, 4-concordo totalmente.

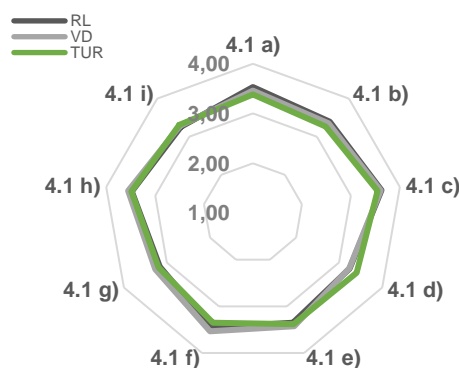
Na sequência destes resultados (Q4.1, RF), apresenta-se na figura 35 e figura 36 um cruzamento dos dados obtidos por tipo de visita e contexto de visitação, denotando-se, especialmente, uma valorização da concordância nos aspetos relacionados com a gestão de habitat nas reservas organizadas face às visitas em autonomia (desfasamento regular entre 0,07 e os 0,38 nas médias observadas). Os

desfasamentos mais significativos foram registados nas questões 4.1 g), d) e b), sugerindo uma melhoria efetiva da percepção do trabalho da entidade gestora nas reservas organizadas, inclusivamente em aspetos relacionados com a dinamização de experiências e compreensão da redução de impactes da visitação.



1-discordo totalmente, 2-discordo, 3-concordo, 4-concordo totalmente

Figura 35 | Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1), por tipo de visita



1-discordo totalmente, 2-discordo, 3-concordo, 4-concordo totalmente

Figura 36 | Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1), por contexto de visitação

Quando analisadas por tipo de visita, são registadas diferenças estatisticamente significativas nas categorias: i) “Neste espaço são disponibilizadas diversas experiências criativas que valorizam o património local” ( $p < 0,001$ ); ii) “As ações desenvolvidas neste espaço contribuem para uma maior consciencialização ambiental dos visitantes”, “O trabalho desenvolvido pela entidade gestora tem permitido a redução de potenciais impactes da visitação”, “O conhecimento dos valores patrimoniais do espaço motiva os visitantes a colaborarem na sua conservação”, e “De uma forma geral, este espaço reúne condições de visita adequadas às necessidades dos seus visitantes” ( $p < 0,01$ ); e iii) “A informação sobre o(s) habitat(s) envolvente(s) encontra-se disponibilizada de forma acessível” e “Ao longo da sua experiência, os visitantes são incentivados a respeitar o património deste espaço” ( $p < 0,05$ ).

Estes dados parecem sugerir alguma clivagem entre a interpretação da oferta destas áreas por utilizadores enquadrados em reservas organizadas ou em autonomia, bem como um desencontro na análise que é feita sobre a consciencialização ambiental e comportamental dos visitantes, com reflexos na apropriação da informação transmitida e resposta que os visitantes devolvem aos espaços. Depreende-se que a relação presencial da entidade gestora nestas áreas e o contacto direto com os visitantes pode contribuir para uma melhor interpretação das áreas e seus objetivos de conservação (quadro 53, figura 37 e figura 38).

Quadro 53 | Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1), por tipo de visita

Q	Questão / variável	RO				VA				Total		p (Mann-Whitney)
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$	
4.1 a)	As ações desenvolvidas neste espaço contribuem para uma maior consciencialização ambiental dos visitantes	83	4	3,67	0,54	239	3	3,44	0,58	3,50	0,58	**
4.1 b)	A informação sobre o(s) habitat(s) envolvente(s) encontra-se disponibilizada de forma acessível	79	4	3,55	0,60	238	3	3,30	0,67	3,36	0,66	*
4.1 c)	A instalação de infraestruturas está devidamente enquadrada no meio envolvente	83	4	3,67	0,52	238	4	3,60	0,56	3,62	0,55	
4.1 d)	O trabalho desenvolvido pela entidade gestora tem permitido a redução de potenciais impactes da visitação	81	4	3,47	0,69	232	3	3,20	0,71	3,28	0,71	**
4.1 e)	Ao longo da sua experiência, os visitantes são incentivados a respeitar o património deste espaço	81	4	3,56	0,67	236	4	3,33	0,74	3,39	0,73	*
4.1 f)	O conhecimento dos valores patrimoniais do espaço motiva os visitantes a colaborarem na sua conservação	80	4	3,62	0,61	237	4	3,42	0,65	3,47	0,64	**
4.1 g)	Neste espaço são disponibilizadas diversas experiências criativas que valorizam o património local	82	4	3,48	0,64	237	3	3,10	0,79	3,20	0,77	***
4.1 h)	De uma forma geral, este espaço reúne condições de visita adequadas às necessidades dos seus visitantes	83	4	3,67	0,61	236	4	3,45	0,64	3,51	0,64	**
4.1 i)	A promoção externa deste espaço caracteriza adequadamente os seus objetivos de conservação	82	4	3,37	0,76	235	3	3,26	0,76	3,29	0,76	

p (p-value): \*≤0,05; \*\*≤0,01; \*\*\*≤0,001; Escala de avaliação: 1-discordo totalmente, 2-discordo, 3-concordo, 4-concordo totalmente.

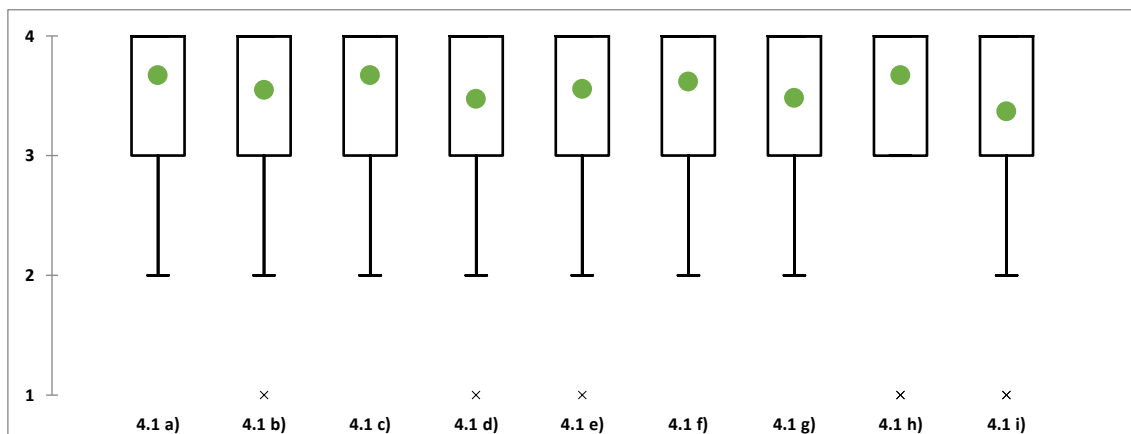


Figura 37 | Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1) - RO

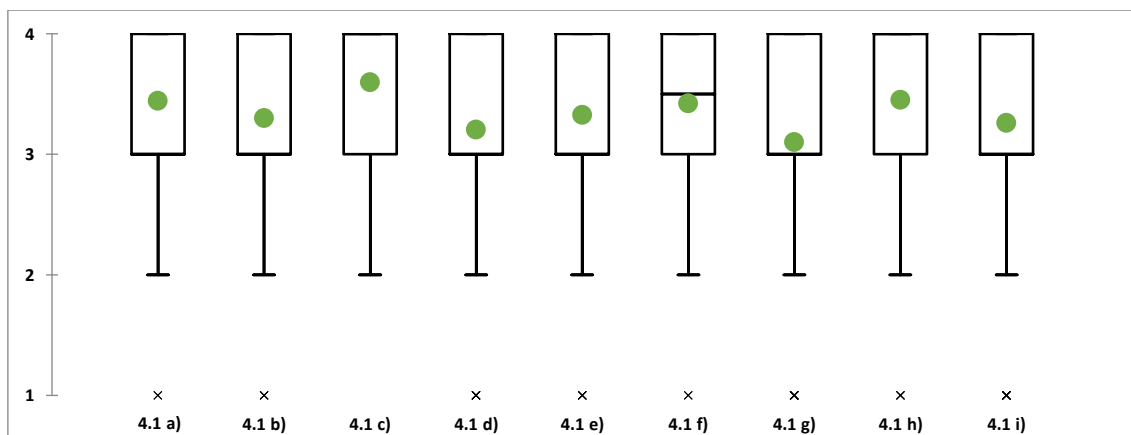


Figura 38 | Concordância com aspetos de gestão de habitat (Q4.1) - VA

Relativamente ao conjunto de intervenções de gestão de habitat realizadas nas áreas de aplicação (Q4.2A, RF), sobressai nos inquiridos algum desconhecimento sobre o trabalho da entidade gestora (figura 39), em particular no que se refere às categorias “Existência de programas de voluntariado” (43% dos visitantes aperceberam-se desta intervenção), “Controlo de espécies invasoras” (59% dos visitantes aperceberam-se desta intervenção) e “Gestão agropecuária e florestal” (59% dos visitantes aperceberam-se desta intervenção). As intervenções mais notadas pelos inquiridos estão naturalmente relacionadas com a “Existência de infraestruturas de suporte à visitação” (90% dos visitantes aperceberam-se desta intervenção), “Ordenamento e sinalização de caminhos” (88% dos visitantes aperceberam-se desta intervenção) e existência de “Experiências de lazer na natureza” (86% dos visitantes aperceberam-se desta intervenção).

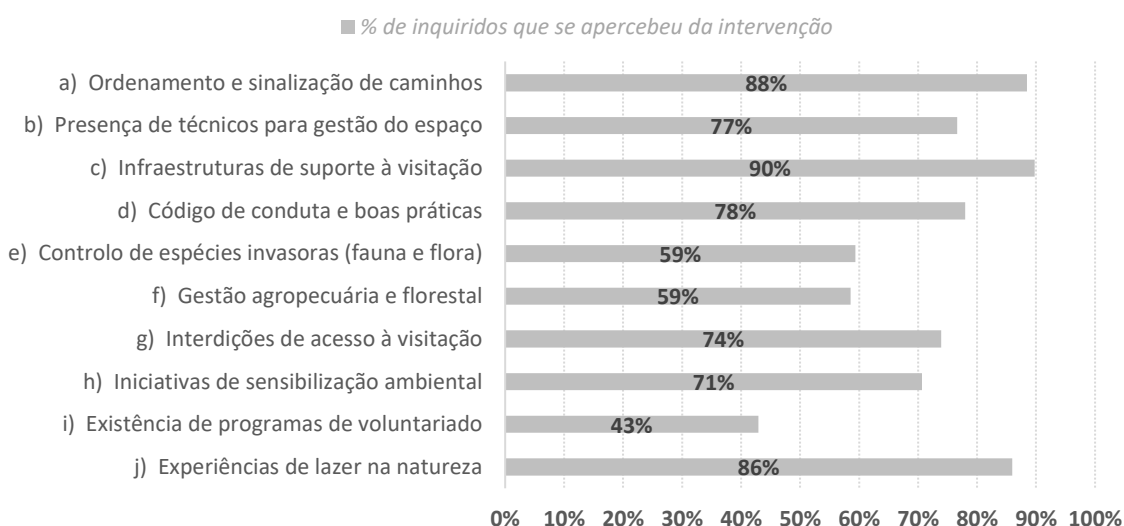


Figura 39 | Percepção sobre intervenções de gestão de habitat (Q4.2A)

No quadro 54 apresenta-se uma súmula destes resultados por área de visitação (Q4.2A, RF), destacando-se na QDP, PACB e NIDC um desconhecimento mais acentuado das categorias “Existência de programas de voluntariado” (51%, 55% e 25% dos inquiridos desconhece a intervenção, respetivamente) e “Controlo de espécies invasoras (fauna e flora)” (62%, 57% e 60% dos inquiridos desconhece a intervenção, respetivamente). No PACB sobressai o desconhecimento das intervenções associadas à “Gestão florestal” no território (57% dos inquiridos desconhece a intervenção); e no NIDC mostra-se mais acentuado o desconhecimento sobre a “Presença de técnicos para gestão do espaço” (60% dos inquiridos desconhece a intervenção).

De uma forma geral, os visitantes reconhecem na QDP, PACB e NIDC as intervenções ao nível do “Ordenamento e sinalização de caminhos” (92%, 81% e 92% de inquiridos

percecionou a intervenção, respetivamente), “Infraestruturas de suporte à visitação” (90%, 86% e 94% de inquiridos percecionou a intervenção, respetivamente); e a existência de “Código de conduta e boas práticas” (75%, 78% e 81% de inquiridos percecionou a intervenção, respetivamente), de “Interdições de acesso à visitação” (78%, 66% e 77% de inquiridos percecionou a intervenção, respetivamente), de “Iniciativas de sensibilização ambiental” (78%, 68% e 66% de inquiridos percecionou a intervenção, respetivamente) e de “Experiências de lazer na natureza” (87%, 92% e 78% de inquiridos percecionou a intervenção, respetivamente).

Quadro 54 | Perceção sobre intervenções de gestão de habitat (Q4.2A), por área de visitação

Q	Questão / variável	QDP					PACB					NIDC					Total	
		n	Sim	%	Não	%	n	Sim	%	Não	%	n	Sim	%	Não	%	Sim	%
4.2A a)	Ordenamento e sinalização de caminhos	107	98	92%	9	8%	102	83	81%	19	19%	103	95	92%	8	8%	276	88%
4.2A b)	Presença de técnicos para gestão do espaço	103	84	82%	19	18%	103	90	87%	13	13%	98	59	60%	39	40%	233	77%
4.2A c)	Infraestruturas de suporte à visitação	106	95	90%	11	10%	104	89	86%	15	14%	102	96	94%	6	6%	280	90%
4.2A d)	Código de conduta e boas práticas	102	76	75%	26	25%	102	80	78%	22	22%	100	81	81%	19	19%	237	78%
4.2A e)	Controlo de espécies invasoras (fauna e flora)	99	61	62%	38	38%	90	51	57%	39	43%	104	62	60%	42	40%	174	59%
4.2A f)	Gestão agropecuária e florestal	99	78	79%	21	21%	91	52	57%	39	43%	-	-	-	-	-	119	62%
4.2A g)	Interdições de acesso à visitação	97	76	78%	21	22%	96	63	66%	33	34%	102	79	77%	23	23%	218	74%
4.2A h)	Iniciativas de sensibilização ambiental	102	80	78%	22	22%	96	65	68%	31	32%	102	67	66%	35	34%	212	71%
4.2A i)	Existência de programas de voluntariado	97	49	51%	48	49%	91	50	55%	41	45%	101	25	25%	76	75%	124	43%
4.2A j)	Experiências de lazer na natureza	102	89	87%	13	13%	104	96	92%	8	8%	100	78	78%	22	22%	263	86%

Sendo solicitada a avaliação destas intervenções nas áreas de visitação (Q4.2B, RF), sobressai a indicação de elevada importância da maioria das variáveis (valores modais referenciando a escala “Muito Importante”), com destaque para as categorias “Experiências de lazer na natureza” ( $\bar{x}= 3,69$ ;  $\sigma= 0,61$ ) e “Iniciativas de sensibilização ambiental” ( $\bar{x}= 3,68$ ;  $\sigma= 0,54$ ).

Embora os visitantes as assumam de “Importante” a “Muito importante”, sobressaem como categorias menos valorizadas as “Intervenções de acesso à visitação” ( $\bar{x}= 3,44$ ;  $\sigma= 0,71$ ), as “Infraestruturas de suporte à visitação” ( $\bar{x}= 3,53$ ;  $\sigma= 0,64$ ), os “Códigos de conduta e boas práticas” ( $\bar{x}= 3,57$ ;  $\sigma= 0,65$ ) e o “Ordenamento e sinalização de caminhos” ( $\bar{x}= 3,57$ ;  $\sigma= 0,63$ ).

Sendo medidas que influenciam direta ou indiretamente a amostra da presente investigação, compreende-se a desvalorização de algumas destas variáveis, ressaltando-se, contudo, que de uma forma geral os visitantes compreendem e assumem como importantes algumas condicionantes, dando naturalmente preferência

não só ao desenvolvimento de experiências de lazer como às iniciativas de sensibilização ambiental (quadro 55 e figura 40).

Ao nível da valoração da importância das intervenções de gestão de habitat por área de visitação, não foram encontradas diferenas estatisticamente significativas em nenhuma das categorias apresentadas.

Quadro 55 | Importância de intervenes de gestão de habitat (Q4.2B), por área de visitao

Q	Questão / variável	QDP				PACB				NIDC				Total		p (Kruskal Wallis)
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$	
4.2B a)	Ordenamento e sinalizao de caminhos	92	4	3,55	0,63	98	4	3,60	0,70	96	4	3,55	0,55	3,57	0,63	
4.2B b)	Presena de técnicos para gestão do espao	88	4	3,59	0,57	94	4	3,67	0,74	90	4	3,53	0,62	3,60	0,66	
4.2B c)	Infraestruturas de suporte � visitao	92	4	3,59	0,57	97	4	3,48	0,71	91	4	3,53	0,62	3,53	0,64	
4.2B d)	Código de conduta e boas práticas	86	4	3,50	0,63	95	4	3,60	0,68	94	4	3,60	0,64	3,57	0,65	
4.2B e)	Controlo de espécies invasoras (fauna e flora)	83	4	3,47	0,59	89	4	3,71	0,72	92	4	3,66	0,53	3,62	0,62	
4.2B f)	Gestão agropecuária e florestal	86	4	3,59	0,58	84	4	3,62	0,70	-	-	-	-	3,61	0,62	
4.2B g)	Interdies de acesso � visitao	88	4	3,43	0,62	91	4	3,35	0,84	95	4	3,54	0,62	3,44	0,71	
4.2B h)	Iniciativas de sensibilizao ambiental	87	4	3,66	0,57	90	4	3,67	0,57	92	4	3,71	0,47	3,68	0,54	
4.2B i)	Existência de programas de voluntariado	81	4	3,53	0,62	85	4	3,65	0,64	84	4	3,58	0,66	3,59	0,64	
4.2B j)	Experiências de lazer na natureza	85	4	3,64	0,54	96	4	3,74	0,75	90	4	3,69	0,51	3,69	0,61	

p (p-value): \* $\leq 0,05$ ; \*\* $\leq 0,01$ ; \*\*\* $\leq 0,001$ ; Escala de avaliao: 1-nada importante, 2-pouco importante, 3-importante, 4-muito importante,

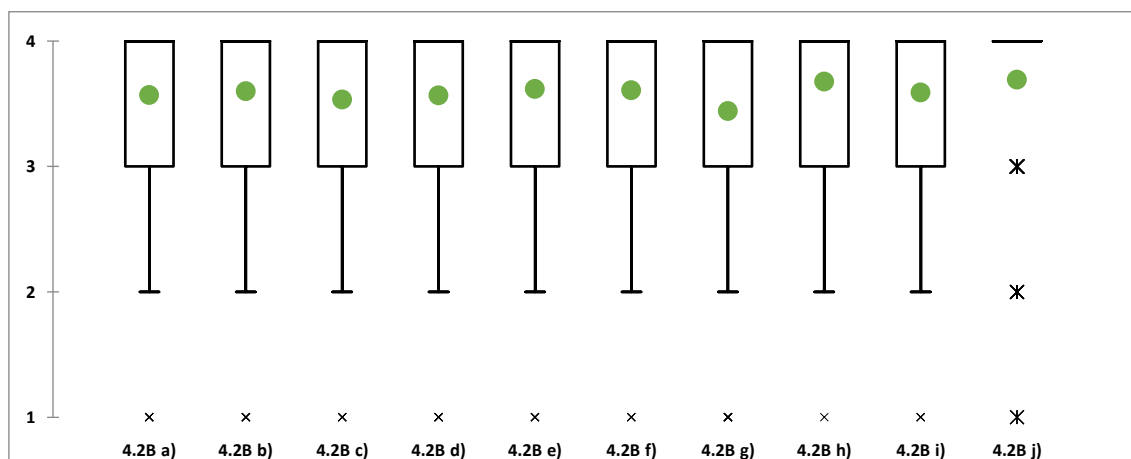


Figura 40 | Importância de intervenes de gestão de habitat (Q4.2B)

A análise destes resultados (Q4.2B, RF) por tipo de visita (quadro 56) vem reforar a desvalorizao das "Interdies de acesso   visitao" (RO:  $\bar{x}$  = 3,54;  $\sigma$  = 0,56 e VA:  $\bar{x}$  = 3,41;  $\sigma$  = 0,75), e salientar, no caso específico das RO, a importância das categorias "Presena de técnicos para gestão do espao" ( $\bar{x}$  = 3,76;  $\sigma$  = 0,46), "Controlo de espécies invasoras (fauna e flora)" ( $\bar{x}$  = 3,70;  $\sigma$  = 0,49), e "Iniciativas de sensibilizao ambiental" ( $\bar{x}$  = 3,75;  $\sigma$  = 0,44). Os inquiridos enquadrados em RO valorizam de forma mais expressiva estas intervenes (hiatos até aos 0,22 nas médias obtidas).

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na categoria “Presença de técnicos para gestão do espaço” ( $p < 0,05$ ), quando analisada por tipo de visita. Estas diferenças poderão ser justificadas pelo tipo de enquadramento da atividade dos respondentes, assumindo-se a valorização do papel dos técnicos na gestão e acompanhamento dos visitantes ao longo da sua visita.

Quadro 56 | Importância de intervenções de gestão de habitat (Q4.2B), por tipo de visita

Q	Questão / variável	RO				VA				Total		p (Kruskal Wallis)
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$	
4.2B a)	Ordenamento e sinalização de caminhos	70	4	<b>3,63</b>	0,61	216	4	<b>3,55</b>	0,64	<b>3,57</b>	0,63	
4.2B b)	Presença de técnicos para gestão do espaço	68	4	<b>3,76</b>	0,46	204	4	<b>3,54</b>	0,70	<b>3,60</b>	0,66	*
4.2B c)	Infraestruturas de suporte à visita	70	4	<b>3,60</b>	0,52	210	4	<b>3,51</b>	0,67	<b>3,53</b>	0,64	
4.2B d)	Código de conduta e boas práticas	70	4	<b>3,69</b>	0,49	205	4	<b>3,53</b>	0,70	<b>3,57</b>	0,65	
4.2B e)	Controlo de espécies invasoras (fauna e flora)	66	4	<b>3,70</b>	0,49	198	4	<b>3,59</b>	0,66	<b>3,62</b>	0,62	
4.2B f)	Gestão agropecuária e florestal	64	4	<b>3,61</b>	0,60	183	4	<b>3,64</b>	0,60	<b>3,63</b>	0,60	
4.2B g)	Interdições de acesso à visita	65	4	<b>3,54</b>	0,56	209	4	<b>3,41</b>	0,75	<b>3,44</b>	0,71	
4.2B h)	Iniciativas de sensibilização ambiental	67	4	<b>3,75</b>	0,44	202	4	<b>3,65</b>	0,57	<b>3,68</b>	0,54	
4.2B i)	Existência de programas de voluntariado	63	4	<b>3,59</b>	0,61	187	4	<b>3,59</b>	0,65	<b>3,59</b>	0,64	
4.2B j)	Experiências de lazer na natureza	69	4	<b>3,80</b>	0,40	202	4	<b>3,65</b>	0,67	<b>3,69</b>	0,61	

p (p-value): \* $\leq 0,05$ ; \*\* $\leq 0,01$ ; \*\*\* $\leq 0,001$ ; Escala de avaliação: 1-nada importante, 2-pouco importante, 3-importante, 4-muito importante.

É igualmente notada uma diferença nas principais médias de resultados quando analisadas segundo o contexto de visita, registando-se uma desvalorização e heterogeneidade praticamente constantes na análise dos turistas, em particular nas categorias “Gestão agropecuária e florestal” ( $\bar{x} = 3,31$ ;  $\sigma = 0,95$ ), “Presença de técnicos para gestão do espaço” ( $\bar{x} = 3,36$ ;  $\sigma = 0,79$ ), “Existência de programas de voluntariado” ( $\bar{x} = 3,28$ ;  $\sigma = 0,74$ ) e “Código de conduta e boas práticas” ( $\bar{x} = 3,43$ ;  $\sigma = 0,90$ ). De salientar, porém, a valorização conferida neste segmento à categoria “Interdições de acesso à visita” ( $\bar{x} = 3,61$ ;  $\sigma = 0,55$ ), registando valores superiores aos dos residentes locais e visitantes-de-dia ( $\bar{x} = 3,40$  e  $3,39$ ;  $\sigma = 0,78$  e  $0,73$ , respetivamente). Não se registaram diferenças estatisticamente significativas em nenhuma das categorias quando avaliadas por contexto de visita.

Quadro 57 | Importância de intervenções de gestão de habitat (Q4.2B), por contexto de visitação

Q	Questão / variável	RL				VD				TUR				Total		p (Kruskal Wallis)
		n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	n	Mo	$\bar{x}$	$\sigma$	$\bar{x}$	$\sigma$	
4.2B a)	Ordenamento e sinaliza�o de caminhos	160	4	<b>3,58</b>	0,63	77	4	<b>3,57</b>	0,59	31	4	<b>3,52</b>	0,62	<b>3,57</b>	0,63	
4.2B b)	Presença de técnicos para gestão do espaço	153	4	<b>3,61</b>	0,68	75	4	<b>3,61</b>	0,59	25	4	<b>3,36</b>	0,79	<b>3,60</b>	0,66	
4.2B c)	Infraestruturas de suporte � visita�o	156	4	<b>3,52</b>	0,63	77	4	<b>3,61</b>	0,58	29	4	<b>3,48</b>	0,77	<b>3,53</b>	0,64	
4.2B d)	C�digo de conduta e boas práticas	152	4	<b>3,58</b>	0,64	77	4	<b>3,55</b>	0,59	28	4	<b>3,43</b>	0,90	<b>3,57</b>	0,65	
4.2B e)	Controlo de esp�cies invasoras (fauna e flora)	149	4	<b>3,61</b>	0,64	71	4	<b>3,66</b>	0,58	29	4	<b>3,52</b>	0,68	<b>3,62</b>	0,62	
4.2B f)	Gestão agropecuária e florestal	142	4	<b>3,65</b>	0,56	67	4	<b>3,69</b>	0,50	26	4	<b>3,31</b>	0,95	<b>3,63</b>	0,60	
4.2B g)	Interdi�o de acesso � visita�o	153	4	<b>3,40</b>	0,78	74	3	<b>3,39</b>	0,63	31	4	<b>3,61</b>	0,55	<b>3,44</b>	0,71	
4.2B h)	Iniciativas de sensibiliza�o ambiental	149	4	<b>3,66</b>	0,54	75	4	<b>3,73</b>	0,47	29	4	<b>3,52</b>	0,72	<b>3,68</b>	0,54	
4.2B i)	Exist�ncia de programas de voluntariado	140	4	<b>3,59</b>	0,64	72	4	<b>3,65</b>	0,58	26	4	<b>3,38</b>	0,74	<b>3,59</b>	0,64	
4.2B j)	Experiências de lazer na natureza	149	4	<b>3,68</b>	0,66	77	4	<b>3,66</b>	0,57	26	4	<b>3,65</b>	0,62	<b>3,69</b>	0,61	

### 6.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Os resultados das entrevistas aplicadas são apresentados por dimensão de análise, sistematizados segundo as principais opiniões de cada grupo de *stakeholders*, tendo sido consideradas as seguintes temáticas de enquadramento:

- D5.1 - Políticas e modelos de gestão da visitação na RNAP;
- D5.2 - Desafios associados ao contexto particular das áreas naturais periurbanas;
- D5.3 - O enquadramento da visitação nas estratégias de conservação;
- D5.4 - A sensibilização e educação ambiental no envolvimento dos visitantes;
- D5.5 - Articulação entre entidades, parcerias e formatos de governança;
- D5.6 - Posicionamento do produto turismo na natureza na oferta turística de Cascais.

#### D5.1 - Políticas e modelos de gestão da visitação na RNAP

Quando questionados sobre as atuais políticas e modelos de gestão de áreas protegidas em Portugal, em particular no que se refere às componentes relacionadas com a gestão turística e fruição destas áreas, os entrevistados salientam desde logo um conjunto de lacunas importantes que comprometem o cumprimento dos objetivos previstos em sede de legislação e das responsabilidades dos órgãos gestores.

Segundo os inquiridos, estas lacunas estão essencialmente relacionadas com a incapacidade atual do ICNF em responder não só às novas premissas da visitação nas áreas protegidas sob sua gestão, mas, num âmbito mais alargado, aos próprios objetivos de conservação que originaram essas mesmas áreas. Estas questões relacionam-se com necessidades prementes de financiamento, de recursos (técnicos e materiais) e de organização interna que a aplicação operacional da sua atividade exige.

Para além de um desinvestimento gradual notório, são identificadas como causas pelos entrevistados a incorporação de novas competências no ICNF (fusão com a Autoridade Florestal Nacional) e consequente aumento do volume de trabalho; e a descentralização dos seus serviços para uma realidade afeta às NUT II (no caso do PNSC, Lisboa e Vale do Tejo), que vieram imediatamente afetar o cumprimento dos objetivos específicos de cada área protegida:

*“Parece-me que é, se calhar, de uma opinião geral, que o investimento e o apoio para a gestão das áreas protegidas têm vindo a ser delapidados; (...) há claramente um desinvestimento ou uma redução de gastos, acrescidos da fusão de responsabilidades (...). Isso traz claramente repercussões tanto ao nível da gestão*

*efetiva das áreas protegidas como de políticas ou medidas de gestão da conservação e, claramente, de forma paralela, da visitação” (ENT1CA/ICNF).*

*“Neste momento, a nova estruturação do ICNF, com a fusão com os antigos serviços florestais, trouxe um acréscimo muito grande de competências ao nível da área florestal, mas também a nova reorganização dos serviços locais do ICNF, que deixou de estar agarrada às áreas protegidas” (ENT3CA/ICNF).*

*“A questão da conservação às vezes é ingloria, porque do ponto de vista do PN, se eles pudessem, todos os dias estariam no terreno. Mas não há investimento” (ENT9AT).*

*“O ICNF, que devia ser a entidade coordenadora de todo o Parque Natural e devia fazer algo para que tudo estivesse visitável (e aí sim, fazer fiscalização), não dispõe de meios para o fazer (...). Acho que devem prover este organismo de meios ou então capacitar entidades locais para isso” (ENT6VC).*

*“O desígnio social em criar uma sustentabilidade equilibrada e valorizar o território e as pessoas, a estrutura do ambiente não o faz. Eu pergunto que turismo de natureza é esse que eles têm?” (ENT10AT).*

Os entrevistados especificam um conjunto de problemáticas e consequências associadas às referidas necessidades de estruturação do ICNF, como a incapacidade de monitorizar e fiscalizar práticas de visitação, de rever com maior regularidade os documentos regulamentares no sentido de os manter próximos das realidades de visitação, e de, em suma, ter uma capacidade efetiva de controlo dos territórios, conforme se expressa nas intervenções deste entrevistado da área de gestão do território:

*“Estamos a falar, sem dúvida nenhuma, de mais recursos humanos, distribuídos não só a nível da fiscalização e da monitorização, mas também de uma necessidade premente de rever com alguma regularidade os regulamentos para tentar sempre tê-los o mais próximo possível da atividade turística que se desenvolve” (ENT3CA/ICNF).*

*“É fundamental que as entidades que têm a gestão destes territórios tenham uma capacidade efetiva de intervenção e de controlo dessa fruição turística dos espaços” (ENT3CA/ICNF).*

Abordando o caso específico do PNSC, em particular, reforça-se a insuficiência destas políticas, sendo notórios os *deficits* estruturais desta área protegida, com reflexos em termos de recursos humanos, materiais, de conhecimento técnico e de foco no

desenvolvimento integrado da área protegida. São apontadas consequências quer ao nível dos órgãos de planeamento e decisão, quer numa perspetiva de aplicação operacional das diretrizes do PNSC, como é o caso concreto da fiscalização, conforme se expõe em seguida:

*“Ao nível da visitação, concretamente aqui no PNSC, há anos que a CDN está a ser revista (...). Há falta de recursos. Há cada vez mais falta de conhecimento técnico que se está a esvaziar dentro do próprio ICNF” (A)ENT1CA/ICNF).*

*“Os vigilantes do PNSC contribuem como podem, no entanto, são insuficientes. Existem 4 vigilantes de natureza para todo o PNSC. Um número irrisório. Subsiste a falta de meios humanos e materiais” (A)ENT2CA/ICNF).*

*“Há uns anos tinha-se um corpo técnico e um corpo de fiscalização associados ao PNSC. Agora (...) o departamento cobre uma área territorial que é a de Lisboa e Vale do Tejo, completamente diferente. O que é que isto implica? (...) O aumento da área territorial de ação faz com que não haja capacidade de dar uma atenção tão focada ao PNSC” (A)ENT3CA/ICNF).*

Embora o PNSC esteja “em cumprimento” com a aplicação da sua Carta de Desporto de Natureza (Decreto Regulamentar n.º 18/1999, de 27 de agosto), sistematizando o conjunto de regras e orientações sobre modalidades desportivas ou ambientais a serem desenvolvidas nesses territórios, os entrevistados salientam não só a sua desatualização e desadequação como a própria incapacidade dos técnicos monitorizarem as práticas no terreno. Destaca-se, assim, o desfasamento entre realidades nos documentos regulatórios do PNSC e a incapacidade de se fazer cumprir as suas principais diretivas. Da perspetiva dos agentes que operam no território, sobressaem políticas proibitivas, muitas vezes sem o devido fundamento por falta de monitorização da realidade:

*“Se calhar quem está errado é claramente o ICNF, que tem de ser muito mais ativo e deixou de o ser (...) há claramente uma deficiência imensa de capital técnico no ICNF para poder regulamentar” (A)ENT1CA/ICNF).*

*“O POPNSC encontra-se desatualizado daquilo que é a realidade, não só legislativa em termos de turismo, que evoluiu muito nestes últimos 15 anos, como também ao nível das atividades desportivas” (A)ENT3CA/ICNF).*

*“Está desatualizado no que concerne ao desenvolvimento do turismo na natureza, de turismo ou da forma como o público em geral espera e interpreta aquilo que é um parque natural ou uma área protegida (...) nunca se pensou na dinâmica que estes*

*espaços poderiam vir a ter e em que contextos é que eles poderiam estar associados ao entrosamento local” (ENT5CA/ICNF).*

*“Isto tornou completamente impossível de realizar por exemplo atividades de monitorização, que fazíamos e hoje não temos qualquer capacidade de as fazer” (ENT3CA/ICNF).*

*“A conclusão que nós chegámos é que é mais fácil ‘fechar a porta e deitar fora a chave’ do que regular e sobretudo fiscalizar tudo aquilo que se passa nas AP. Para mim, o maior problema do PNSC (...) é a fiscalização. Não existe. Tanto quanto eu sei, têm uma viatura que só sai em caso de chamada, portanto não fazem patrulha, reagem a qualquer coisa. E isso explica tudo” (ENT9AT).*

Os desafios de ordenamento do PNSC crescem na medida em que grande parte do seu território é constituído por propriedades particulares, com gestão e direitos privados. A consecução dos objetivos de dinamização desta área deve, portanto, respeitar os limites públicos de atuação e usufruto, o que nem sempre se mostra uma tarefa fácil:

*“Um outro problema que eu noto aqui no PNSC é que a grande maioria desta propriedade é privada, portanto o proprietário privado tem direitos (...) e muitas vezes o visitante, a pessoa que desenvolve a sua atividade turística neste território, não respeita os direitos deste proprietário privado” (ENT3CA/ICNF).*

Reconhece-se, de uma forma geral, que o próprio ICNF, através das diretrizes estratégicas do seu Ministério, tem sido o principal catalisador da sua própria incapacidade, assumindo-se que os técnicos atuais apenas dão vazão a componentes administrativas correntes, e que o excesso de burocracia associada aos seus processos, a par da insuficiência de recursos, os impossibilita de estarem atualizados e serem efetivamente proativos na condução das estratégias impostas. Estas políticas repercutem-se numa atuação essencialmente proibitiva que, na prática, em pouco contribui para os objetivos de proteção ambiental.

Na opinião de alguns entrevistados, onde se destacam intervenções do próprio setor da animação turística, este organismo deveria ser o principal catalisador da estratégia de gestão, fomentando uma crescente agregação de interesses dos diversos intervenientes no território, conforme se denota nas exposições seguintes:

*“Estão a ser alvo e vítimas de uma sociedade totalmente construída em burocracia (...) só regulamentam e não conseguem ser proativos, serem eles os donos da estratégia” (ENT1CA/ICNF).*

*“Acho que é uma política que não é protecionista porque a partir do momento em que só se usa a palavra “proibido” (...) passa a ser meramente proibitiva. Na prática, não estão a proteger nada” (ENT10AT).*

*“Que outras abordagens é que eles poderiam transmitir, quer diretamente nas dinâmicas locais a nível económico, capital humano ou social; quer na capacidade que estes espaços têm de criar riqueza externa como imagem de marca, foco de atenção ou fator de concorrência” (ENT5CA/ICNF).*

*“Acho que o ICNF poderia ser, realmente, um incentivador às diversas empresas que operam no território” (ENT7AT).*

## **D5.2 - Desafios associados ao contexto particular das áreas naturais periurbanas**

As perspetivas dos diversos entrevistados acabam por se sobrepor e, de certa forma, complementar, no que se refere aos desafios decorrentes do contexto específico das áreas naturais periurbanas.

Naturalmente, dos órgãos responsáveis pela gestão de habitats e instauração das estratégias de conservação, sobressai a urgência na aplicação de medidas de preservação ambiental, dadas as potenciais pressões antrópicas que se verificam sobre valores diversificados e sensíveis. Embora se reconheça esta urgência, a visitação é assumida na mesma medida como uma oportunidade de manter uma relação próxima com a comunidade, essencial no processo de conservação, conforme se apresenta nas afirmações seguintes:

*“Os desafios ao nível da conservação [de áreas naturais periurbanas] passam pela urgência da proteção ou preservação e por outro lado também da oportunidade de relação mais próxima com a comunidade” (ENT1CA/ICNF).*

*“As áreas periurbanas acabam por servir como ponto de entrada e de ligação, e por isso têm de estar preparadas em termos de capacidade de carga e de receção dessas mesmas expectativas” (ENT5CA/ICNF).*

No seguimento deste sentido de “oportunidade”, também os agentes de animação turística focam a sua atenção na melhor forma de trazer os visitantes a estas áreas naturais periurbanas, identificando a parafernália de potenciais usos entre a comunidade local, visitantes-de-dia e turistas. Segundo estes inquiridos, a própria oferta ainda não reconhece o imenso potencial que estas áreas carregam e o valor do próprio produto natureza, conforme se sugere nas afirmações:

*“O primeiro desafio é trazer as pessoas para fora da cidade” (ENT7AT).*

*“O maior desafio que existe é tentar dar o conhecimento real do potencial natural que existe, porque penso que em muitos casos o potencial de cada um dos lugares ainda não está refletido junto das empresas de AT” (ENT8AT).*

*“O local cada vez mais tem a cultura de ir para rua, de ir passear, porque sabe efetivamente que as condições são melhores, os hábitos de vida das pessoas também já são diferentes, há uma cultura de ar livre maior, portanto com o boom do turismo junta-se tudo no mesmo sítio. É um desafio grande, mas é como digo, o problema vai voltar sempre ao mesmo. Não há orçamento, não há fiscalização. Há alguma regulação, mas é muito curta e deficitária” (ENT9AT).*

Colocando o seu discurso na perspetiva da comunidade local, estes entrevistados analisam a pressão das expectativas sobre os espaços naturais periurbanos, contrapondo a necessidade de formalização de espaços de usufruto do meio com a necessidade de conservação dos valores destes territórios:

*“A população tem muitas expectativas sobre esta área, que sejam criadas infraestruturas e formas de realmente haver locais onde possam usufruir da paisagem, dos valores naturais, das áreas arborizadas, dos espaços abertos (...) mas sem por em causa a conservação dos valores que elas encerram” (ENT3CA/ICNF).*

*“A partir do momento em que conseguimos juntar controlo de acessos, incremento dos valores naturais e segurança, conseguimos então criar condições para proporcionar momentos de visitação e de aprendizagem” (ENT5CA/ICNF).*

No que se refere ao caso específico do PNSC, são naturalmente destacadas pelos entrevistados a sua localização estratégica e cumplicidade de usos. Este parque, encontrando-se na periferia quer de centros urbanos do concelho de Cascais e Sintra, quer da própria capital, associa um uso local desportivo e recreativo muito intenso por parte das comunidades, a uma cada vez maior pressão turística na procura pelo produto natureza. Aliadas a este contexto surgem então dificuldades na adequação e revisão dos seus regulamentos num contexto de mudança, e adaptação das suas estratégias ao volume de utilização do seu território, com reflexos de conflitos entre utilizadores das mais variadas atividades.

Segundo alguns dos entrevistados, o mero zonamento de áreas sensíveis acaba por se mostrar insuficiente, quer pela intensidade de utilizadores, que acabam por extravasar para outros territórios, quer pela incapacidade do parque garantir as devidas condições de fiscalização e salvaguarda das suas medidas de gestão da visitação:

*“O PNSC mostra-se diferente de outros PN porque é o que apresenta (...) mais pressão humana durante todo o ano” (¶)ENT2CA/ICNF).*

*“É muito difícil estarmos protegidos relativamente à parafernália de atividade que se vão desenvolvendo, multiplicando ou alterando ligeiramente. Não há dúvida nenhuma que o PNSC, em particular, um dos grandes problemas que tem, para além da falta de alguma regras, é efetivamente (...) o volume dessa visitação, dessa utilização” (¶)ENT3CA/ICNF).*

*“Uma das estratégias que se tem tentado levar   a salvaguarda de determinadas áreas que são efetivamente muito sensíveis porque têm valores muito específicos (...), concentrando essas utilizações noutras espaços. Mas dado que esses espaços acabam por ficar tão cheios de utilizadores (...) extravasam sempre para aqueles que se tenta por todos os meios (...), não havendo grandes condições, salvar, e acaba por isso por não ser suficiente” (¶)ENT3CA/ICNF).*

*“A sua função   determinante exatamente porque permite às pessoas fazer um first engagement, uma primeira ligação ao parque natural, e ele tem aqui esta valência de funcionar ao contrário de outros parques naturais a nível mundial que só funcionam para o turista, aqui funciona para o turista mas também para a comunidade (...) com uma afluência regular e constante” (¶)ENT5CA/ICNF).*

*“H  inclusivamente conflitos por exemplo entre os praticantes de BTT e de caminhadas, porque os praticantes de caminhadas utilizam trilhos que normalmente foram - bem ou mal - construídos pelos praticantes do BTT. A localização do PNSC,   muito boa, por um lado, mas m  por outro, no sentido em que está tão acessível e o parque   tão completo” (¶)ENT9AT).*

*“Um plano muito bem delineado de utilização e usufruto do espaço, isso   essencial (...). Aqui, o problema eu acho que nem   bem do turista,   mesmo dos locais” (¶)ENT6VC).*

*“A procura que muitas vezes se mostra excessiva em algumas atividades e o conflito que pode existir em termos de associação destas atividades (...). Uma preocupação que eu acho que quem faz a gestão do território deve ter será criar alternativas que fomentem a descentralização das pessoas e não a sua concentração” (¶)ENT11 I&E).*

### **D5.3 - O enquadramento da visitação nas estratégias de conservação**

No que respeita ao enquadramento da visitação nas estratégias de conservação e principais problemáticas associadas, conclui-se que apesar de se mostrar uma tarefa

desafiante, não só se configura como compatível, mas igualmente essencial, naqueles que são os atuais fundamentos das estratégias de conservação.

Segundo os entrevistados, a visitação deve ser enquadrada como vetor da conservação, e associar-se à partilha de valores e intuítos da mesma. Através da visitação responsável e bem enquadrada, os visitantes destas áreas podem tomar conhecimento dos valores a conservar e tornar-se eles próprios agentes de mudança. É, portanto, do interesse dos próprios agentes de animação turística a salvaguarda da sua atividade enquanto elemento não prejudicial, mas complementar às estratégias de conservação:

*“O desafio às vezes é mesmo esse, ou seja, que a visitação seja bem vista. Se for bem conduzida numa estratégia em que a conservação seja a principal missão, isso é factível” (ENT1CA/ICNF).*

*“Acho que através dessa visitação as pessoas podem ter conhecimento do que se pretende conservar, estão as duas ligadas” (ENT2CA/ICNF).*

*“Com visitas bem acompanhadas por empresas conhecedoras do que se está a fazer no terreno, talvez as pessoas fiquem sensibilizadas e ajudem a proteger e a divulgar a importância do património” (ENT2CA/ICNF).*

*“Se nós não melhorarmos o produto, tomarmos conta dele e tudo isso, vai chegar a uma fase em que não interessa. (...) Portanto, do ponto de vista principalmente do PNSC, que é quem nos gere, quem nos deixa trabalhar ou não (a palavra é deles), nós tentamos sempre, e cada vez mais, ser proativos naquilo que podemos fazer do nosso lado, mas aquilo que muitas vezes nós tentamos oferecer e contribuir, o parque legalmente não pode aceitar” (ENT9AT).*

*“Não se deve esquecer que é importante envolver (...) os utilizadores destes espaços que são por ventura também aqueles que causam maiores problemas se não for bem gerida a sua atividade. Portanto, desde logo isto é um problema em Portugal - a excessiva preocupação com a natureza sem a conectar com a preocupação pela gestão da utilização dos espaços” (ENT11 I&E).*

Revela-se, contudo, fulcral, a transformação de uma atuação meramente proibitiva por parte dos órgãos gestores, para um contexto de adaptação. Segundo os entrevistados, a priorização estratégica da conservação em prol da visitação deve, numa primeira análise, servir de suporte para o desenvolvimento dos territórios, garantindo o adequado ordenamento e planeamento dos espaços e estratégias de visitação.

As próprias empresas de animação turística mostram-se disponíveis para o diálogo e compromissos com os gestores do parque, na medida em que o seu instrumento de

trabalho se revela o património que se pretende proteger. Ao invés de estratégias de proibição total, defende-se a aplicação de medidas partilhadas de responsabilidade e cedência, conforme se identifica nas afirmações seguintes:

*“A nível da conservação é difícil, porque nós trabalhamos sempre de uma forma proibitiva, não é? E isso acho que está quase enraizado também nos decisores políticos, é um entrave” (ENT1CA/ICNF).*

*“Tem de haver uma preparação do território e dos conteúdos para depois se poder ter os visitantes (...), não existe uma priorização estática, contudo existe um ciclo natural em que uma depende das outras e não poderia ser de diferente maneira” (ENT7AT).*

*“Acho que todas as empresas deste ramo estão em acordo, mas a vontade que existe e a vontade que nós condenamos é a simples proibição total. Estamos sensíveis aquilo que o ICNF também pretende, afinal nós vivemos do património natural que existe na Serra de Sintra, o nosso produto é feito com esse património. O problema passa pela falta de diálogo” (ENT8AT).*

*“A relação entre nós e o parque natural, podemos dizer que é positiva, e é positiva porque nós esforçamo-nos muito por ser cumpridores, para ser vigilantes, para ser parte ativa naquilo que é a preservação do parque. Mas isso não é fácil” (ENT9AT).*

São, neste sentido, apontados pelos entrevistados (de diversas perspetivas) exemplos onde o seu papel como aliados das políticas de conservação se acentua. Como uns dos principais conhecedores do território, as empresas de animação turística procuram elas próprias ser agentes de fiscalização, reportando ao parque natural. É indicada a predisposição dos próprios agentes serem assumidos não só como componente da viabilidade económica destas áreas, contribuindo para a sua autossustentação, como veículos da educação ambiental que os órgãos reguladores visam estimular.

*“Temos exemplos em que os visitantes são eles próprios agentes de conservação ou de fiscalização” (ENT3CA/ICNF).*

*“Gostaríamos que as entidades governamentais e as instituições olhassem para nós como mais um veículo tanto da parte da viabilidade económica dos espaços, mas também de educação ambiental” (ENT8AT).*

*“A regulação existe, nós temos um licenciamento a cada dois anos passado pelo parque natural. E nós somos obrigados a cumprir isso que está estipulado na nossa licença (...). Temos imenso orgulho de as mostrar a quem oficialmente pode exigir essas licenças. Sem o parque natural, sem a serra e tudo aquilo que lá existe, nós*

*“não andamos aqui a fazer nada, portanto, para nós o mais importante é preservar aquilo que nós, ao fim ao cabo, vendemos e mostramos às pessoas, é para isso é que as pessoas nos visitam” (ENT9AT).*

O panorama atual chega mesmo a condicionar os agentes de animação turística, em particular, no estabelecimento e continuidade do seu produto comercial. Embora se mostrem cumpridores das políticas estabelecidas pelo órgão gestor, os entrevistados salientam a intermitência de algumas decisões estratégicas tomadas e inflexibilidade dos técnicos responsáveis, apregoando que eles asseguram a atenuação das preocupações do parque natural:

*“Nós temos dificuldades em criar esse produto comercial pelas regras que nos impõem. Muitas destas regras quando as vamos tentar perceber a fundo, verificamos que nós também as temos presentes e conseguimos de outras maneiras ter os cuidados que nos pedem. Desde logo cumprimos a CDN do PNSC e o código de conduta do ICNF (...). Depois, em termos de vigilância, procuramos a passagem de alguma educação ambiental aos nossos clientes também” (ENT8AT).*

*“E essas situações do ponto de vista da animação turística, olhando para o futuro, são preocupantes, porque nós não sabemos se amanhã vamos poder trabalhar no parque natural. Este é o ponto a que nós chegámos” (ENT9AT).*

#### **D5.4 - A sensibilização e educação ambiental no envolvimento dos visitantes**

O produto turismo na natureza encontra-se numa posição de excelência para a sensibilização e educação ambiental dos visitantes das áreas protegidas, estimulando a apropriação dos valores naturais que se pretendem proteger. O produto é, por isso, considerado não só um eixo importante da perspetiva dos órgãos de conservação, como pela própria oferta turística, quando ancorado em programas efetivos de sensibilização ambiental que tenham a capacidade de envolver a comunidade visitante e a dotar de conhecimento suficiente para a mudança de comportamentos:

*“É claramente suscitar em cada indivíduo a necessidade e responsabilidade de eles próprios defenderem o património. Porque para proteger é preciso conhecer. Isso é claramente a palavra de ordem (...). Conseguires apropriar-te do local e poder desenvolver em ti uma vontade e uma responsabilidade de defesa” (ENT1CA/ICNF).*

*“O turismo na natureza é uma das ferramentas, sem dúvida, (...) devemos sensibilizar as pessoas para que os valores persistam. E a sensibilização pode ser*

*feita através de programas de educação ambiental, envolvendo a comunidade nessas mesmas ações, ou oferecendo uma oferta turística nessas mesmas áreas que podem servir de produto turístico na natureza” (ENT1CA/ICNF).*

*“A sensibilização ambiental é obviamente um dos principais pilares (...) tanto para escolas como para empresas através de diversos projetos destas áreas de conservação, por isso obrigatoriamente (...) é uma medida que temos praticamente em todas as ações” (ENT7AT).*

Persiste, contudo, a necessidade e desafio de dotar os parques naturais, e, em particular, o PNSC, de ferramentas que venham potenciar o conhecimento e a sensibilização dos visitantes, ao invés de induzir a sua exclusão com medidas proibitivas desadequadas da realidade operacional vigente.

Para os entrevistados, trata-se de reativar as áreas protegidas e estimular o desenvolvimento da sua marca enquanto uma rede de espaços de conservação e visitação, dada a importância do envolvimento da comunidade.

Reconhece-se, nestas premissas, a exigência das devidas regras para fruir do património nas melhores condi es, mas igualmente a necessidade das mesmas se poderem fazer cumprir. Na perspetiva de um dos agentes de anima o turística, segue-se rumo a um novo paradigma de acesso   natureza com novos conhecimentos e mentalidades cada vez mais presentes nas novas gera es:

*“O ideal parece não ter sido concretizado, subsiste um grande desafio futuro de reativar as áreas protegidas e a sua marca (...).   importante envolver a comunidade e nós, enquanto gestores públicos com essa causa muito presente (...), somos detentores de um conhecimento maior do que qualquer outro município, e temos de ter esse compromisso de sermos o promotor dessa mudança de comportamento”*

*(ENT1CA/ICNF).*

*“Tem naturalmente de haver um conjunto de regras que as pessoas têm de cumprir para conseguir fruir de toda esta área nas melhores condi es (...) [mas] tem de haver igualmente por parte da entidade que gere a capacidade de fazer cumprir essas regras e isso muitas vezes não se verifica” (ENT3CA/ICNF).*

*“Estamos a dar os primeiros passos no novo modelo de turismo e ambiente (...) [com] novos cursos que existem nas faculdades, novas mentalidades ambientais a nascer nas novas gera es (...). Acho que este paradigma de irmos para a natureza vai mudar” (ENT8AT).*

A marca “Natural.PT” é apontada de diversas perspetivas como uma tentativa de revitalizar a RNAP, por parte do ICNF, envolvendo em rede os vários operadores económicos portadores do conhecimento e tradições destes territórios. É, porém, caracterizada pelos entrevistados como uma ferramenta concreta de promoção das AP, ficando aquém do seu potencial de mobilização estratégica. Chega desta forma a ser parametrizada pelos intervenientes destas entrevistas como uma importante ajuda que não encerra a solução para os problemas basilares destas questões.

Embora se depreenda um objetivo primordial de divulgação das AP na criação desta marca, associando o património de referência e diferenciador à estratégia de comunicação de cada território, segundo o próprio ICNF, o conceito expande-se para uma perspetiva mais ampla de criação de redes multissetoriais, atenuação de barreiras de diálogo e comunicação entre o ICNF e os agentes, aplicação de estratégias de legalização e formação dos ativos nestas áreas ou melhorias na monitorização do uso e práticas dos agentes e visitantes. Através de uma política de proximidade e desburocratização crescente, o ICNF pretende com a marca “Natural.pt” colaborar com estas redes para melhor compreender os territórios e mais facilmente conseguir perpetuar políticas responsáveis pelos aderentes da marca.

*“A marca Natural.PT veio tentar revitalizar estas áreas numa perspetiva dos produtos produzidos localmente e de se colocar em rede os vários operadores, sejam eles [e.g.] turísticos ou promotores agrícolas” (ENT1CA/ICNF).*

*“O Natural.PT serve para auxiliar essas empresas a terem um bom desempenho (...) na divulgação das áreas protegidas. O seu papel principal é esse, ajudar na divulgação” (ENT2CA/ICNF).*

*“A marca Natural.PT ajuda, no sentido em que consegue fazer uma sensibilização dos agentes económicos para as questões da conservação da natureza e dos valores naturais. De qualquer maneira, acho que não pode ser a solução (...), não encerra a solução para o problema” (ENT3CA/ICNF).*

*“A marca surge da necessidade de comunicar com as pessoas e mostrar-lhes que pode ser uma mais valia estar dentro de uma área protegida (...). Este contacto que estabelecemos (...) acaba por fazer com que as coisas corram melhor (...). Tenho de me multiplicar no território e quanto mais eu me multiplicar mais facilmente tenho informações” (ENT4CA/ICNF).*

### **D5.5 - Articulação entre entidades, parcerias e formatos de governança**

Os entrevistados revêm a articulação entre os principais *stakeholders* como uma potencial solução para algumas das problemáticas que vêm identificando, explicitando, desde logo, que na impossibilidade de se estimular a reorganização política e estrutural do ICNF, o desenvolvimento de parcerias poderá colmatar algumas das necessidades ao nível da compatibilização da visitação com a conservação da natureza, numa perspetiva de cogestão territorial, ancorada em modelos de boa governança:

*“Neste momento diversas entidades até poderão estar interessadas em dinamizar determinado tipo de setor, mas continua a faltar um plano coerente, dinâmico e adaptado às dinâmicas territoriais de hoje em dia, que permita depois que esses stakeholders possam efetivamente ter um papel ativo” (ENT5CA/ICNF).*

*“A não ser que haja efetivamente um acréscimo de meios humanos ou que, em alternativa, se encontre uma plataforma de trabalho com os restantes parceiros, nomeadamente com as autarquias, eu penso que seja muito complicado cobrir estas necessidades que o turismo tem de se compatibilizar com a conservação da natureza” (ENT3CA/ICNF).*

*“Não só reuniões de trabalho, mas sim, eu acho que poderia ser importante fazer-se um caso de estudo, desafiar, pelo menos aqui no nosso município, a articulação de todas essas entidades, porque no fundo são todas elas gestoras do território com visões particulares, mas que não são antígonas, elas complementam-se, auxiliam-se” (ENT1CA/ICNF).*

*“As sinergias trazem vantagens a todos e não há dúvida nenhuma que a responsabilidade de conservação da natureza não se encerra no ICNF, é uma responsabilidade de cada um dos cidadãos, e uma responsabilidade de cada uma das outras entidades que têm atuação neste território, sejam elas os municípios, os particulares, os operadores turísticos, sejam elas quais forem. Eu acho que a solução passa muito por essa coresponsabilização e cogestão do território” (ENT3CA/ICNF).*

*“Se todas estas entidades pudessem trabalhar em conjunto para a criação de uma estratégia em comum (...), poderíamos ver realmente uma atividade mais regulada e com maior qualidade, quem sabe com outra dimensão para (...) a procura de Cascais” (ENT7AT).*

Em termos práticos, reconhece-se que a maioria das entidades vem trabalhando individualmente, procurando ser autónoma e responsável na sua operação, e produzindo conhecimento que poderia efetivamente ser útil para o próprio parque natural ou entidades parceiras.

Da perspetiva dos gestores do território, sobressai o conhecimento da sua atividade científica e condução de ações de monitorização e conservação. No que respeita às empresas de animação turística, destaca-se o importante complemento operacional que poderiam dar aos órgãos gestores do parque, quer como eixo de fiscalização, assegurado pela sua presença no terreno, quer como promotores de uma maior sensibilização ambiental aos visitantes.

Não obstante, subsiste o receio de um incentivo comum esbarrar em burocracia, posições partidárias ou em projetos com insuficientes resultados práticos e viáveis. O estabelecimento destas parcerias implica objetivos comuns com todas as cedências que podem acarretar:

*“Estamos a fazer monitorizações. Estamos a fazer ensaios no terreno. Em determinadas matérias o conhecimento que temos é superior ao dos próprios técnicos do PNSC e eles não nos pedem informação, não nos pedem justificações”*  
(☛)ENT1CA/ICNF).

*“Penso que se houvesse interesse superior, funcionava bem porque entre nós não há problema nenhum, pelo contrário, colabora-se sempre na perfeição (...). Devia ser uma decisão superior, institucionalizada, para que pudéssemos funcionar à vontade e com mais dinamismo, assim é complicado”* (☛)ENT2CA/ICNF).

*“As gestões partilhadas são sempre vantajosas porque cada um dos stakeholders, em função dos seus objetivos, tem uma visão muito particular da realidade”*  
(☛)ENT3CA/ICNF).

*“Se o plano de ordenamento não tiver nos seus objetivos o turismo na natureza como um fator determinante para o desenvolvimento do território e não o assumir como mais uma ação tão importante como e.g. a comunicação, a educação ou a salvaguarda dos valores naturais, a integração dos stakeholders associados ao produto nunca terá lugar”* (☛)ENT5CA/ICNF).

*“Possibilitar a criação de projetos que possam vir a dinamizar ou a trazer outros benefícios (...) tanto a nível da visitaçao como da própria conservação e gestão de habitats”* (☛)ENT7AT).

*“Todas essas entidades (...) podiam realmente sentar-se à mesa, discutir o que houver para discutir, mas infelizmente, se calhar ia ser mais uma associação ou instituto, porque se formos a analisar estas situações, friamente, isto esbarra sempre tudo na burocracia, quando não esbarra nas cores políticas” (ENT9AT).*

Num cenário de crescente representatividade técnica e *know-how* dos órgãos técnicos municipais ou locais, defende-se a capacitação destes organismos numa perspetiva de complementaridade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelos órgãos do parque natural. Os empresários são apontados como *stakeholders* de relevo neste processo, na medida em que conhecem a realidade operacional do produto e podem potenciar importantes perspetivas de análise:

*“Se não houver capacidade do organismo com responsabilidades a nível nacional (...), então capacite-se os municípios de modo a que eles se consertem e consigam exatamente fazer algo e ajudá-los” (ENT6VC).*

*“Criar condições para se debaterem todas estas questões de diversos pontos de vista. O debate de uma perspetiva mais alargada cria melhores condições para que se faça um trabalho melhor” (ENT11&E).*

*“Os empresários - mais do que ninguém - porque estão no terreno e sabem como é que as coisas estão a funcionar (...), são sem dúvida parte essencial para que tudo decorra da melhor forma. Portanto esse modelo de governança com diversas entidades que trabalham em diversas áreas dentro do mesmo produto, é para mim essencial” (ENT6VC).*

#### **D5.6 - Posicionamento do produto turismo na natureza na oferta turística de Cascais**

No que respeita ao posicionamento do produto turismo na natureza na oferta turística do concelho de Cascais, os agentes de animação turística classificam-no como estratégico, caracterizando-o como acessível, diversificado e rico no potencial que pode encerrar. Na opinião dos agentes de gestão e promoção turística, assume-se que o produto se constitui como um importante complemento da oferta turística da região, sendo parametrizado como uma experiência potencial no contacto dos visitantes com o destino. Para estes agentes, assiste-se a uma crescente permeabilidade dos segmentos turísticos de referência, em particular num território como Cascais considerado região “resort”. Nesta ótica de valorização dos tempos de lazer (independentemente do produto turístico), importa cada vez mais a constituição de uma oferta autêntica sobre as principais representações dos territórios:

*“O produto é rico, interessante e rico. Para mais, está aliado a uma componente histórica também muito importante. Mas pegando só na parte do património natural, é sem dúvida uma oferta muito diversificada e fácil, (...) basta dizer que esse património está a cerca de 30 minutos do centro de Lisboa (...), muito interessante a todos os níveis” (ENT8AT).*

*“Aqui [em Cascais] o desafio está em termos tudo para oferecer, mas em ponto pequeno (...). [Considero o produto turismo na natureza nesta região] mais como uma experiência - vejo-o como algo que é complementar, mas enquanto complemento é de primeiro nível” (ENT6VC).*

*“Não há tanta segmentação por silos como havia até há uns anos atrás - como o produto sol e mar, gastronomia, turismo cultural, golfe, etc. - hoje em dia cada vez mais temos dois grandes blocos diferenciados: o lazer e o turismo de negócios. Os visitantes vêm hoje em dia à procura (...) da autenticidade, muito mais quando se trata de destinos como Cascais” (ENT6VC).*

Não só a localização geográfica deste território como a diversidade da sua oferta em termos de património natural, cultural e paisagístico, assim como a elevada qualidade das suas infraestruturas e serviços, são apontados como os principais ativos estratégicos na dinamização do produto. Não obstante, o território parece parametrizado e acomodado a outros nichos da oferta, esvaindo a magnitude do seu potencial. Na opinião dos agentes, o município de Cascais reúne particularidades raras a nível internacional, aliadas ao profissionalismo dos operadores, que vão reinventando a oferta no sentido de a tornar mais criativa e experiencial:

*“Cascais é uma zona com um grande potencial a nível do TN (...), no entanto [parece] centrado noutra tipo de turistas, noutra tipo de turismo (...) e acabam por perder esta possibilidade de conseguirmos levar os (...) visitantes ao interior e poderem ver o que é o PNSC” (ENT7AT).*

*“Está a iniciar-se um momento de viragem e espero que no futuro próximo com a alteração da Carta de Desporto de Natureza e com a revisão do PDM (...) [se alcance] a melhoria do TN em Cascais” (ENT7AT).*

*“Se o poder local ouvisse o feedback dos visitantes iam perceber a importância que este local tem a nível mundial (...). Porque não se encontra com facilidade, na maior parte do mundo, (...) a diversidade daquilo que nós temos e não é só a nível da fauna e flora, é sobretudo do ponto de vista cultural, dos monumentos (...) há uma diversidade e uma componente histórica muito grandes, e depois tudo isto se alia à paisagem” (ENT9AT).*

*“Condensar estes programas numa manhã é uma coisa que não se encontra em mais lado nenhum no mundo, e é muito importante. Isso é uma grande vantagem. Qual é que é a grande desvantagem, este local é o quintal de toda a gente que vive na Área Metropolitana de Lisboa” (ENT9AT).*

*“Temos cada vez mais gente aqui e não é só por causa da segurança, (...) de termos sol, tem sobretudo que ver com a capacidade profissional das pessoas que cá trabalham, de reinventar coisas que já foram inventadas. (...) Principalmente na nossa área, a diferenciação muitas vezes está em oferecer ao cliente não uma visita por exemplo ao Palácio da Pena, mas sim uma Visita ao Palácio da Pena com um jantar de gala nos jardins” (ENT9AT).*

Do ponto de vista estratégico, com vista à atribuição de escala e complementaridade patrimonial da oferta turística deste território, assume-se como premente a coordenação de ambos os municípios e empresas municipais, uma cooperação que salvo em algumas exceções é apontada pelos inquiridos como insuficiente:

*“Começámos a querer alargar o âmbito de atuação e ainda conseguimos fazer algumas reuniões onde tivemos a presença da PSML, que também gere uma parte do espaço do PNSC. Tentámos englobar a Câmara de Sintra mas foi sempre impossível (...). No caso do PNSC, tem de se coordenar a ação de ambos os municípios” (ENT6VC).*

#### 6.4 SÍNTESE E TRIANGULAÇÃO DA ANÁLISE DE RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

*“Teorizado está tudo, as boas práticas todos nós sabemos. Faltam os planos de ação”  
(\*)ENT1CA/ICNF).*

Após sintetizados os principais resultados da investigação empírica com recurso à auscultação dos *stakeholders* envolvidos quer na gestão de territórios naturais periurbanos, quer na constituição da sua oferta e procura turísticas, é estabelecida no presente subcapítulo a sua triangulação metodológica, com vista a sobrepor e a consolidar os resultados obtidos, permitindo a observação dos mesmos sob várias perspetivas de análise (Veal, 2006).

Partindo das questões de investigação da presente tese, nomeadamente “Quais as perspetivas dos diversos *stakeholders* envolvidos no desenvolvimento de territórios naturais periurbanos sob gestão de habitat, perante a (a)firmiação do turismo na natureza e da fruição desses espaços pela comunidade local?” e “Em que medida podem os vários modelos responsáveis de desenvolvimento do turismo na natureza ser enquadrados nas estratégias de conservação de áreas periurbanas, potenciando a sua resiliência enquanto se promove a qualidade e competitividade da oferta turística nestes espaços?”; procede-se à triangulação dos resultados decorrentes dos questionários destinados aos visitantes das áreas de estudo de caso e das entrevistas direcionadas para um painel de *stakeholders* envolvidos na sua gestão e oferta.

Desta forma, importa cruzar-se o contexto geral de visitação das áreas do presente estudo de caso, com especificidades de conservação e visitação distintas, com aquelas que são as diversas perspetivas dos agentes com um envolvimento direto e indireto no desenvolvimento dessas dinâmicas no território.

A maioria dos visitantes das áreas de análise registou uma idade superior a 35 anos (70,2%), destacando-se a predominância do género feminino que equivaleu a 61,4% da amostra. Relativamente às suas habilitações académicas, destaque para os elevados índices de formação superior registados (68,1%).

A nacionalidade predominante nas respostas aos questionários mostrou ser a portuguesa (76,2%), registando-se, no que concerne ao contexto de visitação, uma elevada taxa de resposta de residentes locais (59,1%), seguida de visitantes-de-dia (29,7%) e turistas (internos ou estrangeiros, registando 11,2%). Estes dados parecem fortalecer, especialmente num contexto de análise de territórios periurbanos, o conceito apresentado no âmbito da problemática desta investigação, referente à verificação de um trinómio de visitação, onde se denotam representações de utilização do território que variam entre a atividade de rotina, a recreação ou a simples

experimentação como atividade de lazer. Fortalece-se, assim, a utilização do conceito de “fruição” de áreas naturais periurbanas, que vai além dos seus foros predominantemente turísticos.

Os dados coletados vêm desta forma não só corroborar as perspectivas da investigação bibliográfica apresentada, como de algumas das intervenções de entrevistados, ao sugerirem uma mudança de paradigma para novas mentalidades ambientais, conducentes a uma crescente responsabilidade no usufruto da natureza.

Esta premissa revê-se, em particular, no contexto deste estudo, na medida em que entre as principais motivações para a visita ao município de Cascais figuraram, com destaque, as respostas “Área de residência habitual” (46,7%), justificando a atividade rotineira de acesso à natureza, e “Férias, recreação e lazer” (36,7%), onde se enquadrou a motivação para acesso a estas áreas territoriais.

O produto “Natureza” (40,7%) figurou na escolha do território por motivos de “Férias, recreação e lazer”, seguido do produto “Sol e Mar” (34%) e “Cultura” (16,7), eixos preponderantes na análise que é desenvolvida nas entrevistas sobre o posicionamento do produto turismo na natureza na oferta turística de Cascais, conforme se reforça na opinião de um dos agentes de animação turística auscultados:

*“O produto é rico, interessante e rico. Para mais, está aliado a uma componente histórica também muito importante. Mas pegando só na parte do património natural, é sem dúvida uma oferta muito diversificada e fácil” (ENT8AT).*

Estas perspectivas corroboram igualmente a assunção de Cascais no Plano Estratégico de Turismo para a Região de Lisboa (RBST e ERTRL, 2014) que salienta a diversidade local ao nível da multiplicidade de experiências complementares do território, onde o turismo na natureza ganha destaque; fazendo sobressair a posição dos órgãos de gestão e promoção turística que interpretam o turismo na natureza como um complemento à oferta de experiências de lazer no território:

*“Aqui [em Cascais] o desafio está em termos tudo para oferecer, mas em ponto pequeno (...). [Considero o produto turismo na natureza nesta região] mais como uma experiência - vejo-o como algo que é complementar, mas enquanto complemento é de primeiro nível” (ENT6VC).*

A maioria das visitas registadas nos questionários foram organizadas em autonomia (74%), tendo sido obtidos resultados díspares na regularidade das mesmas por espaço de análise, mediante o seu contexto pendular sobre os centros urbanos. O NIDC, por exemplo, com melhores acessibilidades e junto a um dos principais focos de

visita do concelho – o “Guincho” (OTC, 2017), registou um carácter mais regular de visitas, tendo 67% dos inquiridos revelado que nos últimos seis meses mantiveram uma regularidade igual ou superior a uma visita mensal.

No que respeita ao número de pessoas por grupo de visita, registaram-se sobretudo grupos compostos por 2 a 5 pessoas (64%), utilizando como meio de transporte preferencial o automóvel particular ou alugado (83,2%).

Quanto à motivação para a prática de atividades de natureza e de aventura, a maioria dos inquiridos assumiu-se como praticante moderado, realizando duas a seis atividades por ano (32,9%); muito embora se tenha verificado uma forte componente de não praticantes e praticantes ocasionais (30,4%). Cerca de 36,7% dos inquiridos assumiram-se como praticantes aficionados ou regulares, realizando mais do que sete atividades por ano. Estes resultados derivaram, naturalmente, consoante o espaço de análise e suas especificidades de prática.

No âmbito das principais atividades realizadas no espaço, predominaram os passeios pedestres em autonomia (49,6%), quer pela forte representação das visitas autónomas a estas áreas naturais (70% do total da amostra), quer pelas limitações de utilização de espaços como o NIDC, que não pressupõem a realização de outras atividades pelos condicionamentos decorrentes da sua classificação como área de proteção integral.

Os dados parecem, contudo, sugerir uma vasta amplitude de usos e valências dos territórios, registando-se a expressão de atividades como os “Percurso suspensos / *slide*” (associados ao PACB), o “*Jogging, trail, corrida*”, os “Percurso guiados / interpretativos”, os “Eventos enquadrados em grupos”, os “Passeios de animal de estimação” e os “Passeios em BTT”; de carácter distinto e multifacetado. Estes resultados vêm corroborar algumas intervenções registadas nas entrevistas, que pressupõem, a par da procura turística, uma cultura local de aceder de forma mais premente à natureza em resposta à melhoria das condições das áreas naturais, à mudança de hábitos de vida e crescente expressão da cultura de ar livre.

Neste âmbito, os entrevistados destacam duas importantes componentes dos territórios naturais periurbanos. Por um lado, a urgência na aplicação de medidas de ordenamento e planeamento do território, de regulação e fiscalização do uso e de conservação ambiental, procurando responder às crescentes pressões antrópicas que se verificam sobre os valores naturais; e por outro o sentido de oportunidade de através do turismo e fruição da natureza atenuar a relação com a comunidade, mantendo-a mais próxima e atenta, fatores essenciais nos processos de conservação.

Para o efeito, urge promover a reativação dos parques naturais enquanto territórios de conservação e visitação, estimulando o desenvolvimento da sua marca em rede para além das suas premissas basilares de conservação. No entender da maioria dos entrevistados, a visitação pode associar-se ao eixo estratégico da conservação como um instrumento de passagem de conhecimento condutor de mudanças de comportamento, e assim contribuindo para a resiliência das políticas ambientais.

São por isso abordadas diversas necessidades de financiamento, de recursos (técnicos e materiais) e de organização interna que a aplicação operacional da atividade do ICNF exige. O desinvestimento, a acumulação de competências e a descentralização dos serviços do ICNF são questões que, na opinião dos *stakeholders*, têm justificado a ineficácia dos órgãos responsáveis pelo parque natural no cumprimento dos seus deveres e acompanhamento das dinâmicas de visitação.

O contexto atual revela a incapacidade de monitorizar e fiscalizar as práticas de visitação, de rever com maior regularidade os documentos regulamentares e de dotar o ICNF da capacidade efetiva de controlo dos seus territórios. Decorre do exposto que a atuação do órgão gestor acaba por se mostrar ausente, ancorada em pressupostos proibitivos desatualizados e incapazes de responder às premissas atuais, mesmo quando os agentes procuram ser cumpridores e responsáveis, conforme se expressa na intervenção deste agente de animação turística:

*“A conclusão que nós chegámos é que é mais fácil ‘fechar a porta e deitar fora a chave’ do que regular e sobretudo fiscalizar tudo aquilo que se passa nas AP”*  
(ENT9AT).

Nas principais representações de acesso ao meio, os visitantes destacaram o “Relaxamento / introspeção na natureza” ( $\bar{x}$ = 3,68), “Saúde e bem-estar” ( $\bar{x}$ = 3,62) e “Atividades de lazer na natureza” ( $\bar{x}$ = 3,63). Estes dados parecem mostrar-se congruentes com o crescente posicionamento dos espaços naturais enquanto importantes áreas de recreação e lazer, diretamente associados ao bem-estar dos seus visitantes e assumidos como vetor impreterível para a qualidade de vida das populações.

De uma forma geral, os visitantes estão “Muito satisfeitos” com os locais visitados, destacando, na avaliação das atividades em que participaram, as categorias “Satisfação geral com os técnicos” ( $\bar{x}$ = 3,85), “Dinamismo dos técnicos durante a atividade” ( $\bar{x}$ = 3,80), “Enquadramento inicial - briefing” ( $\bar{x}$ = 3,79) e “Interesse / pertinência da atividade” ( $\bar{x}$ = 3,79).

Na análise de um conjunto de afirmações sobre a adequação do espaço e suas dinâmicas de gestão de habitat, os visitantes reconheceram o enquadramento das infraestruturas no meio envolvente ( $\bar{x}$ = 3,62), a existência e condições de suporte adequadas às necessidades dos visitantes ( $\bar{x}$ = 3,51) e a pertinência das ações desenvolvidas, enquanto promotoras de uma maior consciencialização ambiental dos visitantes ( $\bar{x}$ = 3,50).

As áreas do estudo de caso são desta forma parametrizadas como potenciadoras da sensibilização e educação ambiental dos visitantes, estimulando a apropriação dos valores que se pretendem proteger por parte dos visitantes. As estratégias de desenvolvimento da visita nestes espaços devem assim, na opinião dos entrevistados, ser construídas por forma a envolver e capacitar a comunidade visitante de conhecimento para a mudança de comportamentos que as políticas de conservação requerem:

*“Suscitar em cada indivíduo a necessidade e responsabilidade de eles próprios defenderem o património (...). Conseguires apropriar-te do local e poder desenvolver em ti uma vontade e uma responsabilidade de defesa”*  
(ENT1CA/ICNF).

Embora registando níveis de concordância positivos, as categorias menos valorizadas na apreciação das dinâmicas de cada espaço mostraram ser a oferta de experiências criativas que valorizem o património local ( $\bar{x}$ = 3,20), a adequação do trabalho da entidade gestora na redução de potenciais impactes da visita ( $\bar{x}$ = 3,28), e a caracterização dos objetivos de gestão na promoção externa do espaço ( $\bar{x}$ = 3,29).

Estes dados parecem relacionar-se com a estratégia de comunicação realizada pela entidade gestora das áreas, ao nível da promoção dos seus objetivos de gestão, resultados operacionais das suas políticas e programa de atividades. As principais diferenças estatisticamente significativas registadas associam-se aos hiatos encontrados ao nível das especificidades dos territórios de análise, que são geridos de forma distinta por via das suas especificidades de conservação e enquadramento legal.

Os territórios são por isso comunicados de forma diferenciada, com reflexos na interpretação dos impactes por parte dos visitantes, oferta de experiências de lazer e recreação e instrumentos de comunicação utilizados, podendo justificar diferentes percepções por parte dos visitantes.

Não obstante, registou-se uma melhoria da percepção do trabalho da entidade gestora no âmbito dos programas com reservas organizadas, sugerindo o importante papel

dos técnicos operacionais na intermediação do conhecimento ao nível da divulgação dos propósitos e valores de conservação das áreas, assim como das medidas que a entidade gestora se encontra a dinamizar. Estes resultados vêm igualmente reforçar o papel dos próprios agentes de animação turística, que, conforme destacado por diversos entrevistados, à parte de contribuírem para a viabilidade económica dos espaços podem assumir importantes representações como agentes de conservação e sensibilização ambiental.

Associado à capacidade de comunicação das entidades gestoras, denota-se, nos resultados dos questionários aplicados, um índice reduzido de conhecimento sobre as intervenções levadas a cabo nos territórios de aplicação, sendo exemplos a perceção sobre a existência de programas de voluntariado (43%), das ações de controlo de espécies invasoras (59%) e da gestão agropecuária e/ou florestal (59%). O desconhecimento destas práticas ganha especial relevo se considerado que estas são responsabilidades basilares da entidade gestora.

Sendo solicitada a avaliação das intervenções de gestão de habitat nas áreas de visitação, sobressai a indicação de elevada importância da maioria das variáveis, com destaque para as categorias “Experiências de lazer na natureza” ( $\bar{x}$ = 3,69) e “Iniciativas de sensibilização ambiental” ( $\bar{x}$ = 3,68), justificando a pertinência de enquadramento das ações de turismo e fruição da natureza nas estratégias de conservação.

Embora os visitantes as assumam de “Importante” a “Muito importante”, sobressaem como categorias menos valorizadas as “Intervenções de acesso à visitação” ( $\bar{x}$ = 3,44;  $\sigma$ = 0,71), as “Infraestruturas de suporte à visitação” ( $\bar{x}$ = 3,53;  $\sigma$ = 0,64), os “Códigos de conduta e boas práticas” ( $\bar{x}$ = 3,57;  $\sigma$ = 0,65) e o “Ordenamento e sinalização de caminhos” ( $\bar{x}$ = 3,57;  $\sigma$ = 0,63).

Mesmo as medidas mais restritivas como e.g. interdições de acesso, ordenamento e sinalização de caminhos ou aplicação de códigos de conduta e boas práticas, são valorizadas como “Importantes” a “Muito importantes”, muito embora se reconheça alguma desvalorização dessas variáveis pelo impacte direto na amostra do estudo. Revela-se, contudo, fulcral, a transformação de uma atuação meramente proibitiva por parte dos órgãos gestores, para um contexto de adaptação.

Segundo os entrevistados, a priorização estratégica da conservação em prol da visitação deve, numa primeira análise, servir de suporte para o desenvolvimento dos territórios, garantindo o adequado ordenamento e planeamento dos espaços e estratégias de visitação.

As próprias empresas de animação turística revelam-se disponíveis para o diálogo e compreendem a necessidade de estabelecer compromissos com os gestores do parque, na medida em que o seu instrumento de trabalho se associa diretamente ao património que se pretende proteger. Defendem, contudo, o estabelecimento de políticas abertas de diálogo que estabeleçam o contexto de cada um dos objetivos dos gestores destas áreas, atualmente parametrizadas como deficitárias e muitas vezes incompreendidas pelos próprios, resultando em incumprimentos:

*“Não é impondo regras que não fazem sentido ou que fazendo algum sentido não são compreendidas por ninguém. Uma regra quando não é compreendida por nenhum dos ‘players’ é a primeira a ser abusada” (ENT10AT).*

Ao invés de estratégias de proibição total, defende-se a aplicação de medidas partilhadas de responsabilidade e cedência, com destaque para a relevância de uma interação municipal entre Cascais e Sintra no desenvolvimento de políticas associadas:

*“Começámos a querer alargar o âmbito de atuação e ainda conseguimos fazer algumas reuniões onde tivemos a presença da PSML, que também gere uma parte do espaço do PNSC. Tentámos englobar a Câmara de Sintra mas foi sempre impossível (...). No caso do PNSC, tem de se coordenar a ação de ambos os municípios” (ENT6VC).*

Com vista à avaliação de um conjunto de pressupostos de desenvolvimento das dinâmicas de visita para a sua integração nas estratégias de conservação, solicitou-se aos entrevistados da presente investigação empírica o preenchimento de uma questão fechada (n=8), de análise qualitativa, sobressaindo hiatos entre o contexto atual da totalidade de pressupostos apresentados e a avaliação da sua importância (figura 41).

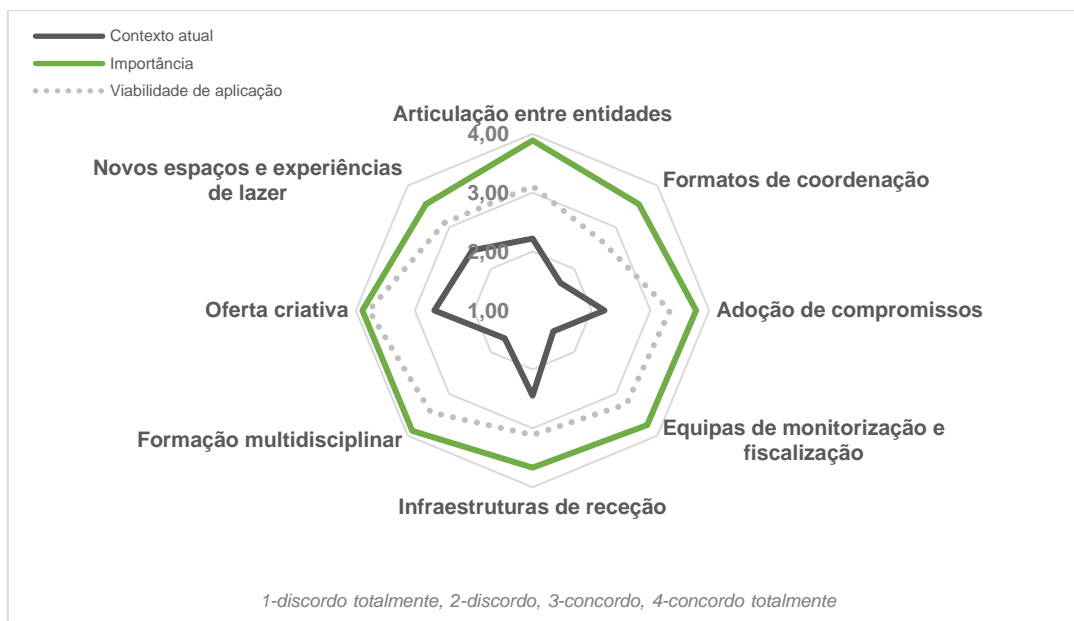


Figura 41 | Contexto atual, importância e viabilidade do pressuposto de desenvolvimento das dinâmicas de visitação

Destacaram-se nesta questão como principais incongruências na verificação destes pressupostos as categorias “Formação multidisciplinar direcionada para todos os atores das áreas de elevado valor natural” (contexto atual com  $\bar{x}= 1,63$  e importância do pressuposto com  $\bar{x}= 3,88$ ); “Existência e equipas de monitorização e fiscalização” (contexto atual com  $\bar{x}= 1,57$  e importância do pressuposto com  $\bar{x}= 3,71$ ); “Formatos de coordenação partilhada com vista à estruturação de políticas responsáveis no segmento turismo na natureza” (contexto atual com  $\bar{x}= 1,75$  e importância do pressuposto com  $\bar{x}= 3,63$ ); e “Articulação entre entidades com responsabilidade de gestão e partilha de visão sobre o desenvolvimento das áreas de conservação” (contexto atual com  $\bar{x}= 2,25$  e importância do pressuposto com  $\bar{x}= 3,88$ ).

No que respeita à viabilidade da aplicação de pressupostos, destaque para a viabilidade de aplicação das categorias “Desenvolvimento de uma oferta criativa e envolvimento direto da comunidade” ( $\bar{x}= 3,75$ ); “Formação multidisciplinar direcionada para todos os atores das áreas de elevado valor natural” ( $\bar{x}= 3,38$ ); “Existência e equipas de monitorização e fiscalização” ( $\bar{x}= 3,29$ ); “Adoção de compromissos nacionais e internacionais com vista à garantia de práticas sustentáveis: e.g. certificações, códigos de conduta, normas e cartas europeias” ( $\bar{x}= 3,25$ ). Conforme analisado no tratamento das entrevistas, subsiste nos respondentes uma perceção da dificuldade de viabilização de “Formatos de coordenação partilhada com vista à estruturação de políticas responsáveis no segmento turismo na natureza” ( $\bar{x}= 2,63$ ).

## 7 MODELO CONCEITUAL – VALORIZAÇÃO DO TURISMO NA NATUREZA NAS ÁREAS NATURAIS PERIURBANAS

*“No processo de planeamento mostra-se essencial a adoção de procedimentos compreensíveis e defensáveis, onde as decisões possam ser rastreadas e os julgamentos de valor (...) sejam explícitos. Acima de tudo, é fulcral que todos os stakeholders sejam envolvidos no processo” (Eagles et al., 2002).*

### 7.1 ENQUADRAMENTO GERAL

Os paradigmas de lazer vêm assumindo modelações cada vez mais preponderantes na vida das populações, enquanto importantes fontes de satisfação, bem-estar e qualidade de vida (Mowforth e Munt, 1998; Sharpley e Stone, 2012). Os espaços naturais enquadram-se nestas novas realidades, sendo reinterpretados pela sociedade com vista ao desenvolvimento de novas oportunidades de usufruto do seu património natural, histórico e paisagístico (Cifuentes *et al.*, 2000).

Se o desenvolvimento turístico e recreativo nos espaços naturais gerou inúmeras repercussões associadas a processos de desenvolvimento incipientes sem os devidos cuidados nos processos de organização da oferta, associando conflitos e incompatibilidades de uso (Brandão e Costa, 2008; Newsome *et al.*, 2013), atualmente o seu foco procura traduzir produtos “mais responsáveis”, conscientes e de qualidade, sustentados em formatos alternativos e mais sustentáveis (Silva, 2013).

Estas tendências parecem induzir uma crescente relação de simbiose com o meio natural, conducente a uma parafernália de benefícios mútuos, ao conciliar as estratégias de conservação e visitação, traduzindo novas oportunidades de lazer e de melhoria da qualidade de vida das populações. Neste âmbito, o constructo de gestão de ecossistemas passa a reintegrar as necessidades utilitárias (holísticas) nos processos ecológicos, incorporando diversos graus de proteção com vista à inclusão de objetivos sociais no território (Kalamandeen e Gillson, 2007).

Reconhece-se de forma cada vez mais premente a possibilidade de áreas naturais providenciarem bens e serviços via novos eixos de visitação, que potenciem a sua interpretação e educação ambiental, e induzam a motivação e mobilização dos visitantes. A apropriação destas áreas pelos visitantes e o sentido de lealdade para com os espaços inspirará o seu compromisso e mudança de comportamentos invasivos ou geradores de impactes incompatíveis (Weaver e Lawton, 2017).

Os visitantes devem ser responsabilizados e conduzidos para momentos de aprendizagem, educação ou experiência, com resultados na sua satisfação e apreciação do espaço (Luo e Deng 2008). Estas políticas traduzem-se não só em

benefícios económicos como sociais e ambientais, estimulando a apreciação de património natural e cultural nestes territórios.

Acresce a importância destas temáticas no contexto específico das áreas naturais periurbanas, onde a pressão associada à visitação se expande de uma realidade predominantemente turística para um conjunto de influências locais igualmente impactantes nas dinâmicas de conservação. O posicionamento de uma realidade turística e de fruição da natureza enquanto veículos de dinamização ecológica, económica e social pode ser vantajoso, fomentando o conhecimento e revitalização de áreas naturais, contudo, carece de um adequado planeamento e gestão da visitação destes espaços.

A gestão de áreas naturais requer o envolvimento de diversos *stakeholders* com diferentes interesses, expectativas e conhecimento sobre os valores naturais e culturais do território. A associação entre entidades governamentais, órgãos de poder local, setor público, privado, turístico ou população local, poderá registar perspetivas díspares sobre a gestão efetiva do espaço (Holden, 2000; Leung *et al.*, 2015). Estes *stakeholders* veem-se enquadrados no sistema de decisão, requerendo os seus benefícios financeiros, económicos, experienciais ou sociais, fatores que aumentam a pressão sobre os recursos destes territórios (Holden, 2000; Imran *et al.*, 2014).

Esta problemática é muitas vezes geradora de conflitos e incompatibilidades na gestão e usufruto do território, traduzindo consequências como *e.g.* a insuficiência de recursos ou investimento e a descaracterização ou desadequação das políticas correntes face às realidades de visitação em constante evolução.

São desta forma notórios os déficits de gestão e operação de algumas áreas naturais, em termos de controlo e promoção das dinâmicas de visitação, registando-se o desinvestimento nestes territórios; limitações de recursos humanos, técnicos e materiais; desordenamento dos espaços e práticas nele desenvolvidas; desatualização ou desadequação de regulamentos; inexistência de infraestruturas de suporte e de iniciativas associadas à interpretação dos valores naturais; entre outras problemáticas.

Assinala-se ainda a falta de *inputs* de outras áreas do foro social nos instrumentos de conservação. Não só os diversos *stakeholders* não são geralmente integrados no processo de decisão, como se verifica a ausência de matérias relacionadas com o planeamento e gestão da visitação no enquadramento estratégico da conservação de áreas naturais, resultando em políticas amplamente proibitivas e, por vezes, descontextualizadas do panorama atual das áreas. Todos estes resultados afetam um conjunto diversificado de atores, podendo justificar o acréscimo de impactes negativos da visitação.

Em Portugal, predomina uma política direcionada para o planeamento e gestão do produto “turismo de natureza” enquanto eixo essencialmente recreativo e desportivo, aplicado a um contexto comercial, desconsiderando-se estratégias de planeamento holístico participado, que valorizem efetivamente questões ambientais, integração do património, reforço da identidade local, diferenciação e criatividade da oferta (Silva e Carvalhinho, 2017). A acrescer a esta realidade, assiste-se a um cenário de crescente expansão e desburocratização do subsetor da animação turística sem rigor na compatibilização e valorização do turismo na natureza, em particular nas atuais estratégias de gestão de habitat (Silva e Carvalhinho, 2017; TdP, 2015).

Neste contexto, assume-se na presente tese que o produto turismo na natureza é atualmente subvalorizado no potencial que pode e deve compreender quando enquadrado com as estratégias de conservação. O entrosamento responsável da visitação no meio natural exige adequadas políticas de governança a vários níveis de operação, desde os órgãos de coordenação central aos operadores, permitindo a otimização quer das estratégias de ordenamento, planeamento e gestão de habitats, quer das experiências turísticas nos territórios.

Estes processos envolverão um conjunto de agentes de carácter e escalas muito distintas com vista à agilização, regulação, mobilização e monitorização do setor nas áreas de operação (Bramwell e Lane, 2011; Cifuentes *et al.*, 2000). Mostra-se ainda premente que seja garantida a gestão partilhada de áreas naturais, em redes públicas e privadas, de forma a percecionar o território como valioso por todos os atores envolvidos. Estas estratégias devem ser adaptáveis e geridas por fontes e especialidades multidisciplinares (Hall, 2011).

De uma forma geral, depreende-se do exposto uma abordagem holística da gestão deste património, com a afetação de medidas de gestão da visitação, que incorporem, mediante cada contexto, um espectro alargado de abordagens, combinando elementos de gestão direta e indireta, abordagens de conservação ecocentrista e antropocentrista, requerimentos legais e voluntários, proatividade na criação de novos conteúdos e formatos de divulgação, novos projetos sociais, experienciais e económicos, monitorização das práticas e acompanhamento das realidades vigentes, entre outras medidas relevantes (Silva, 2013; Tan e Law, 2016).

## 7.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO MODELO CONCEPTUAL AO ESTUDO DE CASO

As políticas de conservação no território nacional levaram à constituição da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), figurando na sua revisão, em 2017, a predisposição do ICNF para a superação do paradigma “protecionista” vigente. Destacavam-se, neste documento, a criação de sinergias, a promoção de uma visão de desenvolvimento holístico das áreas protegidas, a integração das comunidades recetoras e a potenciação da visita e fruição das áreas naturais através de modelos de desenvolvimento económico que valorizem os serviços de ecossistemas (ICNF, 2017a).

A aplicação deste modelo prevê a progressiva capacitação dos municípios, ao mesmo tempo que, a nível nacional, se elaborariam instrumentos de planeamento que estabelecessem as diretivas e os regimes normativos em função dos princípios e objetivos que prosseguem. Reconhece-se a importância de redes e interconexões entre os *stakeholders* de cada área, justificando práticas de conservação com integração de perspetivas sectoriais como *e.g.* a agricultura, o mar ou o turismo.

No domínio da educação ambiental, abordava-se a necessidade de integração de temáticas de conservação da natureza, biodiversidade e geodiversidade, ao nível dos programas curriculares das várias disciplinas, de uma forma transversal bem como em projetos ambientais desenvolvidos nas escolas, com vista ao estímulo da relação das atividades humanas com os recursos e, concretamente, com o território onde vivem, identificando potencialidades e vulnerabilidades.

Estas premissas vêm contrapor as práticas do mesmo órgão regulador nacional nas últimas décadas, onde, segundo a reflexão apresentada pelo Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS, 2016: 3), se veio privilegiando um “conceito de eficácia técnica, de certa forma ecossistémica, ao invés de uma desconcentração territorial de recursos humanos pelas diferentes AP (...) [registando-se] um desajustamento face às exigências atuais de uma gestão de proximidade, participativa e de sustentabilidade socioeconómica”.

Perante a sua forte associação periurbana, o PNSC, em particular, encontra-se longe de cumprir as premissas a que se dispôs na revisão do POPNSC (ICNF, 2003), como i) o aumento da qualidade da oferta turística; ii) a sensibilização do público, através da interpretação e educação ambiental; iii) a formação dos agentes turísticos; iv) o desenvolvimento económico e social; v) a criação de quadros de informação de frequência turística; e vi) a adequação de áreas preferenciais para turismo e recreio.

De acordo com os entrevistados no âmbito do estudo de caso da presente investigação, estas lacunas estão essencialmente relacionadas com a incapacidade

de governança atual por parte do ICNF, dadas as atuais necessidades de financiamento, de recursos (técnicos e materiais) e de estruturação interna que a aplicação operacional da sua atividade exige. São identificadas como principais causas a incorporação de novas competências no organismo e a descentralização dos seus serviços para uma realidade menos focada nos objetivos específicos desta área protegida, com reflexos imediatos na gestão concreta das atividades nesta vigentes.

Torna-se, desta forma, inexequível para o PNSC a monitorização e fiscalização das práticas de visitação, a revisão mais assídua dos documentos regulamentares e a capacidade efetiva de controlo dos territórios. A própria Carta de Desporto de Natureza acaba por sistematizar informa o desatualizada e desadequada, com zonamento decorrente da sua aplica o insuficiente, quer pela intensidade de utilizadores, que acabam por extravasar para outros territórios, quer pela incapacidade do parque garantir as devidas condi es de fiscaliza o e salvaguarda das suas medidas de gestão da visita o.

Estas questões mostram-se ainda mais decisivas num contexto em que: i) grande percentagem do território do Parque Natural   constituído por propriedades particulares, com gestão e direitos privados; e ii) o parque se encontra localizado em área limítrofe de centros urbanos principais, sobressaindo a urgência na aplica o de medidas de preserva o ambiental, dadas as potenciais pressões antrópicas e a oportunidade de manter uma rela o de visita o benéfica a todos os níveis.

O PNSC mostra-se diversificado no potencial que pode encerrar, incorporando uma parafernália de potenciais usos entre a comunidade local, visitantes-de-dia e turistas. Sobressai desta forma uma enorme pressão de expectativas sobre o território, aliando o uso local desportivo e recreativo muito intenso por parte das comunidades, a uma cada vez maior pressão turística na procura pelo produto natureza, com reflexos de conflitos entre utilizadores das mais variadas atividades.

Revela-se fulcral a transforma o de uma atua o meramente proibitiva por parte dos órgãos gestores, para um contexto de adapta o. Segundo os entrevistados, a prioriza o estratégica da conserva o em prol da visita o deve, numa primeira análise, servir de suporte para o desenvolvimento dos territórios, garantindo o adequado ordenamento e planeamento dos espaços e estratégias de visita o.

Em resposta a estes paradigmas, surgem em Cascais, por estímulo de órgãos municipais, algumas iniciativas em parceria com os órgãos responsáveis do PNSC, como a Estrutura Ecológica de Cascais, que veio dinamizar um conjunto de unidades territoriais de conserva o, com vista   recupera o e manuten o dos seus ecossistemas e biodiversidade;   promo o de a es de sensibiliza o e usufruto

regrado do espaço e à preservação da identidade do território. A recuperação destes territórios visa atuar sob uma política de gestão direta no estabelecimento de planos de visitação integrados, após requalificadas e organizadas estas áreas.

No âmbito da presente tese, são analisadas as intervenções em três destas áreas de visitação (Quinta do Pisão, Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina e Pedra Amarela Campo Base), inseridas no concelho de Cascais e sob gestão da empresa municipal Cascais Ambiente (EMAC, E.M. S.A.). A gestão partilhada destes espaços propicia o aumento de financiamento e recursos, conduzindo a um maior controlo e capacidade de atuação no território natural, complementando o trabalho do ICNF no sentido de se obterem melhores resultados de conservação e visitação.

Tratam-se, porém, de iniciativas que devem ser devidamente acompanhadas e parametrizadas não só pelo ICNF como pelos principais *stakeholders* envolvidos, com vista ao aproveitamento de todas as potencialidades destas áreas. As empresas de animação turística com atuação em turismo na natureza são alguns destes exemplos, mostrando-se disponíveis para o diálogo e compromissos com os gestores destas áreas, na medida em que a utilização do espaço pode trazer benefícios para todos os envolvidos.

Os resultados dos questionários aplicados no âmbito da investigação empírica desenvolvida nesta tese vêm não só reforçar a diversidade da procura pelos valores patrimoniais destas áreas de conservação, em termos de tipo de visita, contexto de visitação, motivações de prática e atividades realizadas, como destacar uma crescente consciencialização ambiental dos visitantes, que reconhecem na missão de conservação destes espaços lugar para o enquadramento responsável das suas visitas. Quando questionados sobre a importância das intervenções de gestão de habitat nas áreas de estudo de caso (Q4.2B, alíneas a) a j)), os inquiridos atribuem representações de importância elevada ( $\bar{x}$ = 3,44 a 3,68) tanto em iniciativas de suporte à visitação e envolvimento dos visitantes, como às próprias ações de gestão de habitats e condicionantes de uso.

O modelo concetual que aqui se apresenta deriva da análise realizada sobre os territórios de estudo de caso, explorando um conjunto de propostas aplicadas ao contexto específico do Município de Cascais e sua relação com o desenvolvimento da oferta de turismo na natureza no PNSC. O contexto de partida deste modelo foca-se por isso nos atuais paradigmas, com base na investigação bibliográfica e empírica conduzidas.

Algumas das premissas defendidas têm sido formalmente ou informalmente assumidas entre as entidades mencionadas (e.g. relação Cascais Ambiente / Instituto

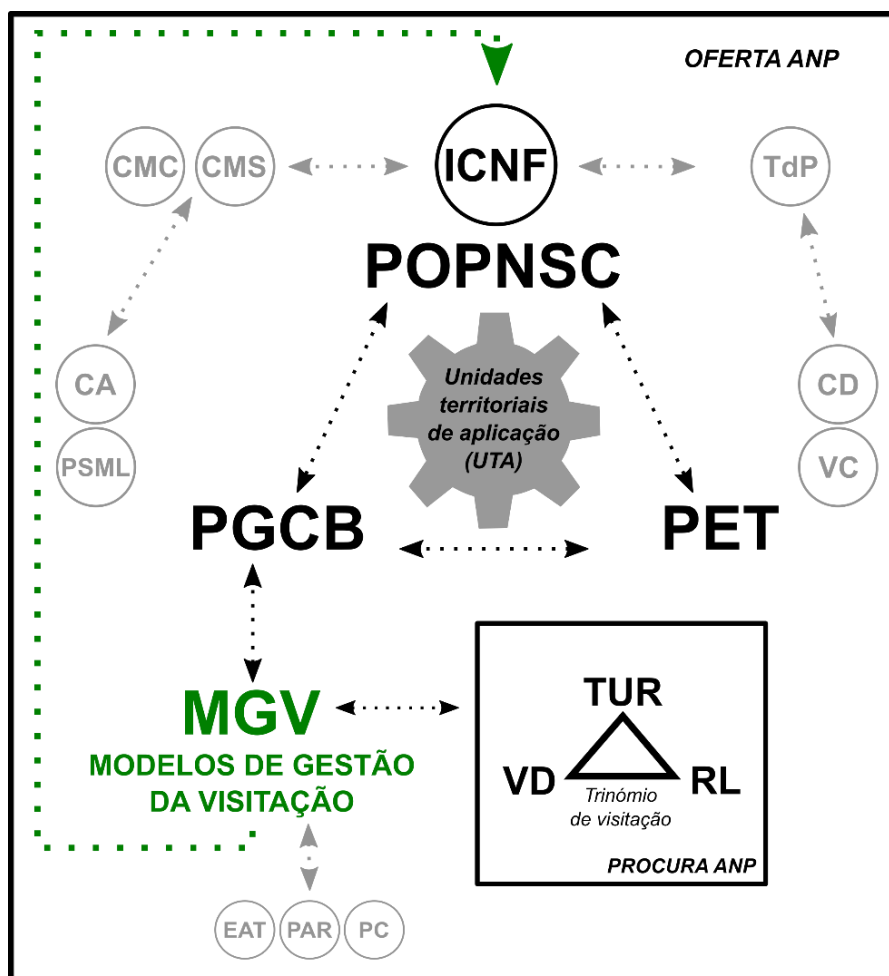
da Conservação da Natureza e das Florestas / Parques de Sintra Monte da Lua), sem, contudo, subsistir fundamento ou formalização estratégica de adequada governança por parte do ICNF na atribuição de valor a todos os potenciais *stakeholders*. Persistem políticas autónomas, não partilhadas, resultando na incapacidade de exploração do verdadeiro potencial do turismo na natureza (com consequências no seu planeamento, gestão, monitorização e avaliação de impactes) perpetuando práticas em rede.

Conforme se apresenta na figura 42, o modelo concetual traduz a reorganização e capacitação técnica do organismo coordenador **ICNF**, defendendo-se o carácter central das suas políticas estratégicas na condução de toda a operação subsequente. Embora se reconheça que se trata de uma proposta específica que deriva dos objetivos centrais da presente investigação, depreende-se como premente a reorganização dos técnicos deste instituto para um grupo de gestão de área protegida, para que se alcance um foco de proximidade nas problemáticas desta área, conforme demonstrado em práticas anteriores à reestruturação deste instituto.

Paralelamente, defende-se a incorporação de outras áreas de especialidade nos ativos do PNSC, que permitam o desenvolvimento de novos projetos (e.g. projetos de valorização turística, perceção das componentes sociais da visitaçao, estabelecimento de conexões com comunidade local) e o aprofundamento ou atualização contínua dos documentos regulamentares do Parque Natural.

Pressupõe-se, no decorrer destas premissas, uma capacidade efetiva de coordenação e governança de todos os *stakeholders* envolvidos, acrescida de uma maior exploração de projetos centrais deste instituto como a marca “Natural.pt”, de que decorrerá a criação de redes de parceiros e interessados na promoção desta área protegida. A exploração desta rede, para além de uma perspetiva promocional, permitirá dotar os agentes de maior formação sobre os valores patrimoniais desta área protegida, reduzindo esforços do próprio ICNF com a constituição de “agentes informais” na partilha de conhecimento pelos visitantes.

Na perspetiva operacional, urge ainda dotar os recursos do PNSC de maior capacitação técnica, para uma intervenção efetiva ao nível das necessidades de monitorização e fiscalização de usos neste território, medida que pode ser complementada com o estabelecimento de parcerias funcionais com órgãos de segurança e fiscalização nacionais ou regionais.



**Stakeholders, siglas e abreviaturas**

CMC	Câmara Municipal de Cascais	CD	Cascais Dinâmica
CMS	Câmara Municipal de Sintra	VC	Visit Cascais
CA	Cascais Ambiente	EAT	Empresas de Animação Turística
PSML	Parques de Sintra Monte da Lua	PAR	Particulares
TdP	Turismo de Portugal	PC	Proteção Civil

<b>ANP</b>	Áreas naturais periurbanas
<b>POPNSC</b>	Plano de Ordenamento do PNSC
<b>PGCB</b>	Planos de Gestão da Conservação e Biodiversidade
<b>PET</b>	Planos Estratégicos de Turismo
<b>TUR</b>	Turistas
<b>VD</b>	Visitantes-de-dia
<b>RL</b>	Residentes locais

Figura 42 | Modelo de valorização do TN na gestão de ANP (aplicado ao estudo de caso)

No que respeita ao desenvolvimento do produto turismo na natureza nesta área, incentiva-se a cooperação efetiva do **ICNF** com o Turismo de Portugal (**TDP**) e os municípios de Cascais e Sintra (**CMC** e **CMS**), com resultados diretos no

desenvolvimento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (**POPNSC**), defendendo-se a urgência da sua adaptação, valorização e atualização.

Perante o cenário periurbano deste território, com uma elevada distribuição ao nível de património natural e cultural, bem como um intenso e diversificado regime de utilização, sugere-se a replicação de exemplos colaborativos como os apresentados neste estudo de caso, nomeadamente através da assunção de novas áreas de gestão partilhada designadas neste modelo de Unidades Territoriais de Aplicação (**UTA**).

A criação de novas UTA permitirá a descentralização da ação do ICNF em certas unidades territoriais com particularidades específicas de conservação, sem que este organismo perca a capacidade de coordenação do espaço. A gestão destes territórios seria efetuada por entidades municipais, corporações ou associações com competências demonstradas para o efeito, garantindo maior capacidade de atuação e presença no território (e.g. **CA** e **PSML**), devendo a sua ação estar devidamente coordenada com o POPNSC e Planos Estratégicos de Turismo (**PET**).

Esta proposta vem reforçar as conclusões apresentadas em CNADS (2016: 29), onde se assinala a importância da “justa partilha de governança e da coresponsabilização dos atores locais (...) num quadro de cogestão, ou até em alguns casos e a título experimental, de transferência de competências – uma vez reunidas as necessárias condições de recursos e a eficácia e transposição dos instrumentos de governação”.

Da perspetiva das relações entre a oferta e procura, assumem-se estes espaços como importantes territórios de absorção e transição, considerando que, se devidamente ordenados, permitem absorver uma grande percentagem da procura pelo produto natureza de forma regrada, estabelecendo um zonamento controlado de territórios de maior sensibilidade; e atuam como centralidades para uma maior consciencialização dos visitantes e análise dos seus comportamentos.

O ordenamento de territórios potenciará a atuação dos gestores ao nível da distribuição de atividades, propiciando uma oferta regrada e atuando com maior precisão na resolução de conflitos no usufruto dos territórios naturais. A opção por uma gestão centralizada e presencial, com criação de redes de valor, propicia igualmente o surgimento de novas perspetivas de gestão e integração de pareceres dos diferentes *stakeholders* associados aos espaços.

Sob coordenação efetiva do ICNF, as entidades responsáveis pela gestão do espaço devem apresentar Planos de Gestão da Conservação e Biodiversidade (**PGCB**), aplicáveis a cada UTA, reunindo para além do enquadramento das matérias essenciais para a gestão de habitats e património nestes territórios os respetivos Modelos de Gestão da Visitação (**MGV**). Estes instrumentos devem traçar o contexto

de visitação em cada UTA, incidindo sobre o planeamento estratégico e operacional das dinâmicas de visitação em cada espaço.

Devem, assim, considerar o ordenamento destas áreas territoriais com base nas expectativas ambientais e de usufruto do território, definindo-se indicadores de realização e monitorizando-se as práticas e impactes destes territórios. Como premissas basilares na constituição destes modelos, identifica-se: i) a necessidade de enquadramento de processos de formação multidisciplinar dos agentes; ii) a promoção do empreendedorismo local; iii) o desenvolvimento de investigação aplicada; iv) a constituição de projetos do foro natural, social e económico; e v) o desenvolvimento de programas de interpretação e sensibilização ambiental.

O modelo concetual apresentado espelha ainda a necessidade de integração das Empresas de Animação Turística (**EAT**), entidades particulares (**PAR**) e Proteção Civil (**PC**), entre outros *stakeholders* de relevância, no desenvolvimento dos MGV, garantindo o alargamento do conjunto de perspetivas sobre o desenvolvimento destes territórios, que devem aumentar o âmbito de oportunidades para todos os envolvidos segundo uma base fortalecida de planeamento e ordenamento do produto turismo na natureza. Assume-se ainda a premência de reportar resultados de visitação aos órgãos do PNSC, para que os conhecimentos adquiridos sobre uma maior percentagem do território possam influenciar diretamente os documentos regulamentares e o processo de decisão.

O carácter específico das áreas naturais periurbanas (**ANP**) vem destacar a necessidade de remodelar as dinâmicas da procura, com reflexos que devem ser acutelados no desenvolvimento dos MGV. Valoriza-se, neste contexto, a integração do trinómio de visitação apresentado ao nível de residentes locais (**RL**), visitantes-de-dia (**VD**) e turistas (**TUR**). Assume-se como necessidade destes territórios de transição o foco numa oferta responsável, devidamente parametrizada e monitorizada, potenciando o acesso à informação das áreas naturais com vista à valorização do seu património e.g. natural, cultural, etnográfico, paisagístico ou imaterial, potenciando-se a identidade destes territórios.

Propõe-se a valorização da oferta de experiências criativas indutoras de um maior interesse na apropriação dos territórios pelos visitantes, propiciando o aumento de ações de sensibilização e educação ambiental e de projetos de conservação. Estes territórios devem, paralelamente, enquadrar a realidade regional com o desenvolvimento de projetos sociais e o envolvimento da comunidade no estímulo a novas representações de qualidade de vida, saúde e bem-estar.

A análise das dinâmicas de fruição de espaços naturais, em particular em realidades periurbanas, incorpora representações associadas à comunidade local, visitantes-de-dia e turistas, que se configuram em diferentes concepções de acesso ao meio e usufruto dos valores locais (Silva e Carvalhinho, 2017). O foco de desenvolvimento do turismo e fruição da natureza deve encontrar-se ancorado em estratégias de planeamento holístico participado, assumidas para além da sua assunção essencialmente económica, com vetores ao nível de um importante papel ambiental e sociocultural, compromissos de conservação e revitalização territorial.

Subsistem, no contexto nacional, dificuldades na aplicação de medidas efetivas de planeamento, ordenamento, monitorização e coordenação de projetos de turismo na natureza, gerando incompatibilidades entre perspetivas de *stakeholders* e *outputs* das estratégias de conservação (Laranjo, 2011; Silva e Carvalhinho, 2017; Souza, 2006).

Pressupõe-se, neste contexto, uma gestão disfuncional do turismo e fruição da natureza a nível nacional, pautada por uma atuação rígida e ecocentrista. Esta disfuncionalidade gera reflexos nos operadores e visitantes, como conflitos e impactes que poderiam ser atenuados através de políticas de abertura, proximidade e monitorização constantes.

### 7.3 GENERALIZAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL EM ÁREAS NATURAIS PERIURBANAS

A generalização e replicação do modelo conceitual apresentado para o estudo de caso, no âmbito da valorização do turismo e fruição da natureza noutros territórios que englobem áreas naturais periurbanas<sup>51</sup>, com realidades socioculturais e de gestão de habitat similares ao contexto nacional, carecerá naturalmente das devidas adaptações locais, sendo contextualizada uma modelação basilar das principais premissas associadas às conclusões da presente investigação, passível de ser generalizada.

A reduzida especificidade técnica da oferta de turismo na natureza em territórios predominantemente periurbanos, comparativamente com outras áreas mais isoladas cuja sensibilidade carece de uma observação particular, parece disfarçar a importância de uma investigação aplicada sobre a pressão associada à visitação nestes espaços. O contexto de transição entre a urbe e a natureza transparece um conjunto de práticas que vão além de uma realidade predominantemente turística, observando-se influências locais igualmente impactantes nas dinâmicas de conservação.

---

<sup>51</sup> Assume-se, neste contexto, que a referência a “áreas naturais periurbanas” compreende territórios naturais periurbanos de elevado valor natural, independentemente do seu estatuto ou regulamento de proteção, pelo interesse em se expandir o constructo a diferentes metodologias de gestão de habitat.

Desta forma, depreende-se uma oportunidade de fomentar a generalização do modelo apresentado para o estudo de caso, sugerindo a interpretação destes espaços de oferta multidimensional, que fazem sobressair uma relação direta entre a procura e a comunidade local com respetivo envolvimento do património a valorizar.

Esta modelação (figura 43) corrobora algumas das premissas identificadas na revisão de CNADS (2016), defendendo uma política de desconcentração e democratização da gestão nacional de áreas protegidas, reforçando essa importância no contexto periurbano. Assume-se como essencial o envolvimento crescente dos *stakeholders*, possibilitando a criação de unidades de gestão cogeridas por entidades parceiras, por forma a estimular modelos colaborativos, onde todos os interessados assumem papeis mais ativos, interventivos e responsáveis.

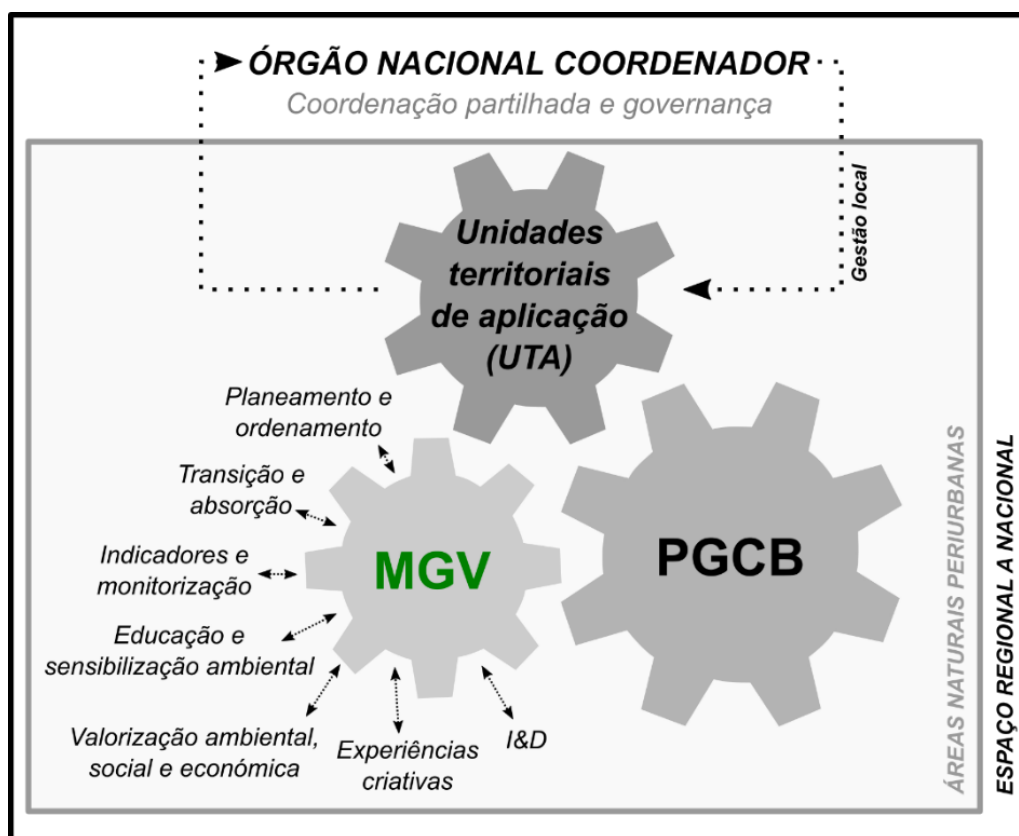


Figura 43 | Modelo de valorização do TN na gestão de ANP

O modelo interpreta as relações do **espaço regional a nacional** com o contexto associado às especificidades de cada **área natural periurbana em análise**. Assume-se, desta forma, a necessidade de representar políticas de coordenação e governança entre os órgãos nacionais e um conjunto de organizações de **gestão local**. Desta associação decorre a criação de Unidades Territoriais de Aplicação (**UTA**), cogeridas localmente segundo Planos de Gestão da Conservação e Biodiversidade (**PGCB**) específicos. A multiplicação destas unidades territoriais de aplicação, com

especificidades e representações próprias, propiciará o surgimento de redes de visitação locais devidamente enquadradas e representadas nos modelos estratégicos de coordenação do órgão nacional responsável.

Pressupõe-se, neste contexto, que os Modelos de Gestão da Visitação (**MGV**) aplicáveis a cada UTA, contribuirão para a valorização das dinâmicas de turismo na natureza e de usufruto do território, enquadradas num contexto de gestão de habitat específico de cada área.

Estes modelos devem estimular o surgimento de políticas de **planeamento e ordenamento da visitação** nas áreas naturais, pressupondo um conjunto de ferramentas que otimizem a organização territorial ao nível de recursos, sistemas organizacionais e processos correntes da sua atividade. Conforme explanado na investigação empírica realizada, assume-se como premente a adoção de políticas de gestão adaptativas, com criação de modelos efetivos de controlo de acessos que reduzam ou mitiguem os impactes da visitação e venham dotar o território de condições efetivas para a revitalização dos seus valores naturais, incluindo e.g. infraestruturas de receção, equipamentos de suporte e recursos humanos ou técnicos para o usufruto das áreas, gestão da capacidade de carga dos territórios (distribuindo centralidades de visitação e fomentando o surgimento de diversas áreas tampão) ou implementação de medidas de compensação da pegada ecológica.

O sentido de presença na área natural permitirá a atribuição de **indicadores e a monitorização dos usos**, pressupondo um adequado controlo de seguimento essencial e.g. ao ordenamento do território, à gestão de visitantes, à distribuição de recursos, ao desenvolvimento de novas infraestruturas, à identificação de impactes e ao direcionamento das estratégias de promoção e comunicação. De uma forma geral, este levantamento traduzirá a avaliação de impactes associados à visitação nestas áreas, potenciando novas estratégias de revitalização de ecossistemas locais e a sua tradução para as dinâmicas de interpretação do território, com consequências efetivas para os visitantes.

Ao serem enquadrados em estruturas e modelos de gestão global das áreas de elevado valor natural, a abordagem pressupõe uma maior capacidade dos territórios se constituírem tanto como importantes elementos de **transição e absorção** da visitação no acesso ao meio natural, enquanto elementos de oferta periurbana com capacidade efetiva de criação de redes de valor e controlo da visitação; como espaços para uma dispersão controlada de práticas de turismo na natureza com diversos níveis de especificidade técnica, aliviando cargas em territórios dados como de maior sensibilidade. Contribui-se, desta forma, para o alívio de pressão da visitação em

áreas sensíveis e para a promoção de práticas responsáveis de acesso ao meio, pelo progressivo conhecimento e sentido de apropriação dos valores naturais do território.

As características periurbanas destes territórios conferem uma importante representação ao nível da **educação e sensibilização ambiental**, revista em projetos específicos de receção e enquadramento dos visitantes, que se devem associar a toda a oferta do território, mas igualmente na expressão externa das UTA com desenvolvimento de novas redes de parceria, em que se pode envolver a rede escolar, empresarial e associativa do espaço regional a nacional. A interpretação dos valores destes territórios deve ser potenciada como uma atividade experiencial, com interesse de entretenimento e educação, induzindo um conjunto de estímulos cognitivos, afetivos e comportamentais em prol da conservação (Tan e Law, 2016). Da criação de redes advém ainda uma forte representação ao nível da **investigação e desenvolvimento (I&D)**, enquanto territórios de excelência para a aplicação prática de projetos em turismo na natureza, desde um contexto formativo a representações profissionais diversificadas e de desenvolvimento territorial.

Do exposto decorre naturalmente a **valorização ambiental, social e económica** de cada um destes territórios, potenciando as políticas de gestão de habitat, ao passo que se estimulam um conjunto de reflexos sociais e a criação de redes de valor. Perante a elevada expressão de residentes locais e visitantes-de-dia na visitação a estes territórios periurbanos, assume-se um importante papel identitário no estímulo ao bem-estar e qualidade de vida das populações. Esta valorização propicia a apropriação dos territórios naturais pelos visitantes e comunidade local, estimulando o reinvestimento na conservação e gestão de habitat.

Mostra-se, por isso, premente, a exigência do desenvolvimento de **experiências criativas**, garantindo o envolvimento dos visitantes e sua participação ativa e responsável nas práticas sobre as principais centralidades do território, com benefícios como oportunidades de sociabilização, descoberta intelectual, desafio físico ou espape hedónico (Morgan, 2010). O contexto das ANP oferece condições de excelência para a valorização da autenticidade das experiências turísticas, favorecendo a interação entre os visitantes e comunidades locais.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Na ausência de um ambiente atrativo, existiria pouco turismo. De atrações básicas como o sol, mar ou areia ao apelo inegável de estruturas e locais históricos, o ambiente é a fundação do turismo” (Mathieson e Wall, 1982 cit. por Page, 2009: 493).*

### 8.1 SÍNTESE E DISCUSSÃO CRÍTICA DO TRABALHO DESENVOLVIDO

O turismo e a fruição da natureza assumem um papel cada vez mais preponderante na vida social pós-moderna (Mowforth e Munt, 1998; Sharpley e Stone, 2012), associando-se a mudanças profundas nos paradigmas de lazer e recreação das populações e justificando o surgimento de novas motivações, perfis de utilização, características de consumo e produtos na natureza (Buckley, 2000; Holden, 2000).

Num cenário onde a procura cada vez mais informada, experiente, autónoma e consciente privilegia a autenticidade das representações turísticas (Benson, 2005), os espaços naturais ganham relevo crescente e são desenvolvidos modelos de gestão que visam a sua reorganização para que estes se assumam como importantes áreas de recreação e lazer, contribuindo para o bem-estar dos seus visitantes com benefícios ambientais, sociais e económicos decorrentes da valorização do seu património (Buckley *et al.*, 2003; Hughes, 2011; Powell *et al.*, 2009).

Reveem-se, neste contexto, novas formas de investimento associadas ao turismo e à fruição da natureza, assumidos na presente investigação como potencialmente indutoras de uma maior resiliência das medidas de conservação aplicadas na gestão de habitat, se devidamente garantida a acuidade ao nível do seu planeamento e estruturação (Băltărețu, 2011). As políticas de conservação da natureza enfrentam, desta forma, e segundo os resultados da investigação bibliográfica e empírica desenvolvidas, o desafio premente de executar a gestão ambiental do território ao mesmo tempo que se assegura o usufruto do espaço e dos recursos com experiências de visitação criativas e adaptadas aos novos paradigmas da procura.

O contacto com os espaços naturais acarreta repercussões potencialmente positivas ou negativas nos visitantes, nos habitats e nas comunidades circundantes. Na avaliação das dinâmicas de visitação nestes territórios, assume-se, de forma cada vez mais expressiva, o forte potencial de sensibilização, apreciação e conexão com a natureza, de rejuvenescimento pessoal e de acréscimo da responsabilidade individual sobre o meio ambiente. Deste constructo sobressai, no presente estudo, a intenção de consecução de um modelo de desenvolvimento da visitação em territórios periurbanos

de elevado valor natural, valorizando as dinâmicas de visitação em prol da conservação. Assume-se que para além de uma visão economicista esta perspetiva conduzirá a crescentes níveis de apreciação, respeito e envolvimento dos seus visitantes, que se apropriam de conhecimento e são incentivados a colaborar na conservação do território (Weaver e Lawton, 2017).

As áreas naturais periurbanas, exploradas na presente investigação, carregam uma parafernália de contextos potenciais de visitação, com diferentes conceções de acesso ao meio e interpretação dos valores patrimoniais. A sua multifuncionalidade, decorrente da acessibilidade das fronteiras com níveis distintos de pressão sobre o meio, justifica uma abordagem personalizada de intervenção, pautada pelo ordenamento e planeamento responsáveis da visitação ancorados em estruturas sólidas de governança.

Para a simbiose entre a visitação e a conservação ambiental mostra-se imperativa a responsabilização de todos os envolvidos, permitindo-se a otimização das estratégias de ordenamento, planeamento e gestão de habitats, bem como das experiências turísticas nestes territórios, por forma a estimular a sensibilização e/ou educação ambiental e social e, em última análise, se reduzirem ou mitigarem os impactes da visitação no espaço (Newsome *et al.*, 2013).

Não obstante, no contexto nacional subsistem lacunas associadas à falta de condições para o planeamento, gestão e monitorização do produto turismo na natureza (Laranja, 2011; Silva, 2013; Silva e Carvalhinho, 2017; Souza, 2006), verificando-se, conforme se expõe em CNADS (2016), algumas incongruências face às exigências atuais de modelos de proximidade, participação e sustentabilidade socioeconómica. Segundo esta organização, corroborada pelo conjunto de entrevistados na presente investigação, urge dotar o produto turismo na natureza da devida estrutura e conceção profissional, envolvendo no contexto operacional cada *stakeholder* e conciliando diferentes interesses e expectativas sobre os valores naturais e culturais do território, sob a revisão cuidada das entidades responsáveis para o efeito.

A presente investigação procurou, de uma perspetiva do planeamento estratégico de destinos turísticos, contribuir para a associação de modelos responsáveis de turismo e fruição da natureza a estratégias de gestão de habitat, visando a valorização dos constructos essencialmente económicos na abordagem a este tipo de ofertas. Considerou-se relevante a condução de um estudo multidisciplinar com reflexos descritivos, qualitativos e analíticos, aplicado em três territórios periurbanos de gestão de habitat, com objetivos de gestão específicos. Esta análise justificou o

desenvolvimento de um questionário original, direcionado para os visitantes das áreas de gestão de habitat e de entrevistas semiestruturadas direcionadas para entidades com responsabilidade de gestão direta ou indireta do território e da oferta.

Os resultados da investigação empírica vêm não só reforçar a diversidade da procura pelos valores patrimoniais das áreas de conservação, destacando uma crescente consciencialização ambiental dos visitantes que reconhecem na missão destes espaços lugar para o enquadramento responsável das suas visitas; como sugerir, ao nível da inquirição dos diversos *stakeholders* auscultados, uma predisposição para a criação de um modelo de ordenamento que inclua os fatores de pressão e valorização do território, ultrapassando as atuais barreiras ao nível do planeamento e ordenamento do turismo na natureza na região.

O modelo concetual apresentado propõe a valorização do turismo e fruição da natureza em áreas naturais periurbanas, pressupondo a adaptação dos resultados da investigação bibliográfica e empírica decorrentes do estudo de caso apresentado, merecendo destaque os seguintes constructos:

- transformação de atuações essencialmente proibitivas num contexto de adaptação a novos modelos de gestão de proximidade, colaborativos, interventivos e responsáveis, fomentando o envolvimento dos *stakeholders* e a criação de redes de valor acrescentado;
- desenvolvimento de novos processos de cogestão associados à criação das UTA, fomentando uma presença efetiva no território e o planeamento e ordenamento da visitação em ANP, com controlo de acessos na revitalização de áreas naturais;
- desenvolvimento de indicadores e garantia de monitorização da visitação, pressupondo controlo de seguimento que traduzirá a avaliação de impactes associados à visitação nestas áreas e permitirá a valoração de novos projetos de especialidades diversas, com base na multidisciplinariedade dos territórios periurbanos;
- capacitação técnica dos territórios como zonas de transição e absorção da visitação em zonas de conservação, adaptando a capacidade de dispersão de práticas na natureza com diversos níveis de especificidade técnica, aliviando cargas em territórios de maior sensibilidade;
- promoção das áreas naturais periurbanas enquanto espaços de educação e sensibilização ambiental, no enquadramento dos visitantes, e no desenvolvimento de novas redes de parceria, investigação e desenvolvimento do espaço regional a nacional;

- valorização ambiental, social e económica de áreas naturais periurbanas, garantindo capacidade de aplicação de processos de gestão de habitat e o desenvolvimento de experiências criativas no território, com novas representações de qualidade de vida, saúde e bem-estar.

## 8.2 CONCLUSÕES

A presente investigação pressupôs uma abordagem aos modelos de desenvolvimento das dinâmicas de turismo e fruição da natureza enquanto elementos potenciadores da sustentabilidade de espaços naturais, focando, em particular, a sua representação em contexto periurbano.

A problemática apresentada conduziu ao foco sobre um conjunto de áreas como estudo de caso, justificando a análise do estado de arte e o desenvolvimento de uma investigação empírica aplicada com o intuito de averiguar as principais perspetivas dos *stakeholders* associados ao desenvolvimento destes territórios. Visou-se, com esta investigação, a interpretação do papel potencialmente misto das dinâmicas de visitação enquanto elementos quer promotores da resiliência de áreas naturais, quer da própria competitividade do destino.

O primeiro objetivo específico da investiga o visava contribuir para a análise da rela o entre ambiente, turismo e frui o de espaços naturais, focando as principais problemáticas, discussões, modelos e metodologias de gestão estratégica da visita o. Considera-se a consecui o deste objetivo pela revisão da literatura efetuada (em particular a exposi o dos subcapítulos 2.1 a 2.5 e 3.1). Como segundo objetivo específico procurava-se o desenvolvimento de uma análise crítica em torno da abordagem   visita o nas estratégias de gestão de habitats, destacando a oferta de turismo e atividades de frui o da natureza enquanto vetores essenciais para a resiliência destes territórios. Considera-se o cumprimento deste objetivo validado com base nos resultados dos subcapítulos 3.1, 3.2 e 3.3.

O terceiro objetivo específico contemplava a análise das novas dinâmicas da oferta e da procura turística, parametrizando o turismo na natureza enquanto potencial centralidade turística e de representa o estratégica dos destinos. Considera-se este objetivo enquadrado, com maior detalhe, nos subcapítulos 2.4 e 2.5.

Como quarto objetivo específico parametrizou-se a necessidade de caraterizar o território e a oferta de turismo na natureza na região de Cascais, com enfoque nas

áreas de gestão de habitat sob análise, questões desenvolvidas no capítulo 5 onde se fez a contextualização do território de estudo de caso.

A condução da investigação empírica levou à consecução do quinto objetivo específico da investigação, referente à inquirição de visitantes das áreas de aplicação com recurso a instrumento questionário (subcapítulo 6.2).

O sexto objetivo específico visava a auscultação, com recurso a entrevistas semiestruturadas, dos diversos *stakeholders* envolvidos na gestão dos territórios de análise, tendo este sido demonstrado no subcapítulo 6.3. O subcapítulo 6.4 encerra uma síntese e triangulação dos principais resultados da investigação empírica com vista à consolidação dos resultados obtidos sob várias perspetivas.

O sétimo objetivo específico contemplava o desenvolvimento de uma proposta de modelo concetual que enquadrasse a valorização do turismo na natureza nas estratégias de conservação e de desenvolvimento turístico do destino. Considera-se o cumprimento deste objetivo nos subcapítulos 7.1, 7.2 e 7.3, onde se introduz uma abordagem de generalização dos resultados do estudo de caso para contextos periurbanos similares.

Considera-se que, de uma forma geral, os resultados da revisão bibliográfica e da investigação empírica vêm permitir validar as hipóteses da investigação (elencadas no subcapítulo 1.2). No que respeita à **primeira hipótese** de investigação, denota-se que a assunção de um papel da visitação em espaços naturais enquanto vetor meramente económico se mostra genérica e potencialmente redutora, deixando escapar importantes representações ambientais e socioculturais na sensibilização dos valores patrimoniais destes territórios, no estabelecimento de compromissos de conservação e na revitalização de realidades destas áreas. A hipótese é, desta forma, validada, perante a atual tendência de desenvolvimento de territórios de elevado valor natural, em particular os associados a um contexto periurbano, com crescente foco nos benefícios mútuos da interação entre a visitação e a conservação, assumindo que a motivação e mobilização dos visitantes conduz a uma ação em massa e sentido de lealdade para com os espaços.

Os ecossistemas são cada vez mais encarados como “oásis” que compreendem diversificados benefícios físicos, espirituais e emocionais no seu contacto, assumindo-se que a visitação deve conduzir à apreciação e conseqüente ação por parte da sociedade, inspirando criações e compromisso de todos os envolvidos (Weaver e Lawton, 2017). Às correntes “proibicionistas” contrapõe-se a urgência da visitação em espaços naturais se associar a contribuições para a qualidade de vida e bem-estar da

natureza e da sociedade, encerrando diversos benefícios como *e.g.* ecológicos, sociais, histórico-culturais, de sensibilização e educação da sociedade, de fomento a uma consciência ecológica, de desenvolvimento criativo, de criação de redes de valor, entre outros (Cifuentes *et al.*, 2000).

Focando, em particular, os territórios naturais periurbanos, os entrevistados abordam a urgência na aplicação de medidas de ordenamento e planeamento do território, regulação e fiscalização do uso e de conservação ambiental, assim como um sentido de oportunidade para através do turismo e fruição da natureza se forçar a reativação dos parques naturais enquanto territórios vivenciados pelas comunidades. No entender da maioria dos inquiridos, a visitação pode mesmo associar-se ao eixo estratégico da conservação como um instrumento de passagem de conhecimento, mudança de comportamentos e reforço da resiliência de políticas ambientais.

Considera-se igualmente validada a **segunda hipótese** de investigação, que abordou, no contexto nacional, o conjunto de dificuldades na aplicação de medidas efetivas de planeamento, ordenamento, monitorização e coordenação de projetos de turismo na natureza, sugerindo incompatibilidades entre interesses de *stakeholders* e *outputs* nas estratégias de conservação.

Embora se reconheça o potencial de visitação da natureza enquanto motivação principal ou complementar dos destinos turísticos, parece subsistir no contexto nacional uma abordagem essencialmente desportiva e limitante sobre o turismo na natureza. Num cenário de crescente expansão e desburocratização do subsetor da animação turística, com reflexos em diversas experiências nos territórios naturais, urge fomentar dinâmicas de planeamento holístico participado, valorizando questões ambientais, de integração do património, reforço da identidade local, diferenciação e criatividade da oferta (Silva e Carvalhinho, 2017; TdP, 2015).

São identificadas diversas lacunas na associação do turismo e fruição da natureza em territórios de conservação a nível nacional. Dentro destas, são exploradas limitações ao nível de recursos humanos e financeiros, sobreposição de entidades na gestão destes territórios e reduzida integração de *stakeholders* nos processos de planeamento, acrescidas da insuficiência de vigilância, inexistência de equipas de trabalho multidisciplinares, investimento escasso em infraestruturas e equipamentos de suporte e incapacidade de monitorização do uso e controlo dos visitantes, entre outros aspetos (Laranjo, 2011; Nunes, 2010; Rosa, 2014; Silva, 2013).

Segundo os *stakeholders* entrevistados na presente investigação, embora o Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC) se encontre em cumprimento com a necessidade de

ter aprovada a sua Carta de Desporto de Natureza, sobressai não só a desatualização e desadequação do documento como uma sentida incapacidade dos técnicos locais monitorizarem as práticas no terreno. Estas questões propiciam o desencontro concetual entre documentos regulatórios e a capacidade de fazer cumprir as suas principais diretivas. Da perspetiva dos agentes que operam no território, assiste-se sobretudo à imposição de políticas proibitivas, muitas vezes sem o devido fundamento por falta de monitorização da realidade.

A **terceira hipótese** do estudo, referente à elevada distribuição de contextos de visitação nos territórios naturais periurbanos, mostrou-se igualmente validada, quer pela análise do estado de arte, como pela apresentação das perspetivas da investigação empírica aplicada. A presente investigação registou uma elevada taxa de resposta de residentes locais (59,1%), seguida de visitantes-de-dia (29,7%) e turistas (internos ou estrangeiros), dados que parecem fortalecer, especialmente num contexto de análise de territórios periurbanos, o conceito apresentado no âmbito da problemática desta investigação, referente à verificação de um trinómio de visitação.

Denotam-se, assim, representações de utilização do território que variam entre a atividade de rotina, a recreação ou a simples experimentação de atividade de lazer. As entrevistas desenvolvidas vieram igualmente fortalecer a utilização do conceito de “fruição” de áreas naturais periurbanas, que vai além dos seus foros predominantemente turísticos, servindo tanto os turistas como a comunidade local e os visitantes-de-dia, reforçando o cariz diferenciado ao nível de hábitos de consumo, motivações e necessidades de gestão estratégica e operacional.

No que se refere especificamente ao PNSC, são naturalmente destacadas pelos entrevistados a sua localização estratégica e intensa cumplicidade de usos. Esta área protegida, encontrando-se na periferia de centros urbanos, associa um uso local desportivo e recreativo muito intenso por parte das comunidades, a uma cada vez maior pressão turística na procura pelo produto natureza, sugerindo dificuldades na adequação e revisão dos seus regulamentos e adaptação das suas estratégias ao volume de utilização do seu território, com reflexos em conflitos entre utilizadores das mais variadas atividades.

Considera-se igualmente validada a **quarta hipótese** da investigação, que apontava para o planeamento e gestão turística, em particular em turismo na natureza, estarem intrinsecamente associados a um conjunto diversificado de eixos de desenvolvimento, numa abordagem que promova a devida articulação entre agentes e explore as sinergias destas colaborações com vista a uma maior sustentabilidade do destino.

Diversos autores apontam para um conjunto de novas premissas no planeamento e gestão estratégica de áreas naturais, defendendo a necessidade de incorporação de valores sociais e culturais nos esforços de gestão e o reforço do papel da comunidade local nos processos de decisão e a necessidade de gestão flexível com incorporação de crescente multidisciplinidade nas decisões (Thomas e Middleton, 2003).

Williams e Gordon (2014) defendem que a comunicação entre agentes e a partilha de resultados através de projetos multidisciplinares se mostra essencial para o cruzamento de perspetivas naturais e sociais, sendo imperativa a adequada governança dos órgãos de gestão ambiental e turística, permitindo a otimização quer das estratégias de ordenamento, planeamento e gestão de habitats, quer das experiências turísticas nos territórios. Este pressuposto é reforçado em CNADS (2016) na sua aplicação às políticas de conservação, onde se destaca a relevância de governança adaptativa num cenário de coresponsabilização de atores locais, se verificadas, naturalmente, condições de recursos e eficácia na transposição dos formatos de governação.

Os *stakeholders* inquiridos no contexto da presente investigação parecem corroborar a posição destes autores, apontando, de entre os pressupostos de desenvolvimento da visitação e fruição de áreas naturais periurbanas, a necessidade de estimular: i) a formação multidisciplinar direcionada para todos os atores das áreas de elevado valor natural; ii) formatos de coordenação partilhada com vista à estruturação de políticas responsáveis no segmento turismo na natureza; e iii) a articulação entre entidades com responsabilidade de gestão e partilha de visão sobre o desenvolvimento das áreas de conservação.

Por fim, considera-se igualmente validada a **quinta hipótese** do estudo, referente ao turismo na natureza e fruição de espaços naturais periurbanos assumirem um papel estratégico na promoção da região de Cascais, assente em formatos de coordenação local que permitam a cooperação de *stakeholders* e o equilíbrio de interesses turísticos e de conservação. A região é assumida como uma marca internacional forte e desenvolvida, sendo entendida como um destino *resort* pela diversidade de elementos que a compõem. Os entrevistados fazem sobressair, da multiplicidade de experiências complementares, o turismo na natureza enquanto vetor estratégico, caracterizando-o como acessível, diversificado e rico no potencial que pode encerrar. A localização geográfica e a cumplicidade da sua oferta em termos de património natural, cultural e paisagístico, assim como a elevada qualidade das suas infraestruturas e serviços, são apontados como os principais ativos estratégicos na dinamização deste produto.

### 8.3 LIMITAÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

A presente investigação vem abordar problemáticas multidimensionais e complexas que exigem uma contextualização específica a nível geográfico e temporal, pelas condições verificadas em cada estudo de caso analisado. Reconhecem-se, desta forma, um conjunto de limitações particulares, que fazem sobressair diversas orientações para o desenvolvimento de investigações futuras com contextos ou abordagens similares.

Considera-se pertinente a replicação desta investigação em territórios geograficamente desconcentrados cujas especificidades os possam enquadrar num contexto periurbano similar, e naturalmente a necessidade de validação do modelo apresentado em realidades nacionais ou internacionais, por forma a melhor comparar perspetivas de análise. Pelas características do território associado ao PNSC, consideram-se essenciais alguns cuidados na replicação da investigação, na medida em que se trata de uma área protegida que abrange dois concelhos e que compreende uma grande percentagem de propriedades particulares, fatores que induziram a motivação para a abordagem às UTA.

Considera-se a investigação empírica condicionada pela não integração da realidade limítrofe do concelho de Sintra, vertente que embora considerada fulcral se mostrou pouco concretizável nas condições do cariz académico desta investigação. A integração da realidade turística vizinha do concelho de Sintra certamente justificaria um acréscimo de resultados com interesse para a discussão tratada, *e.g.* i) pelo volume de procura que este território assegura; ii) diversidade de oferta num raio geográfico reduzido; iii) perspetivas díspares na abordagem ao território.

Da mesma forma, conforme identificado anteriormente, reconhece-se que a opção de levantamento geográfico dos registos de animação turística localizados nos concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Lisboa possa não ter compreendido toda a atividade registada na região de Cascais, uma opção que se mostrou inevitável perante a significativa pendularidade das práticas turísticas das regiões limítrofes e as limitações de análise deste estudo, em concreto. Reconhece-se o interesse potencial da inquirição da oferta de ATMT com recurso ao instrumento questionário, por forma a especificar um conjunto de pressupostos da perspetiva da oferta turística.

Reconhece-se o forte cariz pessoal da investigação empírica, decorrente: i) da perspetiva da visitação no instrumento questionário aplicado, que concentra um perfil específico de visitantes (enquadrados nos territórios de análise e motivados pelo

contacto com o meio natural); e ii) dos resultados das entrevistas conduzidas, cujas opiniões pareceram revelar alguma saturação com a abordagem inconsistente à problemática que se tem assistido nos últimos anos, perante o contexto específico de cada entrevistado. Acresce o facto de muitos dos temas de análise serem discutíveis, ou até subjetivos na sua operacionalização, pelo que se reconhece alguma limitação dos constructos apresentados, em particular, na análise realizada com recurso a questionários, destinada aos visitantes em geral, que poderiam não estar totalmente familiarizados com alguns dos conceitos ou linguagem aplicada.

Os dados de monitorização das áreas de gestão de habitat, encontrando-se num modelo embrionário de monitorização dos visitantes, registaram alguma incipiência, apresentando metodologias díspares consoante o espaço de análise, o que pode condicionar a interpretação concreta do universo em estudo. Reconhece-se e congratula-se, contudo, os esforços que gradualmente começam a ser feitos pelos gestores destas áreas, no sentido de se munir os territórios de condições automatizadas para a avaliação da visitação, o que pode sem dúvida sugerir uma melhor concretização de investigações futuras.

Por forma a garantir uma maior escala de análise e reforçar o estudo com um carácter institucional, foi conduzida a investigação empírica com recurso a questionários via a entidade gestora do espaço, o que justificou a atribuição de uma escala de Likert estruturada em quatro níveis, ao invés de um modelo parametrizado em cinco variáveis. Esta opção, que visou responder às políticas do sistema de gestão da qualidade utilizado pela empresa gestora dos territórios, foi interpretada por alguns revisores e autor do estudo como potencialmente condicionante da dispersão da opinião dos inquiridos.

São propostas algumas ruturas e transições estruturantes no setor, visando a concertação de interesses, modelos de governança e a ação integrada entre *stakeholders*. Reconhece-se, contudo, a dificuldade de implementação de tais ações, envolvendo dinâmicas de carácter e escalas distintas. Assume-se como pertinente o desenvolvimento de investigações com forte carácter de aplicação que venham agregar os pressupostos formulados e explorar, com maior detalhe, as necessidades de enquadramento e desenvolvimento das UTA, e, mais concretamente, dos MGV, com inúmeras abordagens como o controlo de acessos, análise de impactes, desenvolvimento de experiências criativas, envolvimento da comunidade nos processos de apropriação das áreas naturais periurbanas, investigação e desenvolvimento, entre outras matérias.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, W. M. (2004). *Green development : environment and sustainability in the Third World*. London, United Kingdom: Routledge.
- ADTR. (2008). *Roadbook: Os caminhos do turismo sustentável - Manual de boas práticas de desenvolvimento turístico*. Ferreira do Alentejo: Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio.
- Akama, J. S. e Kieti, D. M. (2002). Measuring tourist satisfaction with Kenya's wildlife safari: a case study of Tsavo West National Park. *Tourism Management*, 24, 73-81.
- Almeida, M. C. e Silva, F. (2009). *Gestão do Risco em Animação Turística*. Riscos Industriais e Emergentes, Lisboa.
- Angelkova, T., Koteski, C., Jakovlev, Z. e Mitrevska, E. (2012). Sustainability and competitiveness of tourism. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 44, 221-227.
- Ankor, J. (2012). The Complexities of Experience: a Critical Tourism Response. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 19, 1-7.
- Archer, B., Cooper, C. e Ruhanen, L. (2005). The positive and negative impacts of tourism. Em W. F. Theobald (Ed.), *Global Tourism* (pp. 79-102). Burlington: Elsevier.
- Arnegger, J., Woltering, M. e Job, H. (2010). Toward a product-based typology for nature-based tourism: a conceptual framework. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(7), 915-928.
- ATC. (2017). *VisitCascais - Website Oficial do Turismo de Cascais*. Disponível a 18-12-2017, em <http://www.visitcascais.com>.
- Ballantyne, R., Packer, J. e Hughes, K. (2009). Tourists' support for conservation messages and sustainable management practices in wildlife tourism experiences. *Tourism Management*, 30(1), 658-664.
- Balmford, A., Beresford, J., Green, J., Naidoo, R., Walpole, M. e Manica, A. (2009). A Global Perspective on Trends in Nature-Based Tourism. *PLoS Biology*, 7(6), 1-6.
- Balmford, A., Green, J. M. H., Anderson, M., Beresford, J., Huang, C., Naidoo, R., et al. (2015). Walk on the Wild Side: Estimating the Global Magnitude of Visits to Protected Areas. *PLOS Biology*, 13(2), 1-6.
- Băltărețu, A. (2011). Methods of monitoring the visitors inside the natural protected areas *Cactus Tourism Journal*, 2(2), 39-43.
- Baltazar, L. e Martins, C. (2005). Atlas do Parque Natural de Sintra-Cascais – Sinta a Natureza: Junta de Turismo da Costa do Estoril e Parque Natural de Sintra-Cascais.
- Beaumont, N. e Dredge, D. (2010). Local tourism governance: a comparison of three network approaches. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(1), 7-28.
- Beirman, D. (2003). *Restoring tourism destination in crisis - a strategic marketing approach*. Austrália: Allen&Unwin.
- Bennett, N. J., Roth, R., Klain, S. C., Chan, K., Christie, P., Clark, D. A., et al. (2017). Conservation social science: Understanding and integrating human dimensions to improve conservation. *Biological Conservation*, 205(1), 93-108.

- Benson, A. (2005). Research tourism: professional travel for useful discoveries. Em M. Novelli (Ed.), *Niche Tourism: Contemporary issues, trends and cases*. Oxford, United Kingdom: Elsevier.
- Berno, T. e Bricker, K. (2011). Sustainable Tourism Development: The long road from theory to practice. *International Journal of Economic Development*, 3(3), 1-18.
- Berry, S. e Ladkin, A. (1997). Sustainable tourism: a regional perspective. *Tourism Management*, 18(7), 433-440.
- Björk, P. (2000). Ecotourism from a conceptual perspective, an extended definition of a unique tourism form. *International Journal of Tourism Research*, 2, 189-202.
- Black, R. e Crabtree, A. (2007). Achieving Quality in Ecotourism: Tools in the Toolbox. Em R. Black e A. Crabtree (Eds.), *Quality assurance and certification in ecotourism*. Oxfordshire, United Kingdom.
- Boorstin, D. J. (1961). *The image: A guide to pseudo-events in America*. New York: Harper & Row.
- Borrie, W. T. e Roggenbuck, J. W. (1998). Describing the Wilderness Experience at Juniper Prairie Wilderness using Experience Sampling Methods. Em D. L. Kulhavy e M. H. Legg (Eds.), *Wilderness and Natural Areas in Eastern North America: Research, Management and Planning* (pp. 165-172). Nacogdoches, Texas: Stephen F. Austin State University, Arthur Temple College of Forestry, Center for Applied Studies.
- Bramwell, B. e Lane, B. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 411-421.
- Brandão, A. A. e Costa, C. M. (2008). Novas dinâmicas e novas formas de gestão para o setor do turismo ao nível local: O caso da criação de observatórios regionais de turismo. In C. Cavaco (Ed.), *Turismo, inovação e desenvolvimento*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Brito, B. R. (1999, 17-19 de abril). *O turista e o viajante: Contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável*. IV Congresso Português de Sociologia -. Sociedade Portuguesa - Passados Recentes, Futuros Próximos, Universidade de Coimbra.
- Brohman, J. (1996). New directions in tourism for third world development. *Annals of Tourism Research*, 2(1), 48-70.
- Buckley, R. (2000). Tourism in the most fragile environments. *Journal Recreation Research*, 25(1), 31-40.
- Buckley, R. (2003). The practice and politics of tourism and land management. Em R. Buckley, C. Pickering e D. B. Weaver (Eds.), *Nature-based tourism, environment and land management*. Wallingford e Cambridge: CAB Publishing.
- Buckley, R. (2004a). Impacts positive and negative: links between ecotourism and environment. Em R. Buckley (Ed.), *Environmental impacts of tourism*. CABI Publishing: Oxfordshire, United Kingdom.
- Buckley, R. (2004b). Using ecological impact measurements to design visitor management. Em R. Buckley (Ed.), *Environmental impacts of tourism*. CABI Publishing: Oxfordshire, United Kingdom.
- Buckley, R., Pickering, C. e Weaver, D. B. (2003). *Nature-based tourism, environment and land management*. Wallingford e Cambridge: CAB Publishing.
- Budeanu, A. (2003). Impacts and responsibilities for sustainable tourism: a tour operator's perspective. *Journal of Cleaner Production*, 13, 89-97.

- Budowski, G. (1976). Tourism and environmental conservation: Conflict, coexistence or symbiosis? *Environmental Conservation*, 31, 27-31.
- Buhalis, D. (2000). Marketing the competitive destination of the future. *Tourism Management*, 21, 97-116.
- Buhalis, D. (2001). The tourism phenomenon. The new tourist and consumer. Em S. Wahab e C. Cooper (Eds.), *Tourism in the Age of Globalisation*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Bushell, R. e Bricker, K. (2017). Tourism in protected areas: Developing meaningful standards. *Tourism and Hospitality Research*, 17(1), 106-120.
- Bushell, R. e McCool, S. F. (2007). Tourism as a tool for conservation and support of protected areas: setting the agenda. Em R. Bushell e P. F. J. Eagles (Eds.), *Tourism and protected areas: benefits beyond boundaries*. Oxfordshire, United Kingdom: CAB International.
- Bushell, R., Staiff, R. e Eagles, P. F. J. (2007). Tourism and protected areas: benefits beyond boundaries. Em R. Bushell e P. F. J. Eagles (Eds.), *Tourism and protected areas: benefits beyond boundaries*. Oxfordshire, United Kingdom: CAB International.
- CA. (2010). Projeto de recuperação do Sistema Dunar Cresmina / Guincho - Relatório Síntese de Intervenção 2010/2016. Cascais: Cascais Ambiente.
- CA. (2016). Plano de gestão da Biodiversidade - Quinta do Pisão (pp. 155). Cascais: Cascais Ambiente.
- CA. (2017). *Cascais Ambiente - Gestão do ambiente terrestre e marítimo*. Disponível a 30-09-2017, em <http://www.cascaisambiente.pt/pt/page/cascais-ambiente-gestao-do-ambiente-terrestre-maritimo-0>.
- Cascais Natura. (2009a). *Cascais Estrutura Ecológica - Estudo preliminar*. Cascais: EMAC - Empresa de Ambiente de Cascais.
- Cascais Natura. (2009b). *Pedra Amarala Campo Base - Plano de Gestão e Conservação de Habitats*. Cascais: Cascais Natura.
- CBD. (2017). *History of the Convention*. Disponível a 03-09-2017, em <https://www.cbd.int/history/>.
- Cessford, G., Cockburn, S. e Douglas, M. (2002). *Developing New Visitor Counters and their Applications for Management*. Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas.
- Chen, H. C., Chen, K. S., Chang, T. L. e Hsu, C. H. (2010). An application of six sigma methodology to enhance leisure service quality. *Quality and Quantity*, 44(6), 1151-1164.
- Chen, J. S., Prebensen, N. K. e Uysal, M. (2014). Dynamic drivers of tourist experiences. Em N. K. Prebensen, J. S. Chen e M. Uysal (Eds.), *Creating experience value in tourism*. Oxfordshire, United Kingdom: CAB International.
- Cifuentes, M., Izurieta, A. e de Faria, H. H. (2000). *Medición de la Efectividad del Manejo de Areas Protegidas*. Turrialba: International Union for Conservation of Nature (IUCN).
- Clark, R. N. e Stankey, G. H. (1979). *The Recreation Opportunity Spectrum: A Framework for Planning, Management, and Research*. Portland: Department of Agriculture Forest Service, Pacific Northwest Forest and Range Experiment Station.

- Cloke, P. (2007). Creativity and tourism in rural environments. Em G. Richards e J. Wilson (Eds.), *Tourism, creativity and development* (pp. 37-47). New York, USA: Routledge.
- CMC. (2017). *Cascais Data*. Disponível a 02-01-2018, em <https://data.cascais.pt/pt-pt>.
- CMC. (2010). Carta de Desporto de Cascais - Relatório. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CMC. (2012). *Evolução da população do Concelho de Cascais (1970-2011)*. Câmara Municipal de Cascais. Cascais. Retirado de [https://www.cascais.pt/sites/default/files/.../apresentacao\\_censos\\_2011\\_demografia.pdf](https://www.cascais.pt/sites/default/files/.../apresentacao_censos_2011_demografia.pdf).
- CMC. (2014). *Quinta do Pisão - Parque de Natureza*. Câmara Municipal de Cascais - Cascais Ambiente. Disponível a 25-11-2014, em [www.cm-cascais.pt/quintadopisao](http://www.cm-cascais.pt/quintadopisao).
- CMC. (2015a). Plano Diretor Municipal (Revisão) (DPC e DORT, Trans.). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CMC. (2015b). Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT). Fase I - Construção da Matriz de Indicadores. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CMC. (2017a). *Câmara Municipal de Cascais - História*. Disponível a 02-01-2018, em <https://www.cascais.pt/area/historia>.
- CMC. (2017b). *Câmara Municipal de Cascais - Plano Diretor Municipal | Revisão*. Disponível a 02-01-2018, em <https://www.cascais.pt/plano-diretor-municipal-revisao>.
- CNADS. (2016). *Reflexão sobre o Modelo de Gestão da Rede Nacional de Áreas Protegidas*. Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Lisboa.
- Cohen, E. (1972). Toward a sociology of international tourism. *Social Research*, 39(1), 164-182.
- Cohen, E. (1979). A phenomenology of tourist experiences. *Sociology*, 13(2), 179-201.
- Cohen, E. (1988). Authenticity and commoditization in tourism. *Annals of Tourism Research*, 15, 371-386.
- Collin, P. H. (2006). *Dictionary of leisure, travel and tourism*. London, United Kingdom: A & C Black Publishers Ltd.
- CTN. (2015). *Creative tourism*. Disponível a 12-01-2015, em <http://www.creativetourismnetwork.org/about/>.
- Cunha, L. (2009). *Introdução ao Turismo* (4ª ed.). Lisboa: Editorial Verbo.
- Cutler, S. Q. e Carmichael, B. A. (2010). The dimensions of the tourist experience. Em M. Morgan, P. Lugosi e J. R. B. Ritchie (Eds.), *The tourism and leisure experience: consumer and managerial perspectives*. Channel View Publications.
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em Psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-228.
- De Botton, A. (2002). *The art of travel*. New York: Pantheon Books.
- de Brito, P. M., Ferreira, A. M. e Costa, C. (2011). Tourism and third sector organisations - strangers or partners? *Tourism Planning & Development*, 8(1), 87-100.

- Dearden, P. e Rollins, R. (2009). Parks and protected areas in Canada. Em P. Dearden e R. Rollins (Eds.), *Parks and protected areas in Canada. Planning and management*. Ontario, Canada: Oxford University Press.
- DEAT. (2002). *Responsible Tourism Manual for South Africa*. África do Sul: Department for Environmental Affairs and Tourism.
- Deguignet, M., Juffe-Bignoli, D., Harrison, J., MacSharry, B., Burgess, N. e Kingston, N. (2014). *United Nations List of Protected Areas*. Cambridge, United Kingdom: United Nations Environment Programme (UNEP-WCMC).
- Deng, J., King, B. e Bauer, T. (2002). Evaluating natural attractions for tourism. *Annals of Tourism Research*, 29(2), 422-438.
- DGEE. (2017). *Registos de monitorização da visitação - Janeiro a Dezembro de 2017*. Direção de Gestão da Estrutura Ecológica. Cascais Ambiente. Cascais.
- Dudley, N. (Ed.). (2008). *Guidelines for applying protected area management categories*. Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN).
- Dunlap, R. e Heffernan, R. (1975). Outdoor recreation and environmental concern: an empirical examination. *Rural Sociology*, 40(1), 19-30.
- Dwyer, L. (2005). Trends underpinning global tourism in the coming decade. Em W. F. Theobald (Ed.), *Global Tourism* (pp. 79-102). Burlington: Elsevier.
- Eagles, P. F. J. e McCool, S. F. (2002). *Tourism in national parks and protected areas: planning and management*. Oxford, United Kingdom: CABI Publishing.
- Eagles, P. F. J., McCool, S. F. e Haynes, C. D. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management*. Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN).
- Easterling, D. (2005). Residents and Tourism: What is really at stake? *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 18(4), 49-64.
- Eichhorn, V., Miller, G., Michopoulou, E. e Buhalis, D. (2008). Enabling access to tourism through information schemes. *Annals of Tourism Research*, 35(1), 189-210.
- EUROPARC Federation. (2015). *Sustainable Tourism in Protected Areas. Good for parks, good for people - European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas*. Regensburg, Germany: EUROPARC Federation,.
- EUROPARC Federation. (2017). *Europarc Federation - About us*. Disponível a 10-09-2017, em <http://www.europarc.org/>.
- Farrell, T. A. e Marion, J. L. (2002). The Protected Area Visitor Impact Management (PAVIM) Framework: A Simplified Process for Making Management Decisions. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(1), 31-51.
- Fayos-Solá, E. (1994). Competitividad y calidad en la nueva era del turismo. *Estudios Turísticos*(123), 5-10.
- Fennel, D. (2007). *Ecotourism* (3ª ed.). London, United Kingdom: Routledge.
- Ferraz, J. (2017). Turismo e globalização. Em F. Silva e J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp. 79-92). Lisboa: Lidel.
- Figgis, P. J. (1999). Australia's National Parks and Protected Areas: Future Directions. Ocasional Paper n.º8. *Discussion Paper*. Sidney, Australia: Australian Committee for IUCN.

- Filho, D. e Júnior, J. (2010). Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, 16(1), 160-185.
- Filion, F., Foley, J. e Jacquemot, A. (1994). The Economics of Global Ecotourism. Em M. Munasinghe e J. McNeely (Eds.), *Protected Area Economics and Policy: Linking Conservation and Sustainable Development*. Washington: World Bank.
- Fitzsimmons, J. A. e Fitzsimmons, M. (2004). *Service Management* (4ª ed.). Boston: Irwin McGraw-Hill.
- Foo, J.-A., McGuiggan, R. e Yiannakis, A. (2004). Roles tourists play: an Australian perspective. *Annals of Tourism Research*, 31(2), 408-427.
- Fredman, P. e Tyrväinen, L. (2010). Frontiers in nature based tourism. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10(3), 177-189.
- Fredman, P., Wall Reinius, S. e Lundberg, C. (2009). *Turism i natur. Definitioner, omfattning, statistik*. Härnösand: ETOUR - European Tourism Research Institute.
- Frey, K. (2001). A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, 4(9), 115-148.
- Gavinho, E. e Silva, M. (2017). Espaços Naturais: o desafio de planejar um destino turístico. Em F. Silva e J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp. 451-464). Lisboa: Lidel.
- Getz, D., Carlsen, J. e Morrison, A. (2005). Quality Issues for the Family Business. Em E. Jones e C. Haven-Tang (Eds.), *Tourism SMEs, Service Quality and Destination Competitiveness*. Oxfordshire, United Kingdom: CABI Publishing.
- Godfrey, K. (1998). Attitudes towards "sustainable tourism" in the UK: A view from local government. *Tourism Management*, 19(3), 213-224.
- Gonçalves, A. (2017). Ética, responsabilidade social e práticas sustentáveis nas atividades turísticas. Em F. Silva e J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp. 49-61). Lisboa: Lidel.
- Gonçalves, A. R. (2008). As comunidades criativas, o turismo e a cultura. *Dos Algarves*, 17, 11-17.
- Goodwin, H. (1996). In pursuit of ecotourism. *Biodiversity and Conservation*, 5(3), 277-291.
- Graburn, N. H. (1983). The anthropology of tourism. *Annals of Tourism Research*, 10(1), 9-33.
- Graefe, A. R., Kuss, F. R. e Vaske, J. J. (1990). *Visitor Impact Management: The Planning Framework* (Vol. 2). Washington DC: National Parks and Conservation Association.
- Graham, R., Nilsen, P. e Payne, R. J. (1988). Visitor management in canadian national parks. *Tourism Management*, 9(1), 44-61.
- Haider, W. e Payne, R. J. (2009). Visitor planning and management. Em P. Dearden e R. Rollins (Eds.), *Parks and protected areas in Canada. Planning and management*. Ontario, Canada: Oxford University Press.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J. e Anderson, R. E. (2014). *Multivariate Data Analysis* (7ª ed.): Pearson New International.

- Halkier, H., Kozak, M. e Svensson, B. (2014). Innovation and Tourism Destination Development. *European Planning Studies*, 22(8), 1547-1550. doi: 10.1080/09654313.2013.784571
- Hall, C. M. (2011). A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 437-457.
- Hardy, A. L. e Beeton, R. J. S. (2001). Sustainable Tourism or Maintainable Tourism: Managing Resources for More Than Average Outcomes. *Journal of Sustainable Tourism*, 9(3), 168-192.
- Hemmi, J. (1995). *Ympäristö-ja luontomatkailu*. Virolahti: Vapaa-Ajan Konsulti Oy.
- Hill, M. M. e Hill, A. (2008). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Holden, A. (2000). *Environment and tourism*. London, United Kingdom: Routledge.
- Holloway, J. C. (2009). *The Business of Tourism* (8ª ed.). England: Pearson Education Limited.
- Hudson, S. (2003). *Sport and Adventure Tourism*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: The Haworth Hospitality Press.
- Hughes, K. (2011). Designing Post-Visit Action Resources for Families Visiting Wildlife Tourism Sites. *Visitor Studies*, 14(1), 66-93.
- Hunter, C. (1995). On the need to re-conceptualise sustainable tourism development. *Journal of Sustainable Tourism*, 3(3), 155-165.
- Hunter, C. (1997). Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research*, 24(4), 850-867.
- Hunter, M., Redford, R. e Lindenmayer, D. (2014). The complementary niches of anthropocentric and biocentric conservationists. *Conservation Biology*, 28, 641-645.
- Huybers, T. e Bennett, J. (2003). Environmental Management and the Competitiveness of Nature-Based Tourism Destinations. *Environmental and Resource Economics*, 24(1), 213-233.
- Hvenegaard, G. T., Shultis, J. e Butler, J. R. (2009). The role of Interpretation. Em P. Dearden e R. Rollins (Eds.), *Parks and protected areas in Canada. Planning and management*. Ontario, Canada: Oxford University Press.
- ICN. (2003). Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais - Relatório Técnico. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- ICNF. (2009). Relatório Nacional de Avaliação Intercalar da Execução da ENCNB Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
- ICNF. (2014). Estratégia e Plano de Gestão da Marca "Natural.PT" - Documento síntese. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Governo de Portugal, Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI).
- ICNF. (2017a). Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2025). Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e Ministério do Ambiente.
- ICNF. (2017b). *Portal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*. Disponível a 21-08-2017, em <http://www.icnf.pt/portal>.
- ICNF. (2017c). *Turismo de Natureza*. Disponível a 21-08-2017, em <http://www.icnf.pt/portal/icnf/serv/formularios/tur-nat>.

- ICRT. (2012). *Responsible Tourism*. Disponível a 27-12-2012, em <http://www.icrtourism.org>.
- ICRT e GTA. (2006). *Gauteng Tourism - Responsible-tourism manual*. Joanesburgo: International Centre for Responsible Tourism e Gauteng Tourism Authority.
- IMF. (2016). *World Economic Outlook - Too Slow for Too Long*. Washington: International Monetary Fund (IMF).
- Imran, S., Alam, K. e Beaumont, N. (2014). Environmental orientations and environmental behaviour: perceptions of protected area tourism stakeholders. *Tourism Management*, 40, 290-299.
- INE. (2012). *Censos 2011. Resultados Definitivos (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2016). *Estatísticas do Turismo - 2015*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE).
- INE. (2017). *Estatísticas do Turismo - 2016*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE).
- IQF. (2005). *O Turismo em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Qualidade na Formação, I.P.
- ISO. (2012). *International Organization for Standardization - Standards*. Disponível a 12-03-2013, em [www.iso.org/iso/home/standards.htm](http://www.iso.org/iso/home/standards.htm).
- IUCN. (2017). *International Union for Conservation of Nature*. Disponível a 02-09-2017, em <https://www.iucn.org/>.
- IUCN, UNEP e WWF. (1980). *World Conservation Strategy. Living Resource Conservation for Sustainable Development*. Gland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, United Nations Environment Programme e World Wildlife Fund.
- IUCN, UNEP e WWF. (1991). *Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living*. Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature, United Nations Environment Programme e World Wide Fund for Nature.
- Jamal, T. e Watt, M. (2011). Climate change pedagogy and performative action: Towards community-based destination governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 571-588.
- Janssen, H., Kiers, M. e Nijkamp, P. (1995). Private and public development strategies for sustainable tourism development of island economies. Amesterdão: Faculteit der Economische Wetenschappen en Econometrie.
- Jelinčić, D. A. e Žuvela, A. (2012). Facing the Challenge? Creative Tourism in Croatia. *Journal of Tourism Consumption and Practice*, 4(2), 78-90.
- Joaquim, G. (1993). Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do "turismo responsável". *Sociologia - Problemas e Práticas*, 23, 71-100.
- Joaquim, G. (2012). *Os viajantes e o turismo : narrativas, modos de vida e representações sociais*. Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Johns, N. e Gyimóthy, S. (2002). Market Segmentation and the Prediction of Tourist Behavior: The Case of Bornholm, Denmark. *Journal of Travel Research*, 40(1), 316-237.
- Jones, E. e Haven-Tang, C. (2005). Tourism SMEs, Service Quality and Destination Competitiveness. Em E. Jones e C. Haven-Tang (Eds.), *Tourism SMEs*,

- Service Quality and Destination Competitiveness*. Oxfordshire, United Kingdom: CABI Publishing.
- Juffe-Bignoli, D., Burgess, N. D., Bingham, H., Belle, E. M. S., de Lima, M. G., Deguignet, M., et al. (2014). Protected Planet Report 2014: United Nations Environment Programme (UNEP) e World Conservation Monitoring Centre (WCMC).
- Kajala, L., Almik, A., Dahl, R., Dikšaitė, L., Erkkonen, J., Fredman, P., et al. (2007). *Visitor monitoring in nature areas – a manual based on experiences from the Nordic and Baltic countries*. Bromma, Sweden: Swedish Environmental Protection Agency.
- Kalamandeen, M. e Gillson, L. (2007). Demything “wilderness”: implications for protected area designation and management. *Biodivers Conserv*, 16(1), 165-182.
- Kastenholz, E. (2009). 'Management of Demand' as a Tool in Sustainable Tourist Destination Development. *Journal of Sustainable Tourism*, 12(5), 388-408.
- Kemp, R., Parto, S. e Gibson, R. (2005). Governance for sustainable development: moving from theory to practice *International Journal of Sustainable Development*, 8(1/2), 12-13.
- Kerala Tourism e ICRT India. (2008). *The Kerala Declaration on Responsible Tourism in Destinations: 2nd International Conference on Responsible Tourism in Destinations*. Disponível a 26-12-2012, em [www.responsibletourism2008.org/keraladeclaration.php](http://www.responsibletourism2008.org/keraladeclaration.php).
- Körössy, N. (2008). Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2), 56-68.
- Laarman, J. e Durst, P. (1987). Nature travel in the tropics. *Journal of Forestry*, 85(5), 43-46.
- Lang, C. e O'Leary, J. (1997). Motivation, participation, and preference: a multisegmentation approach of the Australian nature travel market. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 6(3-4), 159-180.
- Laranjo, J. M. (2011). *A gestão do turismo de natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas: a Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais*. Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova da Lisboa, Lisboa.
- Leech, N. L., Barrett, K. C. e Morgan, G. A. (2005). *SPSS for Intermediate Statistics: Use and Interpretation* (2ª ed.). London, United Kingdom: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Leung, Y. F., Spenceley, A., Hvenegaard, G. e Buckley, R. (2015). Tourism and visitor management in Protected Areas. Guidelines for Sustainability. *Best Practice Protected Area Guidelines Series*. Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN).
- Liburd, J. J. e Edwards, D. (2010). *Understanding the Sustainable Development of Tourism*. Woodeaton, Oxford: Goodfellow Publishers Ltd.
- Lima, G. (1997). O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. *Política e Trabalho*, 13, 201-222.
- Lindberg, K., Furze, M. e Black, R. (1997). *Ecotourism in the Asia-Pacific Region: Issues and outlook*. Bennington: The International Ecotourism Society.

- Lopes, T. (2013). *Contributos para a qualidade dos serviços de animação turística nos Açores*. Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril.
- Lucas, P. (1984). How protected areas can help meet society's evolving needs. Em J. McNeely e K. Miller (Eds.), *National parks, conservation, and development*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.
- Luo, Y. e Deng, J. (2008). The new environmental paradigm and nature-based tourism motivation. *Journal of Travel Research*, 46(392-402).
- MacCannell, D. (1973). Staged authenticity: arrangements of social space in tourist settings. *American Journal of Sociology*, 79(3), 589-603.
- Macouin, D. e Pierre, I. (2003). *Le tourisme de nature*. Nantes: AFIT.
- Manidis Roberts Consultants. (1997). *Developing a Tourism Optimisation Management Model (TOMM)*. Sydney: Manidis Roberts Consultants.
- Manning, R. E. (2000). Coming of Age: History and Trends in Outdoor Recreation Research. Em W. C. Gartner e D. W. Lime (Eds.), *Trends in Outdoor Recreation, Leisure and Tourism*. Oxon, United Kingdom: CABI Publishing.
- Marion, J. L. e Reid, S. E. (2007). Minimising Visitor Impacts to Protected Areas: The Efficacy of Low Impact Education Programmes *Journal of Sustainable Tourism*, 15(1), 5-27.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística - Com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Mascia, M., Brosius, J., Dobson, T., Forbes, B., Horowitz, L., McKean, M. e Turner, N. (2003). Conservation and the social sciences. *Conservation Biology*, 17(3), 649-650.
- Mason, P. (2008). *Tourism impacts, planning and management*. Nova Iorque, EUA: Routledge.
- Mathieson, A. e Wall, G. (1982). *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. Harlow: Longman.
- McCool, S. F. e Patterson, M. E. (2000). Trends in Recreation, Tourism and Protected Area Planning. Em W. C. Gartner e D. W. Lime (Eds.), *Trends in Outdoor Recreation, Leisure and Tourism*. Oxon, United Kingdom: CABI Publishing.
- McKercher, B. (1993). Some fundamental truths about tourism: understanding tourism's social and environmental impacts. *Journal of Sustainable Tourism*, 1(1), 6-16.
- McKercher, B. (2002). *Turismo de natureza: Planejamento e sustentabilidade*. São Paulo: Contexto.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J. e III, W. W. B. (1972). *The limits to growth*. Nova Iorque, EUA: Universe Books.
- MEE. (2012). *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT): Revisão e objetivos 2013-2015*. Ministério da Economia e do Emprego. Disponível a 29-05-2013, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>.
- Mehmetoglu, M. (2007). Typologising nature-based tourists by activity - Theoretical and practical implications. *Tourism Management*, 28, 651-660.
- MEI. (2006). *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)*. Lisboa, Portugal: Ministério da Economia e Inovação. Turismo de Portugal.

- Mihalič, T. (2006). Nature-based products, ecotourism and adventure tourism. Em D. Buhalis e C. Costa (Eds.), *Tourism Business Frontiers - Consumers, products and industry*. Oxford, Reino Unido: Elsevier.
- Moniz, A. I. (2009). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos de Economia Aplicada ao Atlântico (CEEApIA).
- Moore, S. A., Smith, A. J. e Newsome, D. N. (2003). Environmental Performance Reporting for Natural Area Tourism: Contributions by Visitor Impact Management Frameworks and Their Indicators. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(4), 348-375.
- Morag, O. e Tal, T. (2012). Assessing Learning in the Outdoors with the Field Trip in Natural Environments (FiNE) Framework. *International Journal of Science Education*, 34(5), 745-777.
- Moreira, C. A. (2005). Desenvolvimento Sustentável - um conceito no limiar da utopia. Disponível a 19-12-2012, em [www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=1165&lang=pt](http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=1165&lang=pt).
- Morgan, M. (2010). The experience economy 10 years on: Where next for experience management. Em M. Morgan, P. Lugosi e J. R. B. Ritchie (Eds.), *The tourism and leisure experience: consumer and managerial perspectives*: Channel View Publications.
- Morgan, M. e Xu, F. (2009). Student travel experiences, memories and dreams. *Journal of Hospitality and Marketing Management*, 18(2-3), 216-236.
- Mossberg, L. (2007). A Marketing Approach to the Tourist Experience. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7(1), 59-74.
- Moura, A. K. C. (2008). *O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística: uma análise crítica das teorias da sustentabilidade, das políticas públicas e do discurso oficial do turismo na Paraíba*. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, Porto Brasil.
- Mowforth, M. e Munt, I. (1998). *Tourism and Sustainability*. Londres: Routledge.
- Muhar, A., Arnberger, A. e Brandenburg, C. (2002). *Methods for Visitor Monitoring in Recreational and Protected Areas: An Overview*. Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas.
- Murphy, P. E. e Price, G. G. (2005). *Tourism and sustainable development*. Burlington: Elsevier.
- Naidoo, P., Ramseook-Munhurrin, P. e Seegoolam, P. (2011). An assessment of visitor satisfaction with nature-based tourism attractions. *International Journal of Management and Marketing Research*, 4(1), 87-98.
- National Park Service. (1997). *The visitor experience and resource protection (VERP) framework. A handbook for planners and managers*. Denver: United States Department of the Interior - National Park Service.
- Neto, F. (2003). *A new approach to sustainable tourism development: moving beyond environmental protection*. Nova Iorque: Discussion paper of the United Nations Department of Economic and Social Affairs.
- Neves, L. M. B. B. G. (2016). *A importância da náutica para a afirmação do destino Cascais: o caso de estudo da vela Mestrado*, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril.

- Newsome, D., Moore, S. A. e Dowling, R. K. (2013). *Natural area tourism: ecology, impacts and management*. Bristol, United Kingdom: Channel View Publications.
- Nickerson, N. P. (2006). Some reflections on quality tourism experiences. Em G. Jennings e N. P. Nickerson (Eds.), *Quality tourism experiences*. Burlington, MA: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Nunes, P. (2010). *Desporto, turismo e ambiente: O turismo de natureza como pólo de atracção turística complementar ao produto sol & mar na sub-região do Litoral Alentejano*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Nyaupane, G. P., Morais, D. B. e Graefe, A. R. (2004). Nature Tourism Constraints: A Cross-Activity Comparison. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 540-555.
- Oliveira, A. G. (2009). *Bioestatística, epidemiologia e investigação: teoria e aplicações*. Lisboa: Lidel - Edições Técnicas, Lda.
- Oliveira, S. D. e Fontana, R. F. (2006). *Turismo responsável: uma alternativa ao turismo sustentável*. Apresentado no IV SeminTUR - Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, Universidade de Caxias do Sul.
- OMT. (2001). *Código Ético Mundial para el Turismo*. Madrid: Naciones Unidas e Organización Mundial del Turismo.
- OTC. (2017). Inquérito de satisfação ao turista de Cascais. Cascais: Observatório de Turismo de Cascais.
- Otto, J. E. e Ritchie, J. R. B. (1996). The service experience in tourism. *Tourism Management*, 17(3), 165-174.
- Oxford Dictionaries. (2015). *Creativity*. Disponível a, em <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/creativity>.
- Page, S. J. (2009). *Tourism Management: managing for change*. Burlington, EUA: Butterworth-Heinemann.
- Pearce, P. L. (1982). *The social psychology of tourist behaviour*. Oxford, United Kingdom: Pergamon Press.
- Pestana, M. H. e Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS (5ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pickering, C. e Weaver, D. B. (2003). Nature-based tourism and sustainability: issued and approaches. Em R. Buckley, C. Pickering e D. B. Weaver (Eds.), *Nature-based tourism, environment and land management*. Wallingford e Cambridge: CAB Publishing.
- Pine, B. J. e Gilmore, J. H. (1999). *The experience economy: Work is theatre and every business is a stage*. Boston: HBS Press.
- Pires, P. (2005). "Capacidade de Carga" como paradigma de gestão dos impactos da recreação e do turismo em áreas naturais. *Turismo em análise*, 16(1), 5-28.
- Pizam, A. (2010). Creating memorable experiences. *International Journal of Hospitality Management*, 29(3), 343.
- Plog, S. C. (1974). Why Destinations Rise and Fall in Popularity. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 14(4), 55-58.
- Plog, S. C. (1987). Understanding Psychographics in Tourism Research. Em J. Ritchie e C. Goeldner (Eds.), *Travel, Tourism and Hospitality Research: A Handbook for Managers and Researchers*. New York: John Wiley.

- Plog, S. C. (2001). Why Destinations Rise and Fall in Popularity. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 42(3), 13-24.
- Poon, A. (2003). Competitive Strategies for a new Tourism. Em C. Cooper (Ed.), *Aspects of Tourism. Classic Reviews in Tourism*. Clevedon: Channel View Publications.
- Powell, R. B., Kellert, S. R. e Ham, S. H. (2009). Interactional Theory and the Sustainable Nature-Based Tourism Experience. *Society & Natural Resources*, 22(8), 761-776.
- Prebensen, N. K., Chen, J. S. e Uysal, M. (2014). Co-creation of Tourist Experience: Scope, Definition and Structure. Em N. K. Prebensen, J. S. Chen e M. Uysal (Eds.), *Creating experience value in tourism*. Oxfordshire, United Kingdom: CAB International.
- Priberam. (2015). *Priberam dicionário*. Disponível a 12-01-2015, em <http://www.priberam.pt/dlpo/criatividade>.
- Prideaux, B. (2014). Value Creation: A tourism mobilities perspective. Em N. K. Prebensen, J. S. Chen e M. Uysal (Eds.), *Creating experience value in tourism*. Oxfordshire, United Kingdom: CAB International.
- Quan, S. e Wang, N. (2004). Towards a structural model of the tourist experience: an illustration from food experiences in tourism. *Tourism Management*, 25, 297-305.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RBST e ERTTL. (2014). *Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019*. Roland Berger Strategy Consultants e Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa. Lisboa.
- Richards, G. (2011). Creativity and Tourism. *Annals of Tourism Research*, 38(4), 1225-1253.
- Richards, G. e Raymond, C. (2000). Creative tourism. *ATLAS News*, 23, 16-20.
- Richards, G. e Wilson, J. (2007). Tourism development strategies. From culture to creativity? Em G. Richards e J. Wilson (Eds.), *Tourism, creativity and development* (pp. 255-288). New York, USA: Routledge.
- Ritchie, J. R. B. e Crouch, G.I. (2003). *The competitive destination: A sustainable tourism perspective*. Wallingford, Reino Unido: CABI Publishing.
- Robinson, M. e Novelli, M. (2005). Niche Tourism: an introduction. Em M. Novelli (Ed.), *Niche Tourism: Contemporary issues, trends and cases*. Oxford, United Kingdom: Elsevier.
- Rosa, P. F. (2014). *Desporto, Recreação e Turismo em Áreas Protegidas. Modelo de Gestão Participada para o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Doutoramento em Ciências do Desporto, Universidade da Madeira, Lisboa.
- Ryan, C. (1997). From motivation to assessment. Em C. Ryan (Ed.), *The tourist experience: a new introduction*. London, United Kingdom: Cassel.
- Ryan, C. (2003). *Recreational tourism: demand and impacts*. Clevedon, Reino Unido: Channel View Publications.
- Ryan, C. (2011). Ways of conceptualising the tourist experience: a review of literature. Em R. Sharpley e P. R. Stone (Eds.), *Tourist Experience: Contemporary perspectives*. Oxfordshire, United Kingdom: Routledge.

- Sancho, A. (1998). *Introducción al turismo*. Madrid: Organización Mundial del Turismo (OMT).
- Santos Filho, J. (2003). Em M. Bahl (Ed.), *Turismo: Enfoques teóricos e práticos*. São Paulo: Roca.
- SCBD, WTO e UNEP. (2009). *Tourism for Nature and Development: A good practice guide*. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity, World Tourism Organization e United Nations Environment Programme.
- Scott, A. J. (2010). Cultural economy and the creative field of the city. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 92(2), 115-130.
- Severino, F. S. (2017). *Os impactos dos eventos desportivos na hotelaria em Cascais: o caso do “CSI: Longines Global Champions Tour 2017”*. Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril.
- Sharpley, R. (2000). Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(1), 1-19.
- Sharpley, R. (2009). *Tourism development and the environment: beyond sustainability?* London, United Kingdom: Earthscan.
- Sharpley, R. e Stone, P. R. (2011). Introduction: thinking about the tourist experience. Em R. Sharpley e P. R. Stone (Eds.), *Tourist Experience: Contemporary perspectives*. Oxfordshire, United Kingdom: Routledge.
- Sharpley, R. e Stone, P. R. (2012). Experiencing tourism, experiencing happiness? Em R. Sharpley e P. R. Stone (Eds.), *Contemporary Tourist Experience: Concepts and consequences*. Oxon, United Kingdom: Routledge.
- Silva, F. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores*. Doutoramento em Geografia - Planeamento Regional e Urbano, Universidade de Lisboa - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Lisboa.
- Silva, F., Almeida, M. C. e Lopes, T. (2013). *Bases para a qualificação do turismo na natureza nos Açores – qualidade e responsabilidade na animação turística*. Angra do Heroísmo, Região Autónoma dos Açores: Associação Regional de Turismo
- Silva, F. e Carvalhinho, L. (2017). Turismo na natureza e de aventura. Em F. Silva e J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp. 259-273). Lisboa: Lidel.
- Silva, M. (2016). *Gestão da segurança no turismo de aventura em Portugal*. Doutoramento em Turismo - Gestão de Destinos e Produtos Turísticos Universidade de Lisboa - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Lisboa.
- Simões, J. M. (2008). Turismo, ordenamento e sustentabilidade do território: problemas e desafios. In C. Cavaco (Ed.), *Turismo, inovação e desenvolvimento*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Simões, J. M. e Ferreira, C. C. (Eds.). (2009). *Turismos de nicho. Motivações, produtos, territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Solton, S., Redford, K. e Dudley, N. (2014). *The future of Privately Protected Areas*. Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN).

- Souza, L. H. (2006). *A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Stamboulis, Y. e Skayannis, P. (2003). Innovation strategies and technology for experience-based tourism. *Tourism Management*, 24, 35-43.
- Stanford, D. (2006). *Responsible tourism, responsible tourists: What makes a responsible tourist in New Zealand*. Doutoramento em Gestão Turística Dissertação, Victoria University of Wellington, Wellington.
- Stanford, D. (2008). Exceptional Visitors: Dimensions of Tourist Responsibility in the Context of New Zealand. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(3), 258-275.
- Stankey, G. H., Cole, D. N., Lucas, R. C., Petersen, M. E. e Frissell, S. S. (1985). *The Limits of Acceptable Change (LAC): System for wilderness planning*. Ogden: United States Department of Agriculture.
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable tourism management*. Wallingford: CABI International.
- Tan, E. e Law, R. (2016). mLearning as a softer visitor management approach for sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(1), 132-152.
- TdP. (2015). Animação Turística em Portugal 2014 - Caracterização da Oferta e da Procura (pp. 21). Lisboa: Turismo de Portugal (TdP).
- TdP. (2016). Estratégia para o Turismo 2027 (ET27) - Documento para Discussão Pública (pp. 100). Lisboa: Turismo de Portugal (TdP).
- TdP. (2017a). Estratégia Turismo 2027 (pp. 66). Lisboa: Turismo de Portugal (TdP).
- TdP. (2017b). *Reconhecimento das Atividades como Turismo de Natureza*. Disponível a 21-08-2017, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/dvo/atividades-turisticas/Pages/reconhecimentodas-atividades-turismo-natureza.aspx>.
- TdP. (2017c). *Sítio oficial do Turismo de Portugal, I.P.* Disponível a 05-01-2018, em <http://www.turismodeportugal.pt>.
- Tearfund. (2002). *Worlds Apart: A call to responsible global tourism*. Teddington, United Kingdom: Tearfund - Christian Action with the Worlds Poor.
- Theberge, J. C. e Theberge, J. B. (2009). Application of Ecological Concepts to the Management of Protected Areas. Em P. Dearden e R. Rollins (Eds.), *Parks and protected areas in Canada. Planning and management*. Ontario, Canada: Oxford University Press.
- Theobald, W. F. (2005). *Global Tourism*. Burlington: Elsevier.
- Thomas, L. e Middleton, J. (2003). *Guidelines for Management Planning of Protected Areas*. Gland, Switserland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN).
- THR. (2006). *10 Produtos Estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal - Turismo de Natureza* (Turismo de Portugal, I.P. ed.). Lisboa, Portugal: Turismo de Portugal, I.P.
- TIES. (2000). *Ecotourism statistical fact sheet*. Washington DC: The International Ecotourism Society.
- TIES. (2017). *What is ecotourism?* Disponível a 14-06-2017, em <http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>.

- Tirados, R. (2011). Half a century of mass tourism: evolution and expectations. *The Service Industries Journal*, 31(10), 1589-1601.
- TKI. (2017). *Tourism Optimisation Management Model (TOMM)*. Disponível a 25-08-2017, em <http://www.tourkangarooisland.com.au/tourism-optimisation-management>.
- Tourism Victoria. (2008). Victoria's nature-based tourism strategy. Victoria: Tourism Victoria, State Government of Victoria.
- TRTP. (2002). Cape Town Declaration: Conference on Responsible Tourism in Destinations. Disponível a 26-12-2012, em [www.responsibletourismpartnership.org/CapeTown.html](http://www.responsibletourismpartnership.org/CapeTown.html).
- Tung, V. W. S. e Ritchie, J. R. B. (2011). Exploring the essence of memorable tourism experiences. *Annals of Tourism Research*, 38(4), 1367-1386.
- Umbelino, J. (2014). Os valores do território no lazer e no turismo. Em C. Costa, F. Brandão, R. Costa e Z. Brenda (Eds.), *Produtos e competitividade do turismo na Lusofonia* (Vol. II, pp. 203-216). Lisboa: Escolar Editora.
- Umbelino, J. (2017). O Turismo: caracterização e prospetiva. Em F. Silva e J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp. 3-19). Lisboa: Lidel.
- UN. (2017). *Sustainable Development: knowledge platform - Agenda 21*. Disponível a 29-01-2017, em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>.
- UNEP. (2017). *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. Disponível a 24-01-2017, em <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.Print.asp?documentid=97&articleid=1503>.
- UNESCO. (2008). *World Heritage Information Kit*. Paris, França: UNESCO World Heritage Centre.
- UNWTO. (2016). *UNWTO Tourism Highlights - 2016 Edition*. Madrid, Spain: United Nations World Tourism Organization.
- UNWTO. (2017a). *Sustainable Development of Tourism*. Disponível a 01-05-2017, em <http://sdt.unwto.org/content/about-us-5>.
- UNWTO. (2017b). *UNWTO Tourism Highlights - 2017 Edition*. Madrid, Spain: United Nations World Tourism Organization.
- Valentine, P. (1992). Review: Nature-based tourism. Em M. Hall e B. Weiler (Eds.), *Special interest tourism* London: Belhaven Press.
- Valkama, S. (Ed.). (1997). *Luontomatkailun ja Ympäristönsuojelun Kohtaaminen. Vaikeuksien takana piilee myös todellisia mahdollisuuksia: Sustainable Tourism Publications 1*. Matkailun osaamiskeskus ja Matkailun verkostoyliopisto, Savonlinna Joensuun yliopisto, 96-102.
- Vanhove, N. (2006). A Comparative Analysis of Competition Models for Tourism Destinations. Em M. Kosak e L. Andreu (Eds.), *Progress in Tourism Marketing*. Oxford, Reino Unido: Elsevier.
- Vargas-Sánchez, A. (2017). Territórios de inovação e turismo. Em F. Silva e J. Umbelino (Eds.), *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp. 481-492). Lisboa: Lidel.

- Veal, A. J. (2006). *Research methods for leisure and tourism. A practical guide* (3ª ed.). Essex, United Kingdom: Pearson Education Limited.
- Viana, A. (2007, abril). *Una aproximación al turismo sostenible*. IX Reunión de Economía Mundial, Madrid.
- Vila, N. A., Brea, J. A. F. e Carril, V. P. (2012). El turismo activo como modalidad turística en expansión. Análisis de la oferta de turismo activo en España. *Contabilidad y Negocios*, 7(13), 59-70.
- Villalobos, L. (2017). O futuro do turismo está no combate à sazonalidade. Disponível a, em <https://www.publico.pt/2017/03/16/economia/noticia/o-futuro-do-turismo-esta-no-combate-a-sazonalidade-1765369>.
- Wagar, J. S. (1964). *The carrying capacity of wildlands for recreation*. Washington DC: Society of America Foresters.
- Wall, G. (1996). Rethinking impacts of tourism. *Progress in Tourism and Hospitality Research*, 2, 207-215.
- Wall, G. e Mathieson, A. (2006). *Tourism: change, impacts and opportunities*. Essex, Reino Unido: Pearson Education Limited.
- WCED. (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development (UN)*, United Nations.
- Wearing, S. e Neil, J. (1999). *Ecotourism: impacts, potentials and possibilities*. Oxford, United Kingdom: Butterworth-Heinemann.
- Weaver, D. (2006). *Sustainable tourism: Theory and practice*. Oxford, United Kingdom: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Weaver, D., Faulkner, B. e Lawton, L. (1999). Nature-based tourism in Australia and beyond: a preliminary investigation. *Work-in-Progress Report Series: Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism (CRCST)*.
- Weaver, D. B. (2001). Ecotourism as mass tourism: contradiction or reality? *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 42(2), 104-112.
- Weaver, D. B. (2014). Asymmetrical dialectics of sustainable tourism: toward enlightened mass tourism. *Journal of Travel Research*, 53(2), 131-141.
- Weaver, D. B. e Lawton, L. J. (2017). A new visitation paradigm for protected areas. *Tourism Management*, 60, 140-146.
- WEF. (2017). *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017*. Switzerland: World Economic Forum (WEF).
- Wheeler, B. (2003). Alternative tourism - a deceptive ploy. Em C. Cooper (Ed.), *Aspects of Tourism. Classic Reviews in Tourism*. Clevedon: Channel View Publications.
- Wickers, D. (1992). Whither green. *Sunday Times*.
- Williams, S. e Gordon, H. (2014). Paradigms and progress in conservation science. *Conservation Biology*, 29(1), 3-4.
- WSSD. (2003). *Responsible Tourism Handbook: A guide to good practice for tourism operators: World Summit on Sustainable Development (WSSD)*.
- WTO. (1998). *Guide for local authorities on developing sustainable tourism*. Madrid, Spain: World Tourism Organization.

- WTTC. (2016a). Travel & Tourism - Economic Impact 2016: Annual Update Summary. Disponível a 07-01-2017, em <http://www.wttc.org/news-media/news-archive/2012/wttc-travel-tourism-still-robust-despite-uncertain-global-econom/>.
- WTTC. (2016b). Travel & Tourism - Economic Impact 2016: Portugal. Disponível a 07-01-2017, em <http://www.wttc.org/news-media/news-archive/2012/wttc-travel-tourism-still-robust-despite-uncertain-global-econom/>.
- WTTC, WTO e EC. (1996). *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry*. Londres, Reino Unido: World Travel & Tourism Council, World Tourism Organization e Earth Council.
- Yusof, N. A. e Rahman, F. A. (2011). *Tourist's perceptions of service quality in a lake-based tourism area*. International Conference on Business and Economics Research, Singapore.

## LEGISLAÇÃO E NORMAS CONSULTADAS

- Decreto-Lei n.º 19/1993 de 23 de janeiro. *Série I-A, n.º 19*. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 47/1999 de 7 de março. *Diário da República, n.º 48- 1ª Série*. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 95/2013 de 19 de julho. *Diário da República, n.º 138 - 1ª Série*. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de maio. *Diário da República, n.º 94 - I Série*. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho. *Diário da República, 1ª Série, n.º 142*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 204/2000 de 1 de setembro. *Diário da República, n.º 202 - I Série A*. Ministério da Economia. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 242/2015 de 15 de outubro. *Diário da República, 1ª Série, n.º 202*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 292/1981 de 15 de outubro. *Diário da República, n.º 237 - I Série*. Ministério da Qualidade de Vida. Lisboa.
- Decreto Regulamentar n.º 8/1994 de 11 de Março. *Diário da República, n.º 59 - I Série B*. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. Lisboa.
- Decreto Regulamentar n.º 9/1994 de 11 de Março. *Diário da República, n.º 59 - I Série B*. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. Lisboa.
- Decreto Regulamentar n.º 18/1999 de 27 de agosto. *Diário da República, n.º 200 - I Série B*. Ministério do Ambiente. Lisboa.
- Lei n.º 11/1987 de 7 de abril. *I Série, n.º 81*. Assembleia da República. Lisboa.
- Portaria n.º 53/2008 de 18 de janeiro. *Diário da República, 1ª Série, n.º 13*. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- Portaria n.º 651/2009 de 12 de junho. *Diário da República, n.º 112 - I Série*. Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004 de 8 de janeiro. *Diário da República, 1ª Série - B, N.º 6*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015 de 21 de julho. *Diário da República, 1ª Série, N.º 140*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007 de 4 de abril. *Diário da República, n.º 67 - 1ª Série*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/1998 de 25 de agosto. *Diário da República, I Série-B*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2001 11 de outubro. *Diário da República - I Série-B n.º 236*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

## 10 ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DAS ÁREAS DE GESTÃO DE HABITAT  
(VERSÃO PORTUGUESA)

## QUESTIONÁRIO DE VISITAÇÃO

A preencher pela Cascais Ambiente:

ID	LOCAL	SEGMENTO RESERVA	ENTREVISTADOR	DATA	HORA

Este questionário, integrado num projeto de Tese de Doutoramento (IGOT - UL / ESHTe), visa monitorizar a satisfação dos visitantes de espaços e serviços sob gestão de habitat pela Cascais Ambiente. A participação neste estudo é voluntária e confidencial, não sendo divulgadas informações individualizadas.

A aplicação do questionário é promovida pela Cascais Ambiente.

Notas de preenchimento: assinala a resposta com "x" ou "texto" (respostas abertas assinaladas com "txt"). Abreviaturas utilizadas no questionário: "NA" = Não aplicável; "CA" = Cascais Ambiente. Tempo estimado de resposta: 7 minutos.

## 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO INQUIRIDO

**1.1 Idade:**  **1.2 Género:**  **1.3 Nacionalidade:**

**1.4 Habilitações académicas:** Ensino básico  Ensino Secundário  Bacharelato / Licenciatura   
Mestrado  Doutoramento  Outra, qual:

**1.5 Onde se encontra atualmente alojado?** (preencher a) ou b) conforme aplicável)

a) Na sua residência habitual:  
No concelho de Cascais  Outro concelho em Lisboa  Outra região, qual:

b) Noutro tipo de alojamento (hotel, casa de amigos ou familiares, etc.):  
No concelho de Cascais  Outro concelho em Lisboa  Outra região, qual:

**1.6 Caso se encontre fora da sua residência habitual, indique o género de alojamento (tipologia):**  
Estabelecimento hoteleiro  Alojamento local (moradia, apartamento ou estabelecimento de hospedagem)  Parque de Campismo   
Empreendimento de Turismo em Espaço Rural  Casa de amigos / familiares  Outra, qual:

**1.7 Principal(ais) motivação(ões) para visita a Cascais?**  
Área de residência habitual  Férias, recreação e lazer  Negócios / razões profissionais   
Visita a familiares e amigos  Outra, qual:

**1.7.1 Se assinalou o motivo férias, recreação e lazer, qual(ais) o(s) produto(s) mais determinante(s) para a escolha da região:**  
Sol e mar  Cultura  Náutica  Eventos  Golfe  Natureza  Outra, qual:

**1.8 No que respeita a atividades de natureza e aventura, considera-se um:**  
Não praticante  Praticante ocasional  Praticante moderado  Praticante aficionado  Praticante regular   
e.g 1 vez / ano                      e.g 2-6 vezes / ano                      e.g 7-12 vezes / ano                      e.g > 1 vez / mês

## 2. CONTEXTO DA VISITA AO ESPAÇO

**2.1 Como foi organizada a sua visita a este espaço?**  
Visita em autonomia  Guia / Empresa turística  Escola / instituição  Outra, qual:

**2.2 Nos últimos 6 meses, qual a regularidade da(s) sua(s) visita(s) a este local?**  
1ª visita / visita(s) esporádica(s)  1 vez / mês  2-4 vezes / mês  2-6 vezes / semana  Diariamente

**2.3 Quantas pessoas compõem o grupo de visita a este local?**  
1 pax. (apenas o inquirido)  2 pax.  3-5 pax.  6-15 pax.  16-30 pax.  > 30 pax.

**2.4 Que meio(s) de transporte utilizou para chegar ao local:**  
Transportes públicos  Carro particular ou alugado  Autocarro particular ou alugado  Moto   
A pé  Bicicleta  Outra, qual:

**2.5 Como teve conhecimento deste espaço?**  
Amigos  Folheto CA  Posto turismo / Ecocabana  Facebook CA  Website CA  Outros Internet   
Vive perto  Outros media  Agenda Cascais  Outra, qual:

**2.6 Qual(ais) a(s) atividade(s) realizada(s) / a realizar durante a sua visita a este espaço?** (indique no máximo as 3 principais)

Passeio a pé, autónomo <input type="checkbox"/>	Passeio guiado / interpretativo <input type="checkbox"/>	Percurso suspenso /slide <input type="checkbox"/>
Jogging / trail / corrida <input type="checkbox"/>	Passeio em BTT <input type="checkbox"/>	Escalada / rapel <input type="checkbox"/>
Orientação <input type="checkbox"/>	Passeio em segway <input type="checkbox"/>	Escutismo c/ ou s/ pernoita <input type="checkbox"/>
Evento enquadrado em grupo <input type="checkbox"/>	Atividade ou evento escolar <input type="checkbox"/>	Passeio a cavalo / burro <input type="checkbox"/>
Workshop temático <input type="checkbox"/>	Campos de férias <input type="checkbox"/>	Voluntariado ambiental <input type="checkbox"/>
Passeio animal estimação <input type="checkbox"/>	Outra (1): _____ txt <input type="checkbox"/>	Outra (2): _____ txt <input type="checkbox"/>

### 3. TOMADA DE DECISÃO E SATISFAÇÃO DO INQUIRIDO COM O ESPAÇO

**3.1 Avalie o grau de importância dos seguintes propósitos na tomada de decisão da sua visita:**

	(1-nada relevante, 2-pouco relevante, 3-relevante, 4-muito relevante, NA-não aplicável)										
	1	2	3	4	NA		1	2	3	4	NA
a) Relaxamento / introspeção na natureza						e) Atividades de lazer na natureza					
b) Escape / evasão						f) Prática de desportos de aventura					
c) Saúde e bem-estar						g) Sentido de descoberta / experiências					
d) Sociabilização com familiares e amigos						h) Interpretação do património local					

**3.2 Avalie as condições atuais do espaço relativamente aos seguintes aspetos:**

	(1-nada adequado, 2-pouco adequado, 3-adequado, 4-muito adequado, NA-não aplicável)										
	1	2	3	4	NA		1	2	3	4	NA
a) Acessibilidades						g) Instalações sanitárias					
b) Limpeza e higiene						h) Segurança					
c) Zona de estacionamento						i) Zonas de deposição de resíduos					
d) Sinalização dos percursos						j) Informação disponibilizada nos painéis					
e) Parque de merendas (se aplicável)						k) Disponibilidade dos colaboradores					
f) Zona de cafetaria (se aplicável)						Outro: _____ txt					

**3.3 Indique a sua satisfação geral com o local:**

1 - Muito insatisfeito       2 - Insatisfeito       3 - Satisfeito       4 - Muito satisfeito

### 4. CONTEXTO DA VISITA NA GESTÃO DE HABITAT

**4.1 Indique a sua opinião em relação a cada uma das seguintes afirmações:**

	(1-discordo totalmente, 2-discordo, 3-concordo, 4-concordo totalmente, NA-não aplicável)				
	1	2	3	4	NA
a) As ações desenvolvidas neste espaço contribuem para uma maior consciencialização ambiental dos visitantes					
b) A informação sobre o(s) habitat(s) envolvente(s) encontra-se disponibilizada de forma acessível					
c) A instalação de infraestruturas está devidamente enquadrada no meio envolvente					
d) O trabalho desenvolvido pela entidade gestora tem permitido a redução de potenciais impactes da visita					
e) Ao longo da sua experiência, os visitantes são incentivados a respeitar o património deste espaço					
f) O conhecimento dos valores patrimoniais do espaço motiva os visitantes a colaborarem na sua conservação					
g) Neste espaço são disponibilizadas diversas experiências criativas que valorizam o património local					
h) De uma forma geral, este espaço reúne condições de visita adequadas às necessidades dos seus visitantes					
i) A promoção externa deste espaço caracteriza adequadamente os seus objetivos de conservação					

4.2 Indique se durante a recolha de informação sobre o espaço e na sua visita se apercebeu das seguintes intervenções, avaliando a importância de cada fator para a visita:

	a) Aproveite-se desta intervenção?			b) Como avalia a sua importância?				
	Sim	Não	NA	1	2	3	4	NA
(1-nada importante, 2-pouco importante, 3-importante, 4-muito importante, NA-não aplicável)								
a) Ordenamento e sinalização de caminhos								(e.g. beneficiação de caminhos, sinalética direcional)
b) Presença de técnicos para gestão do espaço								(e.g. recuperação de danos, limpeza e higiene)
c) Infraestruturas de suporte à visita								(e.g. WC's, pontos de água, painéis informativos)
d) Código de conduta e boas práticas								(e.g. regras de utilização do espaço)
e) Controlo de espécies invasoras (fauna e flora)								(e.g. monitorização da fauna, ações de plantação)
f) Gestão agropecuária e florestal								(e.g. gestão de matos, manutenção de zonas de pasto)
g) Interdições de acesso à visita								(e.g. limites de circulação, horários de funcionamento)
h) Iniciativas de sensibilização ambiental								(e.g. envolvimento da comunidade, programas escolares)
i) Existência de programas de voluntariado								(e.g. envolvimento de empresas, programas com jovens)
j) Experiências de lazer na natureza								(e.g. atividades de natureza e aventura, visitas guiadas)

## 5. SATISFAÇÃO DO INQUIRIDO COM A ATIVIDADE / EVENTO REALIZADA

Se não participou em **atividades especificamente organizadas pela Cascais Ambiente**, p.f. passe para a **questão 6**.

5.1 Relativamente à(s) atividade(s) organizada(s) pela Cascais Ambiente, como avalia:

	(1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-satisfeito, 4-muito satisfeito, NA-não aplicável)										
	1	2	3	4	NA		1	2	3	4	NA
a) Procedimento de reserva						h) Domínio de língua estrangeira (se aplicável)					
b) Informação disponibilizada sobre atividades						i) Satisfação geral com os técnicos					
c) Cumprimento de horários						j) Relação qualidade/preço					
d) Imagem e apresentação dos técnicos						k) Alimentação / catering (se aplicável)					
e) Enquadramento inicial - briefing						l) Interesse / pertinência da atividade					
f) Dinamismo dos técnicos durante a atividade						m) Satisfação face a expectativas iniciais					
g) Capacidade de comunicação dos técnicos						Outro: _____txt					

5.2 Satisfação com a experiência vivenciada?

1 - Muito insatisfeito  2 - Insatisfeito  3 - Satisfeito  4 - Muito satisfeito

5.3 Recomendaria as experiências realizadas aos seus familiares e amigos? Sim  Não

## 6. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES PARA A DINAMIZAÇÃO DO ESPAÇO E SERVIÇOS PRESTADOS

6.1 Indique os três principais aspetos que mais gostou na visita a este espaço:

	txt
	txt
	txt

6.2 Indique os três principais aspetos a melhorar na visita a este espaço:

	txt
	txt
	txt

**O questionário termina aqui. Agradecemos a sua participação!**

Em caso de dúvidas poderá contactar os nossos serviços: **Telefone**: +351 211 388 398 ou **E-mail**: [atividadesnatureza@cascaisambiente.pt](mailto:atividadesnatureza@cascaisambiente.pt)

Se pretender receber informação sobre as nossas atividades, indique-nos por favor o seu email: \_\_\_\_\_

## ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DAS ÁREAS DE GESTÃO DE HABITAT (VERSÃO INGLESA)

### VISITOR SURVEY

To be filled by Cascais Ambiente:

ID	PLACE	RESERVATION SEGMENT	INTERVIEWER	DATE	TIME

This survey, developed under a PhD thesis project (IGOT - UL / ESHTe), aims to monitor visitor satisfaction with the spaces and services under habitat management of Cascais Ambiente. Your participation in this study is voluntary and confidential. Individualized information will not be disclosed.

The application of the survey is carried out by Cascais Ambiente.

Fill notes: check your answers with an "x" or "text" (open answers are marked with "txt"). Abbreviations used in this survey: "NA" = Not applicable; "CA" = Cascais Ambiente.

Estimated response time: 7 minutes.

#### 1. GENERAL CHARACTERIZATION OF THE VISITOR

1.1 Age:  1.2 Gender:  1.3 Nationality:

1.4 Graduate level: Primary school  High school  Bachelor degree / Graduation   
Master degree  Doctoral degree  Other, which:

1.5 Where are you currently staying? (fill a) or b) as applicable)

a) In your usual residence:

In Cascais municipality  Other municipality in Lisbon  Other region, which:

b) Another type of accommodation (hotel, house of friends or family, etc.):

In Cascais municipality  Other municipality in Lisbon  Other region, which:

1.6 If you're **not staying in your usual residence**, please indicate the type of your accommodation:

Hotel establishment  Local accommodation (house, apartment or lodging establishment)  Camping site   
Rural tourism establishment  Friends / Family house  Other, which:

1.7 Main motivation(s) to visit Cascais?

Usual area of residence  Vacations, recreation and leisure  Business / Professional reasons   
Visiting family and friends  Other, which:

1.7.1 If you chose **vacations, recreation and leisure** purpose, which product(s) was(where) decisive for your choice of travel:

Sun and sea  Culture  Nautical  Events  Golf  Nature  Other, which:

1.8 With regard to nature and adventure activities, you consider yourself:

Non-practitioner  Occasional practitioner  Moderate practitioner  Enthusiast practitioner  Regular practitioner   
*e.g. 1 time / year* *e.g. 2-6 times / year* *e.g. 7-12 times / year* *e.g. > 1 time / month*

#### 2. CONTEXT OF THE VISIT TO THE SPACE

2.1 How was your visit to this space organized?

Autonomous visit  Tourism Guide / Company  School / Institution  Other, which:

2.2 In the last 6 months, how regular were your visits to this location?

1<sup>st</sup> visit / sporadic visit(s)  1 time / month  2-4 times / month  2-6 times / week  Daily

2.3 How many people compose your group of visit?

1 pax. (only the respondent)  2 pax.  3-5 pax.  6-15 pax.  16-30 pax.  > 30 pax.

2.4 Which type(s) of transport was(where) used to reach this place:

Public transports  Private or rented car  Private or rented bus  Motor bike   
By foot  Bike  Other, which:

2.5 How did you find your this place?

Friends  Flyer CA  Tourism office / Eco-cabana  CA Facebook  CA Website  Other(s) Internet   
Live nearby  Other media  Agenda Cascais  Other, which:

**2.6 Which activity(ies) have you done or intend to do while visiting this place?** (please choose at most the 3 main activities)

Walking, autonomously <input type="checkbox"/>	Guided / interpretative tour <input type="checkbox"/>	Rope course / Zipline <input type="checkbox"/>
Jogging / trail / running <input type="checkbox"/>	BTT riding <input type="checkbox"/>	Climbing / abseiling <input type="checkbox"/>
Orienteering <input type="checkbox"/>	Segway riding <input type="checkbox"/>	Scouting w/ or w/o overnight <input type="checkbox"/>
Organized group event <input type="checkbox"/>	Schoolar activity or event <input type="checkbox"/>	Horse / donkey riding <input type="checkbox"/>
Thematic workshop <input type="checkbox"/>	Holiday camps <input type="checkbox"/>	Environmental volunteering <input type="checkbox"/>
Walking your pet <input type="checkbox"/>	Other (1): _____ txt _____ <input type="checkbox"/>	Other (2): _____ txt _____ <input type="checkbox"/>

**3. RESPONDENT'S DECISION AND SATISFACTION WITH THE VISIT**

**3.1 Rate the importance of the following purposes in your visit decision:**

(1- not relevant, 2- fairly relevant, 3- relevant, 4- very relevant, NA- not applicable)		1	2	3	4	NA	(1- not relevant, 2- fairly relevant, 3- relevant, 4- very relevant, NA- not applicable)		1	2	3	4	NA
a) Relaxation / introspection in nature	e) Leisure activities in nature												
b) Escape / evasion	f) Adventure sports practice												
c) Health and wellness	g) Sense of discovery / experiences												
d) Socializing with family and friends	h) Interpretation of local heritage												

**3.2 Evaluate the current conditions of the place, with respect to the following items:**

(1- not suitable, 2- fairly suitable, 3- suitable, 4- very suitable, NA- not applicable)		1	2	3	4	NA	(1- not suitable, 2- fairly suitable, 3- suitable, 4- very suitable, NA- not applicable)		1	2	3	4	NA
a) Accessibilities	g) Sanitary facilities												
b) Cleanliness and hygiene	h) Security												
c) Parking area	i) Areas for waste disposal												
d) Routes signalling	j) Provided information on the panels												
e) Picnic area (if applicable)	k) Staff's helpfulness												
f) Cafeteria (if applicable)	Other: _____ txt _____												

**3.3 Overall satisfaction with the place:**

1 - Very unsatisfied       2 - Unsatisfied       3 - Satisfied       4 - Very satisfied

**4. VISIT'S CONTEXT IN THE HABITAT MANAGEMENT**

**4.1 State your opinion on each of the following statements:**

(1- totally disagree, 2- disagree, 3- agree, 4- totally agree, NA- not applicable)		1	2	3	4	NA
a) The developed actions in this place contribute to a greater environmental awareness of the visitors						
b) The information on the surrounding habitat(s) is available in an accessible way						
c) The installation of infrastructures is properly framed in the surroundings						
d) The developed work by the management entity has allowed the reduction of potential visitation impacts						
e) Throughout their experience, visitors are encouraged to respect the local heritage						
f) The knowledge about this location's ecological values motivates visitors to collaborate in its conservation						
g) This place provides several creative experiences that value its local values						
h) In general, this place has adequate conditions to the needs of its visitors						
i) The external promotion of this location adequately describes its conservation goals						

**4.2 Indicate if while collecting information about the this place and during your visit you have noticed the following interventions, assessing the importance of each factor for the visitation:**

	a) Did you notice this intervention?			b) How do you assess its importance?				
	Yes	No	NA	1	2	3	4	NA
(1- not important, 2- fairly important, 3- important, 4- very important, NA- not applicable)								
a) Routes planning and signalling								(e.g. paths enhancement, directional signalling)
b) Presence of technicians for space management								(e.g. damage recovery, cleaning and hygiene)
c) Visitation support infrastructures								(e.g. WC's, water points, information panels)
d) Code of conduct and best practices								(e.g. rules for using space)
e) Invasive species control (fauna and flora)								(e.g. wildlife monitoring, planting actions)
f) Agro pastoralism and forestry management								(e.g. bush management, pasture areas maintenance)
g) Visitation access prohibitions								(e.g. circulation limits, operating hours)
h) Initiatives of environmental awareness								(e.g. community involvement, school programs)
i) Existence of volunteer programs								(e.g. involvement of companies, youth programs)
j) Leisure experiences in nature								(e.g. nature and adventure activities, guided tours)

**5. VISITOR'S SATISFACTION WITH THE ACTIVITY / EVENT**

If you did not participate in any activity organized by Cascais Ambiente, please proceed to question 6.

**5.1 Regarding the activity(ies) organized by Cascais Ambiente, how do you evaluate:**

	[1 - very dissatisfied, 2 - dissatisfied 3 - satisfied, 4 - very satisfied, NA - not applicable]						[1 - very dissatisfied, 2 - dissatisfied 3 - satisfied, 4 - very satisfied, NA - not applicable]				
	1	2	3	4	NA		1	2	3	4	NA
a) Booking procedure						h) Foreign language skills (if applicable)					
b) Available information about activities						i) Overall satisfaction w/ staff					
c) Schedules compliance						j) Quality / price ratio					
d) Image and presentation of the technicians						k) Food / catering (if applicable)					
e) Initial framework - briefing						l) Interest / relevance of the activity					
f) Staff's dynamism at the activity						m) Satisfaction, considering initial expectation					
g) Communication capacity						Other: _____txt_____					

**5.2 Overall satisfaction with your experience?**

1 - Very unsatisfied  2 - Unsatisfied  3 - Satisfied  4 - Very satisfied

**5.3 Would you recommend this activity to your family and friends?** Yes  No

**6. COMMENTS / SUGGESTIONS TO IMPROVE THE PLACE OR PROVIDED SERVICES**

**6.1 Please indicate the three main aspects you've most enjoyed during your visit to this space:**

txt
txt
txt

**6.2 Please indicate the three main aspects to improve in the visit to this space:**

txt
txt
txt

**Your survey ends here. Thank you for participating!**

For questions please contact our services: Phone : +351 211 388 398 or Email : [atividadesnatureza@cascaisambiente.pt](mailto:atividadesnatureza@cascaisambiente.pt)

If you wish to receive information about our activities by email, please provide us your contact: \_\_\_\_\_

## ANEXO 3 – GUIÃO DE ENTREVISTA (CA/ICNF)

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – UNIVERSIDADE DE LISBOA (IGOT-JL)  
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL (ESHTe)

### “Valorização do turismo na natureza na gestão de áreas naturais periurbanas.”

A presente entrevista, integrada numa tese de Doutoramento em Turismo, visa auscultar a opinião dos diversos stakeholders com intervenção direta ou indireta na organização dos processos de visitação em áreas de conserva o sob gestão da Cascais Ambiente. Caso solicitado, o registo desta entrevista poderá ser entendido como confidencial, não sendo divulgada informa o individualizada. Agradecemos, desde já, a sua colabora o, que se revela essencial ao desenvolvimento desta investiga o.

#### 1 - Guião de entrevista – CA / ICNF

1. Como avalia as atuais políticas e modelos de gestão de áreas protegidas em Portugal, em particular no que se refere às componentes de gestão do turismo e fruic o da natureza?
  - a. Na sua  tica, quais os principais desafios associados   gestão de áreas de elevado valor natural periurbanas ( reas próximas de centros urbanos)? Justifique.
2. Qual a visão / modelo que no âmbito de a o da(o) (CA/ICNF) se defende para a gestão de áreas naturais periurbanas, particularmente no que se refere a questões de conserva o, gestão das dinâmicas de visita o e promo o do turismo na natureza?
  - a. Os contornos destas problemáticas estão associados   dificuldade de prioriza o entre a conserva o e a visita o? Comente.
3. Que a es têm vindo a ser desenvolvidas pela(o) (CA/ICNF) com vista   incorpora o de dinâmicas de visita o e fruic o responsáveis nestas áreas de conserva o?
4. De que forma podem as experiências de visita o e fruic o na natureza ser valorizadas como ferramentas efetivas de conserva o, contribuindo para a resiliência destes territórios e para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos visitantes? Justifique.
  - a. Qual a importância da sensibiliza o e educa o ambiental e envolvimento da comunidade nestes processos e que estratégias se podem utilizar?
5. Considera que a cria o de parcerias e formatos de governança partilhada (e.g. CA/ICNF/CD/ATC/Empresários de AT) podem conduzir a uma aplica o mais eficiente das políticas de conserva o e visita o a áreas protegidas? Justifique.
6. Classifique os seguintes pressupostos de desenvolvimento das dinâmicas de visita o com vista   sua integra o nas estratégias de conserva o:

Utilize por favor as seguintes escalas de resposta:  
Contexto atual: 1-nada expressivo, 2-pouco expressivo, 3-expressivo, 4-muito expressivo;  
Importância: 1-nada importante, 2-pouco importante, 3-importante, 4-muito importante;  
Viabilidade de aplica o: 1-nada viável, 2-pouco viável, 3-viável, 4-muito viável.

Pressupostos	Contexto atual	Importância	Viabilidade aplica�o	Entidades a envolver
Articula�o entre entidades com responsabilidade de gestão e partilha de visão sobre o desenvolvimento das áreas de conserva�o				
Formatos de coordena�o partilhada com vista � estrutura�o de políticas responsáveis no segmento turismo na natureza				
Ado�o de compromissos nacionais e internacionais com vista � garantia de práticas sustentáveis: e.g. certifica�es, códigos de conduta, normas e cartas europeias				
Existência e equipas de monitoriza�o e fiscaliza�o				
Cria�o de infraestruturas de rece�o e disponibiliza�o de informa�o sobre valores dos espaços de conserva�o				
Forma�o multidisciplinar direcionada para todos os atores das áreas de elevado valor natural				
Desenvolvimento de uma oferta criativa e envolvimento direto da comunidade: e.g. programas de voluntariado, a�es de sensibiliza�o e educa�o ambiental, a�o social e cultural				
Desenvolvimento de novos espaços e experiências de lazer na natureza, com vista ao fomento do bem-estar e qualidade de vida				

7. Gostaria de apresentar outro(s) comentário(s) no âmbito desta entrevista?

**Abreviaturas utilizadas:** CA - Cascais Ambiente (Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M. S.A.); CD - Cascais Dinâmica (Cascais Dinâmica, E.M., S.A.); ATC - Associa o de Turismo de Cascais; ICNF - Instituto da Conserva o da Natureza e das Florestas, I. P.

## ANEXO 4 – GUIÃO DE ENTREVISTA (CD/ATC)

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – UNIVERSIDADE DE LISBOA (IGOT-JL)  
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL (ESHTe)

### “Valorização do turismo na natureza na gestão de áreas naturais periurbanas.”

A presente entrevista, integrada numa tese de Doutoramento em Turismo, visa auscultar a opinião dos diversos stakeholders com intervenção direta ou indireta na organização dos processos de visitação em áreas de conservação sob gestão da Cascais Ambiente. Caso solicitado, o registo desta entrevista poderá ser entendido como confidencial, não sendo divulgada informação individualizada. Agradecemos, desde já, a sua colaboração, que se revela essencial ao desenvolvimento desta investigação.

#### 2 - Guião de entrevista – CD / ATC

1. Como avalia as atuais políticas e modelos de gestão de áreas protegidas em Portugal, em particular no que se refere às componentes de gestão do turismo e fruição da natureza?
  - a. Na sua ótica, quais os principais desafios associados à gestão de áreas de elevado valor natural periurbanas (áreas próximas de centros urbanos)? Justifique.
2. Qual a visão / modelo que no âmbito de ação da (CD/ATC) se defende para a gestão destes territórios, particularmente no que se refere a questões de gestão das dinâmicas de visitação e promoção do turismo na natureza?
  - a. Os contornos destas problemáticas estão associados à dificuldade de priorização entre a conservação e a visitação? Comente.
3. Que ações têm vindo a ser desenvolvidas pela (CD/ATC) com vista à incorporação de dinâmicas de visitação e fruição responsáveis nestas áreas de conservação?
4. Considera que a criação de parcerias e formatos de governança partilhada (e.g. CA/ICNF/CD/ATC/Empresários de AT) podem conduzir a uma ação mais eficiente das políticas de conservação e visitação a áreas protegidas? Justifique.
5. No que respeita ao caso particular do município de Cascais, como avalia o atual posicionamento do produto turismo na natureza na sua oferta turística, e quais as suas principais potencialidades? Justifique.
6. Classifique os seguintes pressupostos de desenvolvimento das dinâmicas de visitação com vista à sua integração nas estratégias de conservação:

Utilize por favor as seguintes escalas de resposta:

*Contexto atual:* 1-nada expressivo, 2-pouco expressivo, 3-expressivo, 4-muito expressivo;

*Importância:* 1-nada importante, 2-pouco importante, 3-importante, 4-muito importante;

*Viabilidade de aplicação:* 1-nada viável, 2-pouco viável, 3-viável, 4-muito viável.

Pressupostos	Contexto atual	Importância	Viabilidade aplicação	Entidades a envolver
Articulação entre entidades com responsabilidade de gestão e partilha de visão sobre o desenvolvimento das áreas de conservação				
Formatos de coordenação partilhada com vista à estruturação de políticas responsáveis no segmento turismo na natureza				
Adoção de compromissos nacionais e internacionais com vista à garantia de práticas sustentáveis: e.g. certificações, códigos de conduta, normas e cartas europeias				
Existência e equipas de monitorização e fiscalização				
Criação de infraestruturas de receção e disponibilização de informação sobre valores dos espaços de conservação				
Formação multidisciplinar direcionada para todos os atores das áreas de elevado valor natural				
Desenvolvimento de uma oferta criativa e envolvimento direto da comunidade: e.g. programas de voluntariado, ações de sensibilização e educação ambiental, ação social e cultural				
Desenvolvimento de novos espaços e experiências de lazer na natureza, com vista ao fomento do bem-estar e qualidade de vida				

7. Gostaria de apresentar outro(s) comentário(s) no âmbito desta entrevista?

**Abreviaturas utilizadas:** CA - Cascais Ambiente (Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M. S.A.); CD - Cascais Dinâmica (Cascais Dinâmica, E.M., S.A.); ATC - Associação de Turismo de Cascais; ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

## ANEXO 5 – GUIÃO DE ENTREVISTA (ATMT)

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – UNIVERSIDADE DE LISBOA (IGOT-JL)  
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL (ESHTe)

### “Valorização do turismo na natureza na gestão de áreas naturais periurbanas.”

A presente entrevista, integrada numa tese de Doutoramento em Turismo, visa auscultar a opinião dos diversos stakeholders com intervenção direta ou indireta na organização dos processos de visitação em áreas de conservação sob gestão da Cascais Ambiente. Caso solicitado, o registo desta entrevista poderá ser entendido como confidencial, não sendo divulgada informação individualizada. Agradecemos, desde já, a sua colaboração, que se revela essencial ao desenvolvimento desta investigação.

#### 3 - Guião de entrevista – Animação Turística

1. Como avalia as atuais políticas e modelos de gestão de áreas protegidas em Portugal, em particular no que se refere às componentes de gestão do turismo e fruição da natureza?
  - a. Na sua ótica, quais os principais desafios associados à gestão de áreas de elevado valor natural periurbanas (áreas próximas de centros urbanos)? Justifique.
2. Qual a visão / modelo que no âmbito de ação do setor da animação turística defende para a gestão destes territórios, particularmente no que se refere a questões de gestão das dinâmicas de visitação e promoção do turismo na natureza?
  - a. Os contornos destas problemáticas estão associados à dificuldade de priorização entre a conservação e a visitação? Comente.
3. Que ações têm vindo a ser desenvolvidas pelo setor da animação turística com vista à incorporação de dinâmicas de visitação e fruição responsáveis nestas áreas de conservação?
4. Considera que a criação de parcerias e formatos de governança partilhada (e.g. CA/ICNF/CD/ATC/Empresários de AT) podem conduzir a uma ação mais eficiente das políticas de conservação e visitação a áreas protegidas? Justifique.
5. No que respeita ao caso particular do município de Cascais, como avalia o atual posicionamento do produto turismo na natureza na sua oferta turística, e quais as suas principais potencialidades? Justifique.
6. Classifique os seguintes pressupostos de desenvolvimento das dinâmicas de visitação com vista à sua integração nas estratégias de conservação:

Utilize por favor as seguintes escalas de resposta:

*Contexto atual:* 1-nada expressivo, 2-pouco expressivo, 3-expressivo, 4-muito expressivo;

*Importância:* 1-nada importante, 2-pouco importante, 3-importante, 4-muito importante;

*Viabilidade de aplicação:* 1-nada viável, 2-pouco viável, 3-viável, 4-muito viável.

Pressupostos	Contexto atual	Importância	Viabilidade aplicação	Entidades a envolver
Articulação entre entidades com responsabilidade de gestão e partilha de visão sobre o desenvolvimento das áreas de conservação				
Formatos de coordenação partilhada com vista à estruturação de políticas responsáveis no segmento turismo na natureza				
Adoção de compromissos nacionais e internacionais com vista à garantia de práticas sustentáveis: e.g. certificações, códigos de conduta, normas e cartas europeias				
Existência e equipas de monitorização e fiscalização				
Criação de infraestruturas de receção e disponibilização de informação sobre valores dos espaços de conservação				
Formação multidisciplinar direcionada para todos os atores das áreas de elevado valor natural				
Desenvolvimento de uma oferta criativa e envolvimento direto da comunidade: e.g. programas de voluntariado, ações de sensibilização e educação ambiental, ação social e cultural				
Desenvolvimento de novos espaços e experiências de lazer na natureza, com vista ao fomento do bem-estar e qualidade de vida				

7. Gostaria de apresentar outro(s) comentário(s) no âmbito desta entrevista?

**Abreviaturas utilizadas:** CA - Cascais Ambiente (Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M. S.A.); CD - Cascais Dinâmica (Cascais Dinâmica, E.M., S.A.); ATC - Associação de Turismo de Cascais; ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

## ANEXO 6 – GUIÃO DE ENTREVISTA (I&E)

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – UNIVERSIDADE DE LISBOA (IGOT-JL)  
ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL (ESHTe)

### “Valorização do turismo na natureza na gestão de áreas naturais periurbanas.”

A presente entrevista, integrada numa tese de Doutoramento em Turismo, visa auscultar a opinião dos diversos stakeholders com intervenção direta ou indireta na organização dos processos de visitação em áreas de conservação sob gestão da Cascais Ambiente. Caso solicitado, o registo desta entrevista poderá ser entendido como confidencial, não sendo divulgada informação individualizada. Agradecemos, desde já, a sua colaboração, que se revela essencial ao desenvolvimento desta investigação.

#### 4 - Guião de entrevista – Especialistas Turismo / Ambiente

1. Como avalia as atuais tendências ao nível de políticas e modelos de gestão de áreas protegidas, em particular no que se refere às componentes de gestão do turismo e fruição da natureza?
  - a. Na sua ótica, quais os principais desafios associados à gestão de áreas de elevado valor natural periurbanas (áreas próximas de centros urbanos)? Justifique.
2. Qual a visão / modelo que no âmbito de ação do setor da animação turística defende para a gestão destes territórios, particularmente no que se refere a questões de gestão das dinâmicas de visitação e promoção do turismo na natureza?
  - a. Os contornos destas problemáticas estão associados à dificuldade de priorização entre a conservação e a visitação? Comente.
3. De que forma podem as experiências de visitação e fruição na natureza ser valorizadas como ferramentas efetivas de conservação, contribuindo para a resiliência destes territórios e para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos visitantes? Justifique.
  - a. Qual a importância da sensibilização e educação ambiental e envolvimento da comunidade nestes processos e que estratégias se podem utilizar?
4. Considera que a criação de parcerias e formatos de governança partilhada multidimensional (e.g. ciências naturais e sociais, escalas distintas ao nível dos processos de decisão) pode conduzir a uma ação mais eficiente das políticas de conservação e visitação a áreas protegidas? Justifique.
5. Classifique os seguintes pressupostos de desenvolvimento das dinâmicas de visitação com vista à sua integração nas estratégias de conservação:

Utilize por favor as seguintes escalas de resposta:

Contexto atual: 1-nada expressivo, 2-pouco expressivo, 3-expressivo, 4-muito expressivo;

Importância: 1-nada importante, 2-pouco importante, 3-importante, 4-muito importante;

Viabilidade de aplicação: 1-nada viável, 2-pouco viável, 3-viável, 4-muito viável.

Pressupostos	Contexto atual	Importância	Viabilidade aplicação	Entidades a envolver
Articulação entre entidades com responsabilidade de gestão e partilha de visão sobre o desenvolvimento das áreas de conservação				
Formatos de coordenação partilhada com vista à estruturação de políticas responsáveis no segmento turismo na natureza				
Adoção de compromissos nacionais e internacionais com vista à garantia de práticas sustentáveis: e.g. certificações, códigos de conduta, normas e cartas europeias				
Existência e equipas de monitorização e fiscalização				
Criação de infraestruturas de receção e disponibilização de informação sobre valores dos espaços de conservação				
Formação multidisciplinar direcionada para todos os atores das áreas de elevado valor natural				
Desenvolvimento de uma oferta criativa e envolvimento direto da comunidade: e.g. programas de voluntariado, ações de sensibilização e educação ambiental, ação social e cultural				
Desenvolvimento de novos espaços e experiências de lazer na natureza, com vista ao fomento do bem-estar e qualidade de vida				

6. Gostaria de apresentar outro(s) comentário(s) no âmbito desta entrevista?

**Abreviaturas utilizadas:** CA - Cascais Ambiente (Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M. S.A.); CD - Cascais Dinâmica (Cascais Dinâmica, E.M., S.A.); ATC - Associação de Turismo de Cascais; ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

## ANEXO 7 – SÍNTESE DA OFERTA TURÍSTICA E CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DE CASCAIS

Quadro 58 | Síntese da oferta turística na região de Cascais (Severino, 2017)

Tipologia	Descrição
<b>Património Natural</b>	Orla costeira, praias (Bafureira, Santa Marta, Moitas, Azarujiinha, Tamariz, Guincho, Duquesa, Ribeira de Cascais, Cresmina, Abano, Rainha, Conceição, Poça, Carcavelos, S. Pedro do Estoril, Parede e Avencas), a formação rochosa Boca do Inferno, a Duna da Cresmina, o Parque Nacional Sintra-Cascais, a Serra de Sintra, parques naturais e jardins
<b>Património cultural</b>	Desde o património monumental (igrejas, capelas, palácios, castelos, torres, fortes, estações arqueológicas, entre outros), ao artístico (museus como o Centro Cultural de Cascais, “Casa de Histórias Paula Rego”, “Casa Duarte Pinto Coelho”, “Museu Conde Castro Guimarães”, “Farol-Museu Santa Marta”, “Casa de Santa Maria”, “Museu do Mar Rei D. Carlos I”, “Espaço Memória dos Exilados”, “Fortaleza Nossa Senhora da Luz”, “Forte de S. Jorge de Oitavos”, “Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria”, “Casa Reynaldo dos Santos”, “World Press Cartoon” e “Museu da Vila”), ao etnográfico (artesanato) e complementares (desde parques como o “Parque Marechal Carmona” e o “Parque Palmela”, barragens e edifícios apalaçados e importantes distribuídos pela região) (Fundação D. Luís, 2017)
<b>Animação desportiva</b>	Campos de golfe, centros hípicas, locais de pesca, escola de aviação, caminhos para <i>jogging</i> , ciclismo e percursos pedestres, autódromo, campos de ténis e de futebol, facilidades para desportos náuticos ( <i>surf</i> , <i>windsurf</i> , <i>ski</i> aquático, <i>kitesurf</i> , <i>paddle surf</i> , vela e passeios/corridas de barco) como uma marina e instalações nas praias, uma zona de caça, piscinas e iniciativas de ocupação de tempo livre o ano inteiro
<b>Atividades recreativas</b>	Casino do Estoril, casas de fado, termas, cinemas, bares, discotecas, piscinas de recreio, auditórios e centros culturais, caves e adegas, borboletário, núcleos de interpretação ambiental, centros comerciais, <i>Spas</i> e uma programação anual de atividades e ocupação de tempos livres
<b>Atividades temporárias</b>	Eventos desportivos, culturais, gastronómicos, de negócios e recreativos (tais como o “ <i>Millenium Estoril Open</i> ”, “ <i>Estoril Jazz</i> ”, “ <i>Fiartil</i> ”, “ <i>Outjazz</i> ”, “ <i>Cascais Groove</i> ”, “ <i>Lumina</i> ”, “ <i>Festas do Mar</i> ”, “ <i>Horasis Global Meeting</i> ”, “ <i>Cascais Classic Motorshow</i> ”, “ <i>Ibercup</i> ”, “ <i>CSI – Longines Global Champions Tour</i> ”, “ <i>Cascais Women Pro</i> ”, “ <i>Cascais Christmas Village</i> ”, além do Carnaval, Páscoa, Passagem de Ano e celebrações religiosas regionais), mercados temáticos e feiras periódicas realizadas durante o ano
<b>Serviços</b>	Parques de campismo, hotéis de diferentes classificações, alojamento local variado, um grande leque de restaurantes desde os mais simples como <i>gourmet</i> , casas de chá, agências de viagem, <i>rent-a-car</i> , empresas de animação turística (oferecendo passeios turísticos e atividades desportivas) e facilidades em turismo rural
<b>Transportes e deslocação</b>	Um aeroporto internacional a cerca de 35 quilómetros, estações de ferroviárias (ligadas diretamente com a capital), um aeródromo (em Tires), duas redes rodoviárias, uma marina situada estrategicamente, estradas nacionais e autoestradas (conectados diretamente com a capital)

Quadro 59 | Resumo de características da oferta turística do concelho de Cascais (adaptado de Neves, 2016)

Elementos da oferta	Descrição
<b>Atração</b>	Motivação de deslocações turísticas regulares durante todo o ano (destaque para verão e páscoa)
<b>Naturais</b>	Orla costeira, com oferta banear e cénica; Serra de Sintra; jardins e parques naturais; PNSC
<b>Humanos</b>	Casino e termas; património arquitetónico, museológico, gastronómico, histórico e etnográfico de referência
<b>Receção</b>	Rede diversificada de equipamentos e serviços; hotelaria e restauração de excelência do tradicional ao <i>gourmet</i> , oferta de centros comerciais e de congressos; afabilidade da população, variedade entre o conforto e a sumptuosidade
<b>Fixação</b>	Oferta múltipla, com eventos anuais e periódicos variadíssimos, dos negócios ao lazer, incluindo festivais de gastronomia e de música
<b>Lazer e recreação</b>	Golfe; ténis; hipismo; passeios a pé, bicicleta ou cavalo; vela; surf, windsurf, paddle surf, kitesurf e bodyboard; pedestrianismo e trail; alternativas de ocupação de tempos livres durante todo o ano; animação noturna
<b>Acessibilidade</b>	Boa acessibilidade a Lisboa, a aeroporto internacional, a aeródromo e a outras regiões com forte atratividade turística. Marina oceânica de excelência (650 embarcações)

## ANEXO 8 – ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO LOCAL DO CONCELHO DE CASCAIS

Quadro 60 | Análise SWOT - Enquadramento estratégico local do concelho de Cascais (CMC, 2015a)

Pontos fortes
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental, proporcionando uma oferta rica e diversificada, em património construído e recursos paisagísticos, história e modernidade;</li> <li>- Zona central da Vila de Cascais e centros urbanos históricos;</li> <li>- Parque habitacional relativamente jovem;</li> <li>- Bons acessos rodoviários, ferroviários e marítimos;</li> <li>- Elevados níveis de atendimento das populações no que se refere ao abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais;</li> <li>- Existência de estruturas habilitadas para a promoção do empreendedorismo e apoio à dinâmica empresarial;</li> <li>- Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido (“marcas” Lisboa e Estoril, eixo Estoril/Cascais e Sintra), cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos (património natural, histórico, cultural, arquitetónico), satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística, com capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros de 4 e 5 estrelas e presença dos principais grupos hoteleiros internacionais;</li> <li>- Existência de infraestruturas de nível regional, nacional e internacional, e experiência na organização de eventos de dimensão internacional, designadamente na prática de desportos náuticos, hipismo, golf, e automobilismo;</li> <li>- Elevada qualificação da população concelhia;</li> <li>- Taxas de natalidade superiores à média nacional;</li> <li>- Crescimento populacional superior à média nacional, proporcionado por um saldo migratório positivo e uma taxa de natalidade superior à média nacional, fatores que contribuem para que o índice de envelhecimento populacional seja inferior à média nacional;</li> <li>- Rede de equipamentos e serviços com carácter inovador e diverso (culturais, de saúde, educativos, sociais, desportivos).</li> </ul>
Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desordenamento urbanístico e territorial, existência de zonas desqualificadas e de áreas urbanas de génese ilegal, e progressiva desertificação dos centros históricos;</li> <li>- Grande assimetria espacial na distribuição socioeconómica da população concelhia, com concentração da maioria das infraestruturas no litoral-sul em contraponto com crescimento demográfico do interior;</li> <li>- Fraca capitação de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer;</li> <li>- Obstáculos e barreiras arquitetónicas para peões e ciclistas, acrescido da ocupação indiscriminada do espaço público pelas viaturas, em detrimento de espaço de prioridade para peões;</li> <li>- Modelo de mobilidade assente sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual;</li> <li>- Fracos níveis de colaboração empresas/universidades e escassa percentagem de empresas com financiamento para inovação;</li> <li>- Uma estrutura empresarial com persistência de um modelo dominante de desenvolvimento assente em atividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento;</li> <li>- Percentagem diminuta de formação profissionalizante e de índole tecnológica no ensino secundário, dando origem a dificuldades de empregabilidade para os alunos que não prosseguem estudos no ensino superior.</li> </ul>

Quadro 60 | Análise SWOT - Enquadramento estratégico local do concelho de Cascais – Continuação (CMC, 2015a)

<b>Oportunidades</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Elevado custo do metro quadrado de solo (em termos relativos em todo o concelho, face à AML) e em particular nos centros históricos e zonas nobres (sobretudo de Cascais e Estoril);</li><li>- Atratividade residencial para ativos altamente qualificados;</li><li>- Índices de compacidade elevados em algumas zonas de concelho;</li><li>- Imigração multicultural crescente com relevância demográfica, económica, social e cultural;</li><li>- Projeção de imagem positiva do concelho de Cascais com reconhecimento internacional;</li><li>- Dimensão marítima com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas portadoras de valor;</li><li>- Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento e gestão do território (planeamento estratégico) que permite introduzir fatores de racionalidade e competitividade nas decisões de ocupação de espaço;</li><li>- Melhoria da rede de transportes públicos, alargando a sua cobertura e promovendo a intermodalidade, particularmente com os modos suaves e com o transporte individual;</li><li>- Aumento da oferta do ensino pré-escolar e melhoria dos equipamentos escolares;</li><li>- Potencial em energias renováveis elevado: incluindo energia hídrica, energia eólica, energia das marés, das ondas e das correntes, bioenergia e energias solares;</li><li>- Áreas industriais em declínio que podem ser requalificadas e direcionadas para novas utilizações.</li></ul>
<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Perda de identidade concelhia;</li><li>- Prosseguimento de um crescimento urbano extensivo, comprometendo recursos naturais, qualidade de vida das populações e atratividade do território;</li><li>- Fragilidade do tecido empresarial local no financiamento e no investimento em projetos estruturantes e em parcerias público-privadas;</li><li>- Dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais no concelho e insuficiente flexibilidade de gestão na administração pública;</li><li>- Deslocalização de investimentos públicos para outras sub-regiões (Península de Setúbal);</li><li>- Vulnerabilidade, a longo prazo, da extensa orla costeira, devido à ocupação desordenada e a algumas intervenções humanas, que têm provocado elevados níveis de erosão e de instabilidade das formações costeiras, e degradação da paisagem;</li><li>- Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas;</li><li>- Poluição das águas de superfície e subterrâneas e aproveitamento ineficiente das reservas de água, nomeadamente quando as perspetivas associadas às alterações climáticas apontam para maior frequência de situações de seca e escassez de recursos hídricos.</li></ul>